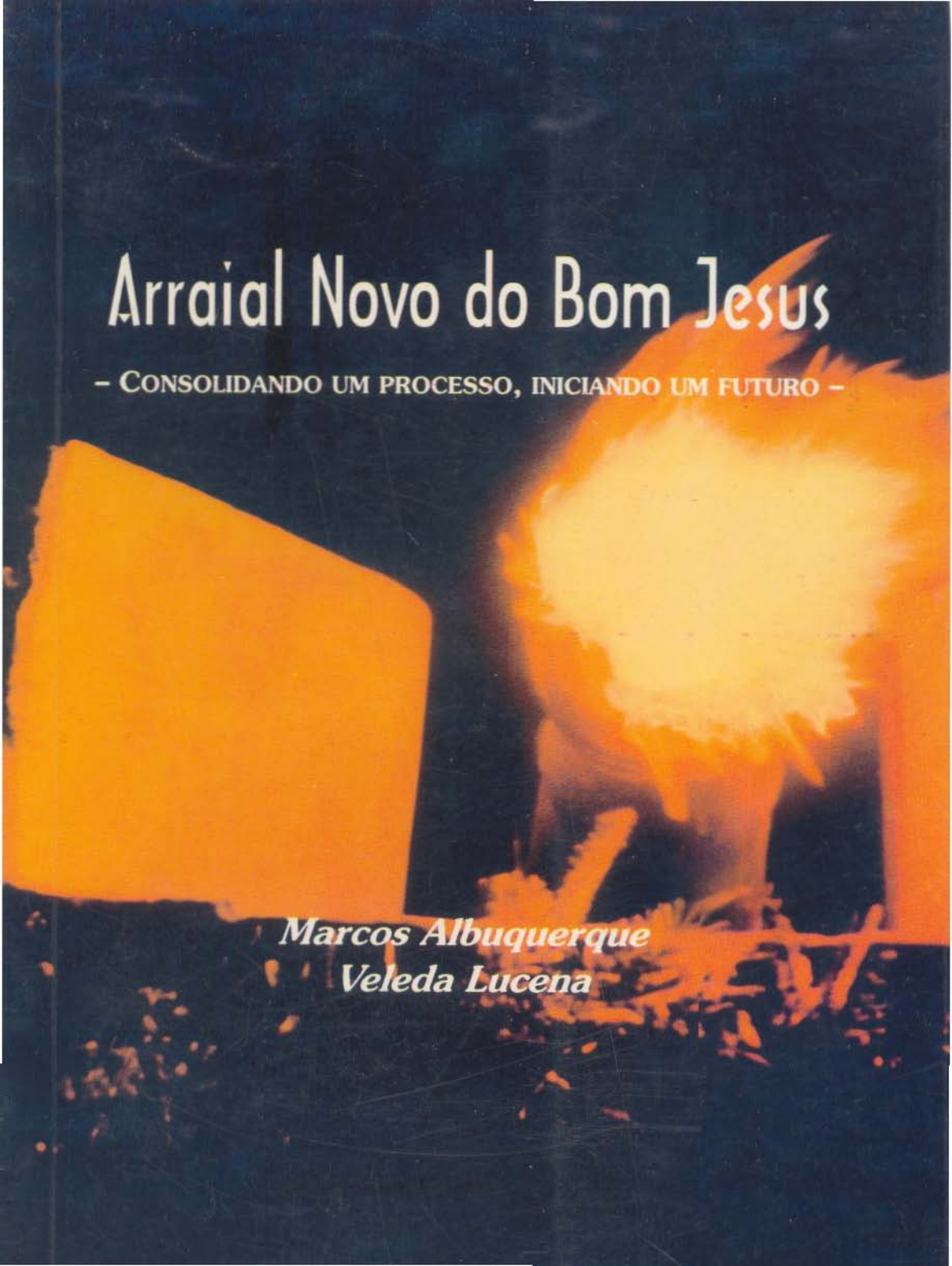


Arraial Novo do Bom Jesus



- CONSOLIDANDO UM PROCESSO, INICIANDO UM FUTURO -

Marcos Albuquerque
Veleda Lucena

A345a Albuquerque, Marcos
Arraial Novo do Bom Jesus: consolidando um processo,
iniciando um futuro. 1º ed./Marcos Albuquerque; Veleda Lucena –
Recife: Ed. Graftorre Ltda., 1997.
225p.:il

Inclui bibliografia e índice

1. HISTÓRIA – PERNAMBUCO 2. HISTÓRIA MILITAR – GUERRA
HOLANDESA 3. HISTÓRIA – BRASIL – FORMAÇÃO SÓCIO-CUL-
TURAL I. LUCENA, VELEDA.

ISBN 85-86781-01-0

CDU 981
CDD 981

Endereço dos Autores
Caixa Postal 7874
Cidade Universitária – Recife-PE – Brasil
CEP 50.732-970
e-mail: magma@npd.ufpe.br
e-mail: veleda@npd.ufpe.br

Arraial Novo do Bom Jesus

– CONSOLIDANDO UM PROCESSO, INICIANDO UM FUTURO –

FHE/POURUS



FACEPE

Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia



Arraial Novo do Bom Jesus

– CONSOLIDANDO UM PROCESSO, INICIANDO UM FUTURO –

Marcos Albuquerque
Veleda Lucena

RECIFE, DEZEMBRO DE 1997

“Nós abaixo assinados nos conjuramos e prometemos em serviço da liberdade, não faltar a todo o tempo que for necessário, com toda ajuda de fazendas e de pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração da nossa pátria; para o que nos obrigamos a manter todo o segredo que nisso convém; sob pena de quem o contrário fizer será tido como rebelde e traidor e ficará sujeito ao que as leis em tal caso permitam”.

23 de maio de 1645

*Aos que combateram na guerra holandesa,
forjando o sentimento de nacionalidade, o
respeito e a homenagem dos autores*

Sumário

Apresentação	11
Introdução	17
Os Terços da Defesa	55
Os Fortes da Defesa	99
Reintegrando o Brasil	139
Fim do Domínio Holandês e Repercussões na Memória	199
Bibliografia	219

Apresentação

A idéia de publicar este livro, neste momento, surgiu de forma curiosa na qual uma conjugação de interesses, tanto de pessoas quanto de instituições, convergiram para um ponto comum, o Arraial Novo do Bom Jesus.

Um dos objetivos do Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco é o estudo mais amplo do sistema de defesa utilizado no Brasil a partir do período colonial. O Laboratório de Arqueologia detém uma vasta experiência no campo da Arqueologia Histórica, sobretudo na arqueologia militar, tendo prospectado ou escavado diferentes fortes e campos de batalha, como a Feitoria de Cristóvão Jaques, o Arraial (velho) do Bom Jesus, o Reduto de Tejucupapo, o Forte de Orange, o Forte de Pau Amarelo, o Forte do Brum, o Forte de Óbidos, o Forte Príncipe da Beira, o Monte das Tabocas e os Montes Guararapes. Deste modo, o estudo arqueológico do Arraial Novo do Bom Jesus se encontrava nos planos e objetivos de médio prazo deste Laboratório. Entretanto, grande parte de sua equipe já se encontrava mobilizada com a execução de tarefas voltadas para a identificação, prospecção e plotagem de unidades funcionais do sistema colonial. Estes projetos, financiados pela FACEPE, CNPq e PRONAC, apresentam áreas de sobreposição entre si, complementando-se quanto a execução e objetivos.

O comandante do 4º B Com Ex, Coronel de Comunicações QEMA Wankes da Silva Ribeiro, dado a proximidade de sua Unidade com o Arraial Novo do Bom Jesus, instruiu processo solicitando que o seu Batalhão recebesse a denominação histórica de "Batalhão Arraial Novo do Bom Jesus". Este processo foi submetido a tramitação pertinente e aprovado, de modo que no dia 13 de dezembro de 1996 foi assinada pelo Exmo. Sr. Ministro do Exército a Portaria de número 832 concedendo ao 4º B Com Ex. a denominação histórica de Batalhão Arraial Novo do Bom Jesus. Simultaneamente a denominação histórica foi concedido o estandarte histórico que obedece as seguintes especificações:

“Forma retangular tipo bandeira universal, franjado de ouro. Campo de azul-celeste, cor representativa da Arma de Comunicações. Em abismo, um escudo peninsular português, mantelado em ponta e filetado de ouro: chefe de azul-celeste, carregado com o símbolo da Arma de Comunicações, de ouro; primeiro campo, carregado com cinco flores-de-lis, de ouro, em fundo vermelho, peça contida no brasão da família Albuquerque, na relembração de Mathias de Albuquerque, o fundador do Arraial do Bom Jesus, que inspirou a denominação de um novo arraial, quando aquele foi conquistado, em 1635, pelos holandeses; segundo campo, de verde, contendo, em abismo, uma fortificação estilizada, de branco, simbolizando o Arraial Novo do Bom Jesus, construído em 1645, venerável local histórico, que permaneceu inexpugnável até à rendição dos invasores, e ‘primeiro aquartelamento de um nascente Exército’ posto que de lá saíram e para lá retornaram as vitoriosas Tropas, formalmente organizadas, que venceram os holandeses nas duas batalhas dos Guararapes; terceiro campo, de azul brilhante, carregado de dois morros estilizados,

de negro, simbolizando os montes Guararapes - berço da nacionalidade e o Exército Brasileiro - encimados por um sol sainte, de ouro, caracterizando o surgimento de nossa Pátria, fruto da memorável epopéia da Insurreição Pernambucana. Envolvendo todo o conjunto, a denominação histórica "Batalhão Arraial Novo do Bom Jesus", em arco e de ouro. Laço militar nas cores nacionais, sendo inscrito em caracteres de ouro a designação militar da OM".

O coordenador do Laboratório de Arqueologia foi convidado a assistir a cerimônia de entrega do estandarte histórico do referido Batalhão, oportunidade em que o Cel. Wankes demonstrou interesse em promover estudos que aprofundassem o conhecimento sobre o Arraial Novo do Bom Jesus. Iniciaram-se naquele momento, ao acaso, as primeiras negociações para um estudo deste monumento. De início, optou-se pela realização de uma pesquisa arqueológica, cujo projeto chegou a ser elaborado. Após sucessivas reuniões, ambas as partes envolvidas, ou seja o 4º B Com Ex e o Laboratório de Arqueologia, acordaram que seria imprudente a realização de tal pesquisa sem que fossem devidamente definidos os resultados dela decorrentes. A escavação arqueológica traria a luz o perfil do fosso que circundava o Arraial, como também os limites da cortina e dos bastiões. Estas informações, embora muito importantes para o resgate material desta fortificação, acarretariam alguns problemas que não puderam ser solucionados em um curto espaço de tempo. A abertura do fosso promoveria um acúmulo de águas pluviais que possibilitaria uma proliferação de mosquitos em plena crise da dengue. Por outro lado a política adotada para conservação de monumentos de terra ainda não se encontra devidamente estudada no Brasil. A realização de uma pesquisa arqueológica necessariamente desestabilizaria a estrutura existente acelerando o processo erosivo que se implantaria na área, caso não fossem adotadas medidas de preservação.

Todos os problemas mencionados possuem soluções viáveis que poderiam ser adotadas caso houvesse uma maior disponibilidade de tempo. Entretanto o trabalho deveria estar concluído e seus resultados publicados até o dia 22 de dezembro de 1997, o que impediria, por conseguinte, a sua realização nos moldes inicialmente previstos. As reuniões que seriam necessárias com outros órgãos como o IPHAN, a Prefeitura da Cidade do Recife, etc., até que se obtivesse uma posição consensual, seriam impossíveis neste curto lapso de tempo.

Considerando-se todos estes óbices, optou-se pela publicação de um livro que reunisse informações sobre o Arraial Novo do Bom Jesus. Este livro seria portanto, uma das bases para um trabalho de pesquisa futuro, este, em condições mais favoráveis. Optou-se, então, por uma outra vertente, a de ser efetuado um estudo histórico que contribuísse para a realização de um projeto arqueológico futuro. Deste modo, as metas e objetivos do projeto foram redirecionadas.

A FHE/POUPEX, possibilitou a contratação de bolsistas de iniciação científica para realizarem um levantamento de dados sobre o Arraial Novo do Bom Jesus, e a Diretoria de Assuntos Culturais do Exército viabilizou a sua publicação. Parte destes bolsistas foi encaminhada para a Divisão de Pesquisa Histórica do Departamento de História da UFPE, onde realizou a transcrição paleográfica de documentos do período estudado. Outra parte dos bolsistas desenvolveu seus trabalhos no Laboratório de Arqueologia do mesmo Departamento, levantando dados bibliográficos e iconográficos, nos bancos de dados e de imagens produzidos pelos projetos acima citados. O livro deveria ser lançado no dia do aniversário do Batalhão, 22 de dezembro de 1997. Teve início, então, uma batalha contra o tempo.

Em 1645 Pernambuco encontrava-se ocupado pelos holandeses e fora desencadeada uma significativa resistência aos invasores. Dentro deste complexo inseria-se o Arraial Novo do Bom Jesus, não apenas como um ponto de resistência mas so-

bretudo como um posto de comando. O entendimento contextual desta fortificação remete necessariamente para patamares mais amplos que transcendem o interior de suas muralhas.

Foi opção dos autores aproveitar esta oportunidade para discutir alguns aspectos que antecederam a invasão holandesa. O Arraial Novo do Bom Jesus, como qualquer outra unidade funcional de um sistema, não possui existência em si própria, mas sim integra, cristaliza, um processo mais amplo do qual faz parte.

A necessidade da construção do Arraial Novo do Bom Jesus, por parte dos combatentes da Guerra holandesa, reflete a condensação de experiências passadas. Experiências do cotidiano em todos os seus aspectos. Experiências com a produção, com combates, com a miscigenação, com a fisiografia. Experiências que amalgamaram-se e que tiveram na “guerra brasílica” o seu elemento catalisador.

A construção do Arraial Novo do Bom Jesus sintetiza este processo. Reflete a necessidade de concentração de esforços e de comando. Concentra as experiências passadas e sinaliza para o futuro. Começa a surgir o sentimento de pátria. A colônia começa a se transformar em Brasil.

Constitui-se em esperança dos autores que este livro contribua para o melhor entendimento da guerra holandesa e do passado de nossa sociedade, pois uma sociedade que não conhece seu passado não tem perspectiva de futuro.

Os autores,

Aldeia, novembro de 1997

352 anos de construção do Arraial Novo do Bom Jesus

Introdução

A América portuguesa entrara definitivamente no âmbito produtivo do Sistema Mundial. Uma malha mercantil se consolidava no ocidente, integrando fornecedores da África, de ilhas do Atlântico, das Américas, aos comerciantes e produtores europeus. Na Europa, alguns dos produtos chegados de outras partes eram beneficiados nas fábricas locais e redistribuídos pelo mundo. Fechava-se assim a malha mercantil que distribuía, que controlava, grande parte do comércio da Europa.

Desde cedo Portugal integrara suas conquistas no Atlântico à produção para o comércio. Cedo adquirira experiência no cultivo da cana e sobretudo no fabrico do açúcar. O cultivo da cana fora introduzido em larga escala nos Açores¹, na ilha da Madeira², nas Canárias, em São Tomé. Ali se pudera experimentar diferentes formas de colonização agrícola.

Algumas das ilhas ocupadas pelos portugueses, eram antes desabitadas; outras, povoadas por nativos. Para se implantar o cultivo da cana, algumas das ilhas habitadas tiveram sua população pelo menos em parte dizimada. Em outras ainda, a população foi submetida à escravidão, parte permanecendo na própria ilha, parte sendo transferida para áreas antes

desabitadas. O cultivo nestas ilhas se fez em grande parte com base nas populações nativas submetidas. Ali predominaram os grandes cultivos com escravos. Mas a agricultura da cana nas ilhas do Atlântico não se fez apenas à base de escravos; em menor escala, haviam também os cultivos dos pequenos agricultores livres. De qualquer sorte, era a iniciativa particular de exploração das terras através da produção, e não apenas através da empresa espoliativa e extrativa como se fizera na África.

A ocupação e exploração das ilhas do Atlântico não trouxera a Portugal apenas lucros, acumulação de capital; trouxera sobretudo experiência. Experiência para os lavradores com as lides do plantio da cana em larga escala, e talvez mais importante, experiência para os que se ocupavam da fábrica, de “dar o ponto no açúcar”. Este era o grande segredo. Trouxera ainda experiência tanto aos que buscavam novas oportunidades de investir nas áreas conquistadas³, quanto aos administradores da corte.

Nas terras americanas, Portugal não encontrara, como acontecera na América espanhola, as riquezas acumuladas, os tesouros que pudessem ser pilhados. O fato dos nativos da margem atlântica não explorarem minas de prata, não trabalharem metais, não desanimava os portugueses. Acreditavam firmemente que as minas deveriam existir em toda aquela terra, que era necessário apenas encontra-las. Deste modo, cabia aos colonos avançar para o interior, procurar as minas, garantir aos portugueses a exploração daquelas riquezas. Mesmo que não fossem encontradas novas minas na América, os colonos portugueses poderiam buscar um outro acesso às minas dominadas pelos espanhóis. Esta era uma das principais razões do interesse em explorar os maiores rios da costa. Admitia-se que um rio de muitas águas, um grande rio, deveria percorrer muitas milhas de terra, vir de muito longe, talvez da região das minas. Assim acontecia com o Rio da Prata, por que não com outro grande rio?

Mas, para se buscar as minas, era necessário conhecer melhor a terra, buscar informações com os nativos, e mais ainda, tornar estas investidas rentáveis, de modo que pudessem custear as despesas com a exploração. Era necessário ainda, ocupar a terra, garantir sua defesa contra outros aventureiros.

A estratégia de estabelecerem-se feitorias foi o primeiro passo no sentido da ocupação das terras. Uma estratégia já experimentada na Índia, que então se transportava para as terras americanas. As feitorias eram pouco mais que postos de armazenamento dos produtos de troca com os nativos; uma estrutura fortificada que pudesse defender-se das pilhagens dos corsários, um ponto de contato mais permanente com a terra, um posto avançado para iniciar-se o reconhecimento do interior.

No Brasil, entretanto, as feitorias concedidas a particulares e mesmo as feitorias régias, não produziram os efeitos desejados. A empresa espoliativa que atuava na África, ao que parece, não se mostrara eficiente em terras americanas. O principal produto de exploração, o pau-brasil, era monopólio da coroa. Outros produtos da terra eram negociados com os nativos locais: algodão, peles e mesmo aves e outros animais exóticos eram levados para a Europa. Mas o lucro obtido com os demais produtos, parecia não compensar aos particulares as suas despesas com o investimento, os riscos com a travessia do Atlântico.

Havia ainda um outro fator a comprometer a política de feitorias: a ação dos corsários. Contra eles, os esforços de defesa, com os meios instalados nas feitorias, se mostravam insuficientes. Na realidade, as feitorias instaladas no Brasil, não representavam estruturas efetivamente fortificadas, que pudessem defender-se com êxito, dos ataques dos corsários⁴. Dispunham de poucos homens, e as armas eram insuficientes para fazer face aos ataques. Cada saque promovido pelos corsários representava, se não a perda de vidas, no mínimo a perda dos produtos

obtidos através do lento trabalho de acumulação, de negociação com os nativos⁵.

Foi assim na Feitoria Régia de Pernambuco, instalada por Cristóvão Jáques⁶ em 1516, no continente, em frente à ilha de Itamaracá⁷. Ali o efetivo pouco excedia a uma dezena de homens deixados pelos barcos portugueses; às vezes menos, embrenhados nos matos, reduzidos pelas mortes, tanto por doenças como por incidentes.

Por outro lado, a ação puntual das feitorias não impedia o livre comércio dos mercadores de outras nações européias, com os nativos, ao longo de toda a costa. Falhara a ação política, diplomática, no sentido de evitar-se a ação dos corsários. Buscaram-se os meios de força, através da ação das expedições de patrulhamento enviadas pelo rei⁸.

Embora as expedições de patrulhamento obtivessem resultados efetivos quando enfrentavam os corsários, mostravam-se insuficientes, pois não poderiam desenvolver uma atividade contínua ao longo de toda a costa⁹.

Com base no sistema econômico português, que já era controlado pela burguesia, buscou-se então uma forma mais eficiente para a ocupação das novas terras. Dentro do espírito que orientava a política econômica portuguesa, recorreu-se à iniciativa privada.

A coroa portuguesa não dispunha de meios para promover a empreitada colonial às suas custas. Durante o século XVI, ainda persistiam muitos dos efeitos produzidos pela crise interna que se instalara no século XV em Portugal. A população urbana crescera em detrimento da população rural, que fugia à crise que se instalara com a monetarização da agricultura. A aristocracia rural empobrecera e a economia urbana, então dominante, baseava-se no comércio. Fundamentalmente um comércio de produtos provenientes do Oriente. Este comércio, por

seu turno, era conduzido de modo que o pagamento das mercadorias se fazia em metais, que não mais voltavam a circular nos meios mercantis do Ocidente; iam constituir os “tesouros orientais”. Tal sistema mercantil iria gerar um novo aspecto da crise: a carência de metais. Para dar continuidade ao comércio com o Oriente, e mesmo para fazer face à monetarização da agricultura, era necessário encontrar-se novas fontes para a obtenção de ouro.

Nas terras americanas que o tratado de Tordesilhas concedera a Portugal, até então não fora encontrado ouro, ou mesmo prata. Mas havia ‘notícias’ de grandes riquezas no interior; era necessário garantir a posse da terra e explorá-la. Mas, nem o cabedal dos meios financeiros e sobretudo o de homens, seria suficiente para garantir a Portugal a ocupação de tão vastas terras. Fazia-se necessário um retorno econômico que permitisse a presença portuguesa, que suportasse a exploração do interior.

Para tanto, valeram-se da experiência das ilhas do Atlântico. A terra e o clima mostravam-se favoráveis ao cultivo da cana, e a tecnologia do fabrico do açúcar era um trunfo de que dispunham os portugueses¹⁰. Um segredo (industrial) a ser mantido; uma experiência já de aproximadamente um século.

Nesta empresa contavam ainda com a parceria mercantil que mantinham com os Países Baixos: acordos comerciais que integravam interesses portugueses e holandeses na distribuição, pelas vias hidrográficas, dos produtos importados por boa parte da Europa.

O sistema de povoamento custeado pela iniciativa de particulares a ser utilizado na América portuguesa, tomava por base o antigo sistema sesmarial, já adotado nas terras de Portugal¹¹. No Brasil o sistema seria administrado sob o regime de Donatarias (Capitanias), também concedidas a particulares. As Capitanias hereditárias correspondem a grandes parcelas concedidas pelo rei a alguns homens de sua confiança, que por mérito

de suas ações recebiam o privilégio de representá-lo nas novas terras¹².

Aos donatários eram concedidos poderes políticos de jurisdição de governo, e em contrapartida, lhes competia garantir a posse da terra. Assim, cabia ao donatário promover o povoamento, conquistar novas áreas, defender a terra da ação dos corsários, e das tentativas de ocupação por parte de outros povos. Era prerrogativa do donatário conceder sesmarias, isto é, fazer a doação de terras àqueles que solicitassem, desde que, se dispusessem a ocupá-las e torná-las produtivas. Apesar de poder dispor daquelas terras para conceder doações, havia restrições para o donatário, quanto à posse das terras. Das sessenta léguas ao longo do litoral que em média constituíam cada uma das donatarias, apenas dez léguas de fato pertenciam ao donatário. Sobre esta área exercia pleno domínio, e sobre ela recolheria o dizimo à Ordem de Cristo. As demais terras seriam doadas em sesmaria, a outros colonos que não fossem seus parentes diretos.

Por outro lado, a escolha dos homens para serem agraciados com as capitânicas hereditárias, exigia mais que as boas graças do rei, os bons serviços prestados ao reino. Pela própria natureza das obrigações que iriam assumir, os donatários deveriam ser homens de “grande cabedal”, de recursos suficientes para custear as muitas despesas decorrentes de sua nova atividade.

Por outro lado, também na concessão de terras em sesmaria, fazia-se necessário uma avaliação dos recursos dos solicitantes: o tamanho das concessões deveria manter uma relação direta com a capacidade de investimento do agraciado. Cabia ao donatário proceder a esta avaliação, por ocasião de conceder as terras de sesmaria.

Um outro aspecto era ainda considerado: as dez léguas de terras pertencentes ao capitão, não deveriam ser contínuas, mas estariam repartidas em quatro a cinco porções, entre as quais seriam cedidas terras a outros sesmeiros. Buscava-se assim evi-

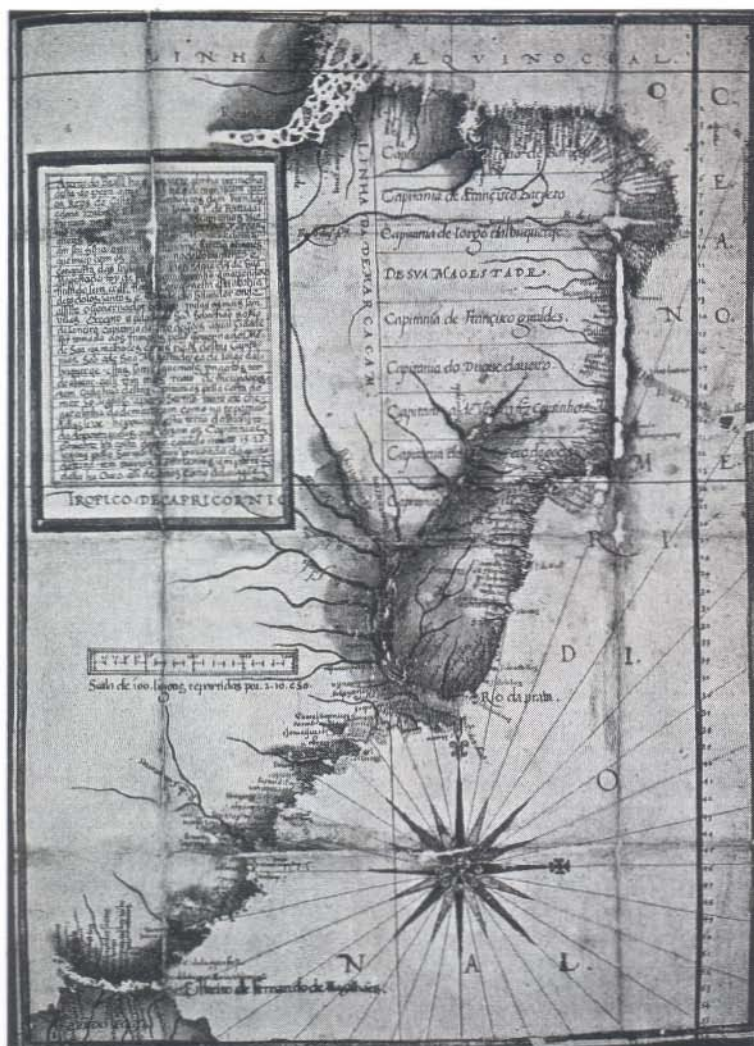
tar que fosse concedida uma grande parcela contínua de terras a um mesmo sesmeiro. Deste modo, contava-se que, com a redução de parcelas, concedidas a diferentes sesmeiros, se teria uma mais efetiva ocupação do solo.

O regime das capitanias hereditárias, entretanto, pouco durou no Brasil. Grande parte das capitanias particulares fracassaram, o que levou a metrópole a alterar o sistema administrativo: a instituição do Governo Geral e a supressão de grande parte das capitanias hereditárias. Entretanto, a implantação do sistema sesmarial marcou efetivamente o início do povoamento colonial ou seja, da colonização portuguesa das terras americanas. Neste sistema, em última análise, caberia aos sesmeiros responder por uma utilização econômica da terra; prover bens para o mercado, garantir a produção para o comércio português; e mais, prover em grande parte os meios para a defesa da colônia. Isto se esperava; isto era dever dos sesmeiros¹³.

Com o sistema sesmarial buscava a coroa portuguesa incentivar a ocupação das terras; a administração das donatárias promoveria com a implantação de suas sedes, um certo número de núcleos populacionais. Considerando-se a dimensão territorial, seria ainda um número mínimo, mas de qualquer sorte um começo, para a guarda, para a defesa da costa.

À época, a ação de outros povos no litoral já não mais se restringia a ataques fortuitos às Feitorias, ou incursões esporádicas para o comércio com os nativos. Já se estabelecera contatos sistemáticos, pontos de trocas definidos. Eram sobretudo franceses, ingleses, holandeses, que freqüentavam as costas do Brasil. Principalmente os franceses, cujo rei desde cedo se recusava a aceitar a divisão das terras americanas entre espanhóis e portugueses¹⁴.

Diversas tentativas de estabelecerem-se em caráter mais permanente foram feitas por franceses. Já em 1526 atacaram e saquearam a feitoria régia de Pernambuco; posteriormente em



Mapa do Brasil com a divisão em capitânicas, já após a instalação do governo-geral. No Roteiro de Todos os Sinais (...) do Brasil, atribuído a Luis Teixeira, cerca de 1586. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal.

1530 depois de atacar e destruir aquela feitoria, haviam se estabelecido na ilha de Itamaracá, implantado um fortim e assentado uma povoação incipiente. Uma ação que certamente demonstrava o risco que corria a posse portuguesa daquelas terras. Uma expedição portuguesa ataca e destrói o assentamento francês em Itamaracá, restabelecendo uma nova feitoria portuguesa. Em 1530, decide-se o rei de Portugal a implementar uma política mais sistemática, mais efetiva, para a ocupação e defesa da possessão na América¹⁵ : o sistema sesmarial, sob o regime das capitanias hereditárias. Um sistema produtivo, que não apenas justificasse os gastos com a manutenção da colônia e a busca do ouro, mas que efetivamente produzisse lucros através do açúcar, um mercado em ascensão, ainda aberto.

A Carta de Doação que concedia a Duarte Coelho a administração da Capitania de Pernambuco, trazia a expressa determinação de que ali promovesse a fundação de engenhos de açúcar. Cabia-lhe ainda promover o povoamento da terra, fundar vilas, avançar para o interior à busca de notícias sobre a existência de ouro, e evidentemente, disseminar o cristianismo.

Enquanto a Reforma avançava na Europa, Portugal e Espanha mostravam-se como os principais aliados defensores da Igreja Romana. As estreitas relações que se estabeleceram entre a Igreja e Portugal, favoreciam ambas as partes. O domínio de Portugal, e não menos o da Espanha, sobre as novas terras, representava a possibilidade de expansão da fé católica. O Tratado de Tordesilhas, reflete a esperança da Igreja de ver seus domínios ampliados, desta feita nas novas terras, através da ação de portugueses e espanhóis. Deste modo, com o fito de ampliar seus próprios domínios, a Igreja adiantava-se aos sucessos na descoberta de novas terras, e conferia a Portugal e Espanha um domínio incomensuravelmente maior que aquele das terras efetivamente conhecidas. Por outro lado, não cumpria aos reis ligados a Roma, apenas direitos sobre as novas terras; cabia-lhes deveres, o compromisso de implantar a fé católica. Pouco a

pouco, o rei de Portugal passava a acumular prerrogativas que antes eram atribuições do próprio Papa ¹⁶

A instituição do Padroado conferia ao rei, como rei, os poderes temporais, e ao rei, na qualidade de Grão Mestre da Ordem de Cristo, o padroado espiritual. Deste modo, o rei de Portugal desfrutava de uma soberania que advinha da fusão dos poderes temporal e espiritual que lhe conferira a Igreja.

Desde junho de 1514 fora criada a Diocese do Funchal, com sede na Ilha da Madeira, e as terras do Brasil integravam esta Diocese. Portanto quando se estabeleceram as capitânicas, os donatários já deveriam incluir entre seus acompanhantes, religiosos, que cuidariam de garantir, de implantar a fé nas novas terras. Cabia ainda ao donatário fazer com que fossem erguidas capelas, igrejas, enfim, promover os meios para os exercícios da fé. E é este exercício da fé, ou em nome deste exercício da fé, que se vão posicionar, que se vão estabelecer muitas das questões de defesa.

Com a instituição do sistema sesmarial, coube a Duarte Coelho a capitania de Pernambuco, uma área das mais promissoras da colônia. Pero Lopes de Souza, irmão de Martin Afonso de Souza, a quem o rei distinguiu por seus serviços prestados, caberia a capitania de Itamaracá, limítrofe com a de Pernambuco. Limites que praticamente coincidam com o local da Feitoria Régia. A capitania de Martin Afonso ficaria mais ao sul. De acordo com as determinações contidas na Carta de Doação, cabia ao donatário promover o povoamento de sua área de jurisdição. Está era uma grande empreitada. Não se tratava mais, como ocorrera outrora, de transportar pessoas e deixá-las (abandoná-las?) na nova terra, com poucos ou quase nenhum recurso. Agora deveriam se dispor a implantar na nova terra um sistema produtivo, que auferisse lucros a cada um dos particulares, ao donatário, à coroa e à Igreja. Desta feita se buscava implantar assentamentos de bases permanentes. Colonos no sentido não apenas de explorar, mas no sentido de implantar, de transformar o meio

físico e cultural, aos moldes dos objetivos portugueses. Para tanto, o donatário de Pernambuco trazia para as terras do Novo Mundo amigos, parentes, sua própria família, inclusive a esposa. Este detalhe bem representa a determinação de permanência, de se fixar na terra. Não uma mera aventura em busca da riqueza fácil e breve retorno ao reino. Por outro lado, a instalação das acomodações necessárias para reproduzir, pelo menos em parte, o modo de vida português, na América, requeria condições de preparação bem distintas daquelas quando se pretendia implantar uma feitoria, por exemplo. O objetivo principal, de implantar fábricas de açúcar, requeria um contingente de mão-de-obra, não apenas braçal, mas especializado, conhecedor dos segredos da transformação do melaço da cana, em açúcar. Pessoal capaz de construir os edifícios necessários à moagem, ao cozimento, à purga, ao fabrico enfim, e à embalagem e estocagem do açúcar. Havia ainda os trabalhos da planta da cana, do desmatamento à colheita, e o transporte da cana cortada para a fábrica. Para a produção do açúcar era necessário ainda, o combustível para a fornalha: a lenha obtida nas matas. Em termos de trabalho, isto representava o corte, o transporte e a estocagem da lenha. À medida que as matas iam sendo consumidas, mais e mais longe se ia buscar a lenha. Também era necessário prover-se a 'municação de boca', os mantimentos, as provisões para toda aquela gente¹⁷.

Tais aspectos dependiam quase que exclusivamente daqueles que vinham aqui se instalar; mas outros aspectos careciam ainda de serem considerados: a defesa daquela gente importava a cada um e aos dirigentes do empreendimento, como um todo. Defesa do corpo e da alma. Para o segundo caso, acompanhavam os emigrantes, religiosos que deveriam fazer cumprir, aqui também, as normas dos bons costumes, da moral, do respeito às determinações da Igreja. Para o resguardo do corpo, trazia-se armas e munições e a determinação de construir um reduto, áreas fortificadas, que dessem abrigo à população

durante os momentos de conflito armado, que certamente haveria.

Um aspecto se mostrava pelo menos aparentemente conflitante do ponto de vista dos portugueses: a questão da mão de obra para fazer face à implantação, tanto da lavoura quanto da fábrica; sobretudo para sua manutenção e funcionamento. Fazer funcionar um engenho, produzir e estocar o açúcar, requeria um efetivo de mão de obra permanente. O conhecimento da terra adquirido durante aqueles primeiros anos, mostrava que ao contrário dos Açores e da Madeira, no Brasil a terra era povoada. Apesar das aldeias “esconderem-se” nas matas, podia-se mesmo dizer que boa parte das terras eram densamente povoadas. E aquela gente conhecia bem a terra, se deslocava com facilidade em meio às matas; conheciam trilhas que interligavam aldeias, áreas de roças, campos de caça, zonas de conflito, de guerra. Enfim, eram os senhores da terra, ou no mínimo, de há muito disputavam aquelas terras com outros grupos locais. Eram gente guerreira. Os grupos nativos poderiam ser conduzidos a atender a demanda de mão de obra? Por que meios? Por outro lado, fazia-se necessário evitar as hostilidades pelo menos com aqueles grupos que dominavam o litoral. Mas com os “pero”, os primeiros contatos foram pacíficos. Cooperaram com os objetivos portugueses quando se instalara a Feitoria de Pernambuco - negociavam. Traziam do interior os produtos da terra para serem estocados e embarcados para a Portugal, e mais ainda, colaboraram, ou mesmo propiciaram, a manutenção dos que aqui ficaram a cuidar da feitoria. O farto material indígena em associação com o escasso material de origem colonial, encontrado através da pesquisa arqueológica na área em que existiu a feitoria régia, permitiu se recompor outras atividades de trocas não relatadas na documentação textual¹⁸, o que demonstra a participação, a interação do contato com os nativos no cotidiano daqueles homens. Grande parte da alimentação consumida na feitoria, durante aqueles anos de permanência, de isolamento dos seus,

provinha das aldeias nativas; eram produtos da terra, produzidos pelos nativos. E este suporte da população nativa não se restringia a prover os produtos para o comércio e os víveres para o pequeno contingente português: refletiram-se também no auxílio prestado quando do ataque francês à feitoria, quando alguns nativos lutaram ao lado dos portugueses. Mas aqueles primeiros portugueses, até então interferiam apenas de modo indireto na vida dos grupos. A atividade de comércio não era efetivamente uma novidade para aqueles grupos. Dominavam a navegação costeira e de interior em suas embarcações a remo. Delas se utilizavam tanto para o comércio, quanto para a guerra.

Naqueles primeiros tempos, em que apenas se cogitava de feitorias, a interferência portuguesa se fazia, sob o ponto de vista da soberania dos grupos, apenas no sentido de um redirecionamento dos produtos comercializados, no volume destes produtos, aparentemente com reflexos meramente no âmbito econômico. De imediato não parecia trazer efeitos negativos às sociedades nativas. Eram idênticas as experiências de outros grupos que, em diferentes pontos ao longo do litoral, negociavam com outros mercadores, fossem eles portugueses, ingleses e principalmente franceses, talvez os que mais freqüentemente estabeleciam este tipo de comércio com os nativos.

Mas os novos objetivos trazidos com os donatários, já não se mostrariam tão 'vantajosos', ou mesmo inócuos às sociedades locais. Vinham dispostos a ocupar a terra, cultivá-la, expandir seus cultivos; derrubar as árvores para abrir espaço para a cana; consumir as matas usando a madeira para as construções, queimando a lenha nas fornalhas, ou simplesmente limpando a área, afastando a "mata perigosa" de suas áreas de convivência. E isto implicaria em uma nova relação a ser estabelecida entre os grupos.

Apesar da vastidão daquelas terras, tais atividades, ao longo do tempo, representavam a expulsão dos nativos de suas áreas ocupadas, de seu território, já conquistado a outros grupos

a duras penas. Mesmo a curto prazo representava uma interferência na sua soberania.

Por outro lado, em virtude da necessidade de mão-de-obra, cogitava-se em manterem-se as alianças estabelecidas na feitoria, ampliá-las com outros grupos; utilizá-los na produção, a serviço dos portugueses. E no primeiro momento, quando ainda se buscava um local para assentar a sede da capitania, estabeleceram-se pactos de alianças, promessas de colaboração nos casos de lutas¹⁹. É possível que de imediato não se cogitasse em transformá-los em escravos; seria até uma temeridade tentar submetê-los pela força. Infinitamente superiores em número aos portugueses, a seu modo, bem armados, versados na arte da guerra, seriam inimigos poderosos, naquela ocasião, devastadores mesmo. Teriam que ser conservados como aliados. Deste modo, Duarte Coelho que desembarcara com sua gente no porto de Pernambuco, provavelmente ainda na feitoria, estabeleceu os primeiros contatos com representantes de grupo nativo. Ainda na feitoria teria tomado conhecimento através dos portugueses que ali viviam, das hostilidades intertribais. Dirigindo-se para o sul, nas colinas onde viria a fundar a sede de sua capitania, o recém chegado donatário de Pernambuco, oferece seus homens e armas para apoiar os nativos que ali habitavam, na luta contra seus inimigos. Inicia-se assim uma estratégia de defesa que viria mais tarde a ser adotada em uma escala mais ampla, que viria servir de base, ou mesmo, de certa forma, a orientar o plano de colonização português²⁰.

Mas do ponto de vista das unidades de produção, o problema da mão de obra braçal persistia, e para solucioná-lo, uma outra experiência, adquirida na África, poderia ser aqui cogitada: tirar proveito da animosidade existente entre grupos nativos; auxiliar na guerra que entre si faziam os nativos e usufruir do resultado das contendas, aprisionando os inimigos e estes sim, serem transformados em escravos. Restava entretanto a questão do uso da terra, da ocupação das terras para o canavial.

Assim, os portugueses tiraram proveito das antigas hostilidades entre as tribos nativas: aliavam-se a uma facção e escravizavam a outra. Mas este estado de coisas que a nível dos dirigentes interessava, que atendia às suas expectativas quanto às questões de defesa e pelo menos em parte, de mão de obra, freqüentemente não atendia aos colonos; ia de encontro a seus interesses. Cedo as alianças foram desrespeitadas pelos colonos, e a paz entre os grupos logo seria rompida. A busca por uma mão de obra a baixo custo financeiro, não media outros custos, não media as conseqüências de romper-se a paz. Seguidamente índios aliados foram escravizados, grupos inteiros foram aprisionados. Fatos que se repetiram e que levaram os portugueses à perda da confiança por parte dos nativos; da perda de confiança, aos conflitos armados entre colonos e nativos. Não valeram nem mesmo as determinações mais amplas dos governos gerais, nem foi suficiente a influencia dos padres da Companhia de Jesus que buscavam coibir a escravização dos nativos.

A necessidade de aquisição de mão de obra, principalmente para a implantação das unidades produtivas, encontrava na escravização dos nativos a forma mais imediata, de menor custo. Embora mais tarde tenham sido imputados muitos inconvenientes ao trabalho indígena, o funcionamento dos primeiros engenhos, provavelmente teve por base a escravidão indígena, pelo menos no que se refere às atividades agrícolas. Mas foram estes apresamentos, os desmandos praticados pelos portugueses, que promoveram uma ruptura no instável equilíbrio, nos contatos pacíficos que se conseguira nos primeiros momentos. Um equilíbrio que os franceses conseguiram manter por mais tempo e que lhes valeu a fama de melhor negociarem com os nativos. Na verdade, esta "capacidade de melhor negociar" dos franceses, parece estar, antes, ligada aos objetivos que traziam, de se manterem nas costas brasileiras, apenas através de pontos de comércio, sem de fato pretenderem se fixar. Quando

se decidem por uma política de fixação no local, ao que parece, trilharam os mesmos passos dos portugueses. Se não chegaram aos mesmos pontos de conflito, talvez isto se deva, não a uma política de maior respeito pelos nativos²¹, mas antes, por terem tido seus passos tolhidos pela ação portuguesa.

Rompida a aliança, tornaram-se os nativos inimigos temíveis. Em Pernambuco, desde cedo tornaram-se freqüentes os conflitos entre colonos e nativos. Em 1560 a produção açucareira de Pernambuco praticamente fora inviabilizada. Os ataques promovidos pelos nativos aos engenhos, destruíam as plantações, destroçavam as fábricas, dizimavam senhores, colonos e escravos. Praticamente instalara-se o caos. Em Itamaracá, a guerra entre nativos e colonos se estenderia por longos vinte e cinco anos. Na Bahia, onde a implantação da capitania fora inviabilizada pelos ataques indígenas, e onde, desde 1549 se implantara a sede do governo geral, a situação não diferia muito: engenhos destruídos, aldeias inteiras dizimadas. Tal era o risco, que colonos e padres foram proibidos de se aventurarem para o interior. Já no governo de Tomé de Souza, mesmo aos padres da Companhia, tão respeitados e temidos, era negada licença de buscar atingir as aldeias do interior, temendo o governador pelas suas vidas.

A política oficial adotada, tomava por base a estratégia preconizada pelo padre Manoel da Nóbrega, superior dos jesuítas no Brasil, que chegara com o primeiro governador geral. O plano de colonização apresentado pelo superior jesuíta tinha por base buscar cristianizar os nativos, submetê-los através da religião, transformando inimigos potenciais em auxiliares. Submetê-los empregando os mais diferentes meios de persuasão, inclusive a força. Em linhas gerais, era o princípio de aliança com determinados grupos nativos e, baseado nesta aliança, combater os demais grupos²².

Sob a ótica religiosa, isto representava converter grupos nativos ao cristianismo - "os índios dos padres" e com estes com-

bater os “inimigos” aqueles índios que não queriam se “converter”. Plano de ação de há muito apresentado e mesmo aceito pelo governo-geral, quando buscava instalar-se na Bahia²³, mas que sofrera descontinuidades ao longo do tempo.

Não apenas os colonos tomavam iniciativas de apresamento indígena, que contrariavam as determinações de buscar manter a paz com os nativos. Muitas vezes os próprios governadores ou seus representantes, abriam novas frentes de combate como aconteceu em Sergipe, em 1575, com o governador Luís de Brito de Almeida. À época vigorava o plano apresentado por Nóbrega, cuja prática se iniciara no governo de Mem de Sá. Os jesuítas que comandavam uma missão de aproximação aos índios de Sergipe, foram incapazes de conter a ação daqueles que os acompanhavam, e que, desvirtuando os propósitos dos religiosos, promovem o apresamento de índios.

Dois problemas relacionados aos nativos, se configuravam aos dirigentes que exerciam funções no Brasil. De um lado, evitar o confronto com os nativos, fazê-los aliados; por outro, atender às necessidades de mão de obra dos colonos. Nos planos dos religiosos, a cristianização dos nativos atenderia em primeiro plano aos objetivos de cristandade, e em segundo plano redirecionaria a mão de obra nativa, os índios cristianizados, para os interesses econômicos da metrópole.

Vencer de imediato a resistência indígena e retomar a aliança, pelo menos com parte dos povos nativos, parecia de fundamental importância. Com base nestes objetivos, empenharam-se os governadores, representantes da metrópole, os donatários ou seus representantes, em uma luta sem tréguas contra os nativos que ousavam desafiar, combater os colonos portugueses. Em 1583, os combates, as doenças, a fome, haviam reduzido significativamente a população nativa do litoral²⁴.

Nas áreas mais próximas, nas áreas de ocupação portuguesa, seja através das missões religiosas, das guerras, das doen-

ças, das mortes no cativeiro ou mesmo nas missões, das aldeias destruídas, das roças queimadas, das fugas para o interior, ou ainda, por meio do terror, os conflitos foram contidos. Reduziu-se drasticamente o contingente nativo no litoral, nas áreas próximas às vilas e engenhos. A seu modo, os padres praticamente continham as populações próximas, remanescentes.

Após este período de conflitos, a 'questão dos índios' parece preocupar bem menos. A política da metrópole mantém suas recomendações aos governadores gerais de favorecer aos índios aliados²⁵, de propiciar, através de feiras, o comércio entre colonos e nativos²⁶, e mesmo de promover, de incentivar, uma aproximação entre eles²⁷.

Entretanto, a antiga determinação para "evitar que pessoa alguma, de qualquer qualidade e condição, faça guerra aos índios sem sua licença ou do capitão da capitania"; já não consta das diretrizes a que deveriam se submeter os governadores a partir do Regimento de 1588. De qualquer sorte, mesmo este regimento, elaborado em período tão próximo às guerras levadas contra os nativos, não negligencia a política para evitar os conflitos entre nativos e colonos: recomenda explicitamente ao governador para manter a paz com os índios e, em caso de levante, cuidar da pacificação, tentando sempre evitar a guerra²⁸.

Restava retomar a política de alianças, que permitisse explorar o interior sem maiores desgastes. Mas caberia sobretudo aos padres atuar junto aos nativos, desenvolver uma política missionária²⁹, buscando convertê-los à fé católica, batizando-os e fazendo-os respeitar os preceitos da sociedade 'branca'. Aos índios batizados, além da garantia de um tratamento respeitoso, se concederiam privilégios, cedendo-lhes terras para o plantio e isentando-os do pagamento dos dízimos por 15 anos³⁰.

Nos casos de rebeldia, entretanto, aplicava-se aos índios as mesmas penas impostas aos negros rebeldes: eram levados como escravos para os trabalhos nas galés³¹.

Na realidade, para a metrópole, agora Espanha, face a União das Coroas Ibéricas, o contato pacífico com os nativos, sobretudo aqueles que habitavam o interior, representava um interesse específico, vital mesmo: a busca de minas de salitre. A crescente necessidade de pólvora tanto para a defesa da própria colônia, mas sobretudo para suprir a metrópole, constantemente envolvida em conflitos armados com outros povos, representava um ponto crucial. As determinações espanholas no sentido de que os governadores se empenhassem na busca de minas no interior, reforça explicitamente o interesse nas minas de salitre, que já sabiam existir. Recomendava-se sobretudo avaliar-lhes a qualidade e o potencial de exploração³².

O interesse do governo em manter a paz com os nativos, associava-se à determinação dos religiosos, sobretudo jesuítas, em 'cristianizar os bárbaros'. Esforçavam-se por impedir que fossem os índios escravizados. Reduzidos nas missões, é certo que trabalhariam no sentido do interesse da colonização, nos engenhos, nas fazendas, na pesca, produzindo mantimentos, sobretudo. Trabalho nas missões, nos engenhos e nas fazendas dos padres.

Quando se observa as ilustrações de Frans Post, pelos tipos físicos que representa, parece ter havido uma divisão (étnica?, cultural?) do trabalho. Homens negros nas atividades relacionadas ao plantio da cana e ao fabrico do açúcar, enquanto que homens com características representativas de nativos do Brasil, trabalham em atividades relacionadas à subsistência: plantio, colheita da mandioca e preparação da farinha; pesca e caça. Os vasilhames representados, sugerem ainda uma relação muito próxima com a cerâmica nativa, além da cestaria.

Relacionar-se o trabalho indígena à produção de alimentos e não à produção de açúcar parece ser uma observação mais pertinente que atribuir-se o trabalho agrícola basicamente aos negros escravos e aos lavradores pobres, livres, excluindo-se os nativos. Nos primeiros anos, as primeiras safras, as primeiras

exportações de açúcar, é muito provável que tenham dependido fundamentalmente da mão de obra nativa. Entretanto, outros fatores levariam a sua gradual, mas rápida substituição pela mão de obra escrava, trazida da África.

A experiência de utilização da mão de obra nativa nas lides da produção do açúcar, adquirida nas Canárias, mostrara que os melhores resultados haviam sido obtidos com o uso de escravos. À cana-de-açúcar associara-se a escravidão negra. Desde a queda do Império Romano, a escravidão como instituição, persistia na Europa, assumindo diferentes formas. Em grande parte da Europa, até o século XIII a escravidão vai sendo paulatinamente, transformada, substituída por outros tipos de servidão e trabalhos forçados. Na Península Ibérica, entretanto, a escravidão se manteve ainda por mais um século, ainda que em níveis baixos, assumindo a forma de escravidão urbano-doméstica. Em Portugal este tipo de escravidão perdurou até 1.440. Os escravos de então provinham das guerras intermitentes entre cristãos e muçulmanos; eram prisioneiros que vinham para trabalhar no serviço doméstico, nas cidades. A partir do século quinze, com a introdução da lavoura de cana na Península Ibérica, a escravidão assume uma nova forma, associada aos trabalhos rurais. Quando a lavoura canavieira é transplantada para as ilhas do Atlântico, com ela é também transplantada a escravidão. Das ilhas do Atlântico, a cana e a escravidão negra acompanham a expansão portuguesa no Novo Mundo.

Mas escravidão negra em escala mais ampla não se implanta no Brasil logo nos primeiros anos. As despesas com a instalação das fábricas representam altos custos, além de que a importação de negros carecia de autorização da corte. Recorre-se de início à mão de obra nativa. Na realidade, o cultivo da cana e a produção do açúcar exigem um grande contingente de trabalhadores. Gente especializada tanto no processamento do açúcar quanto na instalação, no reparo dos equipamentos para produção. As moendas, os 'cobres' os pães de açúcar, muitos



Detalhe de uma ilustração acerca das atividades em um engenho de açúcar. Do plantio da cana, ao fabrico e transporte do açúcar. Inclui ainda o plantio da mandioca e o fabrico da farinha. Observe-se os tipos físicos representados nas diferentes atividades, e se poderá perceber uma diferenciação étnica no trabalho: negros no eito da cana e transporte do açúcar, brancos controlando o ponto do melaço, e índios no plantio, transporte da mandioca e ainda no fabrico da farinha.

destes elementos eram importados de Portugal, mas que aqui careciam de montagem, de reparos ao longo do tempo, de substituição mesmo. Nestas tarefas era mister pessoal especializado. No Brasil esta mão de obra, livre, era insuficiente para fazer face as necessidades de instalação e funcionamento dos engenhos; era rara e onerosa.

Não eram apenas as lides rurais que exigiam mão de obra³³. As construções de casas, de igrejas, a confecção de instrumentos e de utensílios; mão de obra para garantir o abastecimento, para auxiliar na administração e sobretudo para garantir a defesa. Neste tocante, não apenas garantir a defesa, mas para cumprir um dos principais objetivos, realizar a exploração do interior, encontrar as minas, conquistar a terra.

Se os nativos não foram “uma boa mão de obra” para os engenhos, por outro lado, ironicamente foram os mestres da “guerra brasílica”. A duras penas para os dois lados, os portugueses aprenderam com os nativos as técnicas de guerra em meio às florestas. As emboscadas, as armadilhas, o uso de armas silenciosas, das flechas incendiárias. É bem verdade que os arcos e as flechas, já eram bem conhecidos dos portugueses. Grande parte das armas trazidas ao Brasil naqueles primeiros anos eram bestas, que disparavam flechas. Trouxeram lanças, chuços, espadas, facas³⁴, muitas “armas brancas”, que mantiveram seu espaço apesar das “armas de fogo”. Com os nativos, os colonos aprenderam técnicas de deslocamento silencioso em meio ao mato, técnicas de armadilhas, mas mantiveram-se usando sobretudo suas próprias armas. Nesta aproximação, conseguiram acima de tudo a adesão de muitos nativos às suas causas, a seus objetivos. Talvez se pudesse dizer de outra forma, que muitas vezes os objetivos de grupos nativos e de portugueses convergiam em alguns pontos, ou seja, lhes interessava a destruição de um determinado outro grupo, nestes casos buscavam os antigos acordos de cooperação na guerra. Na realidade a grande façanha de se continuar a obter a adesão de nativos às guerras leva-

das pelos portugueses, se deve a ação dos religiosos, das missões, da conversão dos nativos ao cristianismo. Deve-se à capacidade de liderança dos padres e frades, à própria desarticulação da sociedade nativa, e ainda aos interesses relacionados aos produtos que se obtinha através dos portugueses. Pequenos utensílios, instrumentos de baixo custo para os portugueses, mas de grande valia para os indígenas. Os machados de ferro bem representam esta gama de artefatos que se tornou necessária, quase que indispensável para muitos dos nativos. Os instrumentos similares de sua cultura, os machados de pedra, apresentavam um rendimento bem aquém daquele dos machados de ferro. E o repasse aos nativos dos machados de ferro interessava também aos portugueses; trabalhos de desmatamento para as lavouras de subsistência, a extração do pau-brasil, adquiriam muito maior agilidade com o uso dos instrumentos de ferro.

Aos portugueses interessava que os nativos se utilizassem de instrumentos de maior eficiência, de maior rendimento de trabalho. Por outro lado, os padres lutavam para aproximar os nativos dos costumes cristãos, para direcionar a economia dos nativos aos interesses portugueses; para que guerreassem lado a lado. Mas não lhes interessava, não se permitia aos nativos, o uso de armas de fogo. Este era o ponto de vista rígido dos dirigentes da metrópole³⁵, tanto portugueses, quanto espanhóis, que a partir de 1580 assumem o comando das colônias portuguesas, através da “União das Coroas Ibéricas”.

A determinação para que não se permitisse aos nativos o acesso às armas de fogo estendeu-se por praticamente todo o período colonial; foi mantida em todos os regimentos aos governadores. Tais determinações previam duras penas, que incluíam além da pena capital, a desapropriação dos bens, para aqueles que facultassem aos índios, o acesso às armas de fogo. Por diversas vezes se tentou armar (oficialmente) os índios de missões com armas de fogo, mas sempre com a recusa dos dirigentes.

O efeito das armas de fogo sobre o moral dos nativos, que de início teria sido provavelmente devastador, logo foi superado. Entre os colonos, que portavam armas de fogo, toda a operação para o remuniamento após cada disparo, deixava o artilheiro vulnerável aos disparos das flechas³⁶, até mesmo ao ataque corpo-a-corpo.

Por outro lado, a mesma guerra com os nativos que a princípio quase destruíra a empreitada colonial, fez, por seu turno, com que ganhassem experiência com as táticas e as armas nativas. Em seguida, as campanhas ao lado de nativos no combate aos inimigos comuns, deram aos colonos do Novo Mundo, uma inestimável experiência na arte da guerra em meio as florestas tropicais, que em época muito próxima viria a ser de extrema valia no combate a tropas européias invasoras.

A princípio eram os ataques corsários. A luta para evitar o saque, a destruição do que havia sido construído. Piratas, sobretudo franceses e ingleses, infestavam as águas dos mares, não só nas rotas de comércio, mas também ao longo da costa. Olinda vivia sob ameaça, e a proporcionalmente reduzida população que permanecia na vila não era suficiente para fazer face aos cuidados com a defesa e o cumprimento da determinação real de avançar para o interior em busca de minas. Este perigo era bem claro aos olhos do donatário de Pernambuco, que não ousava abandonar a vila, face aos riscos que corria se ficasse sem defesa.³⁷. Além do risco de ataque dos nativos, como ocorrera em Igarassu, havia o perigo dos ataques de piratas. Seus temores não eram infundados, nem no que concerne ao nativos, nem no que concerne aos piratas.

Mesmo depois de já se haver superado a questão das lutas contra os índios, pelo menos nas áreas mais próximas, a ousadia (ou o poderio) dos piratas permanecia como uma ameaça. Embora o Recife não ostentasse o casario de Olinda, seus armazéns onde se estocava o açúcar para embarque, atraía o interesse dos saqueadores. Já no final do século dezesseis. O



Detalhe de um mapa do Brasil, ilustrado, onde se vêem índios no trabalho do corte e transporte do pau-brasil. Observe-se que fazem uso de uma foice curva de metal e de machado de ferro, instrumentos obtidos a partir do contato com europeus. A representação das árvores, no entanto, não reflete as características do pau-brasil; nem mesmo da vegetação da América tropical, que é representada no mapa. Aí a representação da vegetação é totalmente influenciada pela experiência com uma vegetação temperada.

ataque desfechado contra o Recife por piratas comandados por Sir James Lancaster, venceu a resistência e os moradores foram saqueados.

Exceto pela tentativa francesa de fixar-se em Itamaracá, ainda na primeira metade do século dezesseis, as áreas efetivamente povoadas das capitanias de Pernambuco e de parte de Itamaracá, não sofreram ameaças de uma ocupação mais

permanente. Entretanto, os franceses por diversas vezes, em diferentes locais, tentaram tornar mais duradoura sua permanência no Brasil. Buscaram fixar-se no Rio de Janeiro, na Paraíba (baía da Traição, então limite da capitania de Itamaracá), no Rio Grande do Norte, no Maranhão, além de outras tentativas também malogradas.

Do mesmo modo fora infrutífera a tentativa holandesa de apossar-se da Bahia, sede do governo geral. Apesar dos prejuízos causados, pouco durou a ocupação. Naquela investida, a frota holandesa comandada por Jacob Willekens, ocupara Salvador. Os da terra, embora não tivessem podido impedir a ocupação, o saque, buscaram confinar os invasores à área ocupada. Muito já haviam adquirido das técnicas de guerra dos nativos. As Companhias de Emboscada, como eram chamadas, desenvolviam uma tática de guerra mista, onde associavam elementos técnicos e táticos europeus, às estratégias, às armas e sobretudo ao conhecimento do terreno nativo. Da construção de trincheiras, à ação rápida dos assaltos, das emboscadas; um tipo de 'guerra de cerco' que deixava ao invasor uma única saída: o mar. A porta por onde entrara restava como a sua única chance de obter mantimentos, de receber provisões.

Não podiam ter acesso às unidades de produção, um de seus objetivos básicos; restavam ainda sem chances de buscar alimentos. A cada tentativa de investir para o interior, embora saíssem em grande número, as investidas das guerrilhas, rápidas, silenciosas, fulminantes, impunham terror ao inimigo. Mas para os do Brasil, também lhes escasseava a munição de fogo, sobretudo a pólvora³⁸, o que não significava que escasseassem suas armas. Provavelmente as armas de fogo não seriam as mais numerosas, aos arcabuzes, juntavam-se os arcos, as flechas e as lanças; aos colonos juntavam-se os índios³⁹, sobretudo os 'índios dos padres' (jesuítas).

Mas o fracasso da invasão à Bahia, não desviou o objetivo holandês de garantir à Companhia holandesa, através



Ilustração de trecho da Capitania de Pernambuco, na última metade do século XVI, centralizada na área da Vila de Igarassu, incluindo ainda a Vila de Olinda e a Vila da Conceição (Capitania de Itamaracá) Ali estão representados além dos assentamentos de europeus, os assentamentos nativos. O tema central da ilustração parece ser os conflitos generalizados entre os habitantes da área. Fora da vila, se pode observar homens armados, brancos e índios que lutam ao mesmo lado contra outros nativos. No rio, embarcações portuguesas são atacadas por grupos de nativos, que usam além de suas flechas, a técnica de derrubar grandes árvores das margens do rio, sobre as embarcações.

das colônias portuguesas (à época colônias de Espanha), o açúcar para o comércio europeu. Anos mais tarde iriam promover um novo ataque, muito melhor aparelhado. Desta feita o alvo buscado iria depender das circunstâncias do momento: traziam diferentes alvos alternativos: Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Aquele em que fosse possível o assentamento serviria de base para a ampliação da conquista, cujos limites bem poderiam extrapolar as colônias produtivas da América.

Os inimigos de agora não mais se contentavam com os saques, com as investidas fortuitas. A estes interessava assenhorar-se da terra, sobretudo assumir o controle do comércio, e possivelmente da produção.

Todos estes ataques ou mesmo as ameaças, faziam com que a vida na colônia, o sucesso da empreitada colonial portuguesa, estivesse diretamente relacionado à capacidade de defesa de suas diversas unidades. Defesa que incluía homens, armas, estruturas de defesa, suporte alimentar.

NOTAS

- ¹ “Nos Açores, desabitado quando os portugueses começaram sua colonização em 1439, o açúcar foi rapidamente introduzido, (...).” SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 1988. p 24.
- ² “Na ilha da Madeira, (...). A colonização portuguesa desta ilha desabitada começou efetivamente sob os auspícios do infante don Henrique em 1425.” SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos...p 24.
- ³ “Em carta de data desconhecida, mas anterior a 1530, D. João de Melo da Cunha se oferecia para colonizar as próprias custas, levando consigo mil moradores, prontos a conquistar ‘uma terra que nam tem nenhum proveito e que pode ter muito’ tarefa exequível, ressaltava, porque ‘os omens que comygo hão de ir são de muyta sustância e pesoas muy abastadas (...) e nam Sam omens que estimem tam pouco o serviço de V.A. e suas honras que se contentem com terem quatro índias por mancebas e comerem dos mantimentos da terra, como faziam os que de lá vieram. (...)” COSTA PORTO, Estudo sobre Sistema Sesmarial. Recife, Imprensa Universitária. 1965.p. 23-4.
- ⁴ “a nau entrou pela barra do rio Jussará, ou Santa Cruz, fundeou em frente à ilha de Itamaracá, e desembarcando a sua gente apossou-se da feitoria de Pernambuco, apenas guarnecida por seis homens, os quais auxiliados por alguns índios, procuraram contudo, opor-se ao desembarque dos franceses” Pereira da Costa (1985).
- ⁵ “A nau La Pelerine partiu conduzindo um importante carregamento, que montava em cinco mil quintais de pau-brasil, trezentos de algodão, seiscientos papagaios, três mil peles de animais, trezentos macacos e muitas outras bugarias”. Pereira da Costa (1985).
- ⁶ “(...) a primeira casa de minha feitoria na margem continental do dito rio que cerca em redondo a Ilha de Itamaracá.”(...) “... ficará com o dito Duarte Coelho a terra da banda sul do dito rio, onde Cristóvão Jaques fez a primeira casa de minha feitoria” Carta de Doação da Capitania de Pernambuco, por D. João III.
- ⁷ “A identificação documental do local de instalação desta primeira Feitoria, pode ser feita através da Carta de Doação da Capitania de Pernambuco, por

D. João III, entretanto não restaram vestígios aparentes de suas estruturas. Sua localização em campo apenas pode ser feita através de escavações arqueológicas, realizadas em 1967, pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE.

⁸ “Tendo-se agravado depois de 1521, a insolência dos corsários de Ruão e Dieppe, D. João III, enquanto ensaia utilizar remédios diplomáticos, trata de enviar esquadras de defesa da costa, a primeira em 1526, sob o comando de Cristóvão Jaques, e segunda em 1530, capitaneada por Martim Afonso de Souza, medidas entretanto precárias, pois, apenas os navios regressavam ao Reino, o mar voltava a encher-se de piratas, repetindo-se os encontros bélicos nos mares e litorais, (...).” COSTA PORTO, Estudo sobre Sistema Sesmarial. Recife, Imprensa Universitária. 1965.p. 23

⁹ “A estratégia de defesa através de expedições de Guarda-Costa, no entanto, não produziram o efeito desejado, o que aliás não deveria ter sido esperado, pois, considerando-se a dimensão da costa que pretendiam defender, o efetivo das expedições, a velocidade de deslocamento das naus, a frequência com que retomavam, a ausência de equipamentos de rastreamento, etc., não seria possível, do ponto de vista operacional, o bloqueio de ações punctuais. A experiência demonstrou que, tão logo a expedição se afastava, os corsários voltavam a explorar os produtos da ‘nova terra.” ALBUQUERQUE, Marcos. *Contacts Between the Portuguese and Indians on Brazilian Coast, Circa 1516.* Anais do Congresso da Society of Historical Archaeology’ 93. Kansas City.

¹⁰ “Contava-se, no Brasil, para a exploração do açúcar, com o acúmulo de experiência nas técnicas de produção. Já em 1452, Diogo de Teive é autorizado a construir e implantar na Madeira, um engenho movido a água, que ampliava significativamente a produtividade da indústria.” ALBUQUERQUE, Marcos. *Jesuítas em Olinda: Igreja de Nossa Senhora da Graça, Herança e Testemunho.* Tese de Doutorado, UFPE, Recife 1995.

¹¹ “Ao introduzir na Colônia o sistema donatário, determinou el-Rei D. João III aos capitães dessem terras de sesmaria, ‘na forma que se contem na minha Ordenação’, vale dizer, mandava transplantar para o novo mundo o mesmo ordenamento excogitado para o Reino, nos tempos de D. Fernando, fórmula de resto natural: como no Reino e para resolver o problema do solo inculito, o Soberano ordenava fossem as terras da conquista repartidas entre os moradores, - de sesmaria - adotando a velha terminologia de 1375.” COSTA PORTO, op. cit. 1965. p.:37

¹² Costa Porto afirma que a fórmula adotada no Brasil foi aquela sugerida pelo Dr. Diogo de Gouveia, ou seja, as terras do Brasil foram divididas em grandes porções que eram “doadas” a vassallos aos quais o Rei legava “poderes majestáticos”. *Ibidem* p.:23

¹³ “De simples empresa espoliativa e extrativa - idêntica aquela que na mesma época estava sendo empreendida na costa da África e nas Índias Orientais - a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu.” FURTADO, Celso Monteiro. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília: Biblioteca Básica Brasileira 34, vol. 6. Editora da Universidade de Brasília, 1963:11

¹⁴ “O Rei Francisco I de França, insatisfeito com a repartição de terras entre Portugal e Espanha, feita pelos Papas, oferece cobertura e mesmo alimenta a ação dos flibusteiros do Mar do Norte. Já em 1521 era intensa a ação dos corsários franceses, de modo a por em risco o domínio lusitano das costas do Brasil.” ALBUQUERQUE, Marcos. *Jesuítas em Olinda: ...op.cit.*

¹⁵ “Muda, então, a Metrópole a orientação primitiva, conforme esclarece el-Rei, na carta de 28 de setembro de 1530, a Martim Afonso: ‘Depois de vossa partida, se praticou se seria de meu serviso povoar-se toda essa costa do Brasil, e algumas pessoas me requeirão capitánias em terra della. Eu quisera antes de niso fazer allgua cousa esperar vossa vinda, pera com vosa emformação fazer o que bem me parecer (...) e porém fui emformado que dallguas partes fazião fundamento de povoar a terra do dito brasyll, e considerando eu com quanto trabalho se lançaria fora a gente que a povoase, depois de estar assentada na terra, determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da prata sincoenta legoas da costa a cada capitania, como vereis pellas doações que logo mandei fazer.’ COSTA PORTO, *op. cit.* 1965:23.

¹⁶ “A aliança entre Roma e Portugal assumia proporções crescentes. Uma série de bulas seriam editadas beneficiando cumulativamente o Rei de Portugal.

Através da Bula *Inter Caetera*, emitida pelo papa Calixto II, em 13 de março de 1456, reafirmava a bula de 1455 e conferia à Ordem Portuguesa de Cristo, os bens e direitos eclesiásticos para todas as terras desde o Cabo Bojador e Nam como ainda para toda a Guiné. Ainda por determinação desta bula ficou

definido que seria responsabilidade do Grão Prior, o preenchimento de todas as jurisdições episcopais ordinárias nas terras ultramarinas. Jurisdição não apenas sobre as terras conquistadas, mas ainda sobre as que restava a conquistar. A bula *Inter Caetera* aumentou de forma significativa a soberania do Rei de Portugal pois, cabia ao mesmo, por determinação papal, o direito de pronunciar sentenças eclesiásticas, aplicar censuras e punir com a excomunhão, além de aplicar penas de suspensão, destituição e interdição onde e quando surgisse a necessidade.

A bula *Inter Caetera* não encerrou os beneplácitos papais para com o trono português. O papa Sixto IV, em sua bula *Aeternis Régis*, datada de 21 de junho de 1481, confirma os direitos outorgados ao rei de Portugal pelas bulas anteriores.

O papa Leão X, no dia 07 de junho de 1514, emitiu a bula *Dum Fidei Constantian*. Esta bula assegurava à Ordem de Cristo, o padroado de benefícios oriundos de todas as terras já descobertas e por descobrir. Esta bula assegurava ainda a D. Manuel, na qualidade de Grão Mestre da Ordem, todos os benefícios menores que eram exercidos pelo Grão Prior.

A estrutura do Padroado consistia em uma concessão de Roma em benefício de Portugal. Pois, com a criação desta estrutura, o poder de Roma seria reduzido em relação a Portugal, entretanto atendia a uma estratégia adotada por Roma que viria posteriormente a beneficiar ambos os segmentos. O padroado do benefício episcopal foi outorgado ao Rei na qualidade de Rei, enquanto que o padroado espiritual foi outorgado ao Rei, não pela sua qualidade de Rei, mas sim pelo fato do mesmo ser o Grão Mestre da Ordem de Cristo.

Apenas cinco dias após a edição da bula *Dum Fidei Constantian*, em 12 de junho de 1514, o papa Leão X emite uma nova bula, a *Pro Excellente*. Com esta bula seria criada a diocese do Funchal, na Madeira, que incluía o território do Brasil. Com a criação desta diocese coube ao Rei de Portugal e a seus sucessores, o Padroado espiritual.

Ainda em 1514, o papa Leão X editou uma nova bula, a *Praecelsae Devotionis*. Esta bula, datada de 03 de novembro, não apenas confirmava a jurisdição anteriormente concedida à Coroa, mas a ampliava para além das Índias, mesmo para regiões ainda então desconhecidas." ALBUQUERQUE, Marcos. Jesuítas em Olinda: ... op.cit.

- 17 “(...) toda uma gama de atividades relacionadas tanto às estruturas agrárias, quanto às urbanas. À defesa, e à conquista. Toda essa mão de obra, não seria de portugueses. Não se dispunham à execução de todas as pesadas tarefas inerentes aos engenhos. A experiência portuguesa nos engenhos de São Tomé, serviram de base na orientação da alocação da mão de obra: grande número de escravos africanos. Evidentemente, os primeiros engenhos utilizaram-se da mão de obra nativa. Só posteriormente os africanos são em número suficiente para o desempenho das tarefas, para atender aos engenhos.” ALBUQUERQUE, Marcos. *Jesuítas em Olinda: ...op.cit.*
- 18 ALBUQUERQUE, Marcos. *Contacts Between the Portuguese and Indians on Brazilian Coast, op.cit.*
- 19 “Foy Duarte Coelho recebido dos Tupiambás (que assim se chamavão os Gentios que habitavão este monte, e suas ribeiras) com demonstrações gratas, respondendo n’elles o contentamento a grandeza do beneficio para que os envidava o Capitão Mor, offerecendo-se-lhes companheiros, se invadidos de outras nações, necessitasem da assistência das nossas armas. Como os nossos foram tratados do mayoral com mimos de hospedes, e os mais com agasalho de companheiros, pode sem contradição levantar Duarte Coelho hua torre ou castello de Pedra e cal (de que ainda aparecem ruínas), para nelle viver com a sua família, e ao pé delle hua povoação em que assistisse a sua gente.” LEITE, S, *Hist. Col....Vol. III: p. 314, apud COSTA PORTO. op. cit.: 66*
- 20 “O Pe. M. da Nóbrega, 1o Provincial dos Jesuítas no Brasil, acompanhou o núcleo de colonização, que chegou à Bahia em 29.03.1549 com o 1o governador-geral. Distinguiu-se como autor do Plano de Colonização adotado na implantação definitiva da colonização portuguesa no Brasil, e pela sua atuação como conselheiro político e militar do 1o e do 3o governadores-gerais. Teve influência total e irrestrita durante a administração de Mem de Sá (3o governador) que colocou em prática, a nível de política de Estado, o Plano por ele sugerido (Leite, 1938, II, p. 118). Proveu assim as bases teóricas da fase mais agressiva da conquista, movida a base de guerras de larga escala contra os povos indígenas do Brasil, usando maciçamente os ‘Índios dos Padres’ aldeados pelos missionários sob a sua chefia.” DIAS, Carlos A. *O Índigena e o Invasor. A confrontação dos povos indígenas com o invasor europeu nos séculos XVI e XVII. CLIO. Revista do Curso de*

²¹ “Assim aconteceu com os franceses. Da primeira vez que viestes aqui, vós o fizestes somente para traficar. Como os pero, não recusáveis tomar nossas filhas e nós nos julgávamos felizes quando elas tinham filhos. Nesta época não faláveis em aqui vos fixar. Apenas vos contentáveis com visitar-nos uma vez por ano, permanecendo, entre nós somente durante quatro ou cinco luas. Regressáveis então ao vosso país, levando os nossos gêneros para trocá-los com aquilo que carecíamos. (...) Agora já falais em vos estabelecer aqui, de construídes fortalezas para defender-nos contra nossos inimigos. Para isto trouxestes um Morubixaba (comandante) e vários pai . Em verdade estamos satisfeitos, mas os pero fizeram o mesmo. Depois da chegada dos pai, plantastes cruces como os pero. Começais agora a instruir e batizar tal qual eles fizeram. Dizeis que não podeis tomar nossas filhas senão por esposas e após terem sido batizadas. O mesmo diziam os pero. Como estes, vós não queréis escravos, a princípio. Agora os pedis e os quereis como eles, no fim. (...) Não creio, entretanto que tenhais o mesmo fito que os pero; aliás isto não me atemoriza, pois velho como estou, nada mais temo. Digo apenas simplesmente o que vi com os meus olhos.” Trecho da conversação entre os principais da aldeia Aussauap e os chefes franceses, relatada pelo sacerdote Claude de Abbeville, que considera que o ‘Diabo’ teria ‘levado um velho índio a esfriar o ânimo dos principais e dos anciãos’ para uma aliança com os franceses. ABBEVILLE, 1975:115-6, apud MAESTRI, Mario. Os Senhores do Litoral. Conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasileiro. (século 16). (2a. Ed.). Ed. Universidade, UFRS. Porto Alegre, RS, 1995.p. 156.

²² “No Brasil, a ação dos missionários foi bastante diversificada, e alguns de seus membros exerceram um papel preponderante no delineamento das estratégias políticas da conquista. Constituíram-se aldeamentos em diferentes locais, e os “índios dos padres” foram seguidamente utilizados nas guerras promovidas em larga escala contra os indígenas, e nisso se seguia o Plano de Colonização, apresentado pelo Padre Manoel da Nóbrega, primeiro provincial dos Jesuítas no Brasil, que chegou com o primeiro governador geral”. ALBUQUERQUE, Marcos. Jesuítas em Olinda: ...op.cit. p.145

²³ No Brasil, a ação dos missionários foi bastante diversificada, e alguns de seus membros exerceram um papel preponderante no delineamento das estratégias políticas da conquista. Constituíram-se aldeamentos em diferentes

locais, e os “índios dos padres” foram seguidamente utilizados nas guerras promovidas em larga escala contra os indígenas, e nisso se seguia o Plano de Colonização, apresentado pelo Padre Manoel da Nóbrega, primeiro provincial dos Jesuítas no Brasil, que chegou com o primeiro governador geral. ALBUQUERQUE, Marcos. Jesuítas em Olinda: ...op.cit. p 153

- ²⁴ “Quando os portugueses chegaram ao Brasil, calcula-se em um milhão e quinhentos mil a dois milhões o número de indígenas que aqui viviam, divididos em numerosos grupos tribais e lingüísticos. Os portugueses pensaram a princípio, como escreveu Caminha em sua saborosa Carta, que ‘a esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos.’ E começaram, logo nos primeiros dias, aquele método de dissolução cultural com que pensavam amansá-los. Não fora assim na Índia, com Vasco da Gama, nem assim o fará Cabral. As resistências opostas, uma terrível violência ensinaria que o Poder é Poder e que Portugal representava na época, ao abrir a Fronteira Mundial, o maior Poder agressor mundial. Na Índia, um e outro aplicaram verdadeiros terrorismos às populações desobedientes. Aqui esperavam não usar a violência. Mas o medo, que gera a violência e a agressão, já estava em Caminha, ao dizer que ‘os índios andavam já mais mansos e seguros entre nós, que nós andávamos entre eles.’ E assim foi durante longo tempo. Uma desafeição geral contra a terra e a indiada, dominava a gente portuguesa; um ódio incontido contra o gentio levava-a a praticar as maiores iniquidades, como as que praticaram Tomé de Souza, Mem de Sá e Jerônimo de Albuquerque, ao mandarem colocar à boca de bombardas, feitos em pedaços, os índios que mataram cristãos. Foi, portanto, na base do terrorismo, feito aqui, na Índia e na África que se impôs a paz cristã, que se sujeitou todo o gentio à lei dos colonos. Tirar o medo aos cristãos, senhorear o gentio pela guerra, amedrontá-lo com grandes ameaças, domá-lo e metê-lo no jugo e sujeição, tomar suas terras e roças e reparti-las pelos colonos, como escravos. Aí esta um quadro sumário dos contatos luso-indígenas do primeiro século que ensopou nossa terra de sangue indígena, apesar dos esforços da catequese jesuítica, sempre mais lembrada e louvada porque é a história triunfante e oficial.” RODRIGUES, José Honório - Características do Povo Brasileiro. Revista da Escola Superior de Guerra, ano V, n. 12. Edição Comemorativa Quadragésimo Ano. Rio de Janeiro, p. 137-157. 1989.:137-8. Ver ainda, dados mais atuais, propostos por DOBYNS, H. F. Estimate Aboriginal Population. 1: Na appraisal of techniques with a new hemispherical estimate, Current Anthology 7 (4) 395-449. E DENEVAN, William M. 1977. - The

aboriginal population in Amazonia . Denevan Ed. The native population of South America in 1492. p. 205-234. Madison: 1966.

- ²⁵ “Favorecer os índios que sustentarem a paz e fazer guerra contra os insurretos, dando-lhes castigo que sirva de exemplo a todos”. Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, (2a atribuição) mantida no Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588, apud SALGADO, Graça (Coord.). Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial. 2a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, (Publicações históricas, 86), 1990.p.171.
- ²⁶ “Ordenar que, nas vilas e povoações, se faça feira onde os índios possam comprar e vender, em pelo menos um dia de cada semana”, atribuição 8 do período 1548-1580, mantida no Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.171...
- ²⁷ “Atuar para que os índios convertidos morem junto às povoações das capitânicas.” Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, mantida no Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.171(20a. atribuição).
- ²⁸ “Manter a paz com os índios e, em caso de levante, cuidar da pacificação, tentando sempre evitar a guerra.” Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588, atribuição n. 6. apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.171.
- ²⁹ “Favorecer os eclesiásticos encarregados da conversão dos índios e ajudá-los em tudo que for necessário, com particular respeito aos padres da Companhia de Jesus, dando-lhes um bom pagamento por conta da Fazenda Real.” Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588, atribuição n. 5. apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.171.
- ³⁰ “Favorecer os índios já batizados, não consentindo que se façam agravos nem a uns nem a outros. Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588, atribuição n. 4. apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.171. e “Propagar a fé católica e fazer guardar as provisões sobre os índios, isentando do pagamento de dízimos aos que se fizerem cristãos, por tempo de 15 anos, dando-lhes terras para que façam suas roças de mantimentos.” Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588, atribuição n. 3. apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.170.
- ³¹ “Ordenar que os índios e negros rebelados sejam feitos escravos de galés.” Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588 [atribuição n.10], apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p 171

- ³² “Estabelecer boas relações com os Tapuias, visando a obtenção de informações sobre a qualidade e quantidade do salitre existente, e exportar para o Reino tudo o que se conseguir. Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588, atribuição n. 13. apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.171.
- ³³ “O empreendimento colonial português no Brasil exigiu certa retaguarda demográfica para sua efetivação: variado substrato humano branco, a fundamentar o universo social da economia escravista, necessitando ao mesmo tempo, uma espécie de estrutura urbana, responsável por atividades administrativas, militares e religiosas. Prover tal base populacional foi também preocupação da Coroa portuguesa, pois, além do carreamento de capitais para o erguimento de engenhos, era mister atrair colonos para compor o suporte mínimo de ocupação e defesa.” FERLINI, V. L. Amaral- Terra, Trabalho e Poder. São Paulo, Coedição Brasiliense /CNPq. (Coleção 100 Anos de Abolição - 1888-1988). 1988.p.: 15.
- ³⁴ Prescrições constantes do regimento conferido ao governador geral do Brasil em 1549... “para a segurança e defesa das povoações e fortalezas do brasil os capitães e senhores de engenho, nas quais haverá sempre tôres e casa fortes, serão obrigados a ter, a saber: cada capitão em sua companhia pelo menos dois falcões, seis berços, seis meio berços, vinte arcabuzes, a pólvora necessária, vinte bestas, vinte lanças e quarenta corpos de armas de algodão, dos que se usam no brasil; e os senhores de engenho ao menos quatro berços, dez espingardas e a pólvora necessária, dez bestas, dez lanças, vinte espadas e vinte corpos de armas de algodão.” COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Anais Pernambucanos 1493 - 1590. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1983. V. 1, il. (Coleção Pernambucana - 2º fase, 2). p. 257
- ³⁵ “Proibir que pessoa alguma, de qualquer condição, dê aos índios armas e munições, sob pena de morte e perda de todos os bens”. Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, (15a atribuição) em R.F.A., vol. 1, p 35-51, mantida no Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588. apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.170.
- ³⁶ (Relativo ao cerco dos Caetés a Igarassu, em 1548) Os sitiantes construíram, se bem que de uma maneira informe, dous entricheiramentos de arvores cortadas: de noite recolhiam-se a elles, para se defenderem das sortidas inesperadas, e de dia punham-se a abrigo dos tiros de espingarda em fóssos

profundos, que haviam cavado, e donde saíam muitas vezes para surpreender a praça. Nestes ataques, logo que viam fazer-se-lhes pontaria deitavam-se por terra, entretanto que passadas as balas, levantavam-se, e avançavam, arremessando dardos á estacada, e disparando frechas guarnecidas de algodão inflamado para incendiar as obras, e as casas, que pela maior parte ainda eram de madeira, ou taipa. F0027 p. 97

³⁷ “deixar aqui a cousa fornecyda e a bom recado por todallas vyas, em especiall por estes franceses que, se senyrem nam estar na terra, cometerão a fazer o que soyam fazer, mas nam poderam.” LEITE, Serafim, S. I.. História da Companhia de Jesus no Brasil, vol. III. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugalia, 1950:314.

³⁸ “Muitas vezes, particularmente ao princípio, se sustentavam só de farinha de guerra, sem mais que uma pouca de água. As folhas das árvores lhes serviam de pratos de comer e púcaros de beber. Menos porém sentiam esta falta que a de armas e munições, a qual era tanta que o soldado que disparava o segundo tiro não tinha como que atirar o terceiro; (...) chegou a não haver em todo o arraial mais que um barril mui pequeno de pólvora, com o qual se sustentou o capitão Francisco Nunes Marinho muito dias, pregoando fingidamente que havia muita pólvora em uns barris que em casa tinha cheios de areia; e os nossos matavam uns holandeses para poder matar outros, servindo-se da pólvora que tomavam aos primeiros para poder atirar aos segundos.” SOUZA Jr., Antônio, Do Recôncavo aos Guararapes, 2a. Ed., Rio de Janeiro, 1949, p. 15.

³⁹ “Não ficaram aquém nesta empresa os índios frecheiros das nossas aldeias: antes eram a principal parte do nosso exército, e que mais horror metia aos inimigos; porque quando estes saíam e andavam pelos caminhos mais armados e ordenados em suas companhias, estando o sol claro e o céu sereno, viam subitamente sobre si uma nuvem chovendo flechas que os traspassavam; e como lhes falta o ânimo do outro espartano, não se atreviam a resistir, porque enquanto eles preparavam um tiro de arcabuz ou mosquete, já tinham no corpo despedidas do arco duas flechas.” SOUZA Jr., Antônio, Do Recôncavo aos Guararapes, 2a. Ed., Rio de Janeiro, 1949, p. 19.

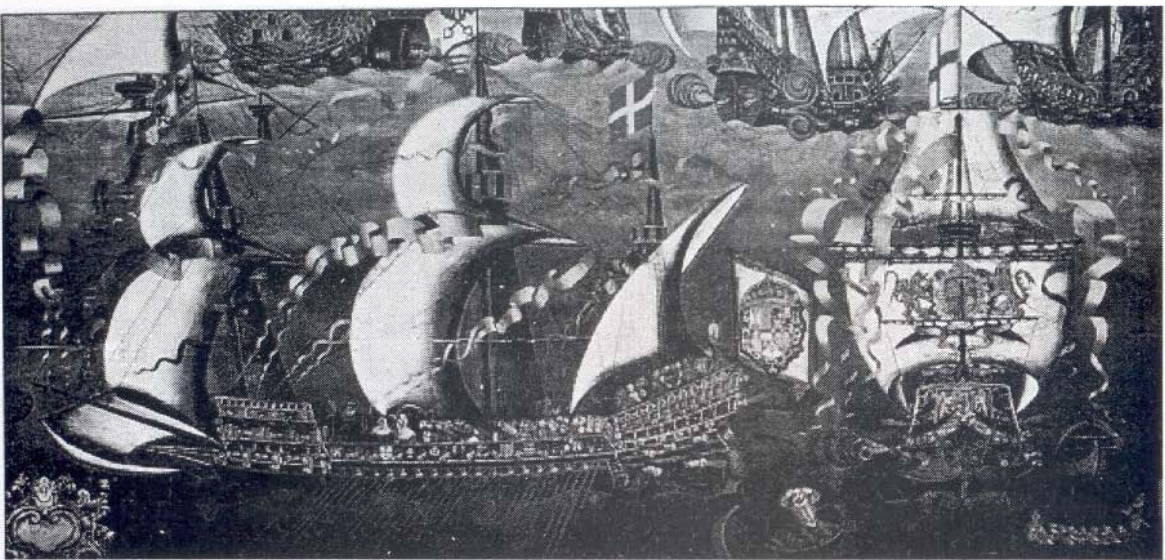
Os Terços da Defesa

HOMENS, ARMAS E ESTRATÉGIAS

De fato, vivia-se na colônia quase que em um clima de guerra permanente. Pelo menos nos primeiros anos. Mas este clima não representava uma peculiaridade da colônia brasileira. A iminência de guerra, ou melhor talvez, de combates, vivia-se em muitos lugares, em diferentes atividades, fosse ou não uma zona de fronteira.

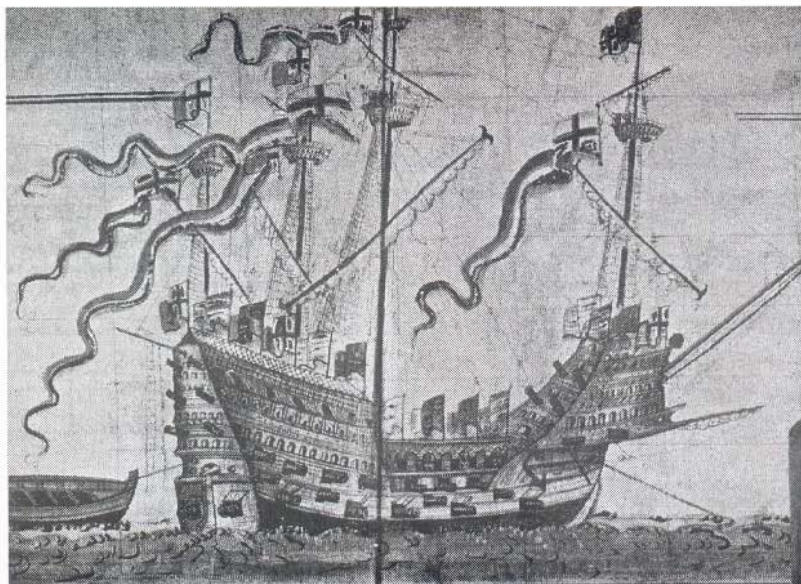
No mar, nas rotas de comércio, a incidência dos ataques, dos saques, foi de tal ordem, que as embarcações, mesmo as de carga, particulares, passaram não apenas a incorporar artilharia, como ainda a navegar constituindo comboios. Investiu-se ainda em diferentes tipos de embarcação, desde as maiores, mais pesadas, com maior capacidade de carga, que podiam ser artilhadas com muitos canhões, as mais leves, mais ligeiras, de maior capacidade de manobra. Estas investiam na capacidade de fuga, enquanto que as primeiras na capacidade de embate, ou mesmo em atemorizar os adversários. A 'invencível armada' espanhola contava com tais embarcações de grande poder de fogo. Eram as 'galeaças', um misto de galera e navio à vela, que com os seus 300 remadores, levavam 50 canhões e centenas de tripulantes e soldados. O prestígio destas embarcações de combate, sua capacidade nos embates, revelou-se sobretudo a partir

de 1571, quando em Lepanto, apenas seis delas, teriam destruído 70 galeras otomanas.



Galeça, misto de galera e navio a vela, capaz de transportar 50 canhões, 300 remadores e centenas de tripulantes e soldados. Detalhe de uma tapeçaria que representa a 'Invencível Armada'.

Mas em 1545 os ingleses já haviam construído uma embarcação capaz de transportar, em condições de combate mais de 90 canhões pesados. No afã de ampliar o número de bocas de fogo, mesmo nos conveses mais baixos foram feitas aberturas para os canhões. A necessidade de artilhar as embarcações muitas vezes chegava a comprometer a navegabilidade, como no caso do *Mary Rose* que afundou, tomado pelas águas que invadiram os porões através das aberturas para os canhões.



Mary Rose, navio da marinha inglesa, projetado para transportar mais de 90 canhões e que afundou em 1546.

No mar, os portugueses desde cedo distinguiram-se por suas arrojadas investidas em águas desconhecidas. Foram os portugueses que desenvolveram as primeiras embarcações tecnicamente capazes de navegar em águas mais abertas, efetivamente capazes de enfrentar o Atlântico.

Em terra, as condições não eram muito mais pacíficas. A utilização da pólvora para fins bélicos, o advento das armas de fogo, promoveram novos alinhamentos na ordenação das nações. Superadas as falhas iniciais, e com a crescente eficiência das armas de fogo, os projéteis arremessados através do poder explosivo obtido com o uso da pólvora, logo suplantaram as armas que dependiam da força muscular humana. Uma experiência que se desenvolveu ao longo dos séculos XIV e XV, com grande disseminação a partir do século XVI.

As muitas articulações políticas, os casamentos selando acordos, unindo reinos, não foram suficientes para promover a paz na Europa do século XVI. Na Europa, no Oriente Médio, no Extremo Oriente, as guerras se sucediam. E as guerras acompanharam os povos, os colonos, nas novas terras, nas colônias da África, nas ilhas do Atlântico, nas Américas¹.

No início do século XVI, Portugal se encontrava envolvido em muitas frentes de expansão; na África, nas Índias, no Japão; valiosas rotas marítimas de comércio. Nas ilhas do Atlântico experimentara com êxito, capitânias de produção. Sua mais nova conquista, as terras americanas do Brasil, a princípio pouco promissoras a curto prazo, não podiam de todo ser negligenciada, sob risco de perdê-las. Nos primeiros anos, a preocupação portuguesa voltava-se para o reconhecimento preliminar das costas, os acidentes geográficos, seus portos, sua extensão e sobretudo uma avaliação de seu potencial. A expedição de Gaspar de Lemos, ainda em 1501 teria fundado, feitorias ao longo da costa do Brasil. Eram feitorias fortificadas², que abrigavam um pequeno contingente encarregado de buscar estabe-

lecer comércio com os nativos, obter informações acerca de possíveis riquezas no interior, ao tempo em que deveriam evitar o comércio dos navios de outras nações, com os nativos da área. As feitorias representariam talvez, as primeiras iniciativas de caráter de defesa nas terras da América portuguesa. Efetivamente, pouco poderia ser feito em termos de defesa da costa, por aqueles poucos homens. Apenas podiam buscar constituir bases para o comércio dos produtos da terra. Um ponto de estocagem, no aguardo da próxima vinda de barcos portugueses. Distantes entre si, as feitorias sequer poderiam oferecer apoio recíproco. No máximo poderiam servir como ponto de refúgio a ser buscado quando de um ataque corsário, como ocorreu por ocasião do ataque francês à feitoria de Pernambuco, quando os sobreviventes buscaram alcançar a feitoria do Rio de Janeiro.



Representação da Vila de Igarassu, a primeira instalada na Capitania de Pernambuco. Observe-se a cerca que defendia a cidade e a artilharia preparada para fazer face ao ataque dos nativos. Observa-se ainda o tipo de construção representado no interior da vila, que muito se aproxima das representações das construções nativas.

Apenas em 1526, quando as costas brasileiras estavam sendo assiduamente freqüentadas por piratas de todas as bandeiras, Cristóvão Jáques é nomeado para 'governar as partes do Brasil', possivelmente a primeira atribuição nitidamente militar em terras brasileiras ou, no mínimo, a primeira de que se tem notícia³.

Mas é com a instituição do regime das capitanias hereditárias, que começa a se implantar efetivamente um sistema para a defesa da colônia. Um sistema de defesa que não incluía um corpo de tropa estritamente vinculado às atividades de defesa. Tão pouco, se poderia classificar as responsabilidades de defesa implantadas a partir de então na colônia, como um senhorio, concedido com o fito de angariar serviços militares, prática compatível com o sistema feudal. Na realidade, as obrigações inerentes ao cargo de capitão-mor, acumuladas pelos primeiros donatários, antes refletiam sua condição de representante do rei, a quem cabia administrar aquele segmento da colônia, em seu nome. Cabia-lhe o direito (dever?) de doar terras em sesmaria, e de cobrar dos sesmeiros sua contrapartida em termos da defesa da colônia. Com a criação do cargo de capitão / donatário, são estabelecidas as primeiras normas em termos de jurisdição de comando, de limites de autoridade, das bases para o estabelecimento de um sistema mais regular de defesa. O título de capitão-mor, conferido a Martim Afonso em 1530, é também conferido em 1534 a Duarte Coelho⁴; a partir de então a todos os donatários. Deste modo, cabia ao capitão/donatário, no âmbito de sua capitania, a responsabilidade pela defesa e o comando militar, por consequência. Neste sistema que se implanta com o regime das capitanias, não competia diretamente ao Estado, à Metrópole, a defesa da Colônia, mas aos próprios colonos⁵, sob o comando dos donatários. Era a iniciativa privada assumindo a defesa do próprio da coroa, que por beneplácito do rei, podia ser por aqueles colonos, de qualquer nível, de uma forma ou de outra, explorada. Mas logo cedo este sistema iria se

mostrar frágil. Se fora uma colônia de exploração, seriam mais reduzidos os gastos, seriam menores as despesas daqueles que se propunham a colonizar. Mas para aqueles que se propunham efetivamente a implantar um sistema produtivo, a fixar-se na terra, a constituir na colônia uma nova sociedade, para estes, os custos eram muito altos. Custos financeiros, custos de desgaste e de riscos pessoais. Estes aspectos não passavam de todo despercebidos ao rei, tanto que cuidou de promover algumas facilidades, tanto para a implantação das atividades produtivas, quanto para as questões de defesa. Armas e munições que fossem comercializadas para a colônia, seja para os colonos, seja para comerciantes que lá as iriam vender, podiam ser livremente negociadas sem o pagamento dos 'direitos'⁶. Esta isenção de impostos beneficiava tanto as importações feitas por moradores, quanto as importações para o comércio de armas e suprimentos de guerra na colônia, fossem os negociantes portugueses ou estrangeiros⁷. Exigia-se apenas que tais produtos fossem comercializados exclusivamente com os moradores e povoadores da colônia, que fossem cristãos e súditos do rei de Portugal.

Entre os suprimentos de guerra, a pólvora representava provavelmente o elemento que envolvia maiores riscos. Imprescindível às novas armas de então, a pólvora era, por outro lado, de difícil conservação e de arriscado transporte. Deste modo, a pólvora deveria, pelo menos em parte, ser produzida na colônia, provavelmente em pequenas unidades de produção que aqui teriam sido implantadas. É o que se pode apreender do fato que, a isenção de impostos sobre os suprimentos de guerra, contemplava também a importação dos dois principais⁸ componentes da pólvora: o salitre e o enxofre.

As armas individuais, a munição, a própria artilharia, deveriam ser providenciadas pelo capitão; a ele competia promover os meios de fazê-las chegar na capitania. Mas os encargos, os custos com as armas, não competia apenas ao donatário; todo colono era obrigado a dispor de arma e saber usá-la. Os

sesmeiros, os donos das fábricas de açúcar, estavam obrigados a dispor de meios (homens, armas, munições, estruturas de defesa) para garantir a segurança de seus moradores.

O sistema implantado não comportava um corpo de tropa permanente, com treinamento militar. Cada colono, cada sesmeiro, cada povoador, cada morador, representava parte da tropa de defesa. Todo aquele 'capaz' de pegar em armas, estava obrigado a servir em tempo de guerra, sob o comando do capitão.

O sistema de defesa implantado na colônia, em suas bases, assemelhava-se àquele anteriormente adotado na Europa, quando não havia um exército de tropas regulares, e tão somente se dispunha de um corpo de oficiais a quem competia promover o treinamento em armas da população capaz.

Na metrópole, o sistema de defesa passava por um momento de sucessivas reformas. Na primeira metade deste século XVI, o rei Dom João III, através do Regimento de 7 de agosto de 1549, reorganiza o sistema de defesa de Portugal. A partir deste regimento, o serviço militar torna-se obrigatório, sem distinção de privilégios, ampliando deste modo as forças militares portuguesas. No Brasil, a 1.º de Outubro de 1563, o então governador, Conde de Óbidos assina o primeiro Regimento dos capitães-mores⁹ que disciplina a administração militar do Brasil colonial¹⁰.

Pouco mais tarde, já no reinado de D. Sebastião (1568-1578), a instituição do Regimento Geral das Ordenanças, em 10 de dezembro de 1570 vinha a fortalecer os objetivos do regimento de 1549. Durante o século XVI, Portugal, não dispunha de um exército permanente¹¹. Só após a Restauração, em 1640, viria a se constituir o exército permanente português, com tropas regulares, e tais tropas seriam recrutadas a partir do corpo de Ordenanças

CUSTOS DE DEFESA

No Brasil, mesmo antes da instituição do regimento de 1549, a defesa constituía-se em uma das obrigações de todo aquele que permanecesse na colônia. Fossem eles privilegiados com terras ou com cargos; fossem comerciantes, trabalhadores pagos ou desenvolvessem qualquer tipo de exploração, que ocupassem a colônia, todos eles tinham obrigações para com a defesa. Tais obrigações incluíam homens e armas. Mais ainda, o serviço para com a defesa, distinguia privilégios. Privilégios em termos de obrigações e direitos (cargos). Todos estavam obrigados a possuir armas, entretanto, a obrigatoriedade quanto ao tipo de arma e o número delas, dependia da condição social de cada um. Aos capitães cumpria manter *“pelo menos dois falcões e seis berços e seis meios berços e 20 arcabuzes ou espingardas e pólvora para isso necessária e 20 bestas e 20 lanças ou chuças e 40 espadas e 40 corpos de armas de algodão das que na dita terra do Brasil se costumam”*¹², enquanto que, os privilegiados com terras, fossem senhores de engenho ou de fazendas, além da obrigatoriedade de construir torres ou casas fortes em suas propriedades a fim de poder abrigar seus moradores em momentos de perigo, estavam obrigados a possuir *“ao menos quatro berços e dez espingardas com a pólvora necessária e dez bestas e 20 espadas, 10 lanças ou chuças e 20 corpos de armas de algodão.”*¹³ Aos senhores era cobrada, portanto, a disponibilidade de armas para aqueles que estavam a seu serviço. Armas e munição que, quando necessário, seriam usadas pelos defensores.

Mas não apenas os proprietários, as pessoas mais abastadas deveriam possuir armas. Também aos moradores era cobrado esta obrigação: *“todo o morador das ditas terras do Brasil que nelas tiver casas, terras ou águas ou navio, terá ao menos besta, espingardas, espada, lança ou chuço”*¹⁴.

Como se pode perceber das ordens emanadas da coroa, todas estas armas não seriam efetivamente vinculadas a uma instituição governamental. Seriam armas de particulares, com as quais se visava a defesa da comunidade. Entretanto, mesmo sendo armas de particulares, custeadas por particulares, eram obrigatórias. Representavam o mínimo necessário, exigido, e desta forma, sujeitas à fiscalização. Armas mínimas para se dispor, o que, no entanto, não impedia que fossem adquiridas armas além do mínimo obrigatório.

Os homens, por seu turno, estavam obrigados a 'acudir nas horas de necessidade', atendendo ao chamado do capitão.

O sistema sesmarial no Brasil seria administrado sob o regime de Donatarias (Capitanias), até a instituição do governo-geral, uma administração que convergia diretamente para o rei, sendo cada uma das donatarias autônoma, e cada donatário de uma autoridade ampla, quase absoluta em sua área de jurisdição. Donatário ou governador da capitania, era um cargo administrativo, ao qual se somava o de capitão. E cabia aos capitães/governadores, fiscalizar para que todos possuíssem as armas obrigatórias e mobilizar os colonos para os exercícios militares.

Alguns autores discutem a relação existente entre o cargo de capitão e a responsabilidade com a organização e chefia militar¹⁵. Uma discussão que provavelmente tem por base a questão do possível caráter feudal do início da colonização no Brasil. Entretanto, há que se lembrar que muitos dos súditos portugueses aos quais foram concedidas capitanias, recebiam-na como prêmio por seus serviços prestados à coroa, freqüentemente serviços militares. Eram portanto homens afeitos ao comando em situações de guerra, práticos nas armas, da confiança do rei¹⁶.

Coube ainda aos capitães/donatários dar início a um sistema mais regular de defesa, instituindo em suas áreas de ju-

risdição, o início de uma organização militar. Cabia ao capitão-mor/donatário a nomeação para provimento do cargo de alcaide-mor de sua capitania. O alcaide-mor, um oficial militar, respondia junto ao governador, a quem prestara juramento, pela defesa da capitania. Pela defesa, e em parte pela ordem, pois lhe competia além de cuidar da defesa das fortificações, das vilas, responder pela guarda e disciplina da cadeia local, como ainda arrecadar as despesas para com a carceragem.

Entretanto, manter um sistema defensivo contra o assédio de tão variados inimigos e, ao mesmo tempo implantar não apenas as fábricas e os plantios para o açúcar, mas todo um conjunto de infra-estrutura necessário, desde os templos aos hospitais, era, de fato, um esforço financeiro que estava acima mesmo dos 'grossos' recursos dos escolhidos para administrar a colonização através de capitanias. Não seria diferente nas colônias das ilhas do Atlântico nem nas da África. Os primeiros capitães do Funchal e de São Miguel, seriam exceções neste quadro¹⁷. Aqueles senhores, com seus próprios recursos, chegaram a implantar grandes contingentes militares e a sustentar guerras na África.

No Brasil, muitos sequer vieram tomar posse; outros sofreram infortúnios de início, desistindo; outros ainda viram seus esforços destruídos, quando não foram eles mesmos destruídos. Mesmo aqueles que alcançaram sucesso em seu empreendimento, reconheciam a extrema dificuldade de implantar e sustentar a defesa, sem o auxílio da metrópole. Em Pernambuco, capitania que já contava com engenhos de açúcar moendo, que enchiam os navios com seu produto, mesmo ali, reconhecia o capitão, a defesa carecia de amparo¹⁸.

As dificuldades para com a defesa, a inoperância de muitas das capitanias, os conflitos que se estabeleciam entre elas como no caso de Pernambuco e Itamaracá, e sobretudo uma mudança de postura política da metrópole, conduzem a alteração do regime administrativo da colônia do Brasil: a recupera-

ção das capitâneas pela metrópole e a instituição do governo geral.

A partir da implantação do governo geral, a responsabilidade maior da defesa passa ao governador geral, responsável ainda pela disciplina militar das capitâneas. Estas medidas, entretanto, não eximiam a responsabilidade militar dos capitães, em suas respectiva capitâneas¹⁹.

Deste modo, com a instituição do governo geral, a mudança na política portuguesa voltada a uma administração mais centralizada da colônia americana, reflete-se também nas preocupações para com a defesa, e a coroa passa a arcar com grande parte destas despesas. Ao primeiro governador-geral competia ir à Bahia capitaneando uma armada provida de artilharia, armas, munição e gente; eram provimentos disponíveis ao governador não apenas para a travessia dos mares, mas ainda para a implantação de um sistema de defesa na nova sede de governo. Deveria ele ali, implantar uma povoação e promover, através da construção de uma fortaleza, a sua defesa. Cabia ainda à sede do governo prestar ajuda às demais povoações. Mas as dotações da metrópole, se sabia, não seriam suficientes; requeria-se toda a ajuda possível dos capitães donatários estabelecidos²⁰.

A primeira atribuição conferida a Tomé de Sousa, impurtha, portanto, a implantação de um sistema de fortificação para a nova sede de governo a ser implantada²¹, e refletia a preocupação para com a defesa não apenas da capitania real, mas de todas as demais capitâneas, sobretudo aquelas que começavam efetivamente a se implantar. As capitâneas deveriam ser visitadas pelo governador geral, que nestas visitas, deveria decidir "*juntamente com os seus capitães, provedores-mores, ouvidores, oficiais da Fazenda e alguns homens principais da terra, a melhor maneira de se governar e manter a segurança das mesmas*"²². Cabia ainda ao governador-geral fazer cumprir nas capitâneas, a determinação de que não apenas os capitães e se-

nhores de engenho, mas ainda todos os moradores, possuísem armas “necessárias à defesa da terra”; seria concedido um prazo máximo de um ano para a aquisição destas armas²³.

Contra quem seriam tais guerras, que inimigos iminentes temiam?²⁴ A julgar pelas atribuições do Regimento de Tomé de Sousa, dois grupos básicos representavam o perigo à colônia: os nativos, habitantes da terra, e europeus, de outras nações, comerciantes que buscassem negociar os produtos da terra, que buscassem efetivamente se estabelecer, ou mesmo corsários, que viessem a pilhar as povoações do novo mundo ou as embarcações, que trafegavam entre a colônia e a metrópole.

Para a defesa contra os ataques vindos do mar, trazia o governador-geral a recomendação²⁵ de “mandar construir os navios necessários ao serviço da terra e à defesa do mar”²⁶. Quanto aos corsários, deveriam ser combatidos, e para tal um funcionário deveria ser designado especificamente para cumprir esta missão²⁷.

Contra as forças de terra, outras estratégias²⁸ eram traçadas: promover alianças²⁹, incentivar a aproximação³⁰, evitar possíveis áreas de atrito entre colonos e nativos³¹, e sobretudo impedir, a todo custo, que os nativos tivessem acesso a armas européias³². É interessante observar que não se fazia referência aos negros, nesta restrição; nem no Regimento de Tomé de Sousa, quando ainda era reduzido o número de negros, nem nos regimentos subsequentes.

O Regimento que trazia Tomé de Sousa³³, dispunha ainda quanto a organização militar a ser implantada no Brasil; estabelecia as normas de recrutamento e do serviço militar, regulamentando ainda o provimento dos cargos e a distribuição dos encargos e missões. Estabelecia o tipo e quantidade de armamento a ser mantido pelos capitães-mores e senhores de engenho, que seriam inspecionados pelo provedor-mor. Por outro lado, como retribuição, o governo concederia honrarias àqueles

que servissem em situação de guerra, cabendo ao governador-geral agraciá-los com graus das Ordens Militares³⁴.

A instituição, em Portugal, do regimento geral das Ordenanças em dezembro de 1570 e a provisão das Ordenanças de maio de 1574, refletiram-se no Brasil. O cargo de capitão-mor, anteriormente exercido pelo donatário, passa a integrar o corpo de oficiais das Ordenanças. Provido pelo rei ou eleito pela Câmara, todavia, o capitão-mor deveria pertencer aos 'principais da terra'. O alcaide-mor, a quem cabia cuidar da defesa de fortalezas, cidades e vilas da capitania, exerceria, a partir de então, a função de capitão-mor do lugar onde residisse. Aos capitães-mores cabia efetivamente a organização militar na sua área de jurisdição; a ele cabia a fiscalização do treinamento, assim como do estado das armas; cumpria ainda punir e premiar os demais oficiais, pelo seu desempenho.

Ao longo dos sucessivos governos gerais, a política de defesa sofre algumas alterações.

Observa-se neste período, uma efetiva preocupação com a defesa da colônia. Dentre as 39 atribuições do governador-geral (14 mantidas do período anterior e 25 novas atribuições), 19, ou seja, praticamente a metade, dizem respeito direta ou indiretamente à defesa. A defesa deveria ser financeiramente suportada em parte pela coroa, e em grande parte pelos colonos, senhores de engenho sobretudo, que contribuiriam para armar soldados e marinheiros. Ao governador cumpria executar obras de defesa e zelar pelo armamento existente; exigir das câmaras das cidades que custeassem a fabricação de 'fragatas ligeiras', que possibilitassem uma mais rápida comunicação entre as capitânicas. Cabia-lhe ainda organizar a defesa da cidade de Salvador, dispondo o modo como os soldados deveriam atuar.

Estas disposições foram passadas ao governador-geral Francisco Giraldes, que não chegou a assumir o cargo, e vigoraram para o período de 1588 a 1612.

Com a morte de D. Henrique, e a extinção da dinastia de Avis, o trono português em 1580 é incorporado por Felipe II da Espanha. A unificação das monarquias ibéricas, traz necessariamente conseqüências às colônias americanas. Capistrano de Abreu³⁵ chama a atenção para a questão dos limites das colônias até então distintamente portuguesa e espanhola, e as preocupações para com o povoamento das áreas, no sentido de garantir a posse. O rio da Prata e o Amazonas, limites naturais da colônia de Portugal, conforme se refere Capistrano de Abreu, não haviam sido atingidos pelos portugueses. Entretanto, o rio da Prata, já se encontrava em parte ocupado pelos espanhóis, enquanto que, o Amazonas, já despertara a atenção de várias outras nações. Durante a vigência da união das coroas ibéricas, optou-se então por uma política de conquista na direção Norte, atendendo inicialmente às capitanias que não haviam logrado se estabelecer, ou cujo estabelecimento de fato não se consolidara. Deste modo, em 1598, após a expulsão francesa, é criada a Capitania Real do Rio Grande³⁶, e fundada a cidade de Natal.

Mais ao norte, nas áreas das antigas capitanias do Ceará e do Maranhão, as tentativas de estabelecimento dos portugueses, não haviam logrado êxito. Ao contrário, tinha-se notícias de estabelecimentos franceses, apoiados por grupos indígenas. A política de conquista e expansão para o Norte levava em 1611 à tomada da região do Ceará aos franceses, e à criação da Capitania Real do Ceará. Os franceses expulsos do Ceará, assentam-se no Maranhão, e fundam a cidade de São Luís, que só em 1615 é tomada pelos portugueses. Só em 1616 os portugueses chegam ao Pará, onde constroem o forte do Presépio, que dá origem à cidade de Belém. Em seguida é criada a Capitania Real do Grão-Pará, que abrange as capitanias do Maranhão e do Pará. O avanço para o norte, reduz gradativamente a ação de apoio recíproco entre grupos nativos e estrangeiros, sobretudo franceses, no litoral. O interior da Amazônia, no entanto, continuava praticamente desconhecido dos europeus, exceto

pelos relatos e mesmo pela cartografia traçada por umas poucas expedições. Sabia-se que era uma área bastante povoada por grupos nativos, com um conjunto de rios, todos eles navegáveis, em grande parte de seus cursos, e que seria, possivelmente, uma porta de acesso às minas de prata.

O novo Regimento que trazia o governador-geral, a vigorar a partir de 1612, denota que as preocupações com os índios estariam ainda mais reduzidas. Ou melhor, evidencia-se a importância atribuída à participação do indígena na vida da vila. Era mantida a obrigatoriedade de feiras semanais nas vilas, onde os índios podiam comprar e vender; em contrapartida, contavam com os índios para a defesa do interior. Confiavam aos índios a fiscalização do caminho por terra entre Pernambuco e a Bahia³⁷. Entretanto já não mais se privilegiava a proximidade das aldeias com as vilas³⁸ e os engenhos. Ao contrário, proibiam-se o assentamento de aldeias de índios a menos de uma légua de distância dos engenhos³⁹. Esta proibição, entretanto, parece que não visava especificamente afastar os índios, mas garantir a manutenção das matas em torno dos engenhos; garantir a lenha para as fornalhas. O mesmo dispositivo proibia também a implantação de roças⁴⁰ naquele mesmo entorno, e mais, proibia a implantação de engenhos muito próximos uns dos outros⁴¹. Enquanto se faziam restrições à implantação de engenhos muito próximos uns dos outros, e às roças naqueles entornos, recomendava-se o povoamento e o cultivo das terras doadas, prevenindo inclusive o confisco das terras não trabalhadas⁴². Recomendava-se ainda a conservação das matas para que não faltasse madeira para construção nem lenha para os engenhos⁴³. Dispunha ainda quanto à venda e o preço da lenha a ser vendida aos senhores de engenhos, pelos donos das terras em que ainda havia mata; preços taxados pelas Câmaras das áreas onde se localizassem os engenhos⁴⁴.

Ainda com respeito às relações com os indígenas, as recomendações aos governadores quanto à propagação da fé ca-

tólica entre os indígenas, de manutenção da paz, de respeito e privilégio aos índios cristianizados⁴⁵, são mantidas, acrescentando-se recomendações quanto a observância da lei sobre a liberdade dos índios⁴⁶. Liberdade que não incluía o acesso às armas de fogo, proibição ainda mantida neste período⁴⁷.

O duplo regime de capitanias hereditárias e capitanias reais, as diferenças entre investimentos privados e públicos, diferenças nas amplitudes de jurisdição, geravam muitas vezes conflitos internos, que preocupavam significativamente a Metrópole. As contendas entre capitães de capitanias, as questões de limites entre as capitanias do Rio Grande e da Paraíba precisavam ser dirimidas. A própria ordem no Rio Grande carecia ser restabelecida⁴⁸. Preocupava ainda, os limites de jurisdição, de mando, entre donatários e o governo-geral⁴⁹. Alguns capitães não desfrutavam da confiança do rei; e deveriam ser, ao menos temporariamente, substituídos na guarda e administração da capitania⁵⁰.

Mas outras questões de defesa interna, envolviam ainda a reorganização da assistência civil, militar e eclesiástica do Estado⁵¹.

De resto, cumpria ao governador-geral inteirar-se da situação de cada capitania quanto ao estado das armas, munições⁵², e fazer cumprir as determinações quanto a disponibilidade nas capitanias, nos engenhos, das armas necessárias à defesa⁵³.

Corsários continuavam representando um perigo iminente, e mereciam que se mantivessem as recomendações para o seu combate⁵⁴.

O acesso às minas representava uma questão fundamental de defesa, e a guarda dos portos de acesso àquelas minas já havia sido motivo de regimento próprio, desde 1603⁵⁵.

Os portos, as fortificações e o armamento de todo o Estado mereciam recomendação quanto ao zelo⁵⁶, à vigilância e à

defesa, entretanto, pode-se observar uma severa preocupação com a organização das contas, e até mesmo, uma perigosa redução nos gastos com a defesa. Não bastasse a defesa da colônia depender, em homens e armas, em grande parte, dos próprios colonos⁵⁷, a coroa buscava decerto reduzir suas despesas ao sugerir a extinção de praças na Bahia (as que o novo governador julgasse desnecessárias), recomendando apenas a conservação de duas delas⁵⁸. De qualquer sorte, a 'gente de guerra' não seria totalmente descuidada; o governador-geral deveria fiscalizar a disponibilidade de armas para esta 'gente', bem como manter em dia o seu pagamento⁵⁹. Aliás não só o pagamento da 'gente de guerra'⁶⁰, mais ainda o pagamento dos oficiais civis e mesmo dos eclesiásticos; despesas a serem supridas através da arrecadação das dízimas. Tais pagamentos deveriam ser mantidos em dia, mesmo que para isso fosse necessário ao governo recorrer a empréstimos, aos mais abastados, em consignação⁶¹. Tal disposição de manter em dia as contas, incluía ainda controlar as receitas e despesas, através de uma folha a ser aprovada pelo provedor-mor da Fazenda, de modo que os gastos, em tempos de paz, fossem controlados, pautados por esta folha. No caso de guerra, entretanto, poderia o governador-geral permitir outros gastos.

Gastos estes que, pouco mais tarde, viriam a ser necessários, com as notícias do iminente ataque holandês à colônia. Os holandeses organizavam, então, uma ofensiva contra a Espanha, no sentido de recuperar a antiga fonte produtora de uma enorme parcela dos bens que comercializavam - o açúcar do Brasil.

OS DEFENSORES DA COLÔNIA

Embora as diretrizes da metrópole fossem direcionadas aos governadores-gerais, cabia ao alcaide-mor, como oficial militar encarregado do governo, a nível local, a defesa do lugar.

De início, o cargo de alcaide-mor⁶² foi exercido pelos capitães/donatários, a quem, cabia ainda nomear alcaides-mores para as vilas e povoações de sua capitania. Com a instituição do governo-geral, entretanto, a forma de nomeação destes funcionários nas capitanias da Coroa, não se mostra explícita, como observa Salgado, com base na documentação por ela levantada⁶³.

Deste modo, nas capitanias hereditárias, o comando militar⁶⁴ era exercido pelos capitães/donatários que respondiam pela defesa da capitania, pelo comando das forças de defesa, de toda sua área de jurisdição. Cabia ao capitão/donatário fiscalizar as armas, providenciar munições, obter os meios para construir as obras de defesa.

Mesmo com a implantação das capitanias reais, os governadores mantêm ainda a título de capitão, entretanto, não exerceriam necessariamente o cargo de capitão-mor. O capitão-mor deveria necessariamente ser um dos “principais da terra” podendo ser nomeado pelo rei, a quem prestaria juramento, ou à Câmara, se eleito.

Aos governadores cabia fiscalizar se os senhores de engenho e demais moradores da terra possuíam a artilharia e as armas obrigatórias, informando ao governador-geral as disponibilidades da capitania quanto às armas e munições, bem como da necessidade ou não de ajuda⁶⁵. Por outro lado cumpria ainda aos governadores das capitanias, enviar auxílios de toda natureza ao governador-geral⁶⁶. No campo do que se poderia talvez chamar da política interna de defesa, ou seja, das relações entre colonos e índios, cabia aos governadores decidir, juntamente com o governador e provedor-mor, acerca das relações a serem mantidas com os índios⁶⁷, sempre evitando que “pessoa alguma, de qualquer qualidade e condição, vá saltar ou fazer guerra aos índios, sem sua licença”⁶⁸. O comércio entre cristãos e índios, a exceção dos dias de feira semanal, deveria ser avaliado pelo governador a quem os interessados deveriam solicitar licença específica⁶⁹.

Com a instituição do Regimento de Ordenanças em 1570, e sua aplicação no Brasil, a organização da defesa passa a ser mais distribuída; os cargos assumem atribuições mais bem definidas, passando a ser exercidos por diferentes pessoas, e não mais acumulados por uma mesma autoridade.

No período de 1570 a 1580, a nível das capitâneas, a administração das forças de defesa era exercida pelo capitão-mor, hierarquicamente superior ao alcaide-mor, que servia de ligação entre as companhias de ordenança e o capitão-mor. O posto de capitão-mor, relacionado às Ordenanças foi criado em dezembro de 1570, e apenas provido em maio de 1574. Suas atribuições estão definidas através do regimento dos capitães-mores, de 10.12.1570, e da provisão das ordenanças, de 10.05.1574⁷⁰.

De acordo com o Regimento das Ordenanças, cabia à população local além da defesa, a manutenção da ordem interna. Os corpos de ordenanças das capitâneas eram constituídos através do engajamento obrigatório de todos os moradores (exceto fidalgos e eclesiásticos) com a idade entre dezoito e sessenta anos. Para fazer cumprir o regimento, o capitão-mor, um dos "principais da terra", nomeado pelo rei ou eleito pela Câmara deveria conhecer e fazer registro em livro próprio, do total de habitantes de seu termo que obrigatoriamente deveria dispor de armas. Os bens de cada morador eram avaliados, para efeito das armas que estavam obrigados a possuir. Os habitantes de cada cidade, vila ou concelho, e mesmo das freguesias, vintenas e lugares do termo dividiam-se em esquadras de 25 homens, comandados por um cabo de esquadra. Cada dez esquadras constituíam uma Companhia, comandada por um capitão de companhia, que era eleito pela câmara local. Nos locais mais populosos, cada companhia era constituída de 250 homens, nas áreas menos populosas (as freguesias, vintenas e lugares do termo), cada cem homens, eram comandados por um capitão de companhia. Deste modo, o capitão de companhia comandava

uma 'bandeira' de ordenança⁷¹, e juntamente com os cabos-de-esquadra, promovia exercícios militares para cada esquadra⁷². Duas vezes ao ano, os exercícios militares deveriam ser realizados em presença do capitão-mor⁷³.

Aos cabos-de-esquadra competia controlar a presença dos soldados da esquadra durante os exercícios militares realizados durante os dois 'alardos' anuais e apontar os faltosos ao capitão-de-companhia⁷⁴.

A 'bandeira' incluía ainda um alferes, que em caso de impedimento, substituiria o capitão-de-companhia durante, os exercícios⁷⁵. Cada companhia dispunha ainda de um tambor que sob o comando do capitão-de-companhia, o acompanhava nos exercícios militares⁷⁶.

Nas vilas ou concelhos onde houvesse mais de uma companhia de ordenanças, as câmaras elegiam um sargento-mor⁷⁷, que visitaria e fiscalizaria as companhias de todos os lugares do termo⁷⁸. Nos casos de impedimento ou ausência do capitão-mor, o sargento-mor o substituiria, por um prazo máximo de seis meses, além do qual um outro capitão-mor deveria ser nomeado⁷⁹. Nos lugares onde houvesse apenas uma companhia-de-ordenanças, um sargento de companhia, eleito pela câmara, exerceria as atividades de sargento-mor⁸⁰.

Em cada vila, cidade ou concelho, dividiam-se ainda os homens, entre 'gente à cavalo' e 'gente a pé', que deveriam se exercitar regularmente.

Nas Ordenanças, tanto oficiais quanto soldados não recebiam remuneração pelos serviços. Atender às convocações para os exercícios militares constituía-se antes em uma obrigação inerente a sua participação social. Entretanto, o balizamento dos serviços de cada um era exercido com base em punições e prêmios pecuniários, sem prejuízo de punições mais severas como o degredo ou penas ainda mais severas, como a amputação de membros.

Os prêmios pecuniários eram concedidos pelo capitão-de-companhia àqueles que durante os exercícios militares se destacassem como os mais hábeis. Por outro lado, os que faltassem aos exercícios militares, eram punidos com a aplicação de penas pecuniárias⁸¹. Aqueles que a cada seis meses faltassem por três vezes aos exercícios, seriam punidos com pena de degredo, para fora da vila ou termo. E não eram apenas os soldados a receber penas pecuniárias; aos oficiais das ordenanças (alferes, sargentos, cabos-de-esquadra) também se aplicavam penas pecuniárias, por transgressão no posto⁸².

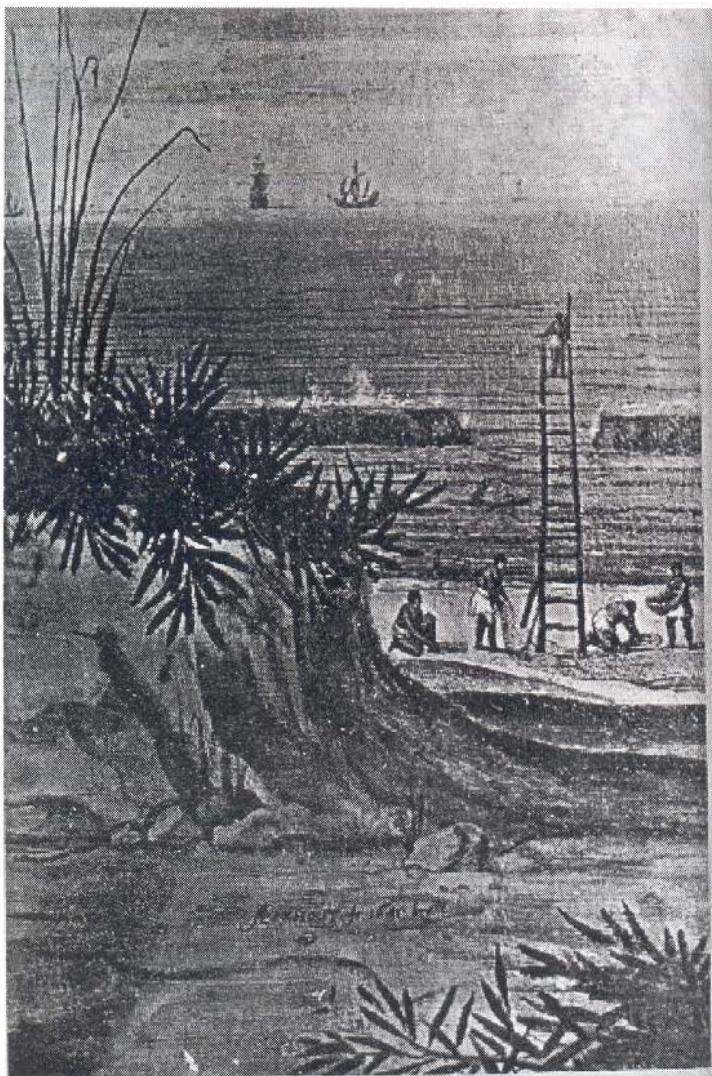
Nas áreas próximas ao mar, dentre o moradores eram escolhidos vigias⁸³, posto essencial à defesa; a negligência no posto de vigia era punida com penas pecuniárias, prisão ou degredo, sem direito a apelação⁸⁴. A fiscalização das atividades dos vigias era exercida pelo sobre-rolas, sob as ordens do capitão-mor⁸⁵.

Com a união da coroas ibéricas, em 1588 foi criado o cargo de sargento do Estado⁸⁶, tal como existia no Reino. Um oficial militar encarregado da inspeção das Ordenanças, das fortificações e da artilharia

A partir de 1598, um novo regimento baixado, instituiu o cargo de sargento-mor da Comarca, que em sua jurisdição estava encarregado de promover os exercícios militares, a vistoria das Ordenanças, a inspeção das armas. Substituiu, em sua ausência, o capitão-mor, único oficial que não estava sujeito às punições impostas pelo sargento-mor da Comarca. Entretanto, o próprio rei puniria o capitão-mor, nos casos de falta de cooperação nos exercícios militares.

A invasão holandesa faz nascer, pela necessidade que se impôs, uma prática de guerra, que não necessariamente corresponderia aos exercícios estabelecidos pelos cânones de treinamento militar europeus.

Tomada Salvador pela frota holandesa de Jacob Willekens, organiza-se a guerrilha através das Companhias de



Detalhe da tela de Albert Eckhout, datada de 1641 (Brasil), doada pelo Conde de Nassau ao Rei Frederico III da Dinamarca, em 1658. Observe-se a estrutura de madeira construída a beira mar, provavelmente uma torre de vigia, ou seja, um posto de observação, de sentinela, que permitia dar o alarme em caso de aproximação de embarcações inimigas.

Emboscadas. A ação dessas Companhias não representava a guerra europeia tradicional. Constituíam antes em um misto de táticas que envolviam tanto a construção de trincheiras, quanto a ação rápida dos assaltos, das emboscadas. De uma certa forma, uma guerra de cerco, que apenas deixava ao invasor ocupante da cidade, a chance de obter recursos, mantimentos, socorro, vindos do mar, que impedia o acesso ao interior, às unidades de produção.

Por outro lado, a tática dos assaltos súbitos, característicos do que viria a se chamar a **guerra brasílica**, era em muito influenciada pelas táticas indígenas; apenas possível pelo bom conhecimento do terreno, auxiliado pela ação discreta, silenciosa das flechas. A munição, sobretudo a pólvora, escasseava⁸⁷. Mas as armas de fogo não eram sequer, provavelmente, as mais numerosas. Aos arcabuzes, juntavam-se os arcos, e as flechas; armas que embora mais 'primitivas', em sua ação rápida e silenciosa, promoviam temor entre os oponentes holandeses. E as companhias de emboscada não se constituíam apenas de colonos; a participação indígena, sobretudo dos 'índios dos padres' era significativa⁸⁸.

Em 1640, após a Restauração da coroa portuguesa, quando em Portugal se constitui um exército permanente⁸⁹, os corpos de Ordenança vão servir de base para o recrutamento dos soldados. Agora, uma tropa paga pela Fazenda Real, que recebia além do soldo, fardamento e alimentação. A força militar estava organizada em terços e companhias, que eram comandadas por fidalgos nomeados pelo rei.

Mas a criação destas tropas regulares não extingue as Ordenanças, como corpo auxiliar na defesa, que continuam a exercer suas funções, tanto na metrópole quanto na colônia. São tropas locais, em princípio não sujeitas a grandes mobilizações. Em seguida, já em 1641, são criadas em Portugal as Milícias (organizadas pelo Regimento de 1 de abril de 1650)⁹⁰, também or-

ganizadas em terços e companhias, uma-outra força auxiliar, não remunerada. Apesar de seu caráter auxiliar, territorial, as milícias estavam sujeitas a serem deslocadas. Estas tropas chamadas de segunda linha, eram constituídas por lavradores, filhos de viúvas e homens casados, que não haviam sido aproveitados nas tropas regulares. Os oficiais que em diferentes níveis comandavam estas tropas eram oriundos do exército regular, portanto, remunerados. As Ordenanças são, deste modo, as tropas de terceira linha, onde nem soldados nem oficiais, são remunerados.

Entretanto, é com a instituição em 1645 do Regimento das Fronteiras, que efetivamente se estabelece uma regulamentação detalhada da organização militar.

Organizado em capítulos, o Regimento das Fronteiras estabelece a forma de suprimento e contabilidade geral das tropas; os sistemas de promoções, de baixas, de pagamento do pessoal. Esta forma de administrar as forças regulares de defesa passa a vigorar tanto na metrópole quanto na colônia. Entretanto, a provisão de 16 de outubro de 1659⁹¹, sugere que no Estado do Brasil, nem sempre, aqueles dispositivos teriam sido efetivamente aplicados. Sobretudo no que se refere ao preenchimento dos cargos de oficiais, em parte, atribuição do governador-geral, que também respondia pelo cargo de governador das armas, na colônia.

O provimento dos postos militares desta tropa paga (exceto mestre-de-campo e general, providos pelo rei), era facultado aos governadores. Ao longo do tempo, as ordens expedidas ora ampliavam ora restringiam a competência dos governadores no provimentos destes postos.

Em 1677 em todas as capitânias, à exceção de Pernambuco e do Rio de Janeiro, os postos militares eram providos pelos governadores que no entanto não poderiam ampliar o quadro destes postos, nem aumentar-lhes o soldo.

A forma de pagamento destas tropas regulares na colônia, já se fazia com base no Regimento das Fronteiras desde 1653, também mediante uma determinação régia que poria fim às questões de pagamento⁹² que havia até então.

A despeito das reiteradas determinações no sentido do cumprimento do Regimento das Ordenanças, pela freqüência com que os governadores-gerais são instados para fazer valer seu cumprimento, parece que na realidade os desvios ou distorções, eram freqüentes. O regimento de 23 de janeiro de 1677⁹³, passado ao governador-geral Roque da Costa Barreto (1678-1682), mais uma vez insistia quanto ao cumprimento daquele Regimento geral:

“Muito encomendo ao governador ordene que os moradores da Bahia e mais governos e capitanias do Estado, sejam repartidas em ordenanças, por companhias e mais oficiais necessários e que todos tenham suas armas (...) e que com os tais moradores execute o regimento geral da Ordenanças (...) e que nem os moradores que assim se exercitarem, nem os oficiais maiores ou menores desta gente miliciania, hão de vencer soldo, nem ordenado algum à custa de minha Fazenda, exceto os sargentos-mores”.

Apesar de não vencerem soldo, os postos de oficias nas Ordenanças, eram cargos cobiçados: a posse de uma patente militar se traduzia à época, em posição de comando e prestígio.

Mas o prestígio dos postos das Ordenanças produziam outros efeitos, que se traduziam no interesse em dispor politicamente destes cargos. Mesmo os cargos teoricamente providos mediante eleições, tinham o acesso controlado, restrito pelo requisito de ser ‘pessoa de qualidade’; e os representantes da coroa sempre ‘supervisionavam’ as eleições, de modo a evitar ‘pessoas inconvenientes’. Outro aspecto gerado pelo interesse nos postos das Ordenanças, foi, em diversas ocasiões, a proliferação de cargos, mesmo a criação de novos cargos.

Durante a primeira metade do século dezoito, a organização militar da colônia sofre sucessivas transformações. Reflexo, sobretudo de uma retomada centralizadora de poder, por parte da Metrópole. Entre as medidas centralizadoras se inclui aquela que regulava o número de postos nas Ordenanças de cada capitania. Extinguiram-se cargos, estabeleceram-se relações entre o número de ordenanças e a maior patente do local. Mesmo a legislação referente ao provimento dos cargos foi alterada, e parte deles passou a ser de forma direta ou indireta, indicação da coroa. A descoberta das minas fazia recrudescer a preocupação com os 'desvios', a falta de pagamentos dos direitos da coroa. Deste modo, desde o final do século dezessete, nas regiões mineiras, predominavam as forças militares constituídas de soldados recrutados em Portugal, os **DRAGÕES DE CAVALARIA**.

Já na primeira metade do século dezoito, parte dos terços das tropas regulares que serviam na Bahia e no Rio de Janeiro, passaram a ser denominados regimentos, sob o comando de um coronel, nova denominação atribuída aos mestres-de-campo nas tropas regulares. Nas milícias, que a partir de 1700 passaram a ser comandadas por um mestre-de-campo, este cargo continuou a existir até pelo menos 1794⁹⁴.

Na segunda metade do século dezoito (1766), a coroa procedia a novas reformas nas tropas auxiliares. Ampliava o universo dos que deveriam servir: 'todos, sem exceção'⁹⁵, mas na citação nominal das 'classes', não se fazia referência aos índios, provavelmente excluídos; determinava ainda que cada terço deveria ser disciplinado por um sargento-mor das tropas pagas.

É a partir de 1794 que as milícias passam a categoria de tropas de segunda linha. No Brasil, a partir de 1797, cada comarca comportaria um regimento de milícia, sendo comandado por um coronel. Os demais postos superiores, seriam preenchidos por oficiais das tropas pagas⁹⁶.

As milícias e as Ordenanças, tropas auxiliares, perduraram mesmo após a independência; só em 1831 foram extintas, sendo substituídas pela **GUARDA NACIONAL**⁹⁷.

Expressas ou não através de regimentos ou outras determinações régias, na verdade a própria consolidação da colônia, de seus núcleos, as origens dos possíveis inimigos, alteram os objetivos de defesa. De início, as questões de defesa estavam voltadas sobretudo ao combate do comércio de outros povos com os nativos. Estabelecidas as primeiras povoações, as primeiras unidades produtivas, a defesa voltara-se contra os novos inimigos, resultantes da própria expansão do sistema, das novas áreas ocupadas, da busca de mão-de-obra: os nativos. Implantado o sistema produtivo, os velhos inimigos, voltavam agora com novos objetivos: o de se instalarem de assumirem a colônia.

ARREGIMENTAÇÃO DE TROPAS HOLANDESAS PARA O BRASIL

Na Holanda, onde o fervor protestante combinara-se com o sentimento nacionalista, desencadeara-se uma sangrenta revolta contra o domínio da Espanha católica. Em 1628, em vários pontos da Holanda, havia ainda guarnições espanholas, que punham em risco de vida, o deslocamento de pessoas através do país.

Em Amsterdã, a Companhia das Índias Ocidentais recrutava pessoal para uma grande expedição. Acorriam pessoas de diferentes pontos, de distintas origens, que atendiam a diversos credos, todas dispostas a auferir lucros. Com o alistamento, cada alistado como soldado receberia “oito florins holandeses mensais, um shilling de arrhaas e outro tanto de meio soldo diário”, até o dia da ‘revista’.

A 21 de maio de 1629, todos os alistados foram reunidos na Casa das Índias Ocidentais para prestarem juramento. O

juramento, solenemente prestado, incluía a decisão de, no caso de terem a embarcação irremediavelmente abordada, atear-se fogo ao paiol, de modo que as duas embarcações explodissem.

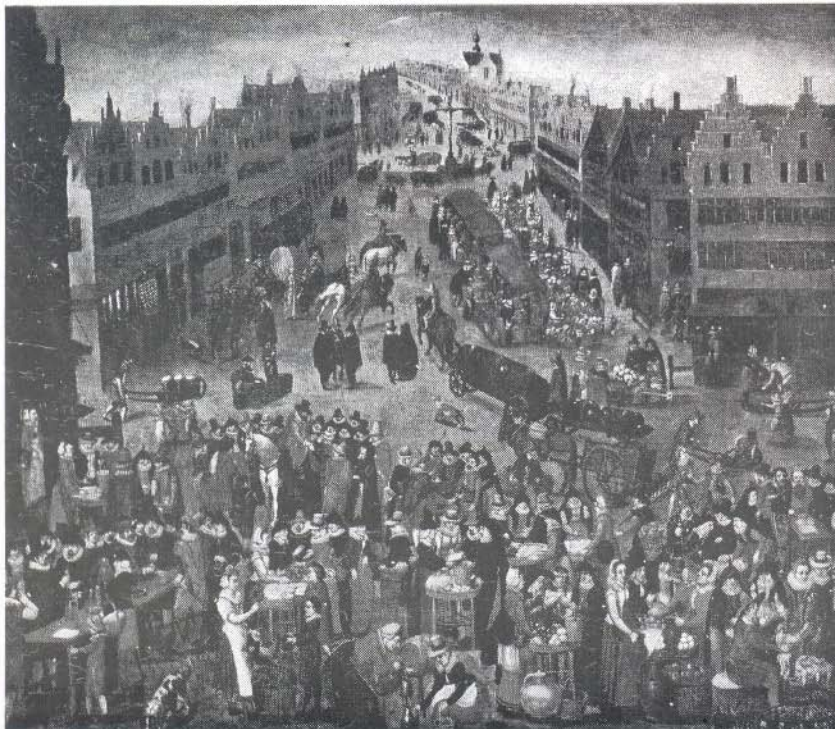
Após o juramento, cada soldado recebeu adiantado o soldo correspondente a dois meses, de modo a tomar as providências necessárias à viagem.

Foi um dia de festa em Amsterdã. Desfiles das companhias com as bandeiras desfraldadas, soldados portando suas mais belas vestimentas, seus chapéus emplumados.

Enceradas as festas, a 25 de maio, os soldados foram conduzidos a Vohlwick onde o severo Coronel Diederik van Waerdenburch e vários Comissários da Companhia das Índias Ocidentais promoviam exercícios entre os soldados e os passavam em revista. Destes exercícios e revista, foram outorgadas as patentes e “cada companhia prestou juramento a seus oficiais e às novas bandeiras”. Já de posse de suas armas de uso pessoal, inclusive armas de fogo, os soldados embarcaram. Novas manifestações festivas daqueles alistados. Várias salvas marcaram o final do banquete de pão, queijo, manteiga e arenques frescos, tudo regado a cerveja. Festejavam os que iam partir, e seus amigos, que em visita a bordo, traziam mais iguarias. Bebiam além da cerveja, vinho de França, trazido por seus amigos para a despedida. À saída dos visitantes, novas salvas de tiros, que se repetiam até se perderem de vista.

Conduzidos a Texel, a 30 de maio, os soldados alistados embarcaram nos navios de guerra. Cada companhia, integrava quase duzentos homens. Contando com os oficiais, todos os soldados de uma companhia não eram comportados em uma só embarcação. Muitas das embarcações eram navios novos, que faziam sua primeira viagem. Alguns deles com três cobertas (conveses), onde, pelo menos as duas inferiores estavam armadas com peças de artilharia, de ferro e de bronze.

Ao porto de Texel, todos os dias, chegavam transportes bem carregados de provisões. Vinham carregados de víveres e de munições, que embarcavam nos navios de guerra, nos navios da 'carreira da Guiné' e nos navios mercantes que integravam a frota. A 23 de maio, treze deles levantaram as âncoras e partiram para o mar, através do 'buraco espanhol'.



Feira de Antuérpia, na Holanda. No início do século XVI um dos portos mais movimentados da Europa, e possivelmente o mais importante centro comercial. Uma cidade progressista, tolerante para com as novas idéias e os novos credos, um porto aberto, cosmopolita.

Os dias que se seguiram foram pouco confortáveis para todos e em especial para muitos dos embarcados, que enjoavam, submetidos ao agitado Mar do Norte. Nestes dias, pouco se consumia, e o pouco consumido, não se podia reter. O enjôo tomava conta da maioria dos que estavam embarcados. À agitação do mar, seguiram-se dias de calmaria; nestes dias re-aproximaram-se os navios que se haviam espalhado à força da agitação do mar. Nos dias seguintes podia-se observar que aqueles mares eram muito freqüentados. Navios mercantes, navios de guerra. A todos se buscava reconhecer 'chamando-os à fala'. Aos navios de guerra de bandeiras amigas, faziam-se as honras, amainando-se as velas. Aos supostamente inimigos, ia-se ao encaço. Cinco outros navios avistados, eram da Companhia das Índias Orientais, vinham bem carregados, após nove meses de viagem. Seguiram-se novos dias de calmaria, durante os quais pescava-se para ocupar o tempo, e sobretudo para variar e poupar a ração. Passaram-se as águas entre a Inglaterra e a França, sempre muito 'povoadas'. Seguiu a grande frota holandesa, em direção ao Atlântico. Já no Mar de Espanha, onde as águas muito profundas não permitiam se sondar o fundo, começava nova etapa da viagem. Uma viagem de muitos meses, em que possivelmente enfrentariam inimigos, ventos fortes, tempestades, calmarias, onde deixariam o verão do norte pelo inverno do sul. Enfrentariam doenças, racionamento de rações, e sobretudo compartilhariam de uma vida com pouco espaço individual. A ração, distribuída tão logo fora atingido o Mar de Espanha, consistia em 4 ½ libras de biscoito, ½ libra de manteiga e vinagre, que se renovava a cada semana. Ainda a cada semana era distribuído carne (durante dois dias) e toucinho (um dia por semana), mais raramente, bacalhau, além de ½ libra de favas aos domingos, terças e quintas-feiras. Nos demais dias consumia-se ou aveia, ou cevada, ou ervilha. Uma ração 'de manutenção', praticamente, já que a fome aguçada de muitos deles, provavelmente consumiria mais de duas vezes do que era fornecido a cada um. Na ração holandesa não podia, evidentemente, faltar

o queijo; três queijos flamengos, dos grandes, eram distribuídos a cada tripulante para toda a viagem. Quanto a água, um dos principais problemas para os homens do mar, mais importante que a própria ração, era distribuída em porções diárias individuais e nem sempre era de boa qualidade. Reclamava-se muitas vezes de seu odor fétido.

Nem toda frota holandesa partira de Texel, a um só dia. Oito navios zarparam de Goeree, a 27 de junho. Eram comandados pelo herói naval holandês Henrick Lonck. Deviam seguir para as ilhas Canárias e esperar o resto da frota em frente à baía de S. Vicente, em Cabo-Verde. Durante o trajeto, procurariam fazer 'boas presas' que ajudassem a ressarcir-se dos gastos com a expedição. Juntamente com os navios saídos de Texel e de outros portos holandeses, esta era a maior frota holandesa até então conhecida. Durante o trajeto dividiu-se a frota, seguindo uns diretamente no rumo das Canárias, e parte em direção às ilhas Flamengas (Açores). Nas proximidades dos Açores onde algumas ilhas eram habitadas por espanhóis, buscavam presas inimigas para atacar. Mas cedo retomaram o rumo das Canárias em virtude do grande número de soldados atacados pelo escorbuto.

Muitos haviam embarcado havia mais de seis meses. Sujeitos a intempéries, a mudanças de clima, a condições insalubres e sobretudo a dieta pobre em vitamina C; muitos adoeciam. O escorbuto uma doença por demais conhecida, acometia freqüentemente os marinheiros. Quando possível os doentes eram abandonados em ilhas para que tentassem se restabelecer. Não se associava, entretanto as frutas cítricas (ricas em vitamina C) à cura do escorbuto. As sangrias prescritas para uma ampla gama de sintomas, ainda mais enfraqueciam os doentes. Alguns doentes tentavam escapar, buscando ludibriar a morte. Prevendo a sua aproximação, gritavam com todas as forças que restavam, seus nomes, afirmando que aquela pessoa não se encontrava a bordo. Uma estratégia que dificilmente surtia efeito.

Durante os meses no mar, muitos morriam. E no mar eram sepultados. Envolto em um pano de vela, costurado, eram levados a coberta mais alta e encostados ao mastro grande. Depois das orações de encomenda da alma, vários marinheiros levantavam o fardo e o lançavam ao mar por sobre a amurada.

Ainda nas Canárias, avistaram-se navios de guerra que supunham ser espanhóis. Um flibusteiro inglês com quem haviam contatado antes, avisara da presença de um comboio espanhol, no qual havia uma carraca, um navio capaz de embarcar mais de mil homens. Iniciaram-se os preparativos para o combate. As bandeiras de curso foram arriadas e substituídas pelas 'bandeiras de sangue', em um claro sinal de provocação. As amuradas e os cestos também cobertos com panos vermelhos, desafiavam o inimigo. Artilheiros e serventes, assumiam seus postos e desembarçavam as peças de artilharia. Os soldados, munidos de seus mosquetes, se posicionavam no convés de cima. Ao chegarem mais próximo, pode-se verificar que se tratava, não dos espanhóis inimigos, mas de navios holandeses, da Companhia, que partira com o General Henrick Lonck.

Em setembro, começaram a se reunir os navios nas proximidades de São Vicente. Foi uma longa espera. Desembarcados na ilha, os soldados montaram suas barracas, construídas com madeiras e folhas que apanhavam na mata próxima. Ali dividiam o tempo entre os exercícios de armas, com a pesca e a caça aos cabritos selvagens. Puderam também usufruir de limões e laranjas colhidas nas ilhas próximas.

Tal foi a demora da espera, que um dos navios, que constantemente fazia água, foi desarmado e toda sua artilharia, os víveres, toda a carga enfim, foi levada para terra, enquanto o navio era reparado, calafetado.

Mas nem toda a frota pode se reunir no momento aprazado. O ataque inimigo sobre Veluwe e a tomada de Amersfoort, retiveram o Coronel van Waerdenbruch, que comandava três

regimentos contratados pela Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais. Na ocasião, a Companhia empregara toda sua gente disponível na defesa do país. Por ordem do Príncipe de Orange, o Coronel van Waerdenbruch estivera também no comando em Utrecht. Só a 20 de outubro os 15 navios partiram de Texel, chegando os primeiros à baía de S. Vicente a 29 de novembro.

Pouco a pouco os navios, que haviam sido dispersados no Mar do Norte devido ao mau tempo do inverno que se aproximava, foram se reunindo em S. Vicente. A 19 de dezembro, reunidos os navios, celebraram-se em toda frota, preces que antecediam a partida. E na manhã do dia que se seguia ao Natal, os 53 navios e as 13 chalupas, que conduziam 7.280 homens, largaram em direção a Pernambuco.

Notas

- ¹ (...) todas as Capitanias foram “áreas de guerra” até tarde: Brasil, África e ilhas Atlânticas constituíram durante séculos o alvo fustigado - e por vezes conquistado - de franceses, holandeses, espanhóis ou ingleses. Das ilhas açoreanas podia escrever ainda em 1717 o Padre Cordeiro que - cada ilha é uma perpétua fronteira que está sempre em viva guerra com quantas nações e corsários e ainda mouros acometem. SALDANHA, António Vasconcelos de, *As Capitanias – O regime senhorial na expansão ultramarina portuguesa*. 1ª Ed. Dez. 1991 Col. Memórias – 6. Ed. Centro de Estudos de História do Atlântico. Lisboa – Portugal. p. 514.
- ² “Consistiam essas feitorias, geralmente, em uma casa forte defendida por uma caçara ou paliçada, onde se abrigava um destacamento de soldados, colonos e degredados às ordens de um capitão de vigia”. Max Fleiuss, *História Administrativa do Brasil*, p. 4. Apud SALGADO, Graça. [Org.] *Fiscais e Meirinhos. A administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1985. p. 98
- ³ SALGADO, Graça. Op. Cit. p.414.
- ⁴ O foral passado a Duarte Coelho, em 24 de setembro de 1534.
- ⁵ Os moradores e povoadores e povo da dita capitania serão obrigados, em tempo de guerra, a servir nela com o capitão, se lhe necessário for.” (Foral passado a Duarte... em R.F.A., vol. 2, p. 128-129).
- ⁶ “Mantimentos, armas, artilharia, pólvora, salitre, enxofre, chumbo e quaisquer outras coisas de munições de guerra, que à dita capitania levarem ou mandarem levar o capitão e moradores dela, ou quaisquer outras pessoas, assim naturais como estrangeiras, hei por bem que não paguem direitos alguns, e que aos sobreditos possam livremente vender todas essas ditas coisas, e cada uma delas na dita capitania ao capitão e aos moradores e povoadores dela, que forem cristãos e meus súditos.” (Foral passado a Duarte... em R.F.A., vol. 2, p. 128-129).
- ⁷ Ver nota anterior, referente ao Foral passado a Duarte Coelho, em 24 de setembro de 1534, R.F.A., vol. 2, p. 128-129.
- ⁸ Principais no sentido de: de mais difícil obtenção, pois o terceiro componente, o carvão facilmente poderia ser obtido na colônia. A época ainda não se conheciam ou não se exploravam minas de enxofre ou de salitre na colônia portuguesa. N.A

⁹ SALDANHA, António Vasconcelos de, *As Capitánias* op. Cit.

¹⁰ “(...) porquanto são grandes os inconvenientes que resultam de os Capitães-Mores das capitánias deste Estado não terem regimento que seguir e para se evitar este prejuízo e poderem proceder nas obrigações que lhes tocam se se ocasionarem as dúvidas que os Provedores da Fazenda Real e Ouvidor das mesmas Capitánias costumam ter...” - (231) RSP vol. III pp. 134 ss.).

¹¹ Apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. nota 1 da página 97.

¹² WALDEMAR MARTINS FERREIRA, *História do Direito Brasileiro*, São Paulo, Livraria Freitas Bastos, 1952, tomo II, p. 35.

¹³ *Ibidem*

¹⁴ *Ibidem*

¹⁵ Cabe saber até que ponto a organização e chefia militar coube ao Capitão e até que ponto, nesse campo, o seu mando dependeu ou se afastou do supremo senhorio do Monarca. Se bem que venha sendo colocado um acento nas obrigações bélicas dos Capitães, a que subjaz vulgarmente o intuito de fundamentar a tese dos que privilegiam o carácter - feudal- das Capitánias, a verdade é que os senhorios desta natureza são concedidos não com o fito de angariar serviços militares, mas segundo um jogo de motivações - prémio, evangelização e colonização - em que a defesa militar vem incluída em seqüência tão natural que chega a ser ponto omissos nos títulos constitutivos. SALDANHA, António Vasconcelos de, *As Capitánias ... op. cit.*

¹⁶ “O foral passado a Duarte Coelho, em 24 de setembro de 1534, demonstrou, sob o ponto de vista da organização militar, a preocupação inicial com o estabelecimento de um sistema mais regular de defesa. Adotou medidas que, embora incipientes, iam desde a isenção de impostos sobre armamentos para o suprimento das capitánias, até a mobilização de colonos para o serviço militar. (...) Este foral [de Duarte Coelho] além de outorgar poderes militares ao donatário, deu-lhe ainda o título de capitão-mor, que já em 1530 se concedera a Martim Afonso de Sousa, prevalecendo, desde então, para todos os donatários. O GOVERNADOR ou CAPITÃO-MOR detinha tal nome, mesmo não sendo militar, pois lhe cabia o comando das armas, na sua jurisdição, bem como outras atribuições e privilégios.” SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p. 98-99

¹⁷ “(...) os fortes contingentes militares que a imensa fortuna dos primeiros Capitães de S. Miguel e do Funchal permitia mobilizar e com os quais se distinguiram nas guerras de África no século XVI; as crônicas de Gaspar

Frutuoso estão cheias dos seus ecos, mas são as exceções que confirmam a regra. O tom geral é o da impotência dos Capitães para sustentar as enormes despesas de têm estado de guerra quase permanente. E, obviamente, é no Brasil que elas se agudizam.” SALDANHA, António Vasconcelos de, *As Capitánias ...* op. cit.

¹⁸ Quem, Senhor, terá tanto dinheiro para pólvora e pelouros, artilharia e armas, e as outras coisas necessárias? - escreve em 1546 Duarte Coelho, Capitão de Pernambuco ao Rei (220 - AP vol. I p. 235.).

¹⁹ “... e mandei a Tomé de Sousa por um capítulo do seu Regimento que fizesse notificar e apregoar em cada uma das ditas Capitánias que os que não tivessem a dita artilharia, pólvora e armas que se provesse delas do tempo da dita notificação a um ano, e que passado o dito ano as não tivessem como eram obrigados se houver de executar neles em dobro a valia das armas que lhes falecessem das quais assim mandava que tivessem para quem os acusasse e a outra metade para os cativos e ao Provedor-mor de minha Fazenda e Provedores das Capitánias onde o dito Provedor-Mor fosse ausente mandei por seus Regimentos que tivessem cuidado de uma vez cada ano saberem se tinham os Capitães de cada uma das ditas Capitánias a artilharia e armas que eram obrigadas a ter, e que os ditos Capitães cada um em sua capitania farão as ditas diligências com as outras pessoas, que por bem do dito Capítulo haviam de ter artilharia e armas, e nos que as não tivessem executassem as ditas penas, como mais largamente é conteúdo nos Regimentos do dito Provedor-Mor e Provedores das ditas Capitánias, e por isto ser coisa muito importante à segurança e defesa das ditas povoações, hei por bem e vos mando que além do cuidado que o dito Provedor-Mor há-de ter deste negócio vós o tenhais também de lho lembrar e saber o que se nisso faz, e trabalhará por a dita diligência se fazer todos os anos uma vez cada ano, como dito é. . . (230 - (230) DBN vol. 13 p. 230.).

²⁰ Porque, para defesa das fortalezas e povoações das ditas terras do Brasil é necessário haver nelas artilharia e munições e armas ofensivas e defensivas para sua segurança, hei por bem e mando que os Capitães das capitánias da dita terra e senhorios dos engenhos e moradores da terra tenham artilharia e armas seguintes: (...) e este capítulo fareis notificar e apregoar em cada uma das ditas Capitánias com a declaração que os que não tiverem a dita artilharia, pólvora e armas, se provejam delas da notificação a um ano. E passado o dito tempo e achando-se que as não têm, pagarão em dobro a valia das armas que lhe falecerem das que são obrigados a ter, a metade para os cativos e a outra metade para quem os acusar- (229). 229WALDEMAR MARTINS FERREIRA, *História do Direito Brasileiro*, São Paulo, Livraria Freitas Bastos, 1952, tomo II, p. 35.

- ²¹ “Ir à Bahia como capitão-mor de uma armada, com gente, artilharia, armas, munições e tudo que for necessário para lá erguer uma fortaleza, bem como uma povoação grande e forte, em lugar conveniente, a fim de prestar ajuda às outras povoações, ministrar justiça e prover nas coisas que cumprirem ao serviço do Rei e de sua Fazenda.” 1ª atribuição do Cargo de capitão/governador, incluída no Regimento de Tomé de Sousa, de 17/12/1548, em R.F.A., vol. 1, p 35-51, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.143.
- ²² Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, (7ª atribuição) em R.F.A., vol. 1, p 35-51, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.144.
- ²³ “Ordenar que os capitães das capitanias, senhores de engenho e demais moradores tenham as armas necessárias à defesa da terra, notificando-os para a aquisição dessas armas dentro de um prazo máximo de um ano.” Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, (16ª atribuição) em R.F.A., vol. 1, p 35-51, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.146.
- ²⁴ Ver ALBUQUERQUE, Marcos. Assentamentos Militares: uma perspectiva de abordagem. Anais da II Conferência de Arqueologia Histórica. Santa Fé (La Vieja), Argentina, 1995.
- ²⁵ Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, em R.F.A., vol. 1, p 35-51 apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.143-8
- ²⁶ Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, (5ª atribuição) em R.F.A., vol. 1, p 35-51, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p. 144
- ²⁷ Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, (17ª atribuição) em R.F.A., vol. 1, p 35-51, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p. 146
- ²⁸ Acerca das estratégias do sistema colonial português, no Brasil, em sua fase de implantação, ver ALBUQUERQUE, Marcos. Jesuítas em Olinda ...op. cit. 1995
- ²⁹ “Favorecer os índios que sustentarem a paz e fazer guerra contra os insurretos, dando-lhes castigo que sirva de exemplo a todos.” Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, (2ª atribuição) em R.F.A., vol. 1, p 35-51, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.143
- ³⁰ “Atuar para que os índios convertidos morem junto às povoações das capitanias.” e “ Ordenar que, nas vilas e povoações, se faça feira onde os índios possam comprar e vender, em pelo menos um dia de cada semana. Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, (20ª e 8ª atribuições) em R.F.A., vol. 1, p 35-51, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.147 e144
- ³¹ “Evitar que pessoa alguma, de qualquer qualidade e condição, faça guerra aos índio sem sua licença ou do capitão da capitania.” Regimento de Tomé

- de Sousa, de 17.12.1548, (13ª atribuição) em R.F.A., vol. 1, p 35-51, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p. 144
- ³² “Proibir que pessoa alguma, de qualquer condição, dê aos índios armas e munições, sob pena de morte e perda de todos os bens.” Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, (15ª atribuição) em R.F.A., vol. 1, p 35-51, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p. 145
- ³³ Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, em R.F.A., vol. 1, p 35-51, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p. 143-8.
- ³⁴ Em 1551, a Coroa portuguesa incorporava em definitivo os mestrados das três Ordens militares: Ordem de Cristo, Ordem de Santiago da Espada e Ordem de São Bento de Avis. apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p. 416.
- ³⁵ CAPISTRANO DE ABREU. Capítulos de História Colonial.(1500 - 1800) Revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Pub. Soc. Capistrano de Abreu. Inst. Nac. do Livro, 4ª Ed., 1954.
- ³⁶ A capitania real do Rio Grande foi formada pelas antigas capitanias hereditárias do Rio Grande, Ceará e Maranhão.
- ³⁷ “Fazer caminho por terra entre a Bahia e Pernambuco, colocando até dez casais de índios entre cinco e seis léguas uns dos outros, para facilitar o caminho e não deixar passar quem não tenha sua licença ou a do capitão”. Fontes: Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição 35ª), em R.F.A., vol. 1, p. 436. Apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.172
- ³⁸ Foi suprimida a atribuição de “atuar para que os índios convertidos morem junto às povoações das capitanias”, (Atribuição n. 2 do Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, mantida pelo Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588) apud p. 436. Apud Ibidem p.:172
- ³⁹ “Proibir que se assentem aldeias de índios ou se faça roça para mantimentos a menos de uma légua de distância dos engenhos.” Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição 15), em R.F.A., vol. 1, p. 436. Apud Ibidem p.:172
- ⁴⁰ Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição 15), em R.F.A., vol. 1, p. 436. Apud Ibidem p.:172
- ⁴¹ “Ordenar que não se ergam novos engenhos demasiadamente perto uns dos outros, fazendo para isso, em primeiro lugar, diligência através do provedor da capitania.” Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição 17), em R.F.A., vol. 1, p. 436. Apud Ibidem p.:172

- ⁴² “Promover a cultura e o povoamento das terras, bem como a edificação de engenhos de açúcar, mantendo os privilégios concedidos aos donos destes; tirar as terras de quem não as cultiva para entregá-las a quem o faça.” Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição 13), em R.F.A., vol. 1, p. 436. Apud *Ibidem* p.:172
- ⁴³ “Conservar as matas a fim de que não faltem madeiras de construção e lenha para os engenhos.” Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição 14), em R.F.A., vol. 1, p. 436. Apud *Ibidem* p.:172
- ⁴⁴ “Ordenar que os donos de terras com matas vendam as lenhas aos dos engenhos por preço conveniente, taxados pela Câmara e pelo provedor da capitania onde tais engenhos estiverem localizados.” Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição 16), em R.F.A., vol. 1, p. 436. Apud *Ibidem* p.:172
- ⁴⁵ Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588 (atribuições 3, 4, 5 e 6), em R.F.A., vol. 1, p. 436. Apud *Ibidem* p.:172
- ⁴⁶ “Fazer executar e cumprir a lei sobre a liberdade dos índios.” Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição 3ª), em R.F.A., vol. 1, p. 436. Apud *Ibidem* p.:172
- ⁴⁷ “Proibir que pessoa alguma, de qualquer condição, dê aos índios armas e munições, sob pena de morte e perda de todos os bens”. Atribuição n. 15 do Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, mantida pelo Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588 e pelo Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612, em R.F.A., vol. 1, p. 35-51, 259-277 e 413-436.
- ⁴⁸ “Restabelecer a ordem na capitania do Rio Grande, dando conta ao Rei.” ; e “Fazer a demarcação das terras entre as capitanias do Rio Grande e da Paraíba, a fim de dirimir a questão de limites entre elas, de modo que possam desenvolver-se isoladamente.” Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuições 5 e 6), em R.F.A., vol. 1, p. 413-436.
- ⁴⁹ “Impedir que os donatários tomem mais jurisdição do que a eles pertence, preservando a sua e fazendo-lhes guardar a própria.” Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição 27), em R.F.A., vol. 1, p. 413-436.
- ⁵⁰ “Prover pessoas de confiança na guarda e governança das capitanias, enquanto os capitães estiverem sob suspeito, dando conta ao Rei.” Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição 26), em R.F.A., vol. 1, p. 413-436.
- ⁵¹ “Organizar a assistência civil, militar e eclesiástica do Estado, com especificação dos empregos, seus vencimentos, receita e despesa da Fazenda Real, praças, fortalezas e capitanias, reformar, a cada ano, o que se alterar durante o seu

curso e registrar tudo no livro do Estado, sempre com o envio de cópia ao Rei”. Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição 36), em R.F.A., vol. 1, p. 413-436. apud *Ibidem* p.:172

- ⁵² “Fazer saber de sua chegada aos capitães das capitanias para que lhe avisassem da situação de cada uma delas: do estado das armas e munições, dos seus moradores e demais questões a elas relativas.” Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588 (atribuição 2), mantida pelo Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612, em R.F.A., vol. 1, p. 259-277 e 413-436. apud *Ibidem* p.:172
- ⁵³ “Ordenar que os capitães das capitanias, senhores de engenho e demais moradores tenham as armas necessárias à defesa da terra, notificando-os para a aquisição dessas armas dentro de um prazo máximo de um ano.” Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548 (atribuição 16), mantida pelo Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588 e pelo Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612, em R.F.A., vol. 1, p. 35-51, 259-277 e 413-436. apud *Ibidem* p.:172
- ⁵⁴ “Combater os corsários ou designar algum funcionário para que o faça. “ Regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548 (atribuição 17), mantida pelo Regimento de Francisco Giraldes, de 8.3.1588 e pelo Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612, em R.F.A., vol. 1, p. 35-51, 259-277 e 413-436. apud *Ibidem* p.:172
- ⁵⁵ “Mandar cumprir o regimento de 15 de agosto de 1603, passado em Valladolid, sobre a guarda nos portos de acesso às minas, a fim de se evitar possíveis inimigos.” Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição 20), em R.F.A., vol. 1, p. 413-436. apud *Ibidem* p.:172
- ⁵⁶ “Manter o cuidado e vigilância na guarda e defesa dos portos de todo o Estado, como também das fortificações e armamentos.” Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612, atribuição n. 7. Em R.F.A., vol. 1, p. 413-436. apud *Ibidem* p.:172
- ⁵⁷ “Ordenar que os moradores da cidade da Bahia e das demais capitanias deste Estado tenham armas, segundo a possibilidade de cada um, e se exercitem nos treinos militares, conforme o regimento geral das ordenanças, advertindo-os de que não receberão soldo nem ordenado à custa da Real Fazenda.” Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição 9), em R.F.A., vol. 1, p. 413-436. apud *Ibidem* p.:172
- ⁵⁸ “Examinar os fortes da Bahia, extinguindo as praças nos que forem considerados desnecessários, exceto nos de Santo Antônio e Itapajipe.”

Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição n. 8), em R.F.A., vol. 1, p. 35-51, 259-277 e 413-436. apud *Ibidem* p.:172

- ⁵⁹ “Pagar pontualmente a gente de guerra, fiscalizando sempre se possuem as armas obrigatórias.” Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição n. 10), em R.F.A., vol. 1, p. 35-51, 259-277 e 413-436. apud *Ibidem* p.:172
- ⁶⁰ “(...) as primeiras tropas regulares que a colônia conhece - as centenas de homens que chegam com a expedição de Tomé de Sousa.” SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979, p. 27. (440p.)
- ⁶¹ “Ordenar, por conta do rendimento das dízimas, o pagamento da gente de guerra, ministros eclesiásticos, oficiais de Justiça, além das despesas extraordinárias, sem jamais tocar nos cofres dos defuntos e dos órfãos; nos casos urgentes, tomar emprestado a quem o possa, através de consignação, efetuando o pontual pagamento.” Regimento de Gaspar de Sousa de 6.10.1612 (atribuição n. 22), em R.F.A., vol. 1, p. 35-51, 259-277 e 413-436. apud *Ibidem* p.:172
- ⁶² O cargo de Alcaide-mor foi extinto em Lisboa pelo Alvará de 6 de novembro de 1769. Apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. ...
- ⁶³ “A partir da instituição do governo-geral, não fica clara a forma como tais funcionários eram nomeados nas capitâneas da Coroa, uma vez que onde houvesse donatário, cabia a este a nomeação.” SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.98
- ⁶⁴ Atribuição n. 8 do cargo de capitão/donatário, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit., com base no Foral de 24.09.1534 e na carta de doação, de 20.11.1530, passadas a Duarte Coelho. carta de 10.12.1570, em S.C.R.R., vol. 5, p183-194.
- ⁷⁶ Atribuição n. 1 do cargo de tambor, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.168, com base Regimento dos Capitães-Mores, de 10.12.1570, em S.C.R.R., vol. 5, p183-194.
- ⁷⁷ Atribuição n. 3 do cargo de sargento-mor, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.166, com base na provisão das ordenanças, de 10.05.1574, em S.C.R.R., vol. 5, p183-194 e 195-202
- ⁷⁸ Atribuição n. 2 do cargo de sargento-mor, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.166, com base no Regimento dos Capitães-Mores, de 10.12.1570, em S.C.R.R., vol. 5, p183-194 e 195-202

- ⁷⁹ Atribuição n. 1 do cargo de sargento-mor, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.166, com base no Regimento dos Capitães-Mores, de 10.12.1570, em S.C.R.R., vol. 5, p183-194 e 195-202
- ⁸⁰ Atribuição n. 1 do cargo de sargento-de-companhia, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.167, com base no Regimento dos Capitães-Mores, de 10.12.1570, em S.C.R.R., vol. 5, p183-194 e 195-202.
- ⁸¹ Atribuição n. 4 do cargo de capitão-de-companhia, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.166, com base na provisão das ordenanças, de 10.05.1574, em S.C.R.R., vol. 5, p. 195-202.
- ⁸² Atribuição n. 5 do cargo de capitão-de-companhia, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.166, com base na provisão das ordenanças, de 10.05.1574, em S.C.R.R.; vol. 5, p. 195-202.
- ⁸³ Aos vigias competia “guarnecer dia e noite os lugares próximos ao mar”. Atribuição n. 1 do cargo de vigia, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.168, com base no Regimento dos Capitães-Mores, de 10.12.1570, em S.C.R.R., vol. 5, p183-194.
- ⁸⁴ apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.164, com base no Regimento dos Capitães-Mores, de 10.12.1570, e provisão das ordenanças, de 10.05.1574, em S.C.R.R., vol. 5, p183-194 e 195-202.
- ⁸⁵ Atribuição n. 1 do cargo de sobre-roldas, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.168, com base no Regimento dos Capitães-Mores, de 10.12.1570, em S.C.R.R., vol. 5, p183-194.
- ⁸⁶ O sargento de Estado nomeado em 1588, Antônio Magalhães, teria acompanhado Francisco Giraldes, não tendo sido empossado. Apud Garcia, Rodolfo. Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1800) Rio de Janeiro. José Olympio, 1956. [2ª ed. Rio de Janeiro. José Olympio-Instituto Nacional do Livro,1975], p. 118.
- ⁸⁷ “Muitas vezes, particularmente ao princípio, se sustentavam só de farinha de guerra, sem mais que uma pouca de água. As folhas das árvores lhes serviam de pratos de comer e púcaros de beber. Menos porém sentiam esta falta que a de armas e munições, a qual era tanta que o soldado que disparava o segundo tiro não tinha como que atirar o terceiro; (...) chegou a não haver em todo o arraial mais que um barril mui pequeno de pólvora, com o qual se sustentou o capitão Francisco Nunes Marinho muito dias, pregoando fingidamente que havia muita pólvora em uns barris que em casa tinha cheios de areia; e os nossos matavam uns holandeses para poder matar outros, servindo-se da pólvora que tomavam aos primeiros para po-

der atirar aos segundos.” SOUZA Jr., Antônio, *Do Recôncavo aos Guararapes*, 2ª. Ed., Rio de Janeiro, 1949, p. 15.

⁸⁸ “Não ficaram aquém nesta empresa os índios frecheiros das nossas aldeias: antes eram a principal parte do nosso exército, e que mais horror metia aos inimigos; porque quando estes saíam e andavam pelos caminhos mais armados e ordenados em suas companhias, estando o sol claro e o céu sereno, viam subitamente sobre si uma nuvem chovendo flechas que os traspassavam; e como lhes falta o ânimo do outro espartano, não se atreviam a resistir, porque enquanto eles preparavam um tiro de arcabuz ou mosquete, já tinham no corpo despedidas do arco duas flechas.” *ibidem* p. 19.

⁸⁹ SALGADO, Graça. [Org.] *op.cit.* Nota 1 p.97

⁹⁰ SALGADO, Graça. [Org.] *op.cit.* Nota 4. p.98

⁹¹ “Hei por bem e mando ao meu governador e capitão-geral do Estado do Brasil, que ora é e ao adiante for, que nenhum caso proveja daqui em diante cargo algum de guerra senão nas pessoas em que se contém no dez capítulos do regimento das fronteiras desse Reino” [H.D, vol. 79, p. 62-64.] *apud* SALGADO, Graça. [Org.] *op.cit.* p.103

⁹² MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar no Brasil (anotações para a história)*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1958. p. 146.

⁹³ R.F.A., vol. 2, p. 765-766. *Apud* Salgado, G. *op. Cit.* p. 104

⁹⁴ VAL, Nilo. *Formação do Exército Brasileiro e sua evolução no século, XIX Anais do Congresso Internacional de História da América*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1982, vol.7. P. 628, *apud* SALGADO, G. *op.cit.* p. 110.

⁹⁵ Sendo informado da irregularidade e falta de disciplina a que se acham reduzidas as tropas auxiliares deste Estado, ... mandeis alistar todos os moradores das terras da vossa jurisdição que se achem em estado de poderem servir nas tropas auxiliares, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos ingênuos e libertos, ... e nomeando para disciplinar cada um dos ditos terços um sargento-mor escolhido entre os oficiais das tropas pagas,... Arquivo Nacional, códice 64, vol. 15, f. 31v., *apud* SALGADO, G. *op.cit.* p. 109.

⁹⁶ Em R. F. A vol. 2, p. 769. *apud* SALGADO, G. *op.cit.* p. 110.

⁹⁷ SALGADO, G. *op.cit.* p. 110.

Capítulo II

Os Fortes da Defesa

AS ESTRATÉGIAS DE DEFESA: PORTUGUESES E HOLANDESES

A descoberta e a introdução da pólvora no ocidente, e sobretudo a sua aplicação com fins bélicos, já no século quatorze, provocou grandes alterações na chamada arte militar¹. A princípio modificações lentas, ações experimentais. Pouco a pouco multiplicaram-se os artefatos: armas individuais, de mão; e armas pesadas, a artilharia. Mas é só no século quinze que as armas de fogo chegam a exigir modificações significativas na arte da defesa. Os disparos da artilharia conseguiam afinal provocar danos às muralhas. Entretanto, mesmo no início do século dezesseis as armas de fogo ainda não haviam substituído significativamente os arcos e as bestas. A própria arte de fortificar ensaiava seus passos no sentido de construírem-se estruturas capazes de defenderem contra a artilharia.

Se por um lado a artilharia provocava danos significativos no oponente, representava um estorvo ao avanço ou mesmo a uma retirada estratégica das tropas. Por outro lado, a coexistência de armas de fogo com os arcos e bestas, trazia uma outra questão a ser pensada na montagem de um sistema defensivo: o alcance das armas; e mais, os objetivos a serem atingidos

por arqueiros e artilheiros eram distintos. Contra os primeiros, as paredes altas, a pique, que dificultavam o tiro direto, a escalada, o acesso. Com o uso da artilharia, tais paredes se tornavam um alvo relativamente frágil para fazer face aos impactos dos projéteis. Eram pouco resistentes à abertura de brechas por onde seria levado o assalto. Ao longo do século dezesseis e sobretudo durante a primeira metade do século dezessete, a Europa assistiu o desenvolvimento de complexos sistemas de defesa.

Mas a experiência européia para com a elaboração de artifícios para a defesa, é bem anterior e compreende um espectro muito vasto de soluções. Alguns pontos fundamentais são comuns às estratégias de defesa estabelecidas ao longo do tempo: 1- evitar o ataque de surpresa; 2. estabelecer um obstáculo entre atacantes e defensores; 3- ocultar-se das vistas do inimigo, preferencialmente podendo observá-lo e 4- batê-lo à distância, antes de ser atacado. De um modo geral a defesa se baseia no princípio de gerar um recinto fortificado, isto é, áreas com um cerco ininterrupto que permita segurança em seu interior. O modo de promover esta área de defesa variou ao longo do tempo e nos diferentes lugares.

O retorno dos cruzados, em meados do século doze trouxe à Europa novos ensinamentos relacionados à engenharia militar, bem como a armamentos. A partir de então, a arte militar oriental passou a influir significativamente no sistema defensivo no Ocidente². É ainda do Oriente que vem o conhecimento da pólvora, ainda que ali usada para outros fins. A pólvora que usada como propelente, iria modificar significativamente a defesa no Ocidente.

A defesa, os sistemas de fortificação alcançaram provavelmente o seu maior desenvolvimento durante a primeira metade do século dezessete. As cidades fortificadas que antes resistiam por alguns dias, agora, podiam resistir aos ataques durante

anos; era a preponderância das técnicas defensivas sobre as de ataque. E este quadro persistiu até que, em meados do século dezessete, Vaubam desenvolveu novas formas de ataque interferindo significativamente na engenharia militar.

Do ponto de vista de suas áreas funcionais, as antigas fortificações, anteriores ao século quinze, eram constituídas de duas áreas: o obstáculo aos atacantes, representado pela muralha, e a posição para os atiradores, da defesa, constituída por uma plataforma erguida por trás da outra face da muralha única. Nesta plataforma, os atiradores cobertos contra o fogo inimigo, arremetiam contra os atacantes. Somente a partir do século dezesseis, novas áreas funcionais são incorporadas às fortificações: são os refúgios para a guarnição. Nestas áreas, a engenharia militar busca criar condições que permitam defender mais eficazmente a guarnição, e gerar áreas que não sejam atingidas pelo fogo inimigo.

Com a artilharia das armas de fogo, as muralhas são espessadas e gradativamente suas paredes vão assumindo uma forma trapezoidal. No século dezesseis, o perfil das fortificações compreende três partes: o fosso, o terraplano, contido pela muralha e contra-muralha, e a praça de armas. O terraplano compreende o parapeito, a banquetta dos artilheiros, as bases da artilharia e terraplano de comunicação, uma área rebaixada, situada atrás das bases da artilharia, que é o local onde se depositavam a munição e as palamentas.

Mas estes conceitos de defesa eram válidos sobretudo para as cidades na Europa, ou do Velho Mundo. No Novo Mundo, entretanto, houve a interferência de novas variáveis, diferentes daquelas conhecidas nas terras do Norte. Nas Américas, o sistema colonial buscava se implantar; europeus tentavam se estabelecer em terras alheias. Mesmo buscando, de início, aproximarem-se, instalarem-se em termos pacíficos, estavam em território alheio. Não seriam os senhores da terra, com suas

estruturas dispersas, suas vilas, seus campos, seus engenhos, seu gado, espalhados no território de seu próprio povo, que precisassem garantir seus limites, enfim, que dominassem um território definido. Antes representavam um grupo em expansão na área, ampliando seus limites, buscando dominar novas terras. Em relação aos nativos, seriam os atacantes, mas com uma forma peculiar de ataque: não lhes interessava assumir os núcleos (as aldeias), no sentido de pilhar e abandonar, ou de ali se estabelecerem. Antes interessava expulsar, afastar, explorar parte da população nativa no trabalho das plantações. É provável mesmo que saqueassem suas roças. Em todo caso, não seria uma guerra contra um único inimigo. A redução dos nativos a um único patamar, é uma re-interpretação mais recente. Tanto para os nativos quanto para os colonizadores da época, reconhecia-se a distinção entre os grupos, e eram muitas as “nações” do Novo Mundo. Umhas aliadas, outras declaradamente inimigas; alianças muitas vezes traídas pela cobiça dos conquistadores.

Na colônia vivia-se uma situação de ampliação territorial; a defesa, portanto, não se podia fazer aos moldes preconizados na Europa. Buscava-se defender as vilas; quanto as unidades de produção, forçosamente dispersas, pela natureza de suas atividades, teriam que se bastar em sua defesa. Os povoados os assentamentos de cada sesmaria, cada um teria que assumir sua própria defesa. Certamente poderiam solicitar auxílio, mas teriam que estar prontos para também prestar socorro. Na verdade, os meios fornecidos pela administração pública, para a implantação de estruturas de defesa, não bastavam sequer para garantir as vilas. Apelava-se para as estruturas das casas-fortes, construídas por particulares, para onde deveriam se recolher os habitantes do local por ocasião dos ataques. Cabia ainda aos habitantes da colônia, as despesas com as armas e os esforços com o treinamento dos homens, e a questão da vigilância. Mas na sociedade colonial, muitas pessoas não visavam efetivamente constituir na América sua nova sociedade. Sentiam-se “de pas-

sagem”, visavam lucrar, enriquecer, e voltar para a Europa. A defesa, portanto, tinha necessariamente um sentido diferente daquele experimentado em Portugal. Talvez não houvesse um empenho mais efetivo no estabelecimento de obras permanentes de defesa. Mesmo quando as relações com os antigos aliados nativos degenerou em guerra generalizada, o maior empenho foi na luta direta, no ataque, no afastamento dos grupos, na “limpeza” da área³.

Ao que parece, o empenho em obras de defesa, pelo menos mais duradouras, se observa quando os inimigos a combater são os próprios europeus: corsários, no início, piratas que saqueavam as cidades e em seguida franceses, holandeses e outros, que visavam estabelecer-se no Brasil. Parte do litoral até o final do século dezesseis já havia superado o medo do nativo, o risco mais imediato dos ataques indígenas. Ao Norte de Itamaracá, não. A Paraíba ainda não era um lugar seguro para os colonizadores, menos ainda o Rio Grande, o Ceará, o Maranhão, a foz do Amazonas. Outros europeus, aliados aos nativos disputavam a hegemonia ibérica no Brasil e contavam com a aliança de grupos nativos.

Contra o assédio de europeus mudava em parte a estratégia de defesa do colonizador. Para os portugueses estabelecidos na terra, o mar representava o limite do território ocupado, a ser defendido; o litoral era a fronteira a ser guarnecida. Mas do Amazonas ao Prata, os limites ‘naturais’ da colônia portuguesa, era um imenso litoral, impossível de guarnecer convenientemente. Restava guarnecer as proximidades das áreas ocupadas; os acessos para o interior; as entradas dos rios, os portos; os rios do açúcar, no Nordeste. Eram portanto duas frentes a serem defendidas, uma vinculada ao ataque, movida pelo interesse de expansão do território. Era a guerra de movimento, dirigida sobretudo contra os nativos. A outra frente estava voltada à defesa das estruturas implantadas; as vilas, os engenhos, os por-

tos. Mas, desde o final do século dezesseis, caía de importância aquela frente voltada para a defesa contra os nativos. Em torno dos principais assentamentos coloniais a força indígena fora neutralizada. Cuidava-se agora de expandir o território. A segunda frente, que se voltava contra possíveis atacantes europeus vindos do mar, contra estes importavam as fortificações⁴. Esta dualidade, possivelmente, associada a questões de recursos, se refletiram em um sistema de defesa que parece nunca ter estado a contento, sempre precisando ser reparado.

Outro aspecto a ser considerado na implantação das obras de defesa, diz respeito ainda a identificação do inimigo, de seu potencial de ataque, de suas armas. Como foi mencionado anteriormente, no início do século dezesseis, as armas de fogo não constituíam necessariamente a maior parte do arsenal do colonizador. Arcos e bestas, além das armas brancas, integravam o quadro das armas disponíveis; vivia-se uma época de plena transição de armamento, transição que ainda levaria algum tempo para se completar.

Por outro lado, internamente, isto é, na própria terra, os inimigos mais imediatos, os grupos nativos, além de outras armas de arremesso, usavam também o arco. Não dispunham de armas de fogo, e este foi um cuidado permanente dos dirigentes, o de não permitir aos índios o acesso às armas de fogo. Quando em conflitos muito sérios, os jesuítas pediram autorização, e lhes foi negada permissão para distribuir armas de fogo, mesmo aos 'índios dos padres'.

As armas contra as quais se defender, evidentemente interferiam no tipo de estrutura de defesa a ser montada. As mais antigas fortificações em Pernambuco, das quais se dispõe de iconografia, o Forte de São Jorge e o Forte da Laje, na entrada da barra do Recife, em suas linhas, mostram paredes altas e retas, ainda sob forte influência da arquitetura de defesa do século quinze. Mais adequada à defesa contra arcos e bestas, do

que de outras armas. E estas construções, por mais de uma vez foram batidas pela artilharia naval de inimigos.

Tem-se ainda um outro aspecto a considerar, a disponibilidade de profissionais capacitados para traçar e executar as obras militares. A mão-de-obra especializada era escassa nos primeiros anos da colônia. Não havia uma grande disponibilidade de mestres de obra, de arquitetos, de engenheiros. O primeiro governador-geral trouxe em sua companhia gente especializada para os trabalhos necessários à implantação da cidade de Salvador: a defesa da cidade, a sede do governo, a matriz, a igreja dos padres da Companhia. Mas entre os padres da Companhia, vindos com aquele governador ou vindos posteriormente havia mestres de obras, havia arquitetos. Inclusive versados no traçar de fortificações. São de jesuítas os traços de diversas obras de defesa da colônia. Posteriormente vieram outros arquitetos e mestres de obra; alguns, trazidos pelos holandeses, outros que se fizeram na própria terra.

Em Pernambuco, o assédio de piratas, que de início, punha em alerta os governantes⁵, chegou mesmo a tolher as ações de interiorização recomendadas pela coroa, no sentido de se buscarem minas⁶. Os cuidados não eram infundados; no final do século dezesseis, piratas, comandados por Sir James Lancaster, atacam Pernambuco, e vencendo a resistência, saqueiam os moradores. A defesa do porto, contava àquela época com um pequeno forte ou simples bateria, em frente à entrada da barra, em que estavam montadas sete peças de bronze. Provavelmente uma construção precária, temporária, como seriam outras que teriam existido na mesma época.

A invasão flamenga ao nordeste necessariamente influiu na própria forma dos moradores perceberem a fragilidade de seu sistema de defesa. Tanto o ataque a Salvador, quanto a Olinda denotaram a incapacidade de resistência a um assédio mais contundente. As poucas obras de pedra não guarneciam

tão bem o porto que atendia a Olinda, quanto era decantado por Brandônio⁷. E outros portos havia, por onde o inimigo entrar.

Havia ainda a questão da conservação destas obras de defesa. O muro de taipa que defendia Salvador, que fora erguido no início da segunda metade do século dezesseis, já não existia nos anos 80 daquele século⁸. Outros exemplos também refletem pouca durabilidade das obras de defesa implantadas na colônia.

Em sua maioria eram obras de terra, de faxina, que sofriam durante os invernos a ação das fortes chuvas tropicais. Para que fossem mantidas em estado, as obras de defesa requeriam um esforço praticamente anual. Mesmo a experiência batava, com obras em áreas úmidas, não impedia a deterioração provocada por ação do clima no nordeste. A cada ano, muitas das obras necessitavam de reparos ou mesmo de serem refeitas⁹. Do mesmo modo, as fortificações de Pernambuco, construídas ou reparadas no governo de Matias de Albuquerque (1620-1626), já se mostravam deterioradas em 1630, quando da invasão holandesa. Não foi às custas das obras de defesa implantadas em Pernambuco, que durante cinco anos se resistiu aos holandeses, que se conseguiu mantê-los afastados das principais áreas produtivas, restritos a pequena faixa do litoral. Foi às custas da prática de combate nas selvas, das técnicas de emboscadas, dos movimentos atrevidos, ditados talvez mais pelo desespero que pela prudência; a ação dos homens, a despeito da fragilidade dos meios. Ação esta que é reconhecida por teóricos militares de todas as épocas¹⁰.

A DEFESA NA COLÔNIA PORTUGUESA

Expulsos os holandeses da Bahia, após sua primeira tentativa em 1625, tratam os colonizadores portugueses de reforçar

o sistema de defesa da colônia. O então governador geral recebera ordens no sentido de tratar do melhoramento da fortificação da cidade do Salvador.

Pernambuco, então sob o governo de Matias de Albuquerque (1620-1626), reparara, armara e artilhara sua defesa. Em Pernambuco se podia contar com o engenheiro Marcos Ferreira, o mesmo que mais tarde iria participar dos melhoramentos da defesa de Salvador. Naquela cidade, já atuava na implantação nas obras de defesa, o jesuíta Francisco de Frias. Entretanto, segundo sustenta Carlos Ott¹¹, tinha-se pressa em acabar o mais rápido possível com as obras de restauração das fortificações, pela necessidade urgente de se reconstituir as muralhas da cidade. A cidade que era sede do governo geral da colônia.

Mas a segunda investida holandesa, não se voltou contra a Bahia, onde havia muito engenhos produtivos. Voltou-se contra Pernambuco. Na 'Nova Lusitânia', alí estava seu objetivo central. Cogitava, é verdade, em dominar toda a colônia portuguesa (a esta altura, de Espanha), no Novo Mundo. Quiçá toda colônia espanhola. Pernambuco era o objetivo inicial. Se possível, o primeiro a ser conquistado. Os demais viriam após, quando os 'pés já estivessem bem fincados na América'. Se Pernambuco se mostrasse uma presa difícil, ou mesmo, se os ventos não ajudassem a conduzir a frota até lá, as ordens a serem seguidas, indicavam a Bahia e o Rio de Janeiro como objetivos alternativos.

Mas a defesa de Pernambuco também não estava a altura de deter a acometida holandesa. A esquadra que em 1630 chega ao Brasil, bem mais numerosa e aparelhada que a primeira, desde que largara do Mar do Norte, estava disposta mesmo a combater a temida esquadra espanhola. Reunida em São Vicente, e seguindo a rota indicada que conduziria a Pernambuco, inicia sua ação por dominar Olinda e em seguida o Recife. Ali também, o sistema de defesa formal da época, não foi suficiente

para deter o ataque. Mais uma vez recorreu-se ao sistema das Companhias de Emboscada, que apesar da desproporção numérica e de armamentos, manteve os holandeses restritos ao litoral por cerca de cinco anos.



Desenho de Manuel Bandeira, com base nas ilustrações da época e posteriores, representando o Recife e suas defesas, em período anterior à ocupação holandesa.

A DEFESA EM PERNAMBUCO

Em 1629, um dos principais portos da Capitania de Pernambuco, abrigava-se por trás dos arrecifes, em frente a foz dos rios Capibaribe e Beberibe. Porto com armazéns, e um ainda pequeno povoado de casas que se distribuíam em meio aos alagados. Ali era embarcado muito do açúcar produzido pelos engenhos, e desembarcados muitos dos produtos europeus que

iam atender às necessidades da próspera colônia. Dos vinhos aos tecidos, da pólvora à louça que iria ser usada em Olinda, grande parte desembarcava no 'povo dos arrecifes'. Os navios que precisavam de reparos, também encontravam na área, as águas calmas de que precisavam. Não era o único porto, mas um dos mais confiáveis para os navios e suficientemente próximo à vila de Olinda, sede da Capitania.

Mas o porto não foi apenas freqüentado por gente que se dedicava ao comércio. Já no final do século dezesseis fora atacado por piratas, que vencendo a resistência, saquearam os moradores. A defesa do porto, contava àquela época com um pequeno forte ou simples bateria, em frente à entrada da barra, em que estavam montadas sete peças de bronze.

Buscou-se melhor defender os arrecifes. Nos primeiros anos do século dezessete, ou mesmo nos últimos anos do século dezesseis, dois fortes foram construídos. Primeiro, o Forte de São Jorge, projetado pelo arquiteto jesuíta Gaspar de Samperes. O segundo, o Forte de São Francisco, projeto do engenheiro Tibúrcio Espanhochi. O Forte de São Jorge, construído em terra, próximo à barra; o Forte de São Francisco, sobre os arrecifes, também próximo à barra. Buscava-se assim fechar a entrada da barra, uma posição indiscutivelmente estratégica, guardando a entrada do porto. O terreno, no entanto, oferecia algumas dificuldades. A área do Recife, diferentemente de Olinda, constituía-se por terras baixas, em grande parte alagável nas marés de 'águas vivas'. As áreas de terra - firme, não eram tão firmes. Areais, mais ou menos extensos, que se moviam sob ação dos ventos. Na realidade, bancos de areia à saída dos rios. Bancos que se formavam e eram recortados pelas águas mais volumosas nos invernos; recortes que se faziam muitas vezes, em pontos diferentes, ao sabor das correntezas. Na ampla várzea de sua foz, o Beberibe com seus meandros, ajudou a formar e a recortar muitos desses bancos de areia. Areias que vinham do mar, trazidas pelos ventos; areias e lamas transportadas pelo rio, e que se de-

positavam próximo à foz. Em seu trecho final o Beberibe corre paralelo ao mar, com muitas voltas e múltiplas saídas. Uma estreita faixa de terra, que parte do Recife, em direção a Olinda, retarda a chegada do Beberibe ao mar, restringido o leito no curso final do rio. É este 'cordão marinho' que corre em paralelo aos arrecifes, que constitui a entrada do porto do Recife. Mas se a área é de importância estratégica para a defesa do porto, sua formação, sua constituição, apresenta vários inconvenientes para as obras de defesa. O terreno é pouco firme, não para o assentamento de paredes, mas para o deslocamento de tropas, para o transporte e assentamento da artilharia. Ademais, o material disponível na área, praticamente se restringia à madeira, muitas vezes contada no mangue, ou na mata, nem sempre tão próxima, e à areia. As pedras, sempre bem vindas nas construções das obras de defesa, praticamente inexitem na área. As fontes mais próximas, na realidade, não deveriam ser utilizadas. São os arrecifes que protegem a planície da inundação pelo mar. Mesmo assim os arrecifes não foram poupados. Seguidamente, por um longo tempo, foram cortados em diferentes pontos; praticamente reduzidos à altura das águas das baixa-mar, das marés mais fortes. Igrejas, casas, fortes, foram construídos com pedras extraídas dos arrecifes. Os extensos arrecifes de Pernambuco, que a princípio ultrapassavam o lume da água, gradativamente foram sendo reduzidos em sua altura para fornecer material de construção. Em muitos momentos se buscou coibir esta prática, freqüentemente retomada, mas em vários pontos os arrecifes foram reduzidos ao nível das marés mais baixas, deixando, portanto de defender a costa nas marés altas. Se os arrecifes representavam uma defesa para a costa, para a navegação, para o costeiro, representavam um perigo para quem não conhecesse sua disposição. Para os que os conheciam, representavam a possibilidade de encontrar águas seguras para fundeadouro, mesmo quando se enfrentava os ventos do final do inverno. Deste modo, os arrecifes se estendiam desde o norte de Olinda, pelo menos uma légua, até o sul do Recife, cerca de mais três léguas. Uma

faixa praticamente contínua, que em alguns pontos fôra arreventada, ou não chegara a se formar, como nas saídas de alguns rios. Estes pontos de interrupção davam acesso às embarcações, às águas protegidas; representavam a entrada a diferentes portos do litoral pernambucano. Aberturas maiores ou menores, davam acesso a embarcações de diferentes calados. Todas elas bastante conhecidas dos navegadores de Pernambuco. Conhecidas também por outros navegadores que aqui viveram e se foram. Se as barras representavam uma vantagem aos navegadores, representavam também um fator de preocupação para os que articulavam a defesa da Capitania. Aqueles eram os pontos passíveis de haver desembarque de invasores, de inimigos. E muito do sistema de defesa instalado na capitania, visava guarnecer estes pontos.

Olinda como cidade, por sua topografia, não se mostrava de fácil defesa. Para os conceitos estratégicos do século dezessete, a situação de Olinda era inadequada para construir-se obras de defesa eficazes, sem um dispêndio excessivo de energia. Mesmo os portugueses que ali haviam se instalado, reconheciam as dificuldades¹². Mas a escolha do local representava uma antiga tradição portuguesa, que talvez remonte ao tempo dos castros, anterior mesmo à ocupação romana. Desde os castros, às cidades, como a própria Lisboa. Olinda como Lisboa, assentava-se sobre outeiros. Olinda ocupa uma região cuja topografia, recortada em uma área sedimentar, apresenta diversas elevações com topos praticamente na mesma cota. De cada uma das elevações se podia atingir a outra com a artilharia. Sobretudo com o advento das armas de fogo, isto se mostrava importante, dificultava a instalação de obras de defesa, com vistas a um ataque vindo do continente. Posteriormente, também os holandeses expressavam a mesma opinião. Portanto, a Capitania deveria ser defendida no litoral; evitar-se o desembarque, guarnecendo-se seus portos. O litoral, pois, os inimigos então temidos seriam os do norte, do Atlântico Norte, da própria Euro-

pa. Os nativos já não representavam um perigo iminente. Destruídos, afastados ou reduzidos às aldeias dos religiosos, já não atemorizavam aos habitantes da vila. Não mais se construía fortificações para defesa contra os nativos, como fôra feito de início. A casa forte ou torre de Duarte Coelho, o próprio Forte de São Jorge eram estruturas que atendiam à defesa contra as armas dos nativos¹³.

Deste modo, as obras de defesa dispunham-se ao longo do litoral. Poucas obras de maior porte. A maior parte, pequenas baterias, com algumas peças de artilharia. E nem sempre se tomava o necessário cuidado com estas obras. Alguns governantes demonstravam preocupação e disposição em fortificar a costa ou mesmo em preservar as defesas existentes. Sesenta léguas de costa, muitos portos. No litoral, vinte e seis deles permitiam o acesso a embarcações. Em alguns deles, mesmo embarcações de grande porte tinham acesso; em outros, apenas embarcações menores. De qualquer sorte, uma vasta área a ser guarnecida, muitos pontos que inspiravam cuidado a quem se preocupasse com a defesa da capitania. Quando Governador de Pernambuco (1620-26), Matias de Albuquerque buscou estabelecer alguns pontos fortificados, que atendessem sobretudo o acesso à vila e a seu porto principal. Ao norte da vila, inspirava maiores cuidados as praias de Pau - Amarelo, a barra do Rio Tapado, que distavam da vila cerca de três léguas. Ali construiu uma obra de defesa, e a proveu de artilharia. No ístimo, ao sul da vila de Olinda, cerca de uma légua, ao lado do Forte de São Jorge, fez construir duas baterias, que juntamente com os fortes e a bateria na entrada da barra¹⁴ deveriam garantir o principal acesso ao porto. As duas barretas que também davam acesso ao porto do Recife, fechou-as com grossas correntes, de modo a impedir que fossem utilizadas por inimigos, fora do raio de ação da artilharia da barra principal.

Exceto os fortes de São Jorge e São Francisco as demais obras, em geral foram construídas com material precívél, ou

pouco resistente às intempéries; freqüentemente precisavam ser reparadas. Mesmo o de São Jorge, é referido como de construção precária e defeituosa¹⁵.

Armas, munições e guarnições, freqüentemente eram em número insuficiente para fazer face à extensão a ser defendida. Os moradores, dedicados a seus afazeres, ocupados em suas lides, não se exercitavam nas armas suficientemente.

Três anos após a saída de Matias de Albuquerque, as obras de defesa de Pernambuco já davam mostras do pouco cuidado que recebiam. A bateria da barra fora demolida, bem como as duas outras ao lado do Forte de São Jorge. Também o Forte do Rio Tapado fora desmantelado, e sua artilharia já não existia no local¹⁶. As correntes das barretas, haviam sido removidas.

A ameaça holandesa fez reacender a necessidade de retomar-se as obras de defesa. De Madri é enviado Matias de Albuquerque, que há pouco tempo retornara do Brasil, onde servira como capitão-general e ainda governador, na Capitania de seu irmão, Duarte de Albuquerque.

Entre as providências que tomou ao retornar a Pernambuco, a despeito dos poucos recursos de que dispunha, Matias de Albuquerque priorizou a defesa dos pontos de desembarque mais próximos de Olinda, sede da capitania: a barra do rio Tapado, e o porto do Recife, já então o principal acesso das embarcações de longo curso à Olinda. No rio Tapado, foi iniciada a construção do forte de Pau - Amarelo, que não chegou a ser concluído. No Recife, reconstruiu as baterias, existentes desde 1595, ao lado do Forte de São Jorge. Um forte muito antigo, cuja artilharia estava assentada sobre vigas; uma reduzida artilharia de ferro, e cujos parapeitos pouca resistência ofereciam como defesa aos ataques. Em fins de 1629 ou início de 1630, um outro forte foi iniciado, ainda nas proximidades da entrada do porto, no lugar 'oposto à barra do dito porto'. Um forte de

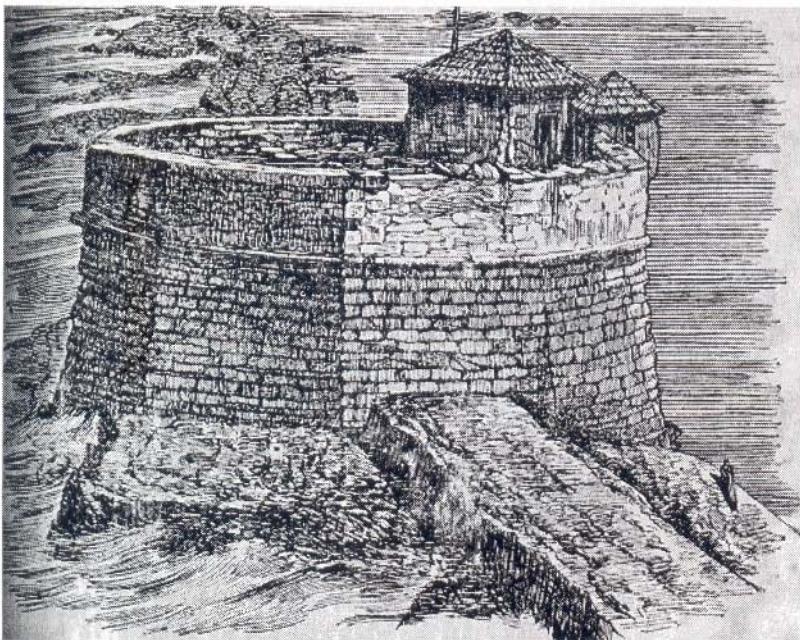
quatro baluartes, em pedra e cal, iniciado às pressas, e que contava com o apoio de Diogo Paes Barreto, um 'morador dos mais nobres' da terra, que o financiava. As paredes deste novo forte, situado cerca de trezentos passos ao norte do Forte de São Jorge, já se elevavam alguns pés acima do solo quando se deu o ataque holandês a Recife.

Mas o ataque holandês não se deu no porto do Recife, onde possivelmente se concentrava boa parte das estruturas e estratégias de defesa dos da terra. Parcas estruturas, face ao inimigo. Ao norte de Olinda, ainda mais precárias. E o desembarque foi efetuado na barra de Pau Amarelo, ao norte da vila. Tomada a vila de Olinda, marcham os holandeses para o Recife. Assentam a artilharia nas bases do novo forte que se erguia, o de Diogo Paes. Três peças de 25 libras e três peças menores sobre o rio, que representaram a 'tan reforçada' artilharia com a qual os fortes de São Jorge e São Francisco foram rendidos a 2 de março de 1630. Os projéteis de 25 libras destruíam os parapeitos do forte de São Jorge, apesar dos 'muitos sacos de algodão que tinham para seu reparo'.¹⁷

Aquartelados em Olinda, o comando instalado no conjunto do Colégio Jesuíta, os holandeses estavam senhores da vila, e da povoação em torno de seu porto, o Povo dos Arrecifes. No Recife, mais tarde, elegeriam ainda uma outra estrutura religiosa para ali instalarem um quartel general: o Convento de Santo Antônio, na ilha de Antônio Váz.

Embora dispusessem de uma frota considerável que permanecia no porto e nas suas proximidades, os holandeses não descuraram de reforçar e defesa da barra. Consolidada a ocupação, outras missões aguardavam aqueles navios. O porto deveria ser capaz de oferecer resistência maior que aquela por eles encontrada.

Naquele mesmo ano os holandeses iniciaram as obras para a construção de um forte que seria sua 'fortaleza principal'.



Vista do Forte do Picão, assentado sobre os arrecifes na barra do porto do Recife. Representa a continuidade do posto de defesa da barra, que ao longo dos séculos recebeu diferentes denominações: Forte do Mar, Forte da Laje, etc. Esta foi a feição que apresentava no início do século XIX (1817). No alto do forte, o farol que sinalizava a entrada da barra.

O local escolhido, como também fora eleito pelos portugueses, visava a defesa do porto, fechando a entrada da barra. A mesma área em que os portugueses haviam instalado o Forte de São Jorge, e em que Diogo Paes iniciara um novo forte. O velho Forte de São Jorge não é seriamente cogitado para ser reparado e servir aos novos ocupantes da terra. Seu estado e sobretudo, provavelmente, sua concepção não encorajavam a sua recuperação. Tampouco optou-se pela remoção de seus destroços para ocupar a mesma área. O local escolhido, foi aquele em que os portugueses haviam iniciado um novo forte. Pareceu-lhes con-

veniente o local em que se encontravam as bases do Forte Diogo Paes, em que eles próprios haviam instalado de início, e com sucesso, sua artilharia. A 'fortaleza principal' dos holandeses seria portanto construída sobre as bases do forte de Diogo Paes. Discutiu-se o local e a planta desde o início de abril, já em finais de maio a construção estava contratada. Os planos holandeses visavam a construção sobre os alicerces portugueses, de quatro muralhas. A primeira em feixes de faxina, circundada por uma muralha de pedra. O primeiros fortes holandeses no Recife, foram desenhados pelo engenheiro Commersteyn, que acompanhava as tropas. De acordo com a planta, o forte seria constituído de quatro baluartes, cujas pontas distavam entre si 75 metros

Se fora relativamente fácil a tomada de Olinda e do Recife, mais difícil seria sustentar a situação.

PRIMEIROS TEMPOS NO BRASIL HOLANDÊS

A cidade de Olinda, sobretudo as unidades produtivas da Capitania, despertavam o interesse de conquista de outros grupos. E quando os holandeses dirigiam-se para invadir e conquistar Pernambuco, traziam em seus planos, já definido, que o conjunto jesuítico seria seu quartel general. Planos que não incluíam apenas Pernambuco, mas que apresentavam painéis alternativos, caso 'não soprassem bons ventos'. O interesse em dominar a colônia portuguesa da América, estendia-se além. Três alvos, seriam prioritários, e de qualquer destes buscariam ampliar os domínios¹⁸. Eram alvo ainda as embarcações portuguesas que vinham das Índias¹⁹. Os planos para Olinda, primeiro alvo da empresa, incluíam inicialmente a pilhagem; depois do saque, tratariam de estabelecer melhores bases de defesa das terras conquistadas²⁰. Trincheiras, baterias, e o próprio posto de comando deveriam ser instalados. O Colégio jesuíta, desde a Holanda,

já fora definido como ponto estratégico a ser defendido, como posto de comando holandês.

Uma conquista, de início, possivelmente mais fácil do que esperavam. Não desembarcaram no Povo (Recife), onde uns poucos fortes defendiam o porto. O desembarque, mais ao norte, à altura de Pau Amarelo, carece ainda de uma melhor avaliação. Uma área perigosa à navegação, arrecifes rasos mas encobertos pelas águas; uma barra estreita. Uma área de aportagem reduzida para o número de embarcações que compunham a esquadra; área difícil para manobra, sobretudo de embarcações à vela, concentradas.

A resistência oferecida pelos da vila, não foi capaz de fazer face ao ataque por terra, dos holandeses que desembarcaram ao Norte. O ataque por terra, possivelmente poupou a vila de maiores danos que seriam causados por um pesado bombardeio. Mas não a poupou da pilhagem. Cada um dos focos de resistência foi sendo tomado por combate, e por desistência de luta dos luso-brasileiros, que nas circunstâncias não dispunham de forças capazes de enfrentar o inimigo²¹. O colégio dos jesuítas foi tomado²² e saqueado²³. Mas, ao que parece, tiveram os padres, tempo suficiente para reunir e esconder as alfaias da igreja²⁴, e por a salvo algumas de suas relíquias²⁵.

E no Colégio dos jesuítas instalaram-se os dirigentes holandeses em terra²⁶. A tomada do colégio, parece ter servido para os da terra, como símbolo da queda da vila²⁷. Ao combate, seguiu-se a fortificação da vila, visando inicialmente sustar alguma surpresa por parte dos da terra, e mais tarde qualquer tentativa de recuperação por parte de Portugal (Espanha). As construções religiosas foram, por sua situação eminente, as primeiras guarnecidas²⁸. É interessante se observar que quando são arrolados os pontos fortificados pelos holandeses, não há menção à torre ou castelo (casa fortificada) construída por Duarte Coelho, então há menos de um século. Uma torre de pedra e

cal, que fora residência do donatário, e construída para a defesa dos moradores e da vila. Estaria então, já arruinada? ou a Matriz do Salvador constituía-se em uma melhor posição estratégica, muito próxima?

Na vila abandonada, ruas, conventos, lojas e casas foram ocupadas pelos invasores, que usufruíram dos pomares e adegas de Olinda²⁹. Olinda se manteve como refúgio holandês até 1631, confinados que estavam ao litoral, entre o Povo e Olinda, receando a mata, pelas emboscadas dos da terra.

Em Olinda instalaram um templo calvinista, na igreja Matriz³⁰; enquanto que, na Igreja de Nossa Senhora da Graça, anexa ao Colégio, e o próprio Colégio Jesuíta instalara-se o quartel-general das tropas.

Do mesmo modo que não fora difícil aos holandeses conquistarem Olinda, consideravam que sua defesa a um ataque não seria fácil. Sobretudo porque, diferentemente dos portugueses, que temiam principalmente um ataque pelo mar, os holandeses temiam-no por mar e também por terra³¹. Divergiam as opiniões daqueles que estavam no Brasil, de seus dirigentes na Holanda. Os que comandavam, em Pernambuco a ocupação, não acatam a ordem de empenharem-se em fortificar intensamente a vila, e tentam a ameaça de incendiá-la, para obter acordos de paz com os da terra³². E a ameaça de desembarque dos soldados de Orquendo, serviu de argumento para o cumprimento das ordens de destruir Olinda³³. À época, grande parte dos holandeses já se concentrava em Recife. Desde abril de 1630, planejavam e logo executaram a obra de fortificação de um convento - o convento de Santo Antônio - na ilha de Antônio Vaz. Para este forte, transferiu-se o comando holandês. Portanto o Colégio é abandonado, como sede do governo invasor.³⁴ O incêndio ateado à Olinda em novembro de 1631, atingiu grande parte da cidade, praticamente todo seu núcleo central.

A extensão em que cada edifício de Olinda foi atingido, possivelmente variou. A disponibilidade, a quantidade por área, de material combustível em cada um, deveria variar, resultando em diferentes tempos a que foram submetidos ao calor intenso. A qualidade do material de construção, a espessura das paredes, o material cimentante utilizado, todos estes fatores influenciariam na amplitude da destruição. Ter o fogo ateadado consumido todo o material, ou ter sido em tempo atalhado, evidentemente também influiria na extensão dos danos³⁵. O colégio de Olinda teria sido 'acudido' pelos padres da Companhia, que atentos, à frente dos índios de sua missão, buscaram minimizar os efeitos do incêndio provocado³⁶.

A destruição, portanto não parece ter atingido uniformemente as edificações. Pelo menos as construções de pedra e cal, que eram numerosas, teriam sido menos danificadas. A igreja do Monte, a cavaleiro em um outro outeiro, ainda que no conjunto da vila, ao que parece, sequer foi atingida.

RESISTÊNCIA LUSO-BRASILEIRA E EXPANSÃO HOLANDESA

Ao dominarem a Vila de Olinda e o povoado dos arrecifes, trataram logo os holandeses de reforçar suas defesas. Em Olinda, consideravam desde cedo a dificuldade de garantir uma posição no topo de uma elevação, que na realidade não se mostrava a cavaleiro das demais. Outras elevações nas vizinhanças, muito próximas permitiam descortinar a vila. E estas elevações, muitas delas, eram cobertas de matas. Um elemento por demais favorável ao inimigo, conhecedor da área.

De início abriram trincheiras e instalaram peças de artilharia em torno do Colégio Jesuíta que lhes servia de quartel. Outros pontos elevados da cidade foram também armados. Espalharam-se trincheiras em vários pontos para a defesa da vila ocupada.

Um ponto fundamentalmente importante a ser resolvido pelo invasor, foi a questão do alojamento de sua gente. As casas não eram suficientes, armazéns que haviam, muitos foram incendiados, queimando sobretudo a rica carga de caixas de açúcar que abrigavam. Uma perda lastimável quando se contabilizou o saque. Muitos foram obrigados a permanecer nas embarcações, até que mais tarde, construíram-se galpões (armazéns) para alojar a gente de guerra, os soldados³⁷. Mesmo casas pré-fabricadas, em madeira, foram posteriormente trazidas da Holanda.

Mas o problema de alojamento, apesar de grave, não seria o maior a ser enfrentado pelos invasores. Dois outros se somavam. As provisões de boca e os ataques fortuitos promovidos pelos locais que emboscavam os que ousavam se deslocar em busca de alimentos. E foram tantos estes ataques, que praticamente confinaram os holandeses a orla marítima. Quase que reduziram sua alimentação ao que podia ser obtido da Europa. Esgotadas as provisões que usufruíram com o saque da vila, os bons vinhos de Espanha, encontrados nas casas de Olinda, os frutos que colheram nos pomares, na cerca dos padres da Companhia de Jesus, restou-lhes a alternativa de recorrer à pesca, como aliás costumavam fazer quando aportavam nas ilhas, ao longo de suas viagens. Mesmo buscar no mato frutos para o 'refresco dos doentes', representava uma temeridade. Recorreu-se a alternativa de mandarem-se os doentes para a ilha de Fernando de Noronha, já dominada. Usou-se ainda das 'companhias de mouros' que desertavam das tropas portuguesas³⁸.

As emboscadas promovidas pelos da terra, estorvavam os holandeses tanto na busca de alimentos, quanto na própria organização da defesa. Lhes custava muito caro construir as obras de defesa. Na área do porto, a inexistência de pedras, exceto aquelas dos arrecifes, conduzia a optar-se pelas construções em terra e faxina. Mas a própria construção em terra, comum nas obras de defesa da época, ressentiam-se da qualidade do material existente na área. Toda a área do istmo entre

Olinda e o porto, era constituída de areia solta, não havia barro. A técnica de sustentação da areia com uma armação em madeira (obras de faxina), exigia que se fosse às matas cortar a madeira necessária³⁹. E ali, nas matas, residia o risco de serem apanhados de surpresa⁴⁰.

Foram cinco anos durante os quais enfrentaram a resistência dos da terra. Uma resistência quase que impossível de ser imaginada, se considerados os efetivos de cada uma das partes. Por outro lado, embora contratados como soldados, as tropas holandesas, como as da terra, eram basicamente constituídas pelos oficiais, e por um corpo, cujo treinamento em armas talvez se equivalesssem. Quanto as armas, nestas sim, havia uma diferença considerável. O armamento holandês, muito mais numeroso em termos absolutos, talvez fosse ainda melhor distribuído na tropa, de forma mais abrangente. Afinal era uma tropa arregimentada, selecionada, contratada para lutar, para tomar de assalto as posições inimigas. Para uma guerra a ser desenvolvida no mar e na terra. Soldados que além do soldo estabelecido, teriam participação nos lucros auferidos através do apresamento de navios, dos saques das vilas e povoados.

Mas os soldados pagos a soldo, holandeses, alemães, noruegueses, escosseses, enfrentavam homens que lutavam por suas vidas, por seus bens, por uma terra na qual depositavam a confiança de futuro. Este era um fator preponderante na forma como se conduziam as tropas.

De início, o primeiro impacto, a diferença das forças que se iriam enfrentar, abalou em muito o moral dos locais. As poucas defesas montadas às pressas, não poderiam fazer face à poderosa frota holandesa. Os poucos canhões que artilhavam os dois únicos fortes da barra, não podiam manter a cadência de tiro de que eram capazes os holandeses. Não havia como se concentrar com tantos inimigos prontos para disparar contra as já fragilizadas paredes dos fortes na barra. Fortes de paredes a prumo, altas, em cujas ameias se postara fardos de algodão.

Defesa mais adequada se as armas inimigas fossem as flechas e as lanças. Mas contra a artilharia pesada dos canhões, aquelas obras não eram efetivamente a estrutura de defesa adequada. Os fortes caíram, quase todos os seus defensores tombaram mortos. Os que puderam escapar, fugiram para as matas. Alguns trataram de por a salvo seus bens, apesar das explícitas ameaças do capitão, para que não abandonassem seus postos para salvar o ouro. Na realidade naquelas condições não havia como opor resistência. A retirada, era na realidade mais estratégica, e assim ficou comprovado. Retiraram-se da vila de Olinda, abandonaram o povoado dos arrecifes, desistiram de tentar impedir o acesso ao porto. Ali estavam derrotados. Entretanto, não abandonaram a luta. Confinaram os holandeses ao litoral, à estreita faixa entre Olinda e o Recife.

Se não podiam compeli-los a abandonar a posição, pelo menos buscavam impedir que fortificassem seus postos. Dificultaram ao máximo os trabalhos de construção das obras de defesa dos holandeses. Quase tudo que era construído durante o dia, destruíam à noite. Emboscavam e matavam os que se aventuravam em ir as matas, seja à caça de alimento, seja à cata de madeira para construção ou de lenha para cozinhar. Mesmo saindo em grupos, os invasores eram fustigados por ações rápidas e eficazes. Nestas sortidas, contavam os portugueses com o inestimável apoio dos nativos aliados.

Desenvolveram-se combates com desfechos cruéis⁴¹. Não importava apenas abater o inimigo, extravasavam o ódio mal contido, ou buscavam afligir moralmente o adversário. Mas as atrocidades ocorriam de ambas as partes. Também os holandeses preparavam emboscadas, mutilavam os adversários, faziam troféu das mutilações⁴². Ainda em janeiro de 1631, buscou-se controlar os excessos após os combates. Por iniciativa do governador Matias de Albuquerque, foi enviado um tambor, com um pedido para que os mortos de ambos os lados fossem respeitados e enterrados sem mutilações⁴³.

Embora alguns autores admitam que , pelo menos de início o interesse holandês voltava-se ao comércio do açúcar⁴⁴, então tolhido pela ação de Espanha; que buscavam entre os do Brasil uma cooptação em termos do fabrico e comércio do açúcar, Gonsalves de Mello chama a atenção para uma série de documentos que sinalizam em direção contrária. Um deles seria a tentativa de pagamento de resgate, por parte dos dirigentes da capitania, logo após a invasão. Arriscando tratar-se de mais uma das ações piratas de invasão e saque, seguidas muitas vezes de pedidos de resgate, os da terra tentaram negociar com os invasores, o preço da liberdade da capitania. O tambor enviado com este fim por Matias de Albuquerque, não obteve a resposta almejada. Os holandeses haviam se instalado para ficar. Argumentaram em resposta à proposição, que o juramento que haviam prestado, compelia-os a fixarem a dominação na terra.

E a resistência dos da terra, sem maiores recursos, recorrendo às emboscadas, mantém os holandeses confinados à orla, por cinco anos. Mas na costa, os holandeses já dominavam além da área de Olinda e do Recife; boa parte do litoral da Capitania já se encontrava sob domínio holandês.

Com a queda da resistência, tem início uma corrida de holandeses para o interior, para adquirirem os engenhos confiscados pelos representantes da Companhia. Civis e militares, mesmo religiosos reformados adquiriram engenhos; colonos e empregados da Companhia; voltavam-se para as atividades rurais de plantio ou de produção de açúcar. Até mesmo um governador foi nomeado para dirigir a restauração de engenhos arruinados pela guerra. Chegou mesmo a ser estabelecido um programa de política colonial⁴⁵, que pouco durou. O plantio e sobretudo o fabrico do açúcar, exigia um conhecimento especializado, praticamente mantido como segredo pelos portugueses. O 'ponto' do melaço para dar o açúcar, era conhecido de apenas uns poucos iniciados, que ciosamente guardavam seus segredos. Os holandeses detinham a tecnologia de refinar o açúcar, mas

entre os portugueses, praticamente se mantinha a tecnologia de fabrico do açúcar em escala. Foi necessário recorrer-se à ajuda, à experiência dos da terra. Pouco a pouco, a administração dos engenhos volta às mãos de brasileiros ou de portugueses. Uma retomada pela necessidade imposta pelo desconhecimento da tecnologia do fabrico de açúcar, que levou um conselheiro de justiça holandês a escrever para os seus “nós governamos a terra e os moradores, mas os portugueses governam nossos haveres”.⁴⁶ Tal era a dependência dos holandeses do conhecimento português referente à tecnologia açucareira que Gonsalves de Mello chama a atenção para o fato de que, mesmo em engenhos pertencentes a holandeses reformados, padres católicos eram chamados, para abençoar a nova estação de moagem, para ‘benzer a nova botada’, mesmo sob o protesto dos predicantes que se “escandalizavam com tais ‘idolatrias’ ”⁴⁷. Mas, também pouco a pouco, alguns holandeses assenhoram-se da tecnologia do açúcar, que mais tarde iriam levar a outras paragens que conquistaram, e nas quais implantaram o cultivo da cana e o fabrico do açúcar.

A despeito do interesse no açúcar da cana, também os holandeses, não esqueciam de buscar possíveis minas. Entre elas, as minas de salitre despertavam particular interesse. Era a necessidade de pólvora para garantir as conquistas, para encetar novos ataques, para a ampliação do poderio bélico.

E a expansão da conquista holandesa se fez por grande parte do Brasil, do Maranhão à Sergipe, chegando mesmo a ameaçar a sede da colônia, a Bahia. Estendeu-se ainda mais, pelas colônias portuguesas (espanholas) de outros pontos: na Guiana, na América Central, na América do Norte, em ilhas do Atlântico e mesmo na África, muitas delas tendo como base o porto de Pernambuco.

A DEFESA NO BRASIL HOLANDÊS

Com a queda do Forte Real do Bom Jesus, e da fortaleza de Nazaré, tornara-se insustentável, naquelas condições manter a luta. Grande parte dos senhores de engenho e muitos dos colonos que haviam escapado com vida dos conflitos, migra para a Bahia. Engenhos destruídos, canaviais queimados, Pernambuco tem agora sua economia praticamente destrocada. Sequer a vila escapara. Não fora destruída pelos bombardeios, mas quase que desaparecera sob o fogo ateadado aos seus edifícios. Mais que isto, o que restara, as estruturas de pedra e cal que resistiram ao fogo, muitas foram saqueadas. Demolidas as paredes, as pedras foram servir nas novas construções que se faziam em Recife.

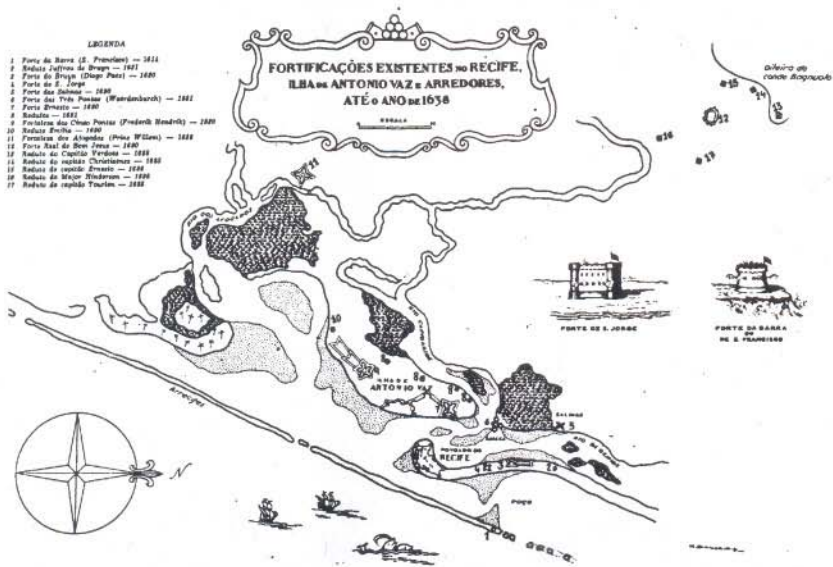
Os sinos das igrejas de Olinda, desde cedo foram arrancados e enviados à Holanda, possivelmente para o fabrico de canhões. Pelo menos treze deles, que embarcaram no navio do capitão Jan Cornelisen, o Overijssel.

Derrotados os dois maiores focos de resistência, o Forte Real do Bom Jesus e o de Nazaré, puderam os holandeses se assenhorar da terra, tendo início um novo e conturbado período de saques e extorsões, quando buscam a todo custo recuperar através dos saques, as somas investidas na empresa. Outros produtos da terra como o sal, o pau-brasil, eram embarcados para a Europa, mas era preciso recuperar a produção do açúcar.

A rendição do Forte Real do Bom Jesus e a retirada dos brasileiros para o sul, produzem também outro tipo de alteração entre os holandeses: a chegada de imigrantes vindos da Holanda. Homens, mulheres, crianças, pobres em sua maioria, que se deixaram convencer pelos encarregados⁴⁸ de arregimentar recrutas e imigrantes na Holanda⁴⁹. Gente que chegava sem recursos para iniciar qualquer atividade, que em última análise representava despesas que não interessavam à Companhia⁵⁰. A este

tempo também muitos dos soldados, haviam completado seu tempo de engajamento e, ao invés de retornarem à Europa, ao serem dispensados, deixavam-se ficar na terra. É ainda deste mesmo período a grande afluência de judeus para o Recife. Aumentava assim o contingente de civis que iria constituir as colônias implantadas pelos holandeses: em Itamaracá, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, colônias que não chegaram a prosperar como se esperava.

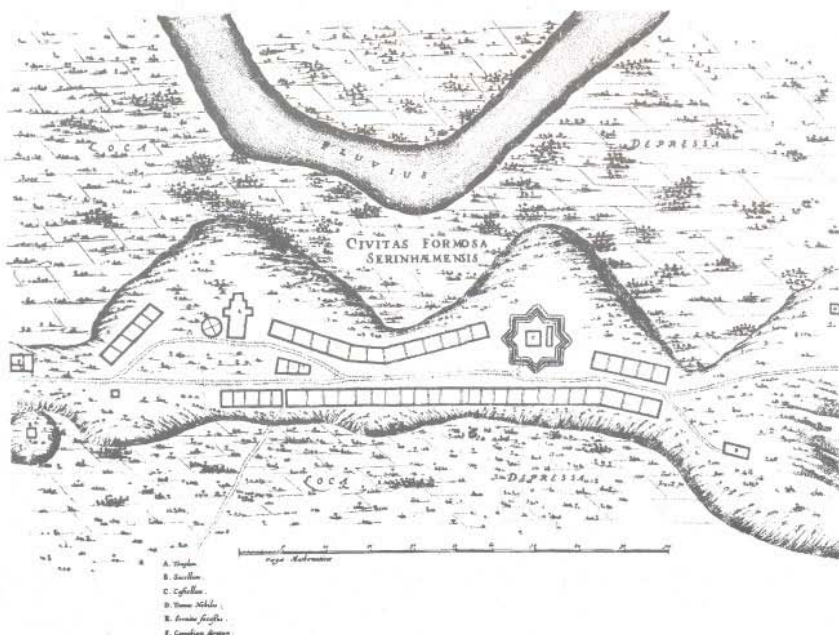
O centro administrativo, apesar das discussões iniciais quanto à sua melhor localização, foi mantido nas proximidades do porto principal, nos Arrecifes. Foi na ilha de Antonio Vaz e no Recife, que se concentrou grande parte da população.



Desenho de Manuel Bandeira, com base nas ilustrações da época e posteriores, representando as defesas do Recife e cercanias, até o ano de 1638.

Antes da queda dos fortes do Bom Jesus e de Nazaré, era perigoso viver na ilha. Construíram-se inicialmente paliçadas e redutos para defender os moradores, que contavam ainda com o apoio do Forte Ernesto. Do ponto de vista estratégico, a

ilha representava talvez o principal ponto a ser defendido. Importante do ponto de vista da articulação da defesa com artilharia, importante do ponto de vista de garantia do abastecimento de água potável. As terras baixas do Recife, os rios recebendo a influência das marés, não propiciavam boa água para a população. Na ilha, as cacimbas de Ambrósio Machado representavam a grande fonte de abastecimento. Mesmo a ponte que se projetou, ligando o ístimo à ilha, tinha por objetivo facilitar o abastecimento d'água⁵¹.



Vila Formosa de Sirinhaém, Pernambuco, com seu Forte

Desenho de Frans Post 1645.

A princípio o Recife desenvolveu-se bem mais rápido que a ilha, que se manteve com atividades rurais, pelo menos até 1635. Ali havia ainda uns poucos armazéns, tavernas e o antigo convento, transformado em quartel: o forte Ernesto. As poucas casas construídas na ilha, eram casas de baixo custo. No

Recife, o casario urbano era denso e caro. Mas é na ilha que após 1637 se vai implantar o projeto da cidade Maurícia. Foi ali que Maurício de Nassau fixou residência.

A implantação do sistema defensivo na área ocupada pelos holandeses, revelou-se em um plano bem mais complexo do que até então havia sido buscado pelos luso brasileiros. Guarneceu-se a barra, construíram-se paliçadas, baterias e fortes. O conjunto das obras de defesa mostra que a preocupação holandesa não se restringia, como no caso português, às ameaças vindas do mar. Seu principal inimigo estava em terra. Temia-se, é certo a esquadra espanhola, mas os combatentes do dia a dia vinham de terra. Ali se escondiam, e era dali que saíam para fustigar os holandeses.

Pouco a pouco o sistema de defesa holandês é implantado. Mesmo após a queda dos fortes do Bom Jesus e de Nazaré, não se descurou das obras de defesa. A cidade Maurícia, na ilha de Antonio Vaz, é possivelmente o sistema de obras de defesa mais complexo, implantado no Brasil de sua época.

Mas não apenas em Maurícia, no Recife também são implantadas obras de defesa. A expansão do domínio holandês, para o Norte e para o Sul é acompanhado pela instalação de fortes ao longo do litoral, nas entradas das principais barras.

Muitos fortes são construídos, outros, tomados e reformados, outros ainda tomados e reconstruídos. Quase todos construídos em terra⁵². Paredes de pranchas de madeira sustentando volumes de areia, cercados de pau a pique.

Os holandeses muito freqüentemente se utilizaram da matéria prima local para a construção de suas obras de defesa. Ainda que muitas vezes lamentassem a inexistência de material mais compatível 'mais necessário', utilizavam-se do que fosse disponível⁵³. Entretanto, em algumas de suas obras, foi utilizado material importado, sobretudo as tábuas que mandavam vir nos navios.



Detalhe da tela de Albert Eckhout, datada do Brasil, 1641, doada pelo Conde de Nassau ao Rei Frederico III (1654). Pertence atualmente ao Museu de Copenhague. Representa um soldado das tropas holandesas, vestindo túnica de algodão e poncho de baeta. Porta à cinta, uma espada e leva ao ombro um arcabuz. Os pés estão descalços.

Notas

- ¹ O estudo da fortificação se divide em duas partes: a teoria da fortificação e sua aplicação no campo. A primeira, quer dizer, a teoria da fortificação é uma ciência; a segunda, uma arte. Pôr fim: a fortificação na guerra é uma arma. SCHWARZ, Alexis von. *El pasado y el presente de la fortificación y su empleo en la defensa del Estado*. Buenos Aires. Biblioteca del Oficial. 1926. p.26
- ² “O primeiro e mais notável exemplo destas construções é o castelo de Gaillard, construído pelo rei da Inglaterra, Ricardo Coração de Leão, sobre o rio Sena, com o objetivo de impedir o avanço dos franceses [por este rio, para a capital da Normandia, no ano de 1198.” SCHWARZ, Alexis von. op.cit. . p. 71.
- ³ Uma limpeza que começou com a vegetação. Afastar as matas das áreas ocupadas, pois a mata representava o domínio do nativo. A princípio, provavelmente as matas foram derrubadas para ceder lugar aos assentamentos das casas, das vilas, das roças, dos engenhos; para o uso da madeira nas construções; para dar lugar aos canaviais; para lenha de cozinhar, lenha para as fornalhas dos engenhos; derrubar a mata para afastar os índios. Este processo, tanto em torno das vilas e dos engenhos, quanto da cidade de Salvador, foi relativamente rápido. Em Pernambuco, entretanto, seu primeiro capitão/donatário preocupava-se em manter florestadas as nascentes dos mananciais, proibia o corte das madeiras mais resistentes para fins menos ‘nobres’, para serem queimadas; as árvores de maior diâmetro deveriam ser poupadas para uso nas construções. Mas com a multiplicação dos engenhos, suas fornalhas devoraram praticamente toda mata em torno dos canaviais. Já no início do século dezessete, as lutas pelas matas se tornaram freqüentes, e os donos das terras com matas cobravam aos donos dos engenhos preços considerados altos pela lenha. O governo-geral passa a intervir no sentido de tentar disciplinar a instalação de engenhos, evitar que se estabelecessem muito próximos uns dos outros, regular o preço da lenha, de modo que atendesse a todos. A este tempo, já não mais temiam a mata que camuflava os nativos em momentos de ataque. Mesmo assim, em virtude da carência sobretudo de lenha, as aldeias de índios, as roças de um modo geral deveriam ficar a uma distância ‘conveniente’ dos engenhos, o que equivalia a no mínimo uma légua. Desta carência de lenha, também queixaram-se os holandeses praticamente confinados durante cerca de cinco anos, a uma estreita faixa do litoral entre Recife e Olinda. N. As.
- ⁴ As opiniões e idéias referentes à importância e a utilidade das fortalezas e fortificações permanentes, as suas vantagens e seus defeitos, aos métodos de seu uso e de sua defesa, sempre tem estado muito divididas. tem havido

épocas em que se pensava que não havia nada mais útil nem mais pratico que a construção de fortalezas; outras, ao contrario, em que se acreditava que era necessário renunciar 'construção de obras permanentes, pela obrigação que impunham de se usar um método estacionário de operações, ao contrario do caráter da guerra de movimento. SCHWARZ, Alexis von. op.cit. p. 26

⁵ “deixar aqui a cousa fornecyda e a bom recado por todallas vyas, em especial por estes franceses que, se senyrem nam estar na terra, cometerão a fazer o que soyam fazer, mas nam poderam.” LEITE, S. Hist. Col. III: 314, apud Ibidem p.:24-5.

⁶ “... é de se compreender o empenho do Donatário de Pernambuco em fundar uma vila, e provê-la do aparato básico para sua sustentação e defesa. A vila, com sua casa-forte, representava o núcleo para a segurança dos colonos. Afastar-se muito dela, representava risco, tanto para aqueles que saíssem para o interior, como para os que ficassem. Insegurança representada pelos nativos, para os que se afastassem da vila e, face os corsários, insegurança para a própria vila, que ficaria desguarnecida. De fato, em sua carta de abril de 1542, Duarte Coelho esclarecia ao rei os motivos que o faziam permanecer na Vila, em lugar de avançar rumo ao interior à cata de riquezas.” ALBUQUERQUE, Marcos. Jesuítas em Olinda ...op. cit. 1995.

⁷ “Dentro da Vila de Olinda habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito preço, de toda sorte, em tanta quantidade que assemelha a uma Lisboa pequena. A barra de seu porto é excelentíssima, guardada por duas fortalezas bem providas de artilharia e soldados, que as defendem; os navios estão surtos da banda de dentro, seguríssimos de qualquer tempo que se levante, posto que muito furioso, porque tem para sua defesa grandíssimos arrecifes, aonde o mar quebra. Sempre e acham nele ancorados mais de trinta navios, porque lança de si em cada um ano, passante de cento e vinte carregados de açúcares, pau do brasil e algodões.” BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - Diálogo das Grandezas do Brasil. Recife, Imprensa Universitária. (1618) 1966.

⁸ SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil. São Paulo, 1938, p. 134.

⁹ “o fortzinho dos Marcos está atualmente em perfeitas condições, provido de palissadas junto ao parapeito e do lado externo, em torno do fosso; entretanto, com o período das chuvas no parapeito deverão surgir certamente grandes brechas e o fosso deverá se arruinar.” Relatório de janeiro de 1649, apresentado por Simon van Beaumont, ao governo holandês do Recife, transcrito na

Dagelijkse Notule de 5 de fevereiro de 1649, Arquivo Geral do Reino, Haia, cartório da Companhia das Índias Ocidentais, Companhia Velha, maço 73. Apud GONSALVES DE MELLO, J.A. A Feitoria de Pernambuco e o Reduto dos Marcos (1646-54) Estudos Universitários, n. 1, jan.-mar. 1969 UFPE, Recife.

¹⁰ Estou completamente convencido de que, em todas as operações militares, o papel principal pertence ao homem e o secundário a os meios que ele tem a sua disposição. Por isso é necessário dividir todas as medidas que se devem tomar para uma tarefa de tanta importância, como a organização da defesa do país, em duas partes: as medidas morais e as materiais.

A primeira consiste na preparação do combatente, educando o povo, despertando nele a aspiração de uma existência livre e independente, e o amor a pátria em tal grau que, chegado o período de guerra, se mostre capaz de sacrificar-se, e queira resistir até o fim.

A segunda é: a organização total do exercito, que quer dizer: sua instrução, seu armamento, sua munição, e aqueles meios técnicos mais novos e aperfeiçoados que sejam necessários ao exercito para suas operações, assim como aquelas medidas adotadas com antecipação pelo estado para poder contar com efetivo suficiente, para resguardar a liberdade e rapidez das operações, e aliviar a situação da população durante a guerra. ... Este exemplo obriga a crer que as forças morais são as mais importantes; obrigam a consagrar a eles particular atenção e construir sobre ele o fundamento mais sólido da futura vitória. SCHWARZ, Alexis von. op.cit. p.14

¹¹ OTT, Carlos. O Forte do Mar, na Bahia. Textos Escolhidos . Arquitetura Oficial II. Inst. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 5. S.Paulo, 1978.

¹² COELHO, Duarte de Albuquerque, Memórias diárias da Guerra do Brasil 1630-1638. Col. Recife, Vol. XII. Recife, Prefeitura da Cidade do Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

¹³ COELHO, Duarte de Albuquerque, Memórias diárias ... op. cit.

¹⁴ Uma bateria neste local é referida pelo menos desde 1595.

¹⁵ "como era tão sinzillo, qualquiera bala de las de a 25 libras que le daba, deribava los parapetos". apud GONSALVES DE MELLO, J. A.- Tempo ... op. Cit. p. 164

¹⁶ COELHO, Duarte de Albuquerque, Memórias diárias ... op. Cit.p. 35

¹⁷ Ver em COELHO, Duarte de Albuquerque, Memórias diárias ... op. Cit..

¹⁸ "Entretanto, em caso de insucesso ou de êxito da investida, havia planos de ocupação de outras cidades já considerando as possibilidades de novos insucessos,

caso ocorressem. Com relação a essa estratégia, que começaria a partir de Olinda, (...). E com pé firme aí, poderia a esquadra iniciar novos ataques: ao Rio de Janeiro, em primeiro lugar ('julgamos tal cidade no sul tão aproveitável e útil à Companhia quanto a cidade de Pernambuco [i, é, Olinda] no norte`) e 'no caso de mau sucesso, o que Deus não permita, e que a nossa tentativa contra Pernambuco fracasse, deverão seguir para o Rio de Janeiro e procurar dominar a cidade por todos os meios`, bem como a Paraíba; no caso, porém, em que a direção dos ventos não permitisse atingir o Rio de Janeiro 'deverão velejar para a Bahia de Todos os Santos e procurar subjugar a cidade do Salvador, fortificá-la e guarnecê-la e os bens aí obtidos enviá-los para aqui` (Holanda)'" GONSALVES DE MELLO, J. A.- Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 2. edição. Recife: CEPE. (Coleção Pernambucana, 15). 1978.p. 45.

- ¹⁹ Outra parte da esquadra deveria partir para a ilha de Santa Helena a esperar e aprisionar três naus portuguesas cuja vinda das Índias Orientais era esperada ('e no caso de aprisionamento dever-se-á ter cuidado que nenhum diamante ou outras coisas de valor sejam subtraídas`).GONSALVES DE MELLO, J. A.- Tempo dos flamengos. Op. Cit..p. 45
- ²⁰ A cidade de Olinda, que seria o ponto de partida, deveria, então, por ordem dos Chefes da frota, que se destinavam a conquistar Pernambuco, (...) ser fortificada (...) seus pontos mais altos e, especialmente o convento dos jesuítas devido à sua situação. GONSALVES DE MELLO, J.A. No Tempo dos Flamengos... p. 45
- ²¹ "Próximo da cidade, na margem direita do rio Doce, combateram holandeses do coronel. Diederick Waerdenburch e os comandados de Matias de Albuquerque. Os holandeses, dispoendo de 2.948 soldados e de dois canhões. Matias, de 550 milicianos, 200 índios de camarão e 100 cavaleiros. Os invasores, desembarcados na véspera em Pau Amarelo, progrediram pela manhã divididos em três corpos: vanguarda, 934 homens chefiados pelo ten. coronel. Celvan der Elst; centro, 1.049, sob o ten. Coronel. Van Steyn Callenfels; retaguarda, sob o maj. Foulcke Hounques. Iniciado o ataque, lanças holandesas subiram o rio para hostilizar e tentar desordenar a retaguarda dos defensores, o que conseguiram. As formações de voluntários milicianos confundiram-se e não opuseram a resistência esperada. Matias viu-se compelido à retirada para Olinda com os poucos homens que permaneceram ao seu lado. Os holandeses ocuparam o colégio dos jesuítas e dominaram a vila, tendo perdido entre 50 e 60 soldados, enquanto os vencidos da jornada sofreram 150 baixas, entre feridos e mortos. Morreram o cap. Salvador de Azevedo, que defendera o colégio, e André Temudo. Matias passou-se de Olinda para o Recife." COSTA, Francisco Pereira da, Anais Pernambucanos. op. cit. p. 368

- ²² Tendo vencido a resistência dos luso-brasileiros, ao longo do trajeto percorrido pelos holandeses, do ponto em que desembarcaram na costa pernambucana até a então vila de Olinda, os holandeses ocuparam o prédio do convento e colégio dos jesuítas, na ocasião defendido pelo capitão Salvador Azevedo, apenas com 22 soldados, conforme nota do tradutor Alfredo de Carvalho. Richshoffer, que enfatiza o ímpeto dele e de seus companheiros durante os conflitos que vinham sendo travados, escreveu: "(...). Do mesmo modo assaltamos á viva força o convento dos jesuítas, levando a ferro e fogo quantos ousaram resistir-nos. Em seguida fizemos fluctuar da torre e das janellas a fóra as nossas bandeiras". apud COSTA, Francisco Pereira da, Anais Pernambucanos.. op. cit. p. 57.
- ²³ Em 1630, quando se deu a invasão holandesa, e era reitor do colégio o padre Leonardo Mercúrio, ficou o edifício bastante danificado pela resistência oposta ao inimigo por um punhado de soldados incumbidos da sua defesa, e abandonado pelos padres à rendição da praça, (...). Os que primeiro entraram fizeram boa prêsa, cabendo-lhes entre outras coisas, muitas peças espanholas de oito reales, (...)COSTA, Francisco Pereira da, Anais Pernambucanos.. op. cit. p. 431.
- ²⁴ "Enterrando os padres toda a prata e riquezas do colégio para não caírem presas do inimigo, em 1641, veio de Portugal o padre Francisco de Vilhena, colegial de Olinda, com a incumbência de retirar todos esses cabedais e conduzi-los à metrópole, e feito isto, sem o menor incidente, seguiu ele para a Bahia e daí para Lisboa; mas, quando no termo da sua viagem, foi o navio aprisionado por corsários turcos, e completamente saqueado, foi o padre conduzido para Argel, onde acabou os seus últimos dias de vida no mais miserável cativo." COSTA, Francisco Pereira da, Anais Pernambucanos.. op. cit. p. 342
- ²⁵ Das pelepas, além de prisioneiros, trouxe Souto (...). Também a relíquia de Santa Úrsula, que pertencia ao colégio dos jesuítas, os quais a tinham deixado na casa de um morador. COSTA, Francisco Pereira da, Anais Pernambucanos.. op. cit. p. 345.
- ²⁶ (...) como refere Richshoffer, ficando depois o edifício servindo de quartel-general das tropas holandesas, e convenientemente fortificado com algumas trincheiras contra qualquer surpresa dos pernambucanos. Foi no colégio de Olinda onde primeiro tremulou o pavilhão das invasoras cortes holandesas. COSTA, Francisco Pereira da, Anais Pernambucanos.. op. cit. p. 431.
- ²⁷ Vendo as bandeiras holandesas flutuando da torre e janelas do convento dos jesuítas de Olinda, os luso-brasileiros, conforme as próprias palavras de Richshoffer,

(...) Os do outro lado da cidade, nos dous fortes de pedra e na trincheira situados na praia, e percebendo que não só a nossa rectaguarda marchava resolutamente sobre elles, como também do lado do sul desembarcavam novas tropas que o sr. General mandava como socorro, não se demoraram em resistir-nos, e, depois de dispersarem algumas peças, fugiram abandonando tudo. O mesmo fizeram os burguezes da cidade, que dias antes haviam occultado na floresta as melhores alfaias, comquanto isto lhes tivesse sido prohibido, sob pena de morte, pelo governador hespanhol, afim de que, procurando guardar os seus bens, o auxiliassem mais fielmente na defeza da cidade. Como, porem, lhe desobedecessem, temendo mais aos hollandezes que a elle, fez incendiar os seus armazens na aldeia povo, onde foram destruidas pelas chamas quinze mil caixas de assucar, afóra considerável quantidade de tabaco brasileiro e de vinho de hespanha, para enorme danno da Companhia das Índias Occidentaes. apud COSTA, Francisco Pereira da, Anais Pernambucanos.. op. cit. p.57-8.

- ²⁸ ... O general Teodoro [Diederick] Waerdenburch fortificava-se na vila sem perder tempo. Fazia algumas baterias em que colocou artilharia, uma no colégio dos padres da Companhia de Jesus, outra na igreja-matriz, na Misericórdia outra, e outra na Conceição, que era tudo no alto da vila. Cobriu todas as casas com trincheiras estacadas; nas principais estradas havia corpos de guarda. Receava que o nosso general lhe desse alguma noite aziaga; e receava bem, porque ele o tencionou por vezes, mas a carência de gente não lhe permitia executá-lo. COSTA, Francisco Pereira da, Anais Pernambucanos.. op. cit. p. 59.
- ²⁹ “Na maior parte, durante a noute, no convento dos jesuítas, mantendo bôa guarda. Muitos, porem, que se encheram de vinho de hespanha, ficaram deitados nas ruas e casas como brutos irracionaes, dando motivo a continuos rebates falsos, de modo que até o romper do dia pouco podemos descansar. Não obstante estivéssemos todos muito fatigados do constante pelejar e do intoleravel calôr, de prompto nos restauramos com o delicioso vinho de hespanha e refrescamos com limões, laranjas e assucar”. (relato de Richshoffer) apud COSTA, Francisco Pereira da, Anais Pernambucanos.. op. cit. p. 59.
- ³⁰ “Durante a curta permanência do invasor em Olinda, foi o templo [a igreja Matriz da paróquia, igreja do Salvador] aproveitado para o culto da seita calvinista, para o que foi convenientemente acomodado, tendo lugar no dia da páscoa a primeira prédica feita pelo ministro João Baers, com o fim de introduzir ali a prédica da palavra de Deus e o verdadeiro culto divino, tendo sómente como assistentes, por parte da nossa gente, muitos pretos e pretas, que a seu modo atendiam quietos e devotos aos officios divinos, segundo um documento da época, até que ficou abandonada com o assento dos holandeses na praça do Recife, e caiu mesmo em ruínas, envolvido no

incêndio geral de Olinda, que teve lugar em 1631. COSTA, Francisco Pereira da, *Anais Pernambucanos*. op. cit. p. 472

- ³¹ Waerdenburch, os seus subordinados e os engenheiros que serviam na tropa foram unânimes em reconhecer a grande dificuldade de manter sem perigo para a segurança da conquista recente, a cidade de Olinda. Solicitaram imediatamente permissão para destruí-la e concentrarem-se no Recife e na ilha do Antonio Vaz". GONSALVES DE MELLO, J.A. *No Tempo dos Flamengos*... p. 46
- ³² GONSALVES DE MELLO, J.A. *No Tempo dos Flamengos*... p. 47
- ³³ "Sua Exa. [o Príncipe de Orange] foi de opinião que autorizássemos V.S. e o Conselho de Guerra, no caso em que o inimigo desembarcasse com grandes forças e que V.S. não encontrasse meios de defender a cidade no todo ou em parte, a abandoná-la com toda ordem, demoli-la e inutilizá-la inteiramente." Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, datada de Haia, 15 de fevereiro de 1631 e também datada de Middelburg, 30 de maio de 1631, in BSN, apud GONSALVES DE MELLO, J.A. *No Tempo dos Flamengos*... p. 48.
- ³⁴ Abandonado pelos holandeses com a subsequente posse da praça do Recife, novos revezes estavam ainda destinados ao colégio como o incêndio geral de Olinda em 1631. Entretanto, acudindo a nossa gente a apagar o fogo dos templos para que de todo não ficasse abrasados, como refere o cronista contemporâneo, Diogo Lopes de Santiago, e os padres da Companhia de Jesus correndo à sua igreja com os índios das suas missões, conseguiram assim que não ficasse com muito dano. COSTA, Francisco Pereira da, *Anais Pernambucanos*. op. cit. p. 432
- ³⁵ "Acudiram ali [no dia seguinte ao incêndio da vila de Olinda] muitos moradores, com aquela mágoa de quem nesta vila foi nascido e criado, e no desejo de atalhar o incêndio e ruína de suas casas; pensando voltar à sua habitação com a prosperidade que dantes gozavam, e com a brevidade que alguns imaginaram." COELHO, Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias* ... op. cit p.102
- ³⁶ (...), Acudindo a nossa gente a apagar o fogo dos templos para que de todo não fossem abrasados, como refere o cronista contemporâneo, Diogo Lopes de Santiago, e os padres da Companhia de Jesus correndo à sua igreja com os índios das sua missões, conseguiram assim que não ficasse com muito dano. COSTA, Francisco Pereira da, *Anais Pernambucanos*. op. cit. p.432
- ³⁷ "A 23 (maio de 1630) a nossa companhia foi mudada da cidade para a aldeia Povo, onde nos deram péssimos alojamentos." RICH SHEFFER,

Ambrósio. Diário de um soldado. Coleção Pernambucana, vol. XI. Gov. Estado de Pernambuco, Sec. De Educação e Cultura, Recife, 1977. P. 79.

- ³⁸ “A 17 (maio de 1630) formou-se uma companhia de mouros (...). Eles devem servir-nos não só em ocasiões como a acima referida (emboscadas) como para irem diariamente buscar fructas na floresta para refresco dos feridos.” RICH SHEFFER, Ambrósio. Op cit. P. 79.
- ³⁹ A 23 (setembro de 1630) seguimos bastante fortes para o matto em frente à trincheira nova, para cortar faxinas. Marchando para adiante, encontramos uma casa que incendiamos (a casa servia aos brasileiros de posto para observação dos inimigos); no nosso regresso fomos perseguidos pelo inimigo, resultando ficarem de ambos o lados muitos mortos e feridos.” RICH SHEFFER, Ambrósio. Op cit. P. 85
- ⁴⁰ A 14 (maio de 1630) foram mortos três homens da nossa companhia que tinham ido ao matto buscar fructas”. RICH SHEFFER, Ambrósio. Op cit. P. 77
- ⁴¹ “Quando chegamos ao sítio da peleja encontramos trinta mortos deitados em uma fileira, uns junto aos outros, perto da prais. Muitos dentre eles tinham as cabeças cortadas; outros os membros cortados e metidos nas bocas, e ainda outros tinham debaixo das cabeças grandes porretes de madeira, constituindo ao todo um espetáculo lastimável. RICH SHEFFER, Ambrósio. Op cit. P. 78.
- ⁴² “Nós da escolta, porém nos retiramos e os trabalhadores deitaram a fugir até tê-los atraído bem para fora d’água e feito esgotar as munições. Então as nossas tropas anteriormente mencionadas, os acometeram por todos os lados, cortaram-lhes a retirada e mataram quantos encontraram. Tratamos especialmente os brasilienses como eles costumam fazer com os nossos. De modo que, junto com um grande número de armas, arcos e flechas, diversos levaram para o quartel muitos narizes e orelhas espetadas nas espadas. Assim o meu Sr. Major de Berstedt, como heróico cavalleiro que era, ofereceu ao Sr Coronel a sua espada cheia até a metade da lâmina, de narizes e orelhas. E ainda outros fizeram-lhe igual presente.” RICH SHEFFER, Ambrósio. Op cit. P. 92-3.
- ⁴³ (...) o governador hespanhol, Sr. d’Albuquerque, enviou-nos um tambor com o pedido de, de ambos os lados, serem os mortos enterrados segundo o costume de guerra, sem sofrerem mutilações. Foi deferida sua petição com a condição de que os brazilienses também fossem por elle obrigados a isso.” RICH SHEFFER, Ambrósio. Op cit. P. 93.
- ⁴⁴ “tinham naquela época apenas a idéia de assenhorar-se do comércio de açúcar” RODRIGUES, José Honório e RIBEIRO, Joaquim. A Civilização Holandesa no Brasil. P. 87

- ⁴⁵ Gonsalves de Mello. O tempo... op. Cit p. 132.
- ⁴⁶ 'Instruções dadas pelo Conselheiro Político do Brasil ao enviado Servaes Carpentier' datadas do Recife, 2 de fevereiro de 1636. Apud GONSALVAS DE MELLO, J.A O Tempo ... op. Cit . p. 132
- ⁴⁷ GONSALVAS DE MELLO, J.A O Tempo ... op. Cit . p. 135.
- ⁴⁸ "vendedores de Cristãos" é como os descreve Moreau, apud GONSALVES DE MELLO, J.A Tempo dos Flamengos, op. Cit. P. 54.
- ⁴⁹ "a sua arte consiste em sugestionar os jovens estrangeiros que observam para resolve-los a se alistarem para as viagens às Índias, que os seduzem e lhes descrevem os países afastados como um Paraíso terrestre que proporciona todas as felicidades desejáveis, prometem uma grande fortuna, retêm-nos em suas casas com fartos jantares, pagam-lhes as extravagâncias até a partida e fazem apreender e embargar as soldadas desses parvos logo após o seu embarque para pagamento das despesas feitas por eles em suas casas, as quais elevam ao quádruplo do seu valor." MOREAU, Pierre et BARO, Roulox História das últimas lutas no Brasil, entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias. Col. Reconquista do Brasil, vol 54 . Ed. USP (1624-25) S. Paulo, 1979.
- ⁵⁰ "os particulares que aqui chegam são todos gente de poucos recursos aos quais temos que manter desde que desembarcam, com grande inconveniente e gastos para os nossos armazéns, pelo que é aconselhável obter melhor gente para enviar para cá, gente que tenha o necessário para começar a se aplicar em alguma coisa." Carta do Conselheiro político Jacob Stachhouwer ao Conselho dos XIX, datada de Recife, 23 de agosto de 1635, apud GONSALVES DE MELLO, J.A Tempo dos Flamengos, op. Cit. P. 54.
- ⁵¹ "foi examinado o projeto de se lançar uma ponte sobre o rio que correentre o Recife e a ilha de Santo Antonio e por este meio transportar a água daqui para ali". Carta de Pieter de Vroe, Secretário do Conselho Político, e em nome deste, ao Conselho dos XIX, datada de Olinda, 2 de abril de 1630. Apud GONSALVES DE MELLO, J.A Tempo dos Flamengos, op. Cit. P. 51.
- ⁵² (os fortes do Recife) "são todos de areia e faxina, exceto os do Mar e da Terra, que nós tínhamos". Frei Mateus de São Francisco, Apud GONSALVES DE MELLO, J.A Tempo dos Flamengos, op. Cit.
- ⁵³ "são obradas com a matéria dos terrenos em que se obraram, que são umas de areia e faxina e outras de terra e faxina e as mais delas com suas camisas de lódo". Apud GONSALVES DE MELLO, J.A Tempo dos Flamengos, op. Cit Antônio de Araújo Mongeime.

Capítulo III

Reintegrando o Brasil

SOB O DOMÍNIO HOLANDÊS

O fracasso do plano de soerguimento da economia açucareira da colônia sob o julgo holandês, em muito contribuirá para romper o frágil equilíbrio que de início se estabelecera. As medidas liberais adotadas por Nassau, de liberdade de culto, de acesso dos portugueses à produção açucareira, as medidas de apoio financeiro à reconstrução das fábricas e reimplantação dos canaviais, pouco a pouco transformaram o sonho de reconstruir a economia, no pesadelo de não poder arcar com os novos encargos tributários, com os encargos financeiros exigidos pelos credores. Parte dos da terra, que teriam sonhado em recomeçar a vida, ainda que sob nova bandeira (já que Portugal estava sob julgo da Espanha), vêem ruir sob as ameaças dos credores, as infâmias, as indignidades a que são submetidos, suas esperanças. Os holandeses, que a princípio voltaram-se às atividades produtivas, que investiram na compra de engenhos e partidos de cana, logo cedo reconhecem as dificuldades com a tecnologia do açúcar. Muitos deles voltam às atividades comerciais, aos meandros financeiros, deixando aos da terra, sobretudo, as lides do campo. O comércio, os serviços, como o de transporte, são bem

mais rentáveis e, talvez, de menores riscos. Mas é sobretudo com as atividades financeiras, envolvendo altos juros, que se ganha muito dinheiro. Pelo menos de início, quando as dívidas podiam ser pagas. A extorsão, seja a oficial, através das taxas, seja a particular, pelos juros, em pouco tempo torna os devedores insolventes.

Mas a grande crise que se abate sobre a economia açucareira da época, não se deve apenas a ação dos holandeses. Entre 1639 e 1640 grandes incursões de campanhistas, devastavam as plantações, queimavam os partidos de cana, inviabilizavam a produção. E novamente era necessário recorrer-se a empréstimos, que se somavam aos anteriores. Com a continuação do processo, os donos de engenhos se viam obrigados a fugir ou esconderem-se para evitar as prisões e os maus tratos que eram infligidos por seus credores. Devia-se a particulares e devia-se à Companhia. Em 1643 a Companhia resolve proceder com a execução de todos os devedores, sem qualquer acordo; os que não fugiam iam parar na cadeia. Tais eram as condições de cobrança, tão impiedosa que “certo Conselheiro de Finanças - tribunal ao qual estava afeto o serviço de cobrança de dívidas - Pieter van der Hagen, pediu dispensa da função pois se recusava a ‘*comer a carne e beber o sangue de viúvas e órfãos*’ ”¹

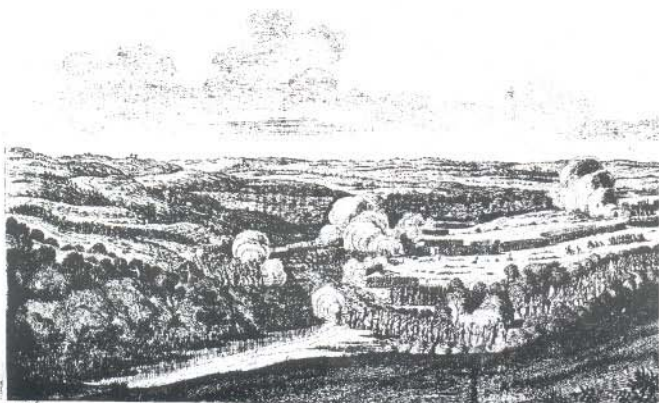
Em seu testamento político Nassau recomendava *proceder com brandura em relação aos lavradores e senhores de engenho*, considerando a sua grande influência na produção econômica mas sobretudo as repercussões que poderiam provocar no campo. Entretanto, não são apenas os senhores de engenhos e os plantadores de cana que sofrem as pressões. Também os moradores, os cortadores de pau-brasil, os pequenos lavradores de roças se vêm extorquidos, submetidos a abusos dos holandeses. Neles também se gera a revolta. A eles também se deve a insurreição.

O domínio holandês expandira-se. Além de Pernambuco foram conquistados a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Tentaram novamente apoderar-se da Bahia, onde sofreram flagrante derrota.

Por outro lado, o plano traçado em 1639 pelos luso-brasileiros e espanhóis, contava que receberiam apoio da esquadra comandada pelo conde da Torre. André Vidal de Negreiros e Antônio Dias Cardoso, partiriam da Bahia com destino à Paraíba, onde buscaram o apoio da população local para enfrentar os holandeses. Para Pernambuco seguiriam Filipe Camarão, João Barbalho e Francisco Rebelo, com idênticos objetivos. Incendiavam canaviais, destruíam engenhos, ações que visavam sobretudo atrair o inimigo para o interior, onde, para os brasileiros, era mais fácil combatê-los. Estas ações visavam ainda facilitar o desembarque das tropas vindas na esquadra do conde da Torre.

A ação foi retardada no aguardo de tropas que do sul viriam se incorporar às forças do conde. Apenas em janeiro de 1640 a esquadra chega a Pernambuco. O porto escolhido para o desembarque, o de Pau-Amarelo, fora o mesmo em que desembarcaram as tropas da Companhia da Índias Ocidentais, dez anos antes. Desta feita, entretanto os novos 'invasores' encontraram resistência à altura da importância da colônia, agora sob o domínio holandês. Os navios, comandados pelo almirante holandês Cornelizoon Loos, investiram contra a esquadra do conde da Torre, que buscou evitar o embate, navegando para o norte. A perseguição por mar durou cinco dias, terminando com um combate nas proximidades de Cunhaú, onde as forças holandesas saíram vitoriosas, embora o almirante Cornelizoon Loos tivesse perecido. O que restou da esquadra comandada pelo conde da Torre, dispersou-se, só voltando ao litoral dias após, já sem víveres. Os navios dispersado, não tornaram a se reunir no mar, aportaram em pontos distintos. Já em terra, as tropas de Henrique Dias e Francisco de Souza, desembarcados

ao sul de Natal no porto da Pipa reúnem-se às de Luiz Barbalho, desembarcadas na ponta de Touros, ao norte de Natal e dirigem-se à Bahia. Uma jornada de 400 léguas e muitos combates, que afinal custou mais caro aos holandeses, que àqueles que atravessavam o território ocupado. No Potengi, em Goiana, em Serinhaém, no engenho Salgado, próximo a Alagoa do Sul (atual Marechal Deodoro), nos Campos de Inhauns (atual São Miguel dos Campos), sucederam-se combates, que um a um iam derrotando o inimigo, então em seu território, protegidos por suas estruturas fortificadas.

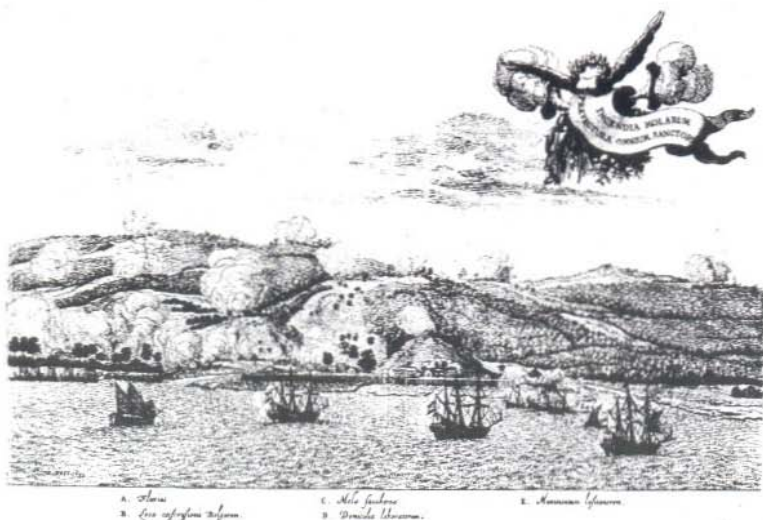


- | | | | |
|---|---------------------------|--------------------------------------|-----------------------|
| A. Touro | Natal | 1. Sobrinho | 2. Casas |
| B. Aldeia de São Luiz e suas dependências | E. B. Fortes de São Pedro | 3. B. Fortes de São Pedro e São Luiz | 7. Touro de São Pedro |
| C. Aldeia de São Luiz | F. F. Fortes de São Pedro | 4. Touro de São Pedro | 8. Touro de São Pedro |
| D. Fortes de São Luiz e São Pedro | I. Fortes de São Pedro | 5. Touro de São Pedro | 9. Touro de São Pedro |

Cena da batalha nas proximidades de Porto Calvo entre as tropas holandesas do Conde de Nassau e as ibero-brasileiras do Conde de Bagnoli, em 18 de fevereiro de 1637.

À grande marcha em direção à Bahia, comandada por Luís Barbalho, iam-se incorporando muitos homens e mulheres, muitos velhos e crianças, que abandonavam seus campos, buscando escapar ao invasor. Na Paraíba, ajuntaram-se às tropas em marcha, os comandados de Vidal de Negreiros; em Pernambuco os efetivos comandados por Filipe Camarão e Francisco Rebelo.

Outros reveses iria enfrentar o invasor. Em março de 1640 chega à Bahia uma expedição comandada pelo almirante Lichthardt, enviado por Nassau em represália às derrotas sofridas. Mas os holandeses desembarcados no Recôncavo, apenas puderam ter acesso aos arredores da cidade, onde incendiaram e saquearam os engenhos, matando os moradores. À cidade, entretanto, não puderam atingir. As tropas que vinham em marcha, desde a ponta de Touros, já estavam em Salvador e garantiram a defesa da cidade.



Tropas holandesas incendeiam, em represália, engenhos de açúcar na Bahia de Todos os Santos, em abril de 1645.

É também em 1640 que Portugal recupera sua independência da Espanha, com a restauração do trono português, com D. João IV. Uma independência que lhe valera sustentar com a Espanha uma guerra. Mas a notícia da Restauração só chegaria ao Brasil em fevereiro de 1641. Tendo a Espanha como inimigo comum, esperava-se que Portugal e Holanda viessem a celebrar um acordo que restabeleceria seus antigos laços comerciais. Entretanto, a Holanda já se instalara na América e almejava expandir seus domínios. Portugal, por seu turno, buscava evitar um conflito direto com a Holanda ao mesmo tempo que lutava contra a Espanha. Uma dupla guerra que não teria condições de sustentar. Deste modo, Portugal busca fortalecer-se na medida do possível, estabelecendo com a Holanda um tratado de aliança (ofensiva-defensiva) contra a Espanha e um armistício que manteria por dez anos a situação vigente quanto as colônias.

De sua parte, Portugal reconheceu a perda de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, ao tempo em a Holanda se comprometia, por dez anos, a não mais expandir seus domínios sobre as colônias portuguesas. Em aditamento às condições, Portugal concordava com o fim das hostilidades contra os holandeses no Brasil, proibindo seus representantes de atuarem militarmente contra as forças holandesas na colônia.

Mas os termos do acordo que se processava, propositadamente, não foi de imediato divulgado no Brasil. Só dois anos mais tarde, Nassau fez publicar o armistício, quando a paz já interessava aos holandeses. Conscientes da fragilidade do momento por que Portugal passava, a Holanda buscara ampliar seus domínios, não apenas no Brasil, mas ainda na África. Em 1641, entre abril e novembro, os holandeses conquistam no Brasil, Sergipe e o Maranhão. Não ousaram atacar a Bahia, embora, as determinações recebidas da Holanda recomendassem particularmente que aquelas terras fossem conquistadas. Só então, depois da conquista das novas áreas, quiseram fazer valer o

armistício, que livrava os holandeses da ação das companhias de emboscada.

Desde que divulgara a assinatura do armistício, Nassau buscou tomar medidas que lhe permitissem um controle da situação, sobretudo no tocante à presença de companhias de emboscada. Para tanto, mandou de imediato que se fizesse um recenseamento da população nas vilas e povoados, de modo a que pudesse exercer um controle acerca de possíveis movimentações de pessoas. Temia a presença das companhias de emboscada, que poderiam vir da Bahia, ou mesmo movimentações internas, que poderiam significar preparativos para uma insurreiçãõ.

Mas os acordos estabelecidos entre os governantes dos dois países, levaram os Estados Gerais a ordenar que os portugueses fossem considerados amigos (13.fev.1641), e em contrapartida, a mesma ordem era expedida pelo rei de Portugal (20. Mar. 1641) com relação aos povos dos países Baixos.

Por outro lado, à Companhia das Índias, como uma empresa, interessava o lucro. A queda na receita proveniente do Brasil, os grandes gastos já despendidos e por fim, a queda de suas ações, exigiam que fossem revistas as estratégias, reduzidos os gastos. Com base nos termos do armistício assinado, o Conselho dos XIX resolve proceder a uma redução nos seus quadros de guerra no Brasil. Inicialmente dispensa de suas tropas, os ingleses, os escoceses e os franceses, que então constituíam o grosso das tropas no Brasil², mantendo apenas os holandeses e os alemães. Deste modo, o efetivo estacionado na colônia fica reduzido a cerca de 3.000 soldados³, que integram 18 companhias⁴.

Redução nas tropas e redução no quadro de oficiais. Em abril de 1643, os seis majores que serviam em Maurícia, no Rio São Francisco, na Paraíba, no Maranhão, em Serinhaém e

na Muribeca, são dispensados, “passando o maior posto militar a ser o de capitão”⁵

A política de corte de gastos com a defesa não parecia prudente a Nassau. Sequer as fortificações estavam sendo bem cuidadas. Os gastos a serem feitos nos reparos dos fortes, teriam agora que ser solicitados diretamente à Holanda, o que retardava em muito as obras. Em consequência, já em 1644, Herdrick van Haus chama a atenção ao Conselho dos XIX para a carência de soldados e o estado de deterioração das fortificações⁶.

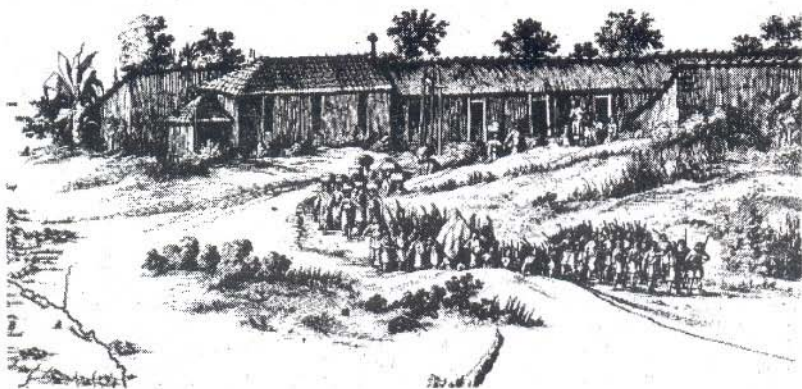
As preocupações com a defesa da conquista, fizeram com que se assumisse novas posturas. A licença para que portugueses possuíssem armas para sua defesa, concedida em 1640, com base nas declarações recíprocas de amizade entre os povos, eram revogadas em 1643. Entre 43 e 44 se buscou sistematicamente desarmar os moradores portugueses⁷. Era uma reação à atitude considerada suspeita de um certo capitão Cardoso que em 1642 desembarcara na praia da Calheta e dirigiu-se a Porto Calvo onde embarcou. Nos 14 dias que durara sua jornada, temiam os holandeses que estivesse preparando um levante. Era esta, de fato, a sua missão.

Conscientes que a trégua de dez anos a que se referia o armistício assinado entre Portugal e Holanda, poderia não ser [ou não seria] cumprida pelos brasileiros, os invasores usam de medidas de represália para atemorizar os da terra. Inicia-se um período de violências que atinge não apenas possíveis tropas, mas a qualquer um da população luso-brasileira. Sequer os velhos, as mulheres ou as crianças eram poupadas. Voltava-se às mutilações que haviam sido prática freqüente nos primeiros anos da invasão.

Visando compensar a redução de suas tropas, os holandeses investem em buscar o apoio nos contingentes indígenas. Prendem e degredam antigos chefes aliados dos portugueses, fazem treinamento com novos líderes. Ampliam assim, em mui-

to, seus comandados. Contavam agora os holandeses com o apoio maciço de contingentes indígenas, que haviam atendido ao chamado holandês, que lhes acenava com a “Concessão de liberdade ampla e total a todos os índios brasileiros e ordem para que fossem libertados imediatamente todos os que estivessem retidos contra a vontade”.

Alguns chefes indígenas, mandados treinar na Europa, comandavam as tropas de nativos, sob a supervisão de holandeses, muitos deles judeus, como no caso do ataque a Cunhaú. Ali a população, que correra a esconder-se na igreja, foi impiedosamente massacrada e mutilada.



Holandeses em marcha, a frente de uma tropa de nativos. Considerando-se as construções representadas, provavelmente se trata de índios aldeados em antigas missões religiosas católicas, posteriormente ocupadas por dirigentes calvinistas. Detalhe da ilustração de Frans Post, existente no Mapa da Paraíba e do Rio Grande do Norte do conjunto cartográfico de George Marcgrave (1643).

Mas as primeiras insurreições não surgiram em Pernambuco, sede do governo holandês. O primeiro levante teve lugar no Maranhão, onde só muito recentemente os holandeses haviam dominado. Não houvera de fato, na tomada do Maranhão, combate aberto; um estratagema usado pelos holandeses lhes permitiu o domínio das defesas da área. Pouco durou o domínio holandês no Maranhão. O então governador do Pará, Pedro de Albuquerque, que atuara contra os holandeses em Pernambuco, enviou tropas em auxílio ao Maranhão. Participa do combate de Rio Formoso, onde fora o único sobrevivente e saíra muito ferido. À força dos combates as tropas holandesas terminam por estar confinadas ao Forte São Filipe. Os combates que conduziram à derrota as tropas holandesas foram levados a efeito por tropas e comandantes luso-brasileiros, sem o auxílio da Metrópole. E a 28 de fevereiro de 1644 os holandeses abandonam em definitivo o Maranhão.

INIMIGOS COMUNS

Nas cidades ou nos engenhos, nas roças ou na Campanha, outras agruras além das devastações, dos combates, das destruições, da carência alimentar, estorvavam a vida dos colonos. Punham em risco a vida de ricos e de pobres, de portugueses, de brasileiros, de holandeses. Ameaçavam índios, brancos, negros e mestiços. Não só os ferimentos de guerra, os sofrimentos das prisões, as punições, as extorsões, ceifava grande número de vidas. As doenças que tiveram que enfrentar, teria sido talvez um grande fator a interferir na mortalidade.

São freqüentemente mencionados os efeitos desastrosos das doenças trazidas pelos europeus e africanos sobre as populações nativas do Novo Mundo. A varíola, a tuberculose, a gripe, representaram verdadeiros fatores de genocídio para aque-

las populações. E como bem observa Posey⁸, a transmissão destas doenças não se fazia necessariamente de forma direta entre colonos ou seus escravos africanos e os indígenas. A transmissão bem se poderia fazer de modo indireto, através de indivíduos nativos, diretamente contaminados, que em fase de incubação, volta a seu grupo, visita ou comercia⁹ com outros grupos, levando consigo a doença. E por que o contágio indireto não se daria através daqueles que fugiam do serviço escravizado, ou mesmo dos grupos, que pelas guerras com os colonos, se viam obrigados a abandonar suas antigas áreas, buscando a hinterlândia? Posey vai mais além, quando sugere que, mesmo através da fauna nativa, algumas doenças poderiam ter sido transmitidas indiretamente.

Por outro lado, o que se poderia chamar de destruição bacteriológica, no entanto, não estava restrita a apenas um sentido. As doenças tropicais também estorvaram em muito os colonos europeus. Sobretudo doenças transmitidas através de insetos, como a malária; as febres, de um modo geral. Doenças normalmente atribuídas aos 'maus ares' e às áreas com miasmas, que precisavam ser evitadas. Na Amazônia, freqüentemente, expedições foram acometidas por doenças que praticamente dizimavam seus integrantes, como a do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1679) que durante sete meses navegou o rio, subindo até São José do Rio Negro¹⁰. Ou mesmo a expedição de exploração do rio Trombetas, que mandara realizar o Governador Martinho de Sousa e Albuquerque (1784), forçada a regressar, face as febres que dizimavam seus integrantes. Algumas áreas foram reconhecidamente tidas como insalubres, e buscava-se evitá-las. Em Pernambuco, à época do domínio holandês, fazia-se referência a áreas insalubres; o próprio irmão de Nassau foi acometido por uma febre perniciososa que o levou à morte.

Por outro lado, as doenças trazidas pelos europeus, não lhes eram menos perniciosas.

Na verdade, nas primeiras levas, nos primeiros contatos com o Novo Mundo, os resultados teriam sido desastrosos para ambas as populações. As doenças peculiares a cada da região, dizimavam a população menos resistente: se a tuberculose, a gripe, a varíola, dizimavam nativos; a malária, 'as febres paludosas', de um modo geral, dizimavam os que chegavam ao litoral do Brasil, ao litoral dos mangues, às florestas úmidas. Séculos mais tarde, quando se repetia a experiência de enviar colonos europeus ao Brasil ou mesmo do Nordeste¹¹ para a Amazônia, repetia-se o quadro de dizimação pelas doenças da floresta. A malária, a febre amarela afligiram durante séculos a população; em alguns períodos reduzia-se a incidência, em outros, recrudescia. Um grave problema que afligiu mesmo grandes cidades, em épocas até bem recentes e que, mesmo nos dias atuais, ainda não se pode erradicar.

'Doenças da terra' e mesmo males trazidos pelos colonizadores. Doenças que espalhavam terror na Europa, ou que grassavam na África e que mais cedo ou mais tarde atingiram as Américas.

Doenças que atingiam maciçamente a população, como a 'peste negra' que no século XIV teria matado cerca de 1/3 das populações da França e da Alemanha e reduzido de 4 para cerca de 2,5 milhões, a população da Inglaterra¹². Mortes tão inexplicáveis para o conhecimento da época, de tão difícil aceitação, que a busca de suas causas, da origem de tão grande mal, levou na Alsácia e na Áustria a se imputar a culpa aos judeus. Milhares deles foram massacrados, sob acusação de terem envenenado os poços¹³.

Doenças contagiosas, doenças que se transformavam em epidemias. Que punham em risco sobretudo a população recém-chegada, talvez mais sujeita a efeitos mais severos das doenças da terra¹⁴. Contudo, não estavam isentos os que aqui já há muito residiam, fossem nativos, brancos, negros, ou mesmo

os mestiços. Diferentes surtos de doenças sucederam-se ou longo daqueles anos. Em Pernambuco, no final do século XVI (1580) grassou uma epidemia que atingiu sobretudo as classes mais baixas, que incidia principalmente no inverno, a Frialdade. Muitos negros foram acometidos desta doença, descrita como uma 'inflamação do fígado e do estômago'. Muitos morriam.

Mas da África vieram também doenças como a Febre Amarela¹⁵, que atinge o Brasil a partir de 1685.

O Estupor, outra doença que acometia os colonos, era tratada à base de banhos adstringentes, muito quentes e fumigações de incenso e mirra.

As febres intermitentes (como a malária), muito temidas, se não matavam, acometiam a mesma pessoa diversas vezes ao longo da vida.

Mas talvez uma das mais temidas doenças à época, tenha sido o Máculo ou ferida no ânus, que acometia principalmente os habitantes das margens do São Francisco; "...moléstia esta que se não era logo atacada com clistéis de pimenta, muito estimulantes, faziam o infeliz paciente passar pela morte a mais dolorosa e cruel."¹⁶

Mas não eram apenas as doenças contraídas na terra que afligiam os colonos. Ainda no mar, marinheiros, soldados colonos, eram atormentados não apenas pelo escorbuto, mas por febres perniciosas que muitas vezes chegavam a abater durante a viagem, 10 ou mais por cento dos embarcados. O Escorbuto que se manifestava sobretudo durante as viagens marítimas, grassou seriamente entre a tropa holandesa. Apesar das paradas que fizeram a caminho do Brasil, dos 'refrescos' que puderam usufruir com as laranjas e limões, que colheram nas ilhas em que aportaram aguardando o restante dos barcos, e já em Olinda, que colheram nas 'cercas' dos padres e nos quintais, muitos foram acometidos pela carência da vitamina C. Embora

não se associasse ainda a manifestação da doença à carência, associava-se às práticas de recuperação a inclusão de certos frutos à dieta alimentar¹⁷. O tratamento sintomático, efetivamente, consistia em cortar-se à navalha as gengivas inchadas dos doentes.

Outra doença carencial, a hemeralopia (cegueira noturna), já ao desembarcar, afligia grande número de soldados holandeses. Ao chegarem em Pernambuco, cerca de 1/3 da tropa holandesa estaria acometida de alguma doença que os impedia de atuar de imediato¹⁸.

Durante a ocupação holandesa, a área dominada foi, por diversas vezes, palco de surtos de doenças contagiosas, que causavam grande número de baixas. Marinheiros, soldados, empregados da Companhia e particulares, eram acometidos pelas 'doenças do país'. As disenterias sangüíneas, ou 'câmaras de sangue', as 'doenças do fígado', e as febres que freqüentemente atacavam as tropas holandesas¹⁹, faziam tal número de vítimas fatais, que muitas vezes foram enviados pedidos de reforço para as tropas "em consequencia das mortes que se verificam diariamente e que são muitas."²⁰. Só em Maurícia e no Recife, havia em 1646, mais de 500 pessoas acometidas por 'doenças do país'²¹.

Os males que acometiam holandeses, acometiam também os luso-brasileiros²². Fossem brancos, negros ou indígenas: de uma febre 'perniciosa', veio a falecer em 9 de agosto de 1648, no arraial novo do Bom Jesus, com 47 anos de idade don Antônio Filipe Camarão, um nativo²³. Ainda em 1648, tropas portuguesas recém-desembarcadas, apresentavam-se de tal modo doentes que, ao invés de poderem acudir na luta, foram dispersados entre as casas de moradores, para que pudessem se recuperar²⁴.

Em 1645, epidemias assolavam Pernambuco e atingiram particularmente Olinda²⁵, entre setembro e dezembro. Olinda

fora assolada por um surto da cólera morbus que matava em 24 horas. João Fernandes Vieira ordenou então que se fizesse uma “procissão penitente de São Sebastião para exterminar-se para sempre a maldita peste”. Mas em 1646, voltavam a grassar as pestes, desta feita sob a forma de ‘febres malignas’. E novamente recorria-se às práticas de fé, única arma disponível à época, para aquele tipo de combate.²⁶ Tantas vezes recorria-se aos santos para salvarem-se do infortúnio das pestes, que em Olinda tratou-se de construir uma igreja dedicada ao mártir São Sebastião, protetor contra a peste, a fome e a guerra. As obras da igreja, iniciadas já após a Restauração, em 1686, só em 1697 foram concluídas.

ORGANIZA-SE A REAÇÃO

Os últimos meses do ano de 1644 até os primeiros meses de 1645, passou-os Dias Cardoso em meio as matas arregimentando e treinando militarmente moradores luso brasileiros que aderiam ao movimento de insurreição que se formava em Pernambuco. Veterano das guerras de emboscada, Dias Cardoso atuara desde a primeira tentativa holandesa de fixar-se na Bahia.

Viajara por terra, através dos territórios ocupados por quilombolas, por nativos que faziam guerra aos portugueses. Trazia a João Fernandes Vieira, importante senhor de engenhos em Pernambuco, os planos de Vidal de Negreiros. A Insurreição ganhava corpo, e a 23 de maio de 1645, é assinado um compromisso entre 18 líderes locais: *Nós abaixo assinados nos conjuramos e prometemos em serviço da liberdade, não faltar a todo o tempo que for necessário, com toda ajuda de fazendas e de pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração de nossa pátria; para o que nos obrigamos a manter todo o segredo que nisso*

convém; sob pena de quem o contrário fizer será tido como rebelde e traidor e ficará sujeito ao que as leis em tal caso permitam”.

Um plano para a conquista rápida da praça do Recife, incluía uma armadilha que culminaria com a prisão a 24 de junho, dos governantes holandeses. Planejavam os insurretos, receber o Recife como resgate daqueles dirigentes. Mas os insurretos foram traídos, revelado o plano, frustradas as esperanças, prolongada a guerra. O conflito armado, entretanto fora deflagrado. Em Ipojuca, a 17 de junho, Amador de Araújo e Agostinho Fagundes, comandando 400 homens, cercam e prendem a guarnição holandesa local. Atraía assim a atenção e os esforços dos holandeses para conter as emboscadas armadas ao sul, no Cabo e em Ipojuca. Desviava deste modo as atenções de uma mobilização que se fazia para as matas de São Lourenço e Camaragibe, reunindo e concentrando voluntários ao longo do trajeto. Ali iam reunindo homens, armas e víveres.

Ainda no sul de Pernambuco, os insurretos contavam com a adesão à causa do comandante do Forte de Nazaré, Dirck Hoogstraten, e do senhor de engenho Gaspar van der Ley que comandava tropas na região.

Pouco depois teria lugar a primeira batalha desta nova força que se organizava, mas que ainda se encontrava muito mal armada, pois desde 43 os holandeses se empenhavam em desarmar todos os luso-brasileiros. Na Batalha do Monte das Tabocas²⁷ as forças luso-brasileiras contavam com 1.600 homens e apenas 250 armas de fogo, de tipos e calibres variados²⁸.

Vencida a luta, retirando-se desordenadamente as forças inimigas, deixavam atrás de si muito do armamento que traziam. Armas dos mortos, de feridos, armas abandonadas na pressa da retirada. Uma importante presa que iria em muito reforçar os poucos recursos disponíveis²⁹.

De volta às matas de São Lourenço, atacam as forças holandesas aquarteladas na casa-forte do engenho de D. Ana Paes. Mantinham ali os holandeses, brasileiros e brasileiras como reféns. A estratégia concebida por Dias Cardoso permitiu a tomada da posição³⁰, sendo feitos prisioneiros 450 homens que lutavam para a Companhia, entre os quais, cerca de 250 holandeses³¹. Entre os prisioneiros, cerca de 200 eram índios que, sob a acusação de 'traição à fé católica' foram 'justiçados'. Seria talvez uma vingança contra o que acontecera em Cunhaú, onde os índios massacraram a população que tentara se abrigar na igreja.

Mas a ação por terra não foi correspondida com a ação no mar, cujos planos foram traçados de modo a serem complementares. O plano para a conquista rápida da praça do Recife, incluía além das ações por terra, a ação da esquadra comandada por Salvador de Sá que a 28 de junho desembarcara Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno em Tamandaré, rumando em seguida para o Recife. Em frente ao porto, na ocasião defendido apenas por quatro navios e um iate holandeses, o comandante troca correspondências com as autoridades holandesas, parlamentam os chefes das duas forças. Entretanto a ação esperada de tomar dos batavos o Recife, 'pela ameaça ou pelas armas' não se concretiza e a esquadra deixa o Brasil rumo a Portugal.

Mas a sorte da Campanha já havia sido lançada. Os holandeses estavam cientes do movimento de insurreição. E mais, puderam conhecer o plano de ajuda de D. João IV aos de Pernambuco, através de documentos obtidos da esquadilha de Serrão de Paiva, que se separara da frota de Salvador de Sá. Tais contratempus puseram Portugal em delicada situação, tanto que se viu obrigado a determinar que fossem devolvidos à Holanda os territórios reconquistados pelos luso-brasileiros.³².

Nesta determinação não foi obedecido, no Brasil ficou decidido continuar a luta, ainda que se tivesse que responder, perante o rei, pela desobediência.

Ainda em 1645 perdem os holandeses, sucessivamente, os fortes Príncipe Maurício, às margens do São Francisco, Porto Calvo (Alagoas) e Sergipe, restando sob seu domínio os de Orange, em Itamaracá, o de Cabedelo, na Paraíba e o Forte dos Reis Magos no Rio Grande do Norte. Também em poder dos holandeses, permanecia a praça do Recife e cidade Maurícia. Olinda, entretanto foi reocupada pelos luso-brasileiros.

Os êxitos alcançados durante a campanha de 1645 sinalizavam favoravelmente aos luso-brasileiros, apesar de ter sido perdida a chance de uma vitória rápida se houvera a capitulação do Recife. Entretanto, já que não podiam mais contar com uma força por mar, fazia-se necessário restringir ao máximo a mobilidade holandesa em terra. Sitar o Recife, foi a estratégia adotada, em moldes semelhantes àqueles adotados por Matias de Albuquerque em 1630. Em torno da cidade foram escolhidas estancias que observavam quaisquer movimentos dos holandeses, e as mais próximas procuravam estorvar-lhes as ações. Mas careciam também de um ponto fortificado mais próximo, onde estivessem centralizadas as reservas de munição, onde pudessem se reunir os chefes e estabelecer suas estratégias. Não mais era possível continuar a reunir-se nas sedes dos engenhos sem maiores estruturas que garantissem as armas, munições e víveres estocados. Fazia-se necessário implantar um 'quartel general' para o comando das operações de uma guerra que poderia vir a ser longa.

QG DA GUERRA DA RESTAURAÇÃO - O FORTE (NOVO) DO BOM JESUS.

Naquele dia 8 de setembro de 1645, a Campanha da Restauração de Pernambuco assumia novos rumos. Durante a reunião dos chefes militares e civis realizada no engenho São João, na Várzea, são tomadas decisões que iriam repercutir a longo prazo. Já não podiam contar com o apoio por mar, mas podiam confinar os invasores em Recife e Maurícia, bloqueando-lhes o acesso ao interior. As medidas a serem tomadas a partir de então, entretanto, deveriam prever a possibilidade do cerco prolongar-se por muito tempo. Deveria prever ainda a possibilidade dos inimigos receberem reforços, vindos pelo mar. Era necessário prevenir-se com armas, munições, e mais ainda, com alimentos, que pudessem atender aos campanhistas. Quanto às armas, estavam agora em condições bem melhores do que aquela quando haviam iniciado a insurreição. Os fortes, agora em poder dos pernambucanos, lhes permitia alguma manobra em termos de artilharia. Evidentemente não deveriam desarmar os fortes tomados, e sim conservá-los de modo a lhes garantir um porto, uma porta, se não de entrada de reforços, pelo menos de saída, em caso de necessidade extrema. Por outro lado, estes fortes poderiam vir a se tornar muito úteis no caso de chegarem reforços para o inimigo. Provavelmente não se poderia manter grandes efetivos naqueles postos. Mas, em ficando algum, seria possível resistir por algum tempo a um assalto, enquanto buscar-se-ia ganhar tempo até a chegada de reforços.

Por outro lado, os fortes em poder dos pernambucanos, dispersos ao longo da costa, nas barras dos principais rios, estavam muito distantes para servirem aos propósitos de cerco, que orientavam a estratégia buscada. A disposição daqueles fortes, efetivamente visava conter um avanço no sentido do interior; sustar um avanço de tropas embarcadas, um avanço vindo do

mar, subindo o rio. Tais defesas serviam a quem estivesse 'senhor' da terra e buscasse evitar inimigos vindos por mar. Mas no caso de Pernambuco, o que buscavam os campanhistas, era evitar que os holandeses, confinados em Recife e Maurícia, pudessem deixar a cidade, no sentido das áreas produtivas, seja para o embarque de açúcar, seja em busca de pau-brasil, e sobretudo em busca de alimentos. Era portanto necessário concentrar em torno da área, as forças em condições e combate. Criar condições para um rápido deslocamento em quaisquer direções que o inimigo tentasse um movimento.

A princípio cogitou-se em recompor o antigo forte de Matias de Albuquerque. A fortificação fora arrasada durante os combates. Sob o fogo da artilharia holandesa, suas muralhas haviam ruído. O que restou de suas obras de defesa foi, após a capitulação sistematicamente destruído pelos holandeses. O arraial que antes se formara em seu entorno, fora abandonado quando o forte caiu, mas posteriormente foi gradativamente reconstruído, reocupado. E o local continuou a ser conhecido pelo nome, em princípio genérico de Arraial³³. Uma área suficientemente populosa para constituir uma companhia de ordenanças³⁴, que em princípio é constituída de no mínimo cem homens capazes de pegar em armas³⁵. Cogitou-se ainda de outros pontos julgados estratégicos à instalação das forças da terra, que a princípio se pensava reunir em um arraial. Um dos pontos sugeridos foi o sítio do passo de João Velho Barreto, junto ao rio Capibaribe, bem próximo ao Recife³⁶. Um terceiro ponto lembrado foi o engenho S. João, pertencente a João Fernandes Vieira, governador dos pernambucanos³⁷.

Mas a experiência acumulada na campanha fez com que se optasse por uma outra estratégia. Seriam instaladas forças em diferentes estâncias³⁸, e mais uma área fortificada que serviria ao comando da campanha. Este forte, no entanto, não deveria ser construído no sentido de atender, de confinar o grosso das tropas; antes deveria servir para guardar os víveres, as armas

e munição reunidas pelos campanhistas³⁹. Queriam assim, evitar uma concentração perigosa, para o caso de os holandeses receberem reforços substantivos, e investirem contra o forte. O arraial que necessariamente se formaria em torno do forte, com mais razão cresceria se ali se reunisse o grosso das tropas. O volume das tropas e o próprio arraial serviriam de estorvo à movimentação daquelas tropas. Deste modo, decidiu-se, ouvindo-se o conselho dos mais experientes, manter-se a tropa em blocos separados, acudindo cada um a uma determinada área, com condições de receber ou de promover reforços para as demais. E foram ocupados sítios, constituindo 'estâncias'⁴⁰, como a que foi confiada a Antônio Felipe Camarão, que com seus índios, guarnecia o sítio de Sebastião de Carvalho. Este posto, situado bem próximo ao Forte Príncipe Guilherme, nos Afogados, era um dos pontos mais arriscados. Um outro ponto muito importante para os campanhistas, mas, por seu turno também muito arriscado, foi o sítio em que havia o passo de João Velho Barreto, entregue ao comando de Henrique Dias.

Restava definir a posição do novo forte a ser construído. É possível que a decisão quanto à escolha do local, tenha retardado um pouco o início de sua construção⁴¹, mas de qualquer sorte, já no início do mês de outubro, o local estava definido e havia tropas acampadas no local indicado⁴². O ponto escolhido não distava muito daquela área em que, desde o início da insurreição, os líderes do movimento costumavam reunir-se. Ainda na freguesia da Várzea, foi reservada ao forte, uma área entre os canaviais nas proximidades do engenho do Meio⁴³.

Como bem se pode suspeitar a partir da toponímia, a área escolhida, do ponto de vista geográfico, corresponde a uma planície fluvial. Na realidade integra a planície flúvio-marinha do Recife, limitada a leste pelo mar, e a oeste, pelas elevações das Barreiras. Esta planície é cortada pelo rio Capibaribe, que corre formando numerosos meandros. Em suas várzeas instalaram-se diversos engenhos, e suas margens permitiram a instala-

ção das olarias que, pelo menos em parte, abasteciam de telhas e tijolos o Recife e Maurícia. Trata-se de uma área de cotas muito baixas, onde pelo menos o rio principal ainda sofre a influência das marés. O massapé que constitui o solo, não permite uma boa drenagem da área. Por outro lado, em se tratando de uma várzea de rio, para aí convergem as águas chuvas, o que contribui para que a área, sobretudo durante o inverno, se apresente alagada. Esta condição, entretanto, não é peculiar à área escolhida para a instalação do forte. À exceção de algumas poucas áreas, praticamente toda a planície em que se instalou o Recife apresenta as mesmas condições. A própria cidade foi praticamente tomada às águas, através de aterros. As estradas que volteavam em busca de terrenos menos alagadiços, muitas delas tiveram que ser aterradas para permitir o trânsito durante a estação das chuvas.

As terras do engenho do Meio, apresentam cotas na ordem dos 6 metros; são terras planas, recortadas por pequenos riachos. Diante deste quadro, é interessante avaliar as afirmativas de diferentes autores que se referem ao Forte (novo) do Bom Jesus, como tendo sido instalado sobre uma colina⁴⁴. A análise da carta topográfica da área, permite observar que na realidade não existe naquele entorno, diferenças de cota que permitam se considerar a presença de colinas nas cercanias. Os autores aqui analisados, no caso específico da informação quanto a implantação do forte sobre uma colina, não esclarecem qual teria sido a fonte utilizada. Sabe-se, entretanto, que foram realizados estudos documentais exaustivos que permitiram, identificar-se com base na documentação textual, a localização sobre o terreno, do antigo forte.

Por outro lado, a tradição popular, como no caso do Arraial (velho) do Bom Jesus, conservou a antiga denominação da estrada que dava acesso à fortificação: 'Estrada do Arraial', no caso do forte dos anos de 1630, e de 'Estrada do Forte', no caso da estrutura da década de 1640. No primeiro caso, a tradi-

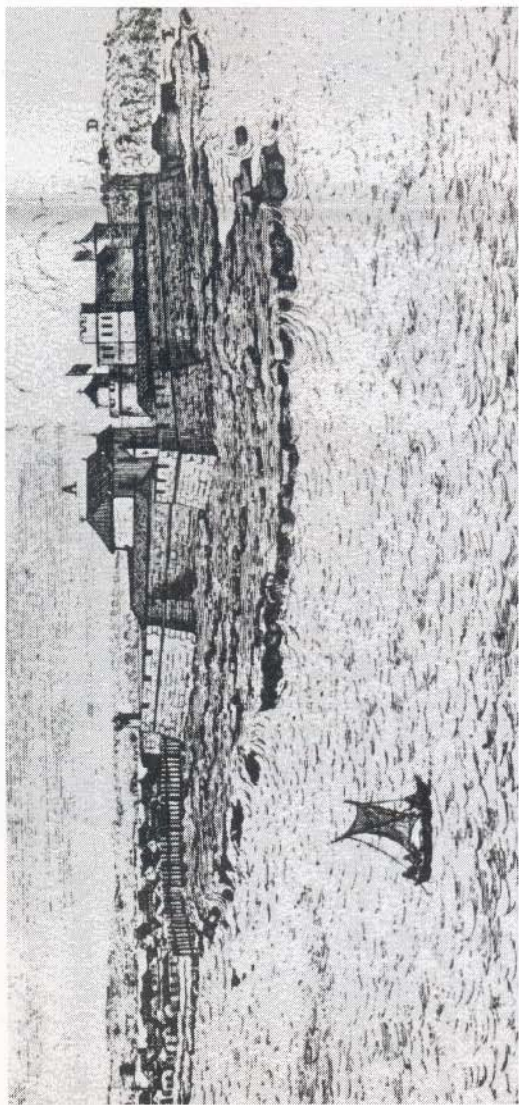
ção oral suprimiu a referência ao forte, no segundo caso, a referência ao forte se mostra como o ponto central. Mas, ainda no caso do forte mais antigo, a memória coletiva conservou, pelo menos até a segunda metade do século dezenove, as referências quanto a sua existência; e na memória restava inclusive a referência quanto a área de sua localização, apesar de não mais existirem vestígios aparentes de suas estruturas. O interesse que despertava aquela fortificação ia de encontro ao desconhecimento flagrante de sua localização por parte dos estudiosos. Gouveia, levantando as notícias nos jornais da época, relativas a viagem realizada pelo imperador Pedro II a Pernambuco, anota que: “Para o imperador o dia 27 de novembro de 1859 começou com um passeio ao açude do Prata, em Apipucos e ao Arraial do Bom Jesus, sítio ligado à guerra holandesa”. Acerca do passeio, escrevia o imperador em seu diário: “O comandante da Polícia, que diz ter caçado muito por aí, nunca achou vestígios de acampamento entrincheirado, mas será bom examinar melhor, porque esse certamente não é exceção da ignorância que encontro em geral nos Pernambucanos da História gloriosa nessa época...”⁴⁵. Mas a memória conservava ao menos a informação de sua existência e a referência aproximada da localização. Tanto conservava, que lá estava ele no ‘arraial do Bom Jesus’⁴⁶, buscando pelos vestígios do forte. Certamente o caçador não pudera realmente identificar os vestígios daquela fortificação, mesmo que suas caçadas o levassem ao local onde existira o forte. O antigo forte fora construído em barro, e suas estruturas destruídas pelo fogo cerrado da artilharia, holandesa. Além da destruição provocada pelos impactos dos projéteis, após a capitulação, os holandeses se empenharam em ‘arruiná-lo completamente. Suas grossas paredes certamente teriam ido aterrar o largo fosso que o cercava. Voltava assim o barro ao seu local de origem. Ao longo dos anos, as chuvas, as enxurradas, se encarregaram de homogeneizar o terreno, apagando da superfície as antigas formas. Mas a sugestão do Imperador de ‘melhor examinar’, foi aceita: o Instituto Arqueológico, Histórico e Geo-

gráfico de Pernambuco buscou nos textos, e por sua criteriosa avaliação foi possível chegar a estimar a localização do forte. Ali puseram um obelisco com placa alusiva. Contudo, como o delegado de polícia que informara ao Imperador, também aqueles estudiosos não puderam encontrar no terreno, elementos significativos que indicassem as estruturas de defesa. As únicas estruturas preservadas daquele forte encontravam-se abaixo da superfície. Era o fosso, com os seus ângulos reentrantes e salientes, que delimitavam todo o perímetro da área fortificada. O fosso, cuja superfície que fora exposta, preservou as linhas de contato com o material da muralha desabada. Preservou ainda, incrustado em suas paredes, muitos dos projéteis disparados pelo inimigo. Mas tais estruturas apenas puderam ser conhecidas nos dias atuais através da pesquisa arqueológica ali realizada, pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco⁴⁷.

Quanto ao novo Forte do Bom Jesus, os estudos da documentação textual realizados pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, permitiram, desde 1872 que o local do forte fosse assinalado por um marco comemorativo⁴⁸. Era o reconhecimento do local pelos estudiosos; a tradição popular, entretanto não o esquecera, o local era então conhecido como 'sítio do forte'⁴⁹. O local, assinalado pelo marco, no entanto, na realidade não pode ser considerado como 'uma colina'.

Com base na análise das curvas de nível do local, se pode observar que os desníveis máximos encontrados na área, não permitiram admitir-se a existência de colinas. Na realidade o desnível máximo é da ordem de 3,6 metros e restrito a uma pequena área. Nas demais áreas, a topografia se mostra essencialmente plana, apresentando aqui e acolá discretas depressões, cujos desníveis são da ordem de 80 cm. Os pontos mais elevados, à exceção daquele anteriormente referido, atingem uma diferença de cota da ordem de 1,7m. Nas atuais condições do

terreno, não se pode considerar a existência de uma colina na área.



*Forte de S. Jorge da Mina, Ghana, África, tomado pelas tropas holandesas partidas do Recife em 1637.
Desenho de Franz Post*

Por outro lado, é uma área em que, a distribuição, o material de construção e a arquitetura das casas, revelam que houve, em época recente, um maior fluxo de ocupação. A distribuição das ruas e dos lotes, sugerem o traçado planejado de um loteamento, que possivelmente se ajustou a condições locais da topografia, dos alagados remanescentes. É provável, inclusive, que tenha havido no local a utilização de máquinas de terraplanagem, sobretudo para, com algum movimento no terreno local, aterrar as áreas alagadas. Deve-se considerar mesmo a possibilidade de ter havido aporte de material para aterrar parte dos alagados da área. Não se pode considerar, no entanto, a possibilidade de ter existido na área, 'uma colina', atualmente desbastada pela ação da terraplanagem por máquinas, pois a própria história geológica daqueles terrenos, não sinalizam neste sentido.

Por outro lado, ainda com base no estudo das curvas de nível do local, utilizando-se de uma escala que permita grande aproximação, pode-se observar com muita clareza, formas que bem poderiam corresponder aos remanescentes de uma antiga estrutura de defesa construída em terra. Do ponto de vista morfológico, é muito provável que as formas delineadas pelas diferenças de cota correspondam às estruturas de um forte em terra, característico do século XVII. Tanto as estruturas que se elevam acima da cota média da área, quanto a depressão que a contorna, sugerem que a área foi deliberadamente modificada, de modo a constituir uma área elevada, circundada por uma depressão.

Com nitidez podem ser observados contornos que poderiam ser atribuídos a três, dos quatro bastiões que constituiriam parte das defesas. A depressão que, embora não circunde completamente o conjunto, corresponderia a parte do fosso que integrava o sistema defensivo.



Ortofoto da área em torno do Forte (novo) do Bom Jesus. Observe-se as curvas de nível do local, que mostram que os desníveis máximos encontrados na área, não permitiram admitir-se a existência de colinas.



Detalhe da ortofoto da área em torno do Forte (novo) do Bom Jesus. Observe-se as curvas de nível que delineiam, nitidamente os contornos do antigo forte. Observe-se que apenas dois bastiões podem ser facilmente identificados. Apenas um livre; o segundo, encimado pelo marco alusivo ao forte. O terceiro bastião, ocupado por uma casa erguida no século XIX (já em ruínas), foi alterado, mas ainda permite ter-se uma aproximação de sua forma primitiva. O quarto bastião, se encontra praticamente arruinado, pouco restando do aterro que o constituiu.

Em uma avaliação de campo, se pode considerar que existe uma forte possibilidade de que a área que corresponderia ao quarto bastião tenha sido parcialmente atingida por trabalhos de terraplanagem. Entretanto, já em 1867 se observara as formas que revelavam os bastiões e se constataria a mutilação do forte: *“Ainda se conservam de pé tres bastiões, tendo sido desmanchado o quarto para se construir a casa de vivenda do proprietário...”*⁵⁰.

O fosso, por seu turno, teria sido bastante aterrado, seja pelo desmoronamento de possíveis muralhas, seja pela erosão do terrapleno. Das muralhas, em terra, caso tenham existido, não restam vestígios aparentes, acima da superfície, que possam ser seguramente identificadas como tal. Não se tem até o momento referências quer textuais quer materiais, que indiquem a seqüência de estruturas de defesa que constituíam o forte. As denominações que tem recebido ao longo do tempo, forte, fortaleza, reduto, fortim, arraial, bem demonstra que os autores não se utilizam de uma nomenclatura com sentido classificatório. Um fosso, entretanto, seria uma dessas estruturas, pois está esboçado pelos remanescentes de sua forma, registrados na topografia.

Do mesmo modo como pode ser observado no Forte Real (velho) do Bom-Jesus, o material decorrente da abertura do fosso, teria vindo a constituir outras estruturas de defesa, os terraplenos e eventualmente as muralhas. No caso do forte erguido em 1630, o Forte Real (velho) do Bom-Jesus, as muralhas em terra (taipa de pilão) foram construídas a partir o material removido para a abertura do fosso que circundava a fortificação⁵¹. No caso do no Forte (novo) do Bom-Jesus, não se dispõe de informações quanto à natureza de suas estruturas de defesa. Teria havido, à exemplo do antigo, muralhas em terra, ou apenas se havia construído paliçadas em torno da área a ser defendida, prática tão em voga entre as estruturas de defesa flamengas em Pernambuco? Tais questões poderiam vir a ser

esclarecidas através da realização de uma pesquisa arqueológica no local, e deste modo se recompor a aparência daquela antiga, histórica, fortificação. Dela, pelo que se pode levantar da documentação textual e iconográfica, não restaram indicações de sua planta e de seu perfil. Nem mesmo um esboço que permitisse reconstituir-se suas formas. Apenas através de uma pesquisa arqueológica será possível identificar, reconstituir a seqüência de suas obras de defesa, a distribuição e o perfil de suas estruturas.

Quando se tenta estabelecer comparações entre as informações textuais, e as formas no terreno, que se atribui serem os remanescentes do forte, observa-se pontos de conexão e pontos de divergência.

O primeiro deles, diz respeito a identificação da área. Neste tocante, existe uma convergência entre as conclusões decorrentes dos estudos documentais realizados por estudiosos do século passado, ainda nos anos de 1860, a tradição oral e os estudos arqueológicos preliminares, que tomaram por base a análise morfológica dos remanescentes materiais no local, e a análise cartográfica.

O segundo aspecto, como já foi observado, diz respeito à topografia original da área: “Êsse fortim [fortim do arraial novo do Bom Jesus] foi construído em 1645, por ordem de João Vieira, **numa colina** a oeste de Recife e mais ou menos a uns 8 km.”⁵². Como foi discutido acima, se admitirmos que o Forte do Bom Jesus (novo) teria existido naquele local assinalado em 1872 com uma placa alusiva, necessariamente deve-se admitir que o forte não teria sido construído sobre uma colina, e sim em um terreno plano, alagadiço, uma várzea, bem próximo aos meandros de cursos d’água.

Apesar da proximidade de um curso d’água, não podiam depender de uma fonte externa para garantir seu abastecimento. Não se podia arriscar a prescindir de uma fonte no interior da fortificação. Ainda no terceiro quartel do século XIX

podia ser distinguida uma cacimba⁵³ na área que corresponderia ao forte. Seria entretanto, esta ‘cacimba mal tapada’ um testemunho das lides dos insurretos do século XVII? Ou estaria ela relacionada à ocupação da segunda metade do século XIX, quando propriedade de Antonio de Hollanda Cavalcanti, e posteriormente do tenente-coronel Thomaz Cavalcanti da Silveira Lins, que para construir a ‘casa de vivenda’ naquele sítio do Forte, lançou mão das estruturas do 4º Bastião do forte?⁵⁴ Este é mais um ponto que traria à luz detalhes do cotidiano no forte, e que poderá vir a ser esclarecido através de uma pesquisa arqueológica na área.

Um terceiro ponto, que não se poderia considerar como de discordância, é o que se refere a presença de remanescentes das muralhas no local. Esta é uma afirmativa que os estudos arqueológicos preliminares não puderam confirmar. *“No local onde existiu esse forte, em 1872, foi erigida uma coluna comemorativa; e, em 1917, foi restaurada por iniciativa do general Joaquim Inácio Batista Cardoso. Hoje, ainda há vestígios de suas muralhas.”*⁵⁵ A observação feita pelo autor, refere-se a 1958. Embora seja pouco provável, é possível que à época houvessem outras evidências, hoje destruídas. Contudo, é possível que o autor quando se referia à existência de restos das muralhas, seguisse as informações de Fernandes Gama, em suas Memórias Históricas de Pernambuco, nas quais o autor menciona *‘alicerces de grossos paredões provam a existência desta fortificação’*. Esta afirmativa de Fernandes Gama, está associada à hipótese que levantara, de que o Forte do Bom Jesus (novo) teria sido construído em *‘um monte que ainda hoje se eleva a duas léguas e meia ao OSO de Recife, e meia milha ao N da nova estrada de S. Antão. (...) O monte escolhido por Fernandes Vieira para levantar a fortaleza chama-se actualmente Gargantão.’*⁵⁶ Esta localização, entretanto é frontalmente contestada por sólida argumentação apresentada ainda em 1866 pelo Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano através de sua Revista de N. 13 .

p.93. Neste trabalho, a comissão responsável pelos estudos, chega mesmo a identificar em outro local, as ruínas mencionadas por Fernandes da Gama: *'esses alicerces de grossos paredes não são restos da fortaleza (...) mas sim os restos de uma sumptuosa casa de residência que tinha João Fernandes Vieira na sua fazenda de Tegipió ...'*⁵⁷.

Por outro lado, é possível ainda, que Barreto⁵⁸ tenha se referido à 'muralha' considerando como tal as encostas formadas pelo desnível provocado pelo aterro, que teria constituído o terraplano. Considerar tais estruturas como tal, não é de todo improcedente, haja vista as diferenças estruturais e as convergências funcionais, entre os diferentes tipos de conjuntos de defesa.

Nas atuais condições, a análise da topografia sugere a existência de remanescentes de um terraplano que se prolonga na escarpa de um fosso, sem vestígios de berma.

Um outro ponto a ser considerado é a denominação empregada de 'arraial'. No caso do antigo forte de 1630-35, o chamado arraial velho, ali realmente se formara na época de atuação do forte, um aglomerado que provavelmente foi destruído em 1635 quando o forte caiu. Nos anos que se seguiram voltou a ser a área ocupada, tanto que, em 1645, sua população era suficiente para constituir uma companhia. Após a guerra, nos anos seguintes e ao longo dos séculos, tornou-se um dos bairros mais populosos de Recife, o bairro do Arraial. Embora hoje em dia o bairro tenha recebido oficialmente o nome de Casa Amarela, esta, ao que parece é uma denominação recente, que se introduziu a partir da instalação da estrada de ferro, em decorrência de existir em frente ao local da 'parada', uma casa pintada de amarelo⁵⁹. Entretanto, a rua que lhe dá acesso, conserva a denominação de 'Estrada do Arraial'.

Quanto ao forte de 1645-6, teria ou não se formado um arraial em torno dele? A julgar pelo que descreve o autor coevo,

ao governador dos pernambucanos, não parecia bem constituir-se um arraial. Invocava questões de estratégia, enfatizando o risco de serem surpreendidos e cercados pelo inimigo⁶⁰. Recomendava ainda distribuírem-se em estâncias, sob o comando de capitães, ficando a 'fortaleza' como ponto de reunião, de convergência para o grosso dos armamentos e víveres.

Por outro lado, os estudos realizados com base na documentação textual⁶¹, admitem que construída a fortificação, pouco a pouco vão-se juntando famílias que acorrem ao local, em busca de proteção, fugindo às violências dos holandeses. A afluência teria sido tal que *'em pouco deixou de ser um simples núcleo para converter-se em verdadeiro povoado surgido a oeste da fortaleza.'*⁶². Baseiam-se certamente na narrativa de Fr Raphael de Jesus, no seu Castrioto Lusitano, que descrevia: *"...a cuja sombra os moradores edificaram uma povoação, para a qual concorreram de muitas parte, oficiais mecanicos de todas as artes, de que necessitava o serviço publico; e formaram em pequeno campo um vistoso lugar, ao qual deram o nome de Arraial Novo, a diferença do antigo."* Se assim fosse, o que teria ocorrido ao final da guerra? O povoado teria sido abandonado, os canaviais teriam sido replantados? Tal não ocorrera com o 'velho' arraial do Bom Jesus. Em suas terras, havia antes um sítio, mas após a queda, mesmo tendo sido de início abandonado, ou talvez mesmo destruído, voltou a ser ocupado. Dez anos após a rendição do antigo forte, a área estava reocupada, com uma população capaz de constituir uma bandeira de ordenança. No caso do 'novo' arraial do Bom Jesus, as referências posteriores não mencionam a existência de um povoado na área. Pelo contrário, de um modo geral se menciona "terras do engenho...", "sítio..."⁶³, "casa de vivenda do proprietário...", nunca "rua...", "povoado...", etc. Ainda no terceiro quartel do século XIX a área era referida como um sítio: *'Seguindo a estrada geral, chamada do Cachangá, chegámos ao sítio chamado Retiro, que é um terreno desmembrado do histórico engenho chamado da Torre.'*

*Quebrando então a viagem sobre a esquerda, percorremos coisa de meia milha, encontrámos as ruínas de terra...'*⁶⁴

Continuando a descrição da área, aqueles autores fazem referência a uma 'crescida orla de mato', o que não sinaliza no sentido de uma maior densidade populacional.

Quanto as formas descritas naquela ocasião, não diferem substantivamente daquilo que, aos olhos mais treinados, pode ser observado nos dias atuais. Seus contornos são ainda bastante discerníveis pelas escarpas que limitavam o fosso; entretanto outras estruturas, possivelmente apenas poderiam ser avaliadas através de escavações arqueológicas, que pudessem distinguir cada uma das áreas funcionais da fortificação.

Diferentemente das fortificações holandesas, das quais, em sua maioria se dispõe de documentação iconográfica, a maior parte das fortificações portuguesas e luso-brasileiras dos primeiros séculos, guardaram pouca documentação iconográfica. Aquelas das quais se dispõe de documentação gráfica, em sua maioria se trata de plantas, algumas delas trazendo o perfil. Tais representações, entretanto, freqüentemente omitem outras obras externas de defesa além do fosso, ou de hornaveques. As paliçadas, muitas vezes são referidas nos textos, mas nem sempre são representadas graficamente em planta, apenas nas ilustrações.

No caso do Forte (novo) do Bom Jesus, até o momento não se teve acesso a qualquer documentação gráfica. Por outro lado, mesmo a documentação textual não aporta maiores detalhes quanto à forma ou ao tamanho do forte, menos ainda quanto às suas estruturas, quer internas, quer externas. Portanto, seu traçado não é conhecido através da documentação; apenas uma reconstituição através da pesquisa arqueológica, com base na documentação material, poderá permitir resgatar-se sua forma original.

Na realidade, a documentação textual relativa ao Forte (novo) do Bom Jesus, em sua maioria, privilegia assuntos relacionados ao movimento de tropas, às saídas ou ao retorno dos contingentes ao forte. Mesmo as referências quanto à construção, são muito exíguas, quando se busca informações que permitam a reconstituição de sua forma. Ainda o Fr. Raphael de Jesus, no seu *Castrioto Lusitano*, descreve: “deram princípio se aperfeiçoou, com reparos, plataformas, esplanadas, contra escarpas, pontes, cavas, trincheiras, paliçadas e tudo o mais concernente e proporcionado com majestade da praça; e não tão bem acabada, que a olhava a arte com admiração, e o odio com receio.” O rol assinalado pelo frade, no entanto, não define sua distribuição espacial, sua amplitude, além da ambigüidade da expressão ‘e tudo o mais concernente’. Certamente é também pouco precisa para uma reconstituição das formas da fortificação, as informações de Santiago: “com suas plataformas e esplanadas, que lhes descortinavam bem todas as partes, e com paliçadas de pau a pique, com suas trincheiras, e outras obras necessárias para ficar boa e bem segura à força.”⁶⁵

No mesmo texto, entretanto, o primeiro autor faz referência à traça do forte, atribuindo-a a um estrangeiro perito na arte da fortificação⁶⁶. Informação muito próxima pode ser vista em Santiago, que atribui a um mestre de obras estrangeiro a traça da fortaleza⁶⁷. Este estrangeiro a quem se referem o Fr. Raphael e Santiago, teria sido o antigo comandante do Forte de Nazaré, Hooghstrten, que se passara aos luso-brasileiros⁶⁸.

Pouco tempo decorrera após aquele dia 8 de setembro de 1645, quando os chefes militares e civis da Campanha da Restauração de Pernambuco, reunidos no engenho São João, na Várzea, decidiram implantar as estruturas de cerco em torno de Recife. Provavelmente em finais do mesmo setembro já se começavam os trabalhos de construção do Forte do Bom-Jesus, o novo. Grande número de escravos trabalhou na construção; os

moradores da terra, o governador, todos contribuíam conforme era possível⁶⁹. A direção dos trabalhos, entretanto, possivelmente esteve a cargo de estrangeiros, provavelmente um mestre de obras que colaborara com o traçado do forte. Mas Hooghstrten, e muitos dos mercenários que com ele abandonaram as ordens da Companhia das Índias Ocidentais, pouco se demoram no Brasil. Antes do término do ano de 1645, embarcam, deixando o Brasil. Mas nem todos se foram; alguns se deixaram ficar, como os dois mestres de obra que assistiram na conclusão das obras do Bom-Jesus⁷⁰. Já em 1653 ainda permanecia no Arraial um 'estrangeiro' que entendia das artes de construir. Menos versado que ele, mas ainda assim também considerado engenheiro, havia um português que assistia no Forte do Bom-Jesus⁷¹

Logo os trabalhos foram concluídos. Praticamente três meses foram suficientes para implantar as estruturas de defesa, e para artilha-lo. Armas, artilharia, agora já se dispunha de algumas peças. Aquele ano de 1645 havia sido proveitoso em termos da Campanha. As vitórias alcançadas nas Tabocas, no engenho da Casa Forte, além de todas as praças tomadas, de uma ou de outra forma, haviam permitido obter-se mais armas. Para o Forte do Bom-Jesus, foram trazidas do forte tomado em Porto Calvo, oito peças de bronze, que foram montadas em suas plataformas⁷². E a artilharia do Forte do Bom Jesus salvou pela primeira vez, ao romper-se o ano de 1646. Saudava assim o mistério do Bom-Jesus, o dia da circuncisão⁷³, o novo ano que começava.

A vida em torno do Forte do Bom Jesus, no Arraial Novo do Bom Jesus provavelmente não se pautava pelo que se conhecera antes em Pernambuco da vida em torno de um forte. O Arraial não era um passivo ponto de defesa, pronto apenas para responder a um possível ataque. Na realidade aquele posto, representava antes um ponto de ataque, um posto avançado que acoitava o inimigo. À época, tinha-se que admitir, o inimigo

estava em 'seu próprio território', pois aquelas terras vinham sendo dominadas pelos holandeses, durante os últimos 10 anos, ou seja desde a queda dos Fortes de Nazaré e do Real (velho) do Bom Jesus. Ademais, tinham os inimigos a seu favor, o armistício assinado entre Portugal e Holanda, o que impedia, pelo menos oficialmente, que Portugal assistisse aos brasileiros na guerra que insistiam em manter contra o invasor. Afinal, Portugal já reconheceu a perda dos territórios para a Holanda.

Embora aquelas terras integrassem uma propriedade particular de brasileiro, o domínio, no conjunto, era território batavo. Para o Arraial acorreram os insurgentes. Não seria provavelmente uma ocupação intensa, maciça, ao longo dos dias. A própria forma de combate, o cerco que buscavam infligir aos holandeses, a vigilância a ser exercida aos passos do inimigo, exigiam mobilidade. Ali concentrava-se o comando, para ali convergiam as forças que partiriam para estorvar o inimigo. Assim se passaram aqueles longos anos de vigília. Foram quase nove anos, que ora se apresentava com períodos de atividades intensas, ora aguardando o momento propício para entrar em ação. À espera de uma mudança de quadro, ou de uma oportunidade de infligir vexames ao inimigo. As oportunidades surgiram; as maiores em 1648 e em 1649, quando as forças holandesas foram severamente batidas nos montes Guararapes. Ali, a guerra foi praticamente definida. Os reforços recebidos pelos holandeses, comandados pelo próprio Von Schkoppe, que retornava ao Brasil, não chegaram a mudar efetivamente o quadro que já se delineava favorável aos luso-brasileiros. Ou talvez tenha mudado. Com Von Schkoppe, chegara os reforços com os quais contavam os holandeses. Reforços de tropas e sobretudo de comando. A derrota sofrida na 1ª Batalha dos Guararapes pelas tropas holandesas, comandadas pelo próprio Von Schkoppe, o ferimento que sofrera aquele general e que o afastava dos combates, tudo isto provavelmente contribuiu para sinalizar o fim da dominação, a vitória dos brasileiros.

Os autores coevos, entretanto pouco se ocuparam em descrever as atividades no forte. Na realidade uns poucos comentários acerca de sua época de construção, e de uma ou outra atividade eventual. Do cotidiano, das atividades ali desenvolvidas praticamente nada se sabe.

Ao forte era destinada primordialmente a função de reunir o 'grosso de armas e víveres' da Campanha e servir como posto de comando que atenderia às estâncias. Para o Forte do Bom-Jesus eram recolhidos os feridos nas batalhas, nos embates. Para ali convergiam muitos dos mortos nas contendidas. Dali partiam os funerais de muitas pessoas que se destacavam nos combates. Ao Forte do Bom-Jesus foi recolhido Felipe Camarão, mortalmente ferido. Ali veio ele a falecer, sendo posteriormente conduzido à matriz da freguesia da Várzea, onde foi sepultado na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos (a Matriz).

No momento em que este livro está sendo concluído, a equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE, realiza escavação naquela antiga Igreja do Rosário, da Freguesia da Várzea. Ali foram identificados, até o momento 48 sepultamentos. A maioria destes sepultamentos não se encontra na posição convencional, como habitualmente é praticado em igrejas: o corpo estendido, em decúbito dorsal, mãos cruzadas sobre o tórax. Grande parte destes sepultamentos foi realizado em cova coletiva e os esqueletos não se encontram na posição ritual tradicional. Muitos dos que ali foram sepultados, possivelmente entraram em rigidez cadavérica longe de parentes, companheiros ou amigos, é mesmo possível que tenham morrido desassistidos. Entretanto não tardaram muito a ser conduzidos ao túmulo. Foram sepultados ainda em rigidez, situação que impediu que seus membros, enrijecidos na posição em que faleceram, fossem posicionados na forma convencional. Pernas flexionadas à altura dos joelhos, ambas as mãos levadas sobre um ombro, sugerindo que tentavam defender uma área que fora ferida. Outros

deixaram nítida a condição de corpos mutilados: cabeças com a mandíbula articulada, mas que não acompanhavam o restante do corpo. Outros ainda, guardaram as evidências de uma morte violenta, como no caso daquele em que o crânio, fortemente deslocado para trás e acompanhado pelas vértebras cervicais, deixam clara a evidência de que sofrera um rude golpe a altura da garganta, que quase o decapitara.



Foto Doris Walmsley

Conjunto de sepultamentos encontrados durante as escavações arqueológicas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, da antiga freguesia da Várzea. Observa-se que grande parte dos sepultamentos não obedece às posições tradicionais e estão em covas coletivas. Muitos deles denotam ainda, que os corpos haviam sido vítimas de violências, de mutilações.

Certamente não são mortos comuns, enterrados em tempos de paz. As covas coletivas remetem a um grande número de mortos a serem sepultados a um só tempo. As mutilações, as marcas de violência não sugerem que se tratam de mortos vítimas de doenças, de pestes. Acresce-se a isto, o fato de terem sido encontrados associados a estes sepultamentos, além de uma

medida de pólvora, fragmentos de cachimbos, tanto holandeses quanto portugueses. E o hábito de fumar, entre os combatentes, já pode ser observado em pesquisas arqueológicas, quando se pode constatar a grande incidência de fragmentos de cachimbos nas áreas dos fortes, em relação a outras áreas de ocupação.

Por outro lado, os sepultamentos de soldados brasileiros, encontrados nos montes Guararapes, em escavação arqueológica realizada pela mesma equipe, apresentam uma similaridade contextual com estes agora encontrados na igreja da freguesia da Várzea.

Além dos estudos relacionados às técnicas de sepultamento, o material proveniente das escavações na igreja Matriz da Várzea está sendo submetido a uma análise de medicina e odontologia legal, bem como será submetido a testes de DNA.

Conquanto seja prematura uma posição definitiva quanto à origem destes sepultamentos, fica o registro, nesta oportunidade, da forte possibilidade de se tratarem de combatentes oriundos do Arraial Novo do Bom Jesus.

No forte eram reunidas as armas, muitas das quais, ou a maior parte, eram despojos das batalhas vencidas. Também as munições recolhidas nos campos de batalha eram para o forte recolhidas até que se lhes fosse dada outra destinação.

As armas de carga avante permitem uma larga reutilização da munição. Uma reutilização direta, em que o projétil recolhido é diretamente reutilizado em uma outra arma de mesmo calibre, ou mesmo quando a reutilização se faz em armas de calibre diferente, necessariamente um calibre maior. Nem sempre, entretanto, a munição recolhida com os despojos de combate, se encontrava em condições de uso; nestes casos se fazia necessário novamente processar o metal, moldando novos projéteis. No Forte Real (velho) do Bom-Jesus, pode-se observar que pelo menos parte da munição utilizada, foi manufaturada no local.

Ali foram identificados desde fornos para fusão do chumbo, até os moldes em que os projéteis de mosquete eram confeccionados.

De início, a carência de armas fazia com que se recorresse a qualquer expediente capaz de provocar lesões no inimigo. Armas de fogo, em seus mais diferentes calibres, armas brancas, arcos e flechas, lanças, instrumentos de trabalho. Mesmo bordunas eram empregadas. E nas lutas corpo-a-corpo, em que quase sempre terminavam as ações das emboscadas, quaisquer armas eram bem-vindas. E os instrumentos de trabalho desempenhavam aí um importante papel. Neste tipo de conflito, talvez não se possa atribuir necessariamente inferioridade de armamento quando se utiliza instrumentos de trabalho. Os machados, as foices, os facões são armas decisivamente perigosas nos embates corpo-a-corpo. As facas (chamadas 'peixei-ras'), usadas fixadas a uma haste, à guisa de lança, ou mesmo portadas à mão, representam um arma eficaz. Tida como instrumento de trabalho e havida como arma. De porte consuetudinariamente proibido ao longo dos séculos, praticamente nunca foi abandonada por um homem do campo que se desloca ao longo dos caminhos. Serve desde para picar o fumo, à defesa contra homens e animais, ou mesmo para retirar um 'espinho' do pé ou da mão. Arma temida, respeitada até os dias atuais, que de uma certa forma se tornou símbolo do pernambucano do campo, acostumado às duras lides, às necessidades de defesa, mesmo que contra às agressões morais. A arma empunhada, portada à mão, não uma arma lançada, como os punhais, comuns em outras culturas.

Estas armas simples, inspiravam temor aos holandeses, que muitas vezes se achavam indefesos contra elas. As armas de fogo, nestes casos, nem sempre atendiam às necessidades dos soldados. A demora do remuniamento os deixavam à mercê dos campanhistas; apelavam então para as espadas. E as espadas tornaram-se armas extremamente necessárias. A escassez

de espadas entre os holandeses é reclamada à Holanda, recomendando-se a sua remessa imediata⁷⁴.

Outras armas eram ainda usadas. Seriam 'armas psicológicas' que por um lado visavam atemorizar o inimigo, por outro serviam de estímulo aos combatentes. Na realidade instrumentos musicais que, como os tambores, depois substituídos pelas cornetas que transmitiam as ordens; os atabaques, as buzinas, transmitiam o entusiasmo na luta, a fé na causa, o empenho na vitória⁷⁵. Outras armas psicológicas eram ainda utilizadas. A representação, a mistificação, expedientes de que se utilizavam, aproveitando-se da topografia, da cobertura vegetal. A mesma tropa, passando vezes seguidas, em círculo, por um mesmo ponto visível ao inimigo, os fazia crer que se tratava de um contingente bem mais numeroso, do que na realidade o era. E isto interferia psicologicamente na tropa.

Naqueles tempos, sabe-se que não eram fáceis as condições de sobrevivência, para qualquer dos lados. A guerra assolara muitos dos campos cultivados, destruía canaviais; o fogo consumira boa parte da produção. Para os holandeses, praticamente confinados ao Recife, as condições chegam à margem do desespero. A fome assolava a população do Recife e de Maurícia. Soldados, oficiais, comerciantes, artesãos, colonos de um modo geral, todos padecem pela escassez de alimentos. Habitados aos produtos vindos da Holanda, ressentiam-se ainda mais com as dificuldades de acesso aos produtos da terra. A farinha de mandioca, que desde os tempos de Nassau escasseava, agora era um produto pelo qual valia a pena arriscar-se em combates. Já não podiam exigir aos luso-brasileiros o plantio dos pés de mandioca por cabeça de escravo, ou impor as fintas, o confisco da farinha. Em abril de 46, já começara a apertar-se o cerco de Recife. A questão da fome se agrava com o retardo no envio de víveres da Holanda. Apela para buscar alimentos em outras áreas mais afastadas do Recife, pelo mar. Buscam no Norte, nas proximidades de Goiana, em Tejucupapo, uma área de plan-

tio de mandioca tradicional. São frustrados em seu intento pela ação da população local. Todos combatem; em emboscadas e na defesa de um pequeno reduto, onde se abrigou a população não 'capaz de pegar em armas'. Mulheres, crianças ainda muito jovens e os velhos. Mas de uma forma ou de outra, todos se mostraram capazes, e se armaram como foi possível; combateram e fizeram com que o inimigo recuasse, voltando a embarcar para Recife, sem atingir seus objetivos de abastecerem-se de mandioca.

Para os brasileiros, a situação também não se mostrava das mais favoráveis. A mobilização de grande parte da população produtiva, a concentração nas proximidades dos pontos de cerco, desviavam das atividades de plantio, exigiam que se providenciassem reservas de alimento para as campanhas. Mas de qualquer sorte, os luso-brasileiros tinha acesso ao campo, às matas, aos rios.

Era nos rios e no mar onde muitas vezes também os holandeses iam buscar seu alimento; numa condição que eles próprios julgavam deplorável: "Muitos particulares, soldados e mesmo oficiais holandeses saíam em jangadas a pescar ou apanhar caranguejos pelos mangues"⁷⁶. Mas no início de 1647 chegam reforços. Soldados, e sobretudo víveres. Os holandeses tentam, sem sucesso, recuperar Penedo, ao tempo em que, em acometidas ousadas os pernambucanos atacam dentro do Recife⁷⁷.

O início de 1648 traz boas novas aos insurretos. A 23 de janeiro, o general Francisco Barreto de Menezes, que a mando do rei viera a Pernambuco apoiar a campanha para restauração, consegue fugir de sua prisão no Recife. Ali estivera preso por quase um ano. Escapando aos holandeses, apressa-se a se apresentar no Forte do Bom-Jesus e a participar das lutas.

Em março de 1648, uma poderosa frota de 41 navios da Companhia das Índias chega a Recife, transportando 6.000

soldados e víveres. Contavam com estes reforços para reconquistar o espaço perdido, e sobretudo restabelecer o controle das áreas produtivas no sul da colônia. É esta tropa que, um mês após o desembarque, é batida na 1ª. Batalha dos Guararapes⁷⁸.

Pouco depois de vencida aquela 1ª. Batalha nos Guararapes, parte do Rio de Janeiro (12 de maio de 1648) uma expedição de luso-brasileiros sob o comando de Salvador de Sá (então governador do Rio de Janeiro), para reconquistar Angola. Embora bem fortificada, as forças holandesas foram vencidas, e em agosto de 1648 São Paulo de Luanda é reintegrada a Portugal. De certa forma, era o Brasil colaborando para que Portugal recuperasse seus domínios na África. No nordeste do Brasil, eram os lusos brasileiros que continuavam mantendo a luta pela libertação do domínio holandês. A luta pela Pátria.

A ocasião se fez logo no início do ano seguinte. Em fevereiro, o exército holandês sob o comando do coronel Brinck, manobra em direção aos montes Guararapes, buscando recuperar-se da derrota sofrida no ano anterior. Não atingem seu intento, sendo mais uma vez derrotados. Fora um grande desastre militar para os holandeses, que batem em retirada, sem qualquer controle por parte de seus comandantes⁷⁹.

Desde que fora divulgada a notícia da vitória brasileira na 1ª. Batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648), D. João IV suspendera as negociações em que empenhara seus embaixadores na Holanda, visando um acordo entre os países acerca das colônias. Sentia que o domínio batavo no Brasil se enfraquecia. Com a segunda derrota holandesa um ano depois (19 de fevereiro de 1649), vê-se que a questão caminha para um desfecho que não seria favorável à Holanda. A guerra praticamente chegara a seu fim. Restava os acertos de como se iria efetivamente deslocar os holandeses de Recife. Isto se faz pela ação conjunta de terra e de mar, com a chegada em janeiro de 1654 da esquadra composta por 44 navios da Companhia de Comércio do

Brasil. A Holanda, por seu turno enfrentava problemas muito sérios na Europa. A Companhia das Índias Ocidentais se aniquilara, e a Holanda estava em guerra com a Inglaterra. Encerrava-se assim a supremacia naval holandesa nos mares do Nordeste, onde um dia a Companhia das Índias Ocidentais se empenhara em estabelecer uma forte base para seus corsários apre-sarem as frotas de ouro e prata que cruzavam o Atlântico, além de dominar uma rica região produtora de açúcar.

Finda a guerra, tendo os holandeses deixado o Recife, alteram-se as necessidades de defesa. Senhores do continente, ou pelo menos sem que houvesse potenciais inimigos em um raio e muitas léguas, volta o litoral a ser o principal foco de aten-ções. A este tempo, o eixo econômico do Brasil se deslocara para a região das minas, ainda que o açúcar não deixasse de manter um grande peso para a economia da colônia. Mas ou-tros centros produtores surgiram e a estrutura produtiva estava arruinada, e economicamente fragilizada para investir na recu-peração das fábricas.

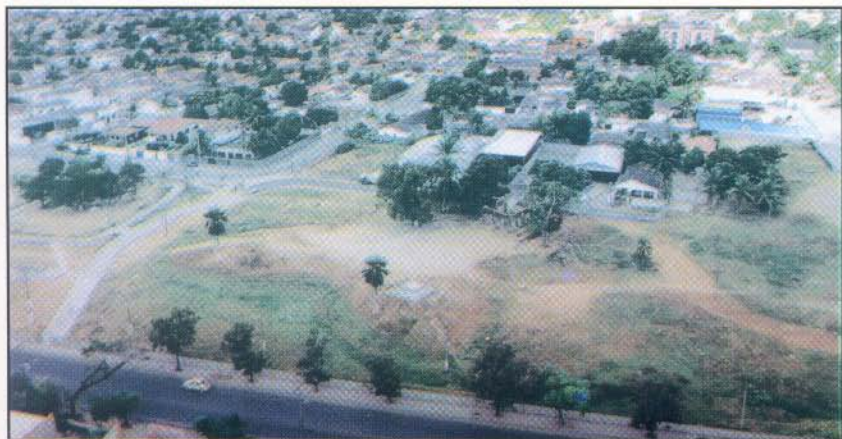
Aos poucos, as estruturas de defesa do nordeste come-çam a ser reparadas, basicamente aquelas do litoral. A partir de então, o Forte (novo) do Bom-Jesus que havia cumprido sua missão, não mais era necessário, face as novas conjunturas. É abandonado e dele não mais se fala. Praticamente cai no es-quecimento, entra em ruínas.

Mas o tempo não apagou de todo a sua memória, dele restam não apenas as ruínas, mas uma história a ser revista, a ser estudada em outras bases que não apenas os documentos textu-ais. Sua documentação material praticamente não foi pesquisada, e espera, sob as capas de terra para que se traga à luz, detalhes do cotidiano daqueles que ali viveram e se prepara-ram para a luta de devolver a liberdade à sua terra.

Desde o terceiro quartel do século XIX, a memória da-quele forte começa a ser resgatada. Ainda permanecem no lo-



Vista aérea das ruínas do Arraial Novo do Bom Jesus. Observa-se o seu traçado a partir dos vestígios dos bastiões, das cortinas e da praça de armas. O traçado do fosso pode ser ressaltado pela vegetação mais verde em decorrência de sua cota permitir uma maior retenção da umidade. Tomada realizada com o apoio de um helicóptero "Pantera" do Exército brasileiro. Foto Doris Walmsley



Vista aérea das ruínas do Arraial Novo do Bom Jesus. Foto com maior aproximação que a anterior na qual pode-se observar, além das estruturas já descritas, a locação do obelisco, em um dos bastiões e as ruínas de uma residência, do século XIX, em outro bastião. Observa-se ainda, cicatrizes provocadas pela erosão antrópica, como caminhos sobre os bastiões e cortinas e um campo de futebol na praça de armas. Tomada realizada com o apoio de um helicóptero "Pantera" do Exército brasileiro. Foto Doris Walmsley.



Arraial Novo do Bom Jesus. Ruínas de uma residência do século XIX construída sobre um bastião do Forte. Foto Doris Walmsley.



Ruínas do Arraial Novo do Bom Jesus. Observa-se uma cortina e dois bastiões com seus ângulos reentrantes e salientes. Foto Andreclck Fontes.

cal em que se assentaram, o marco e as placas alusivas mandadas colocar pelo Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco em 1872 uma e em 1917 a outra⁸⁰. Cumprem a tarefa de lembrar às novas gerações a importância e o preço da liberdade, uma liberdade que custou 24 anos de lutas.

Hoje em dia, o forte é um monumento tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que está envolvido por uma praça pública, sob o domínio da Prefeitura da Cidade. Um amplo espaço, adequado a muitas atividades de lazer a céu aberto. Mas lhe falta um tratamento adequado para que as suas estruturas em terra, arruinadas, possam ser efetivamente 'lidas' pelos que freqüentam aquela área. Aos olhos menos avisados aquelas estruturas parecem ser apenas os restos de uma pequena 'colina', como muitas vezes foi tratado.

Notas

- ¹ GONSALVES de MELLO, O Tempo... op. Cit. P.164.
- ² De “Ingleses, escosseses e franceses é composto o grosso do exército” Carta do conde de Nassau aos Estados Gerais, datada de Maurícia, 24 de setembro de 1642, apud GONSALVES de MELLO, O Tempo... op. Cit. P.166
- ³ GONSALVES de MELLO, O Tempo... op. Cit. P.166.
- ⁴ “a redução do exército para 18 companhias - média de 150 homens cada uma - foi realizada” Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, de 10 de maio de 1644, apud GONSALVES de MELLO, O Tempo... op. Cit. P.166.
- ⁵ GONSALVES de MELLO, O Tempo... op. Cit. P.167.
- ⁶ “Haus chama a atenção para ‘a fraqueza do exército, havendo companhias que não têm 100 homens pois muitos partiram com a última frota, istoé, cerca de 500 homens e nessa partirão 200 a 300 e da pátria só chegaram 68 soldados (...) as guarnições estão muito desfalcadas, os fortes e fortificações ruindo.’ Carta de Herdrick van Haus ao Conselhos dos XIX, datada de Maurícia de 25 de julho de 1644”, GONSALVES de MELLO, O Tempo... op. Cit. P.166.
- ⁷ Dag Notulen de 13 e 16 de dezembro de 1642 e Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, de 2 de abril de 1643, apud GONSALVES de MELLO, O Tempo... op. Cit. P.169
- ⁸ POSEY, Darrell Addison. Contact before contact: Typology of PostColombian Interaction with Northern Kayapó of the Amazon Basin. Boletim do Museu, Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia. Belém, v. 3, n. 2, p. 135-154, 1981. (Série Antropologia).
- ⁹ “Estes índios usam arco e flecha, e há entre eles alguns que possuem ferramentas como machados, facões, podões e facas. Perguntando-lhes com cautela, através dos intérpretes, onde as conseguiram, responderam que as compravam dos nativos residentes na região mais próxima ao mar, os quais, por sua vez, as receberam de uns homens brancos, como nós, que usam as mesmas armas nossas, como espadas e arcabuzes, vivem no litoral e só se distinguem de nós pelo cabelo que todos têm amarelo, sinal suficiente para concluir-se que se trata de holandeses, os quais há algum tempo mantêm uma possessão no rio Doce, ou de Filipe.” ACUÑA, Cristóbal de. Op. Cit. P. 133-4. [Neste texto Acuña tratava de um grupo habitante das margens do

Amazonas, na desembocadura de um afluente da margem esquerda, a montante do Rio Negro.]

¹⁰ “com muito trabalho e moléstias, principalmente pelas grandes doenças que se experimentarão, de que estive em grande perigo de vida...” Carta de Coelho de Carvalho a D. Pedro II, datada de 26.07.1697, apud FERREIRA REIS, Arthur C. História de Óbidos. Belém., Civilização Brasileira, 1979. P. 16.

¹¹ Os ‘soldados da borracha’, contingentes, sobretudo de nordestinos, que já no século vinte, vão trabalhar nos seringais do Norte.

¹² EROHLICH, Roland. Curso básico de história da Igreja. Op. Cit p. 105

¹³ EROHLICH, Roland. Curso básico de história da Igreja. Op. cit p. 105

¹⁴ “(...)aos quatro dias de agosto de 1648, a tempo que estavam os nosso fronteiros, pelejando no sítio dos afogados com o inimigo, o qual, vindo ao tempo de chegar o socorro do arraial, mas como a maior parte era gente do reino de Portugal, soldados novos e não acostumados à terra, vinham os mais deles doentes, e assim foram mandados a convalescer por as casas dos moradores eu os recolheram e fizeram as mais obras de caridade, com muita vontade.” SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra. Estudo introdutório e índice onomástico de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife: Fundarpe, Diretoria de assuntos Culturais, 612 p. il. 1984 (Coleção Pernambucana - 2ª fase, I). p. 527

¹⁵ “O ‘Mal da Bicha’ (...) importado de África, e que se considera a primeira manifestação da febre-amarela no Brasil, começou no princípio de dezembro de 1685 no porto do Recife, (...)peste tão horrível e repentina que já não havia quem curasse aos enfermos nem enterrasse os mortos. (...) os sintomas eram _ escreve Bonucci ‘supressão dos pulsos, delírios, imaginação de cabeça, enjões do estômago, vômitos contínuos nos mais de sangue, com inchações estranhíssimas’ O mal acendeu-se pouco depois em Olinda e passou a outras vilas e cidades e também à Bahia, com quebranto geral e grande mortandade, que atingiu também numerosos padres da Companhia, que colocou o seu colégio à caridosa disposição da população, quando tudo o mais esmorecia. (...) fecharam-se as escolas públicas, os estudos, o comércio, os tribunais, e ninguém tinha outra preocupação mais que o horror da morte e a salvação das almas. Entre os mortos jesuítas, contou-se o antigo provincial Antônio de Oliveira; e, de fora, o arcebispo d. Frei João da Madre de Deus e alguns desembargadores. Escreve o padre Antônio Vieira

- que de mais de cem pessoas da Companhia que moravam no colégio, só quatro ficaram indenes. Também não foram atingidos pelo contágio o mesmo Vieira e o seu companheiro padre José Soares, residentes na quinta do tanque”. LEITE, Serafim S.J. Breve História da Companhia de Jesus no Brasil 1549 - 1760. Liv. ^aI. Braga, Portugal. 1965 p.170
- ¹⁶ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Anais Pernambucanos 1493 - 1590. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1983. V. 1, il. (Coleção Pernambucana - 2º fase, 2). p. 493
- ¹⁷ O “ ‘Governador e Chefe das tropas por parte da WIC, em Olinda’ ordenou a Jean Lormière a ir no navio Meerminne, ‘ à ilha Fernando ou Pavônia levar os soldados doentes, que ali deveriam ser tratados: ‘para lá proporcionar-lhes refrescos` . “Instructie ende Ordre”, assinada por D. van Waerdenbruch e datada do Recife, 21 de dezembro de 1631, apud GONSALVES de MELLO, O Tempo... op. Cit. P. 43-4.
- ¹⁸ “As informações sobre o número de doentes faz-nos calcular que aproximadamente 1/3 da tropa estava impossibilitada de prestar serviço”. GONSALVES de MELLO, O Tempo... op. Cit. (Nota 26). ... p. 43.
- ¹⁹ Carta de Adolph van Els aos Diretores da Câmara de Dordrecht, datada da ilha de Santo Antonio (Antonio Vaz), 3 de abril de 1630. Apud GONSALVES de MELLO, O Tempo... op. Cit. P. 43.
- ²⁰ Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, de 15 de janeiro de 1638, apud GONSALVES de MELLO, O Tempo... op. Cit. P.127
- ²¹ Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, de 15 de janeiro de 1638, apud GONSALVES de MELLO, O Tempo... op. Cit. P.127
- ²² “Esta segunda [a primeira foi mandada à Holanda e derrotada por Marten Haerpertszoom Tromp] força naval composta de 26 galeões portugueses e espanhóis, e mais 20 transporte, fizera-se ao mar em fins de 1638. Para seu almirante nomeara o monarca, a dom Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre. Já a sua partida presidiu uma má estrela. Tempestades acossaram-na severamente, e uma terrível epidemia de febres propagou-se a bordo dos navios, victimando uma terça parte das tropas.” WATJEN, H. O domínio colonial holandês no Brasil. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 65-287. p.172
- ²³ GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. Dicionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco. 3a. edição, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, de S a Z, il. p.124

- ²⁴ SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra. Estudo introdutório e índice onomástico de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife: Fundarpe, Diretoria de assuntos Culturais, 612 p. il. 1984 (Coleção Pernambucana - 2ª fase, I). p. 527
- ²⁵ "...também na vila de Olinda ordenou Pedro Gomes Chaves outra procissão por o mesmo intento [refer-se o autor às procissões que estavam sendo promovidas em favor de afastar o perigo das muitas pestes que assolavam Pernambuco, inclusive Olinda desde os últimos dias de setembro de 1645 e durou até os primeiros de dezembro] que saiu da igreja de São Pedro, e se foi acabar no mosteiro dos frades capuchinhos franceses, intitulado de Nossa Senhora do Monte Calvário, aonde pregou também o padre fr. Manoel de Salvador com a doutrina, erudição e espírito que sempre costumava fazer. todos nesta procissão foram descalçados e alguns com penitência pública, como na procissão dos Santos Passos; e foi Deus servido, que por os merecimentos dos santos, e submissão e lágrimas dos moradores da terra, e principalmente por a morte e paixão de Jesus Cristo nosso Salvador, que dentro de poucos dias cessaram as doenças". COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Anais Pernambucanos 1635-1665. Coleção Pernambucana, 2. fasc., vol. 3. 2a. edição, Recife, FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1983, 531 p., il. p. 262
- ²⁶ "Quando grassava na capitania uma terrível epidemia de febres malignas, que ceifou grande número de vidas, saiu da igreja [igreja de São Pedro de Olinda] uma procissão de penitência, como refere o padre fr. Manuel do Salvador, que pregou ao recolher-se a mesma procissão na igreja dos capuchos franceses, sob a invocação de N. S. Do Monte Calvário." COSTA, Francisco Augusto Pereira de. Anais Pernambucanos 1701-1739. Coleção Pernambucana, 2. fasc., vol. 5. 2a. edição, Recife, FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1984, p. 204
- ²⁷ 3 de agosto de 1645.
- ²⁸ História do Exército Brasileiro. Ed. E.M. do Exército, Brasília e Rio de Janeiro. 1972, p. 174.
- ²⁹ "Os escravos, na perspectiva da liberdade desceram o monte em duas partes, armados com arcos, flechas, lanças e facões, tocando flautas atabaques e buzinas. Na esteira destes bravos veio todo o povo, com os mais variados tipos de arma, na maioria instrumentos de trabalho." História do Exército Brasileiro. Ed. E.M. do Exército, Brasília e Rio de Janeiro. 1972, p. 176.

- ³⁰ Batalha de Casa Forte, a 17 de agosto de 1645.
- ³¹ “Aos 250 holandeses foi dado quartel e condições de regresso à Europa.” História do Exército Brasileiro. Ed. E.M. do Exército, Brasília e Rio de Janeiro. 1972, p. 177.
- ³² “A 12 de agosto de 1647, vencido na luta diplomática decidiu [D. João IV] mandar restituir o que os patriotas haviam tomado no Brasil, com a condição de ser-lhe devolvida a ilha de Itaparica.” História do Exército Brasileiro. Ed. E.M. do Exército, Brasília e Rio de Janeiro. 1972, p. 178.
- ³³ Ainda nos dias atuais, a rua que corresponde àquele trecho de estrada, é denominada ‘Estrada do Arraial’. N.A
- ³⁴ “...5 de outubro - patente (...) firmada pelos chefes do movimento restaurador, André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, conferindo o posto de capitão comandante de uma companhia de infantaria da ordenança de toda a gente do distrito do arraial velho a Pedro da Rocha, já notável por serviços prestados na guerra da invasão holandesa, como consta da referida patente. Vemos assim, que já então, o arraial velho constituía um povoado com a população suficiente para formar uma companhia de cem homens.” COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Anais Pernambucanos 1635-1665. Coleção Pernambucana, 2. fasc., vol. 3. 2a. edição, Recife, FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1983, 531 p., il. 284.
- ³⁵ Ver no Cap. I, acerca do número de homens que constituíam uma Companhia de Ordenanças. N. As.
- ³⁶ Passo de João Velho Barreto. Dêsse passo apenas temos notícia pelo seguinte: nos planos de campanha contra a dominação holandesa, em uma reunião dos principais chefes do movimento, que teve lugar no engenho São João da Várzea em 8 de setembro de 1645, alguns, como contemporaneamente escreve fr. Manuel Calado na sua obra, foram de opinião que se levantasse o arraial no sitio do passo de João Velho Barreto, junto ao Capibaribe, e perto do Recife. Êste sítio ficava nas imediações da estância de Henrique Dias, na Boa Vista. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Anais Pernambucanos 1591 - 1634. Prefácio de José Costa Porto. Aditamentos e correções de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais; 1983. V. 2, il. (Coleção Pernambucana - 2º fase, 3). 111
- ³⁷ “Tanto que chegou o mestre de campo André Vidal de Negreiros ao nosso alojamento da Várzea, aonde o esperava o governador João Fernandes Vieira, chamaram a conselho todos os capitães e principais moradores da

terra para assentarem o modo que haviam de ter para fazer guerra em forma. Alguns foram de parecer que se reformasse o arraial velho no mesmo lugar onde havia estado no tempo de Matias de Albuquerque, e que ali se fizesse fortes para resistir e sair a fazer guerra ao inimigo; outros foram de opinião que este arraial se fizesse no sítio e passo de João Velho Barreto, junto ao rio Capibaribe, por ficar mais perto do Recife; outros que se fizesse no engenho do governador João Fernandes Vieira, que chama de S. João, por dominar toda aquela campanha;”. SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra. Estudo introdutório e índice onomástico de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife: Fundarpe, Diretoria de assuntos Culturais, 612 p. il. 1984 (Coleção Pernambucana - 2ª fase, I). p. 293

38 “...porém o governador João Fernandes Vieira disse que não convinha fazer-se arraial, porque isto era ficar a infantaria encurralada; que se fizessem estâncias em contorno do Recife e cidade Maurícia, e que em cada uma se pusesse um capitão com a sua infantaria, e que se fizesse uma fortaleza para que o inimigo não pudesse sair fora sem ser sentido, e saindo lhe matassem a sua gente de mão posta.” SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra. Estudo introdutório e índice onomástico de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife: Fundarpe, Diretoria de assuntos Culturais, 612 p. il. 1984 (Coleção Pernambucana - 2ª fase, I). p. 293

39 O forte do arraial novo do Bom Jesus... Tinha como objectivo guardar as munições de guerra e os alimentos. MENEZES, José Luiz Mota & RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. Fortificações portuguesas no Nordeste do Brasil, séculos XVII e XVIII. Recife, Pool Editorial, 1986, p. il. 113

40 “Tiveram as diversas estancias que foram creadas a serguinte distribuição: a d. Antônio Felipe Camarão, com seus indios, se entregou a de Sebastião de Carvalho (Remedios), fronteira à fortaleza Príncipe Guilherme, nos Afogados, e um dos pontos mais arriscados; e à Henrique Dias coube as casas de Gil Van Ufel, situadas em terrenos de João Velho Barreto, nas quaes havia uma especie de torre ou mirante elevado, donde se desvendavam todos os arredores. Esse sitio, depois da guerra, o general Francisco Barreto de Menezes fez doação à Antônio Borges Uchôa, e a Manoel d’Aguiar.” GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. Dicionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco. 2a. edição, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, de Q a R, il. 26

⁴¹ As primeiras decisões militares de longo prazo, tomadas a 8 de setembro de 1645, previam apenas o estabelecimento das estâncias, de acordo com proposta de João Fernandes Vieira, apoiado por todos os capitães da terra os quais haviam-se oposto à reconstrução do arraial velho ou à edificação de novo no sítio de João Velho Barreto com o argumento de que isto implicaria em encurralar a infantaria. MELLO, Edivaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste. 1630-1654.* Ed. Univ. de S. Paulo. S. Paulo. 1975 243

⁴² “...5 de outubro - patente lavrada no acampamento do arraial novo do Bom Jesus, (...).” COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos 1635-1665.* Coleção Pernambucana, 2. fasc., vol. 3. 2a. edição, Recife, FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1983, 531 p., il. 284

⁴³ Bom Jesus - arraial novo - lugar histórico no município do Recife e freguesia da Várzea, à uma légua distante daquela cidade, no sítio chamado Retiro, que é um terreno desmembrado do antigo engenho Torre, encravado em terras do engenho do Meio. GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Diccionario chorographico, historico e estatistico de Pernambuco.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, de A a O, il. p. 108.

⁴⁴ “O forte do arraial novo do bom, construído no ano de 1645... Estava situado numa colina, a 8 km a oeste da cidade do Recife.” MENEZES, José Luiz Mota & RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. *Fortificações portuguesas no Nordeste do Brasil, séculos XVII e XVIII.* Recife, Pool Editorial, 1986, p. il. 112

Referente ao fortim do arraial novo do Bom Jesus... 18) - fortim do arraial novo do Bom Jesus. “Esse fortim [fortim do arraial novo do Bom Jesus] foi construído em 1645, por ordem de João Vieira, numa colina a oeste de Recife e mais ou menos a uns 8 km.” 885 150

⁴⁵ Apud Gouvea, 1975:65.

⁴⁶ Bairro da cidade, cuja denominação foi posteriormente substituída por ‘Casa Amarela’

⁴⁷ ALBUQUERQUE, Marcos & LUCENA, Velda. *Forte Real do Bom Jesus. Resgate arqueológico de um sítio histórico. Prefeitura da Cidade do Recife,* Ed. CEPE [UFPE, Fundaj.]. Recife, 1988 72 p. il.

⁴⁸ Desde 1872 está assinalado o local com uma coluna contendo uma inscrição precisa, mandada erigir pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e reconstruída em 1917.” GALVÃO, Sebastião de

Vasconcellos. Dicionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco. 2a. edição, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, de Q a R, il. p. 25

- ⁴⁹ “Esta preciosa reliquia archeologica acha-se no sítio, geralmente conhecido por sítio do Forte...” Relatório da Comissão constituída por F.M.Rapozo de Almeida (relator), Padre Lino do Monte Carmello Luna e Salvador Henrique de Albuquerque, em 12 de agosto de 1867. Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano. N. 13, Ano IV, T 2. Outubro de 1866 . p.100.
- ⁵⁰ Relatório da Comissão constituída por F.M.Rapozo de Almeida (relator), Padre Lino do Monte Carmello Luna e Salvador Henrique de Albuquerque, em 12 de agosto de 1867. Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano. N. 13, Ano IV, T 2. Outubro de 1866 . p.126.
- ⁵¹ ALBUQUERQUE, Marcos & LUCENA, Veleda. Forte Real do Bom Jesus. Resgate arqueológico de um sítio histórico. Prefeitura da Cidade do Recife, Ed. CEPE [UFPE, Fundaj.]. Recife, 1988 72 p. il.
- ⁵² BARRETO, Aníbal. Fortificações do Brasil. Resumo histórico Ed. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1958 p. 150. (grifo nosso)
- ⁵³ “... ainda se vê mal tapada e bem no centro da quadra a funda cacimba de água potavel ...” Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano. N. 13, Ano IV, T 2. Outubro de 1866 . p. 99
- ⁵⁴ “Ainda se conservam de pé tres bastiões, tendo sido desmanchado o quarto para se construir a casa de vivenda do proprietario...” Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano. N. 13, Ano IV, T 2. Outubro de 1866 . p.99.
- ⁵⁵ BARRETO, Aníbal. Fortificações do Brasil. Resumo histórico Ed. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1958 p. 150.
- ⁵⁶ Fernandes Gama, Memórias Históricas de Pernambuco, apud Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano. N. 13, Ano IV, T 2. Outubro de 1866 . p.92.
- ⁵⁷ Op.Cit. p.98.
- ⁵⁸ BARRETO, Aníbal. Fortificações do Brasil. ... op. Cit. p. 150.
- ⁵⁹ GALVÃO, Sebastião, de Vasconcellos. Dicionário Chorographico Histórico e Estatístico de Pernambuco. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908. [verbete Arraial]

- ⁶⁰ “...o governador João Fernandes Vieira disse que não convinha fazer-se arraial, porque isto era ficar a infantaria encurralada...” SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra. Recife, Fundarpe. Diretoria de Assuntos Culturais, (Coleção Pernambucana, 2ª Fase, I) p.293. 329
- ⁶¹ Estudos realizados ainda no século passado pelo IAGP. Ver Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano. N. 13, Ano IV, T 2. Outubro de 1866.
- ⁶² Memória Histórico descritiva da inauguração da coluna levantada no lugar da fortaleza do Arraial Novo do Bom-Jesus, lida em sessão do Instituto em 16 de Maio. Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano. N. 13, Ano IV, T 2. Outubro de 1866 . p.766.
- ⁶³ “Esta preciosa reliquia archeologica acha-se no sítio, geralmente conhecido por sítio do Forte...” Relatório da Comissão constituída por F.M.Rapozo de Almeida (relator), Padre Lino do Monte Carmello Luna e Salvador Henrique de Albuquerque, em 12 de agosto de 1867. Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano. N. 13, Ano IV, T 2. Outubro de 1866 . p.100.
- ⁶⁴ Relatório da Comissão constituída por F.M.Rapozo de Almeida (relator), Padre Lino do Monte Carmello Luna e Salvador Henrique de Albuquerque, em 12 de agosto de 1867. Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano. N. 13, Ano IV, T 2. Outubro de 1866 . p.126.
- ⁶⁵ SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra. Recife, Fundarpe. Diretoria de Assuntos Culturais, (Coleção Pernambucana, 2ª Fase, I) p.329
- ⁶⁶ “um estrangeiro perito na arte da fortificação, [que] deliniou a planta do edificio com a grandeza e capacidade que lhe pintou o desejo...” Fr Raphael de Jesus, Castioto Lusitano.
- ⁶⁷ “Traçou a fortaleza um mestre de obras estrangeiro...” SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra. Recife, Fundarpe. Diretoria de Assuntos Culturais, (Coleção Pernambucana, 2ª Fase, I) p.329
- ⁶⁸ “O arraial novo foi projetado por Hooghstrten, que se bandeara para os restauradores após vender-lhes o pontal, e por um mestre-de-obras,

estrangeiro como ele.” MELLO, Edivaldo Cabral de. Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste. 1630-1654. Ed. Univ. de S. Paulo. S. Paulo. 1975 p. 228

- 69 “...e acudiu o governador João Fernandes Vieira com seus escravos, e os moradores da terra com os seus por sua parte, e se deu tanta pressa a essa fortaleza, que em espaço de três meses, se principiou e acabou ...” SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra. Estudo introdutório e índice onomástico de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife: Fundarpe, Diretoria de assuntos Culturais, 612 p. il. 1984 (Coleção Pernambucana - 2ª fase, I). 329
- 70 “Em fins de 1645 quando da expulsão do contingente de mercenários que seguira Hooghstraten, ficariam “dois mancebos mestres-de-obra” de quem se precisava para concluir o arraial.” MELLO, Edivaldo Cabral de. Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste. 1630-1654. Ed. Univ. de S. Paulo. S. Paulo. 1975 228
- 71 “Ao se projetar o ataque final ao Recife em dezembro de 1653, havia dois engenheiros no arraial, um português que sabia pouco e um estrangeiro que entendia melhor’, segundo o depoimento de Diogo Lopes de Santiago.” MELLO, Edivaldo Cabral de. Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste. 1630-1654. Ed. Univ. de S. Paulo. S. Paulo. 1975 228
- 72 “Cavalgaram nela as oito peças de bronze que trouxeram da fortaleza do Porto Calvo; e o primeiro dia de janeiro de 1646, se deu com elas a primeira salva em honra do nome de Jesus, por ser o primeiro dia do ano; e por essa causa chamaram à nova força do Bom Jesus. SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra. Estudo introdutório e índice onomástico de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife: Fundarpe, Diretoria de Assuntos Culturais, 612 p. il. 1984 (Coleção Pernambucana - 2ª fase, I). p. 329
- 73 “Oito peças de bronze que o inimigo deixou no Porto do Calvo, se posarão nela; com as quaes se deu a primeira salva em dia da circuncisão do ano de 1646, festejando o misterio que lhe deu o nome de fortaleza de Bom Jesus ...” 2245 190
- 74 “entre todos os soldados, os mais deles não têm espada; e sendo esta falta tão grande em todas as partes donde se guerream é no Brasil de muito maior consideração, porque como a mais continuada guerra se faz por

assaltos, em que de ordinário se vêm às mãos com os inimigos, ficam os homens sem espada incapazes de ganharem grande honra e reputação". MELLO, Edivaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste. 1630-1654*. Ed. Univ. de S. Paulo. S. Paulo. 1975 p. 229

⁷⁵ "Na iminência do perigo, [etapa final da Batalha das Tabocas] este conclamou o povo ao esforço derradeiro, à luta pela honra de Deus, e prometeu liberdade a 50 servos de sua guarda pessoal se se mostrassem valorosos no combate. Os escravos na perspectiva de liberdade, desceram o monte em duas parte, armados de arcos, flechas, lanças e facões, tocando flautas, atabaques e buzinas. Na esteira destes bravos veio todo o povo, com os mais variados tipos de armas, na maioria instrumentos de trabalho. E o contra-ataque transformou-se num corpo a corpo feroz e desordenado (...) lançando-se aos magotes sobre o inimigo, obrigando-os a bater em retirada. Venceram os insurretos." *História do Exército Brasileiro*. Ed. E.M. do Exército, Brasília e Rio de Janeiro. 1972, p. 176.

⁷⁶ Dag. Notule de 13 de março de 1647, apud GONSALVES DE MELLO, J. A. *Tempo dos Flamengos*. Op. Cit. P. 160.

⁷⁷ "Um grupo dos sitiadores pela madrugada foi abordar e incendiar patacho holandês fundeado no Capibaribe. As instalações, iluminadas pelo incêndio, passaram a ser alvejadas pelas descargas inaugurais da bateria de Santo Antônio. Rio branco afirma que o sucesso da abordagem sugeriu audácia maior. Dias depois, 100 homens passaram o rio e foram devastar o palácio onde residira Maurício de Nassau, dispersando duas companhias da guarda, matando um capitão e 24 praças e retornando sem haver sofrido uma só baixa." DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1987. 542p. (Biblioteca Estudos Brasileiros; V. 15). p. 409

⁷⁸ A 20 de abril de 1648 chega alli [no forte Real (novo) do Bom-Jesus], em meio de aclamações, de volta, o nosso exercito triumphante na primeira batalha dos Guararapes, e conduzindo grande numero de despojos que havia tomado ao inimigo." GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Diccionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco*. 2a. edição, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, de Q a R, il 412

⁷⁹ "A Cavalaria e a Infantaria se lançaram sobre nossos Regimentos e causaram tanta desordem que nem os oficiais, quer inferiores, quer superiores, nem os soldados puderam cumprir o seu dever, o que provocou tal consternação entre os nossos que a pena não poderia descrever (...) e a maior parte de nossas tropas se pôs a fugir, deixando-se matar sem resistência, como crianças." trecho do que escreveu sobre a 2ª. Batalha dos Guararapes, Von

Schkoppe, apud História do Exército Brasileiro. Ed. E.M. do Exército, Brasília e Rio de Janeiro. 1972, p. 190.

⁸⁰ Desde 1872 está assinalado o local com uma coluna contendo uma inscrição precisa, mandada erigir pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e reconstruída em 1917.” GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. Dicionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco. 2a. edição, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, de Q a R, il. 25

Fim do domínio holandês e Repercussões na memória

*M*emória e história, heis ai uma associação que poderá despertar para um sem numero de idéias, para dezenas de temas de discussão. Qualquer que seja o ponto de vista adotado com relação a estes conceitos, nenhum deles afastará de seus pressupostos que tanto a memória quanto a história está impregnada das raízes ideológicas que ao longo do tempo interpretaram e reinterpretaram os acontecimentos.

Muitos traços de ligação unem memória e história. Em sociedades de memória essencialmente oral, o contínuo repassar das explicações, a busca por explicações de acontecimentos que se distanciam no tempo e nos costumes, conduz muitas vezes a um distanciamento das interpretações daqueles que viveram à época. Conduz ainda, muitas vezes, pelo próprio distanciamento cultural, do meio físico e social, a uma interpretação mística. Os heróis, os mitos, as lendas, todos eles, estão relacionados, refletem com maiores ou menores distorções acontecimentos transmitidos através da tradição oral. Entretanto, envolvem, é certo, quase sempre, um núcleo histórico.

Consciente ou inconscientemente, seja a tradição oral, seja a história textual, ambas permitem que sejam gerados

'buracos negros', momentos de amnésia¹, que via de regra estão relacionados a questões ideológicas. São os 'esquecimentos' da tradição oral; são os 'silêncios' da história. E o processo de amnésia via de regra está relacionado a um processo de manipulação da memória coletiva². A memória coletiva, vista por Nadel³ como uma história ideológica, tende a confundir a história com o mito, buscando explicar a origem das sociedades através de uma memória caracterizada por uma maior liberdade e criatividade.

Os estudos arqueológicos, freqüentemente deparam-se com questões que envolvem nitidamente exemplos de amnésia coletiva, com nítidas características de história ideológica. Inicialmente é fundamental que se entenda que "um monumento do passado que chegou aos dias atuais intacto, ou sob forma de ruína, constitui-se em um elemento da memória coletiva desta sociedade"⁴. Este elemento, entretanto, traz em si, desde o período de sua construção, uma série de conceitos que sucessivamente agregam-se à memória coletiva. Uma agregação que se dá através de uma conjugação de processos sociais dos mais diferentes matizes.

Antes mesmo do início da colonização européia, as Américas eram ocupadas por um diversificado conjunto de sociedades, cuja população é hoje estimada em torno de 12 milhões de pessoas. Sobretudo na costa atlântica, onde instalaram-se os portugueses, grande parte destas sociedades eram ágrafas. Sociedades cujas memórias seriam até então essencialmente orais, exceto por manifestações pictóricas. Manifestações entre as quais se podem incluir as gravuras e pinturas tanto rupestres quanto corporais, a "decoração" da cerâmica ou de instrumentos de madeira.

Com a implantação dos sistemas coloniais nas Américas, tem início a constituição de uma documentação textual que se refere não apenas à sociedade européia transplantada, mas ainda

àquelas sociedades nativas ágrafas. Ainda que grande parte dos europeus que se aventuraram nas Américas, não dominasse a escrita, uma farta documentação foi produzida. Documentos textuais, cartográficos, iconográficos, de um modo geral. Uma documentação produzida por diferentes povos, que assumem diferentes óticas. Ainda que fragmentária, esta documentação abrange uma ampla gama de temas, tanto no que se refere aos aspectos relacionados às peculiaridades físicas, ambientais, do Novo Mundo, como suas próprias relações com aquele novo ambiente a ser explorado. As sociedades nativas, seus costumes, são ainda tema desta documentação de europeus. Ainda que etnocêntrica, como não poderia deixar de ser, esta documentação no mínimo registra o universo das idéias, o modo como os nativos eram vistos pelos europeus, como eram vistas as relações entre os grupos étnicos.

Muitos destes documentos entretanto, perderam-se através do tempo. Destruídos intencionalmente ou não, muitos documentos perderam-se por extravios e danos nos transportes, ou mesmo por problemas de conservação, destruídos por fatores naturais. Perdas que enfim, de uma forma ou de outra atingem boa parte da documentação histórica. Além das perdas documentais, a triagem natural dos temas a serem registrados, restringe significativamente o universo das informações. Esta restrição de temas ou o direcionamento dos modos de ver, não necessariamente representa uma omissão intencional, mas quase sempre se relaciona com a própria natureza do fato.

Muitos dos aspectos relativos à história de um monumento são submetidos a “manipulações conscientes ou inconscientes”, de forma a proporcionar certos “esquecimentos” da sua história. Por outro lado, o “ato narrativo” que se sucede ao longo das gerações, proporciona uma “releitura” do monumento associando “amnésia coletiva” à confusão da história com o mito. O monumento pois, que poderia ser um testemunho

materializado da memória de uma época, passa na maioria das vezes à categoria de epicentro de uma narrativa mítica.

Por outro lado, as explicações para um monumento, retidas na memória coletiva, frequentemente assumem proporções de ficção que desviam a sociedade do entendimento de si própria. Heróis são transformados em vilões, personagens inexistentes são criados, personagens reais são esquecidos, fatos são distorcidos, a cronologia é muitas vezes desprezada.

A visão retida pela memória coletiva acerca da presença holandesa no Brasil, é um desses bons exemplos acerca dos conflitos explicativos entre a história e a memória coletiva,

Mesmo antes da 'União da coroa ibérica', Portugal havia decidido alterar seus planos de colonização do Brasil. Manteria o sistema de doação de terras em sesmarias, entretanto, o regime de capitanias hereditárias seria suprimido. O Brasil continuaria a ser repartido em capitanias; agora capitanias régias, cada uma delas administrada por um governador temporário, escolhido pelo rei. Em seu conjunto cada capitania estabelecia contato com governo geral, a quem cumpria fazer respeitar na colônia, as ordens régias.

Um dos principais argumentos levantados, no sentido de revogar as concessões feitas aos primeiros donatários e seus herdeiros, considerava o estado de abandono, a improdutividade, o quase que completo, ou o completo despovoamento destas capitanias. Despovoamento no sentido de presença de uma população de portugueses, o que representava a questão principal que forçara a busca de um sistema eficaz para ocupar as terras do Brasil⁵. Tais falhas, entretanto, não podiam ser imputadas a Pernambuco. Ali, a implantação colonial promovida pessoalmente pelo primeiro donatário, logrou se estabelecer.

Mesmo assumindo uma diretriz que visava a constituição de uma sólida e fixa população, que ocupasse o litoral, que expandisse as fronteiras para o poente, as atitudes da metrópole,

em diferentes aspectos, deixava bem claro sua preocupação centrada naqueles que no reino negociavam com a colônia.

A questão do ensino na colônia, por exemplo, um assunto negligenciado pela metrópole, constituiu-se desde cedo um fator de discriminação a ser enfrentado pelos filhos daqueles colonos que efetivamente fixaram-se na colônia. Mesmo aqueles cujo pai podia custear seus estudos na metrópole, sofriam no reino as discriminações decorrentes da falta de estabelecimentos de ensino na colônia. Aos jesuítas coube assumir o ensino no Brasil. Em suas missões, estabeleciam os padres casas que atendiam não apenas o ensino das letras (ler, escrever e gramática), além da doutrinação, como ainda o ensino de ofícios. Construíram casas, mais modestas, e construíram Colégios, onde o ensino atingia níveis mais altos, comparáveis, segundo a documentação, com o de Portugal. Também neste aspecto a Capitania de Pernambuco, representava um pólo de convergência para os que buscavam aprender. Aqui foi instalado um dos primeiros Colégios Jesuítas, entretanto foi uma das últimas capitanias povoadas a ser visitada pelos jesuítas, quando aqui chegaram. Trazidos pelo primeiro governador - geral, os jesuítas estavam envolvidos com o (novo) plano de colonização da metrópole, planos que visavam estabelecer no Brasil o poder centralizado, reduzir a influência donatarial. Provavelmente não teriam sido muito fáceis as relações iniciais dos jesuítas em Pernambuco, uma das capitanias cujo interesse da metrópole, fosse talvez um tanto controvertido. Se por um lado representava provavelmente a capitania mais próspera, a mais povoada, e cuja produção regular de açúcar efetivamente se iniciava, os investimentos pessoais realizados pelo donatário, o sucesso alcançado na empreitada, faziam-no refratário à política centralizadora do reino. Tais aspectos tornavam imperioso o estabelecimento dos jesuítas na vila de Olinda. Por outro lado, a par do conceito de "virtuosos" que o donatário e sua esposa, chegam a receber do Provincial dos jesuítas, em suas cartas se

pode perceber insinuações quanto à sua capacidade de manter a sociedade dentro dos padrões dos “bons costumes” e da moral religiosa. Decorrem, possivelmente, desta luta pela soberania, mais do que pela carência de pessoal, as dificuldades em se implantar solidamente a missão jesuítica em Pernambuco, nas duas primeiras décadas, desde a chegada da Ordem no Brasil.

Ainda que em decorrência da instituição do Governo Geral tivesse sido extinto o regime donatário, em Pernambuco é mantida a autoridade do donatário até após a expulsão dos holandeses (1654). Com a restauração, a Coroa suprime as prerrogativas do então Donatário, assumindo a administração da Capitania⁶. Havia entretanto questões legais que se arrastariam durante anos. Apenas a partir de 1716 fica resolvida a questão entre os herdeiros da Capitania e a Coroa. O sétimo conde de Vimioso, entra em acordo com o Trono, abrindo mão de Pernambuco, a troco de 80 mil cruzados e outras compensações⁷.

Em Pernambuco, como de resto em toda área de domínio batavo, terminadas as lutas, era necessário reconstruir os engenhos, bota-los para moer; investir no que produzia; investir para o lucro. Com a centralização do poder, não interessava à metrópole investir no homem, no seu espírito, no seu amor-próprio, nos seus símbolos. Ao contrário, parece que se buscou apagar a memória de Olinda, a lembrança de seu luxo, de seu fausto, de sua autonomia administrativa, que poucas honras rendia à sede do governo geral. Ela que tivera a preferência dos próprios governadores gerais, a ponto de serem eles impedidos de permanecer em Pernambuco, impedidos mesmo de visitar Pernambuco, para que aqui não se instalassem, contrariando as ordens reais. Com o incêndio, Olinda não “ficara reduzida a cinzas”. Mas não se apagara com o incêndio, o orgulho dos pernambucanos. Ao contrário, precisavam valer-se dele para enfrentar os anos de destruição, as amargas lembranças das extorsões, dos parentes e amigos mortos pelas atrocidades do

invasor, ou simplesmente pela guerra. Mas após a restauração, que em princípio serviria para redobrar-lhes os ânimos, ao contrário, o orgulho foi mais uma vez ferido. Agora não mais pela derrota infligida pelas armas, pelo inimigo batavo, que aqui chegara com condições infinitamente superior em homens e em armas. Agora os pernambucanos tinham o seu orgulho ferido pelos seus.

Os termos da capitulação oferecidos ao inimigo pelo oficial português, não condizia com o esforço dos pernambucanos. Atendia melhor aos interesses da metrópole em readquirir a simpatia dos batavos. Não condizia com os prejuízos a serem arcados pelos produtores pernambucanos.

Expulsos os holandeses, o governo de Lisboa, ouvindo seu representante maior, o então governador Barreto de Meneses, não fez caso dos argumentos daqueles que aqui lutaram, que pretendiam permanecer na luta para recuperar a produção. Negou-lhes o direito de reconstruir Olinda. À antiga vila, que simbolizava para todos o apogeu da empreitada levada a cabo em Pernambuco, lhe fora negada a condição de sede do governo da capitania. Condição de sede que manteve, mesmo durante parte o domínio holandês.

Pernambuco até então era uma capitania que se governava. Juntamente com o Rio de Janeiro, estava isenta muitas vezes de certas ingerências do governo-geral. Seu primeiro donatário teria conseguido inculcar, pelo menos em parte da população, não o espírito do espoliador, do mascate que para aqui vinha temporariamente, para explorar e auferir lucros. O espírito que Duarte Coelho parece ter inculcado era o da formação de uma nova nação, (ainda que fosse a continuidade de Portugal). Uma 'Nova Lusitânia' que trabalhava, que lutava muito, que auferia lucros e que gastava aqui. Uma gente que aqui mesmo se divertia. Que não cultivava necessariamente o espírito do usurário ou daquele que queria enriquecer rapidamente e voltar

para Portugal, e lá sim, ostentar sua riqueza. Os de Pernambuco ostentavam aqui mesmo. Roupas caras, de veludo; festas intermináveis, regadas a muito vinho e iguarias importadas. Aqui tentaram fazer seu próprio vinho; as vinha se mostraram promissoras. Foram tolhidos. Proibido o fabrico do vinho, proibidos, arrancados, destruídos os parreirais. A mesma coisa com os tecidos, só tecidos importados. Na terra, apenas se podia fabricar peças grosseiras de algodão, para vestirem-se os escravos. Deixou-se até mesmo de pagar o açúcar com moedas. O pagamento era feito com produtos que os do reino comerciavam, fossem ou não o mais necessário à terra. Enfim uma economia direcionada não a apoiar aqueles que queriam aqui produzir, mas à metrópole, aos da metrópole, aos 'mascates'.

Gerou-se o ódio. Ódio que ao longo do tempo produziu diferentes efeitos. Fez de Pernambuco um revoltoso (revoltado), que ansiava por liberdade. Uma revolta não contra o Brasil, ou que visasse se tornar independente, sozinho, mas que buscava lutar contra o julgo de dominação do Brasil. Quando se proclamou a República em Pernambuco, em Olinda, aspirava-se uma abrangência territorial bem mais ampla. Outras revoltas que partiram de Pernambuco, visavam essencialmente, não o separatismo, mas a autonomia brasileira. E não foi só na sede, em Olinda. Mais tarde, fatos semelhantes, por esse ou aquele motivo (estopim) fizeram surgir revoltas contra a dominação dos espoliadores, dos que apenas buscavam o lucro imediato, sob os bons olhos da metrópole. Foi assim entre Recife e Olinda, culminando com a Guerra dos Mascates, foi assim em Goiana (PE), com os conflitos entre brasileiros e portugueses.

Um dos aspectos que parece advir desta 'revolta' gerada, é a transformação no ideário popular, da presença holandesa. Todas as amarguras provocadas pela espoliação de bens, pelas atrocidades promovidas, pelo cerceamento religioso, pelas 'infâmias' e 'profanações' impostas às crenças, pela migração forçada de alguns e a submissão ao julgo tirano de muitos, pela

destruição daquilo que fora construído a duras penas, tudo isso parece se reverter, se transformar, ao cabo de poucas gerações, sob o efeito da revolta maior de ser espoliado pelos seus.

O período de paz relativa alcançada durante a administração do conde Maurício de Nassau, efetivamente foi um fator que contribuiu neste sentido. Então, os “portugueses do Brasil” ressentiam-se da falta de autonomia portuguesa, decorrente da ‘União da Coroas Ibéricas’. Em Pernambuco, e em todo o Norte da colônia, já não mais se podia fazer face ao invasor. E as liberdades então concedidas por Nassau, de culto, de produção; o estímulo financeiro através dos empréstimos, dos financiamentos à produção, ainda que a altos juros, somavam-se ao ódio mal contido à Espanha. Brasileiros integravam inclusive as câmaras decisórias da colônia. De uma forma ou de outra, fora um período de maior liberdade, e sobretudo de grande prosperidade.

A abordagem urbanística holandesa, mais voltada para uma sistematização, uma programação prévia, fizera do Recife uma cidade que crescera, que se expandira em muito pouco tempo. Tão pouco tempo que, as defesas concebidas e construídas em trono da cidade, logo foram extrapoladas. E as construções fora dos limites defendidos pelas obras militares da cidade, não se restringiam a ‘construções de fronteira’. Eram obras sólidas, de grande envergadura, como a própria casa (uma das residências) do Governador, do representante da Companhia das Índias, Maurício de Nassau.

Tomara-se terras ao mar, aos rios. Conquistara-se palmo a palmo terras às águas; através de aterros, ou do que hoje seria chamado de ‘aterro sanitário’⁸. E o que antes eram ‘alagados’, ‘paludes’, transformou-se em solo urbano, caro, sujeito à especulação.

Mudaram-se os hábitos de construção. As consideradas sólidas construções portuguesas, eram ‘em pedra e cal’, as obras

em que se podia confiar, ao passar dos tempos. Assim foram construídas as grandes obras de Olinda, seu casario mais afamado, suas sólidas igrejas. Tijolos, eram usados forrando pisos. A construção em tijolos era usada em algumas áreas de Portugal, entretanto, a tradição em termos de material de construção que veio para Pernambuco, valorizava sobremaneira a construção ‘em pedra e cal’. Desdê a base, às empenas. Construiu-se em taipa, é certo. Muitas obras; casas de engenho, capelas, igrejas, mesmo. Entretanto, sempre que possível eram substituídas por ‘alvenaria em pedra e cal’. A narrativa de Cardim⁹ dá uma idéia do que seria Olinda em 1583, com “boa casaria de pedra e cal, tijolo e telha.”

Em Olinda havia fontes onde buscar as pedras, o calcário. No Recife, não. Apenas areia e madeira. Sequer o barro era adequado à confecção de tijolos. As águas salobras impregnavam de sal as argilas e as tornavam impróprias para a cerâmica. Só mais a montante dos rios, na várzea e outros locais de condições semelhantes, era possível instalarem-se olarias¹⁰. Havia também os tijolos vindos da Holanda como lastro dos navios que aqui vinham buscar açúcar, que pouco a pouco foram se tornando desnecessários, face a produção local¹¹. Além dos tijolos comuns, tijolos ‘frísios’, provavelmente refratários, dos quais ainda muitos restam¹², mesmo em construções portuguesas, reaproveitados em séculos posteriores.

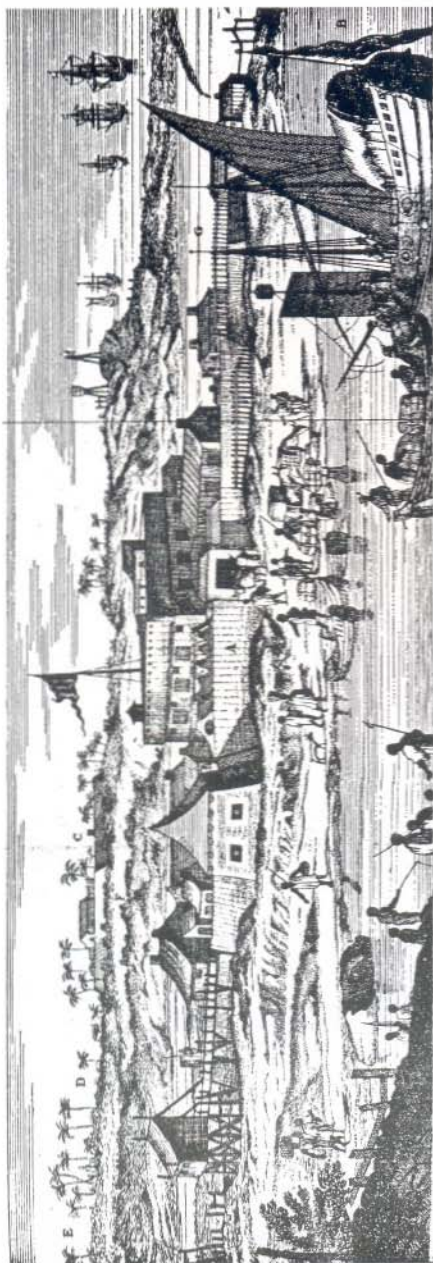
Quando se fez o inventário das obras do Recife, o principal elemento identificador foi o material de construção, que no conceito da época, se tratou com desprezo: “obra de flamengo”, referindo-se às construções em tijolos. Obras que atendessem à “perpetuidade”, obras definitivas, eram obras em pedra e cal.

Embora os holandeses criticassem severamente as casas dos senhores de engenho (nos engenhos), que se contentavam com casas muitas vezes de taipa, em que ocupavam o piso superior, reservando o térreo para depósito e abrigo dos animais,

muitas das obras holandesas não eram em tijolos, eram em madeira. Talvez mais elaboradas, mas ainda construções pouco duradouras sob o clima tropical. A escassez de material de construção no Recife e em Maurícia, a pressão populacional, exigiam medidas severas. Importou-se casa pré-fabricadas, em madeira, armazéns. Mesmo nas obras de defesa, usou-se a madeira. Eram de madeira 'menos valiosa' a paliçada construída em torno de Recife, em 1638; material perecível, que não duraria muito. A muralha em torno da cidade, proposta por Nassau, que argumentava da necessidade por ali se encontrarem "o armazém geral dos víveres e munições de guerra", não foi realizada por ser muito dispendiosa. Apenas, quando já fora deflagrada a campanha da restauração, cuidam os holandeses de cercar de forma mais sólida a cidade. A este tempo, já com os acessos ao interior cortados, ou muito perigosos, utilizam-se da madeira estocada nos armazéns da Companhia. Maurícia foi cercada e também o Recife e o forte do Brum¹³, com o pau-brasil estocado; uma grande despesa para a Companhia. Mesmo os fortes, pelo que se depreende da iconografia e de alguns documentos, muitos deles eram em madeira. Pranchas de madeira que continham entre si, areia. Uma cerca de pau a pique e o fosso reforçavam externamente a defesa.

A iconografia coeva mostra bem as feições daquelas obras de defesa.

Mas a memória coletiva, a tradição popular, ao longo do tempo, traçou novos contornos, encarregou-se de recriar os fatos, de idealizar os feitos. Inverteu o antigo conceito de 'obra de flamengo' como algo de pouca solidez. As obras sólidas, as obras em pedra e cal, estas sim são modernamente atribuídas aos 'flamengos'¹⁴. A tradição popular imputa aos holandeses praticamente todas as obras de maior vulto, as grandes construções em pedra e cal. Os fortes em pedra, o de São João Batista (do Brum), o de Santa Cruz (Orange) e mesmo muitos dos sobrados de Olinda, construídos em período bem mais



Forte Orange, Ilha de Itamaracá, à época da dominação holandesa. Cópia de Manuel Bandeira, de uma estampa da obra América, de Arnaldus Montanus, impressa em Amsterdã em 1671.

Foto Doris Walmsley



Fortaleza de Santa Cruz, Ilha de Itamaracá, PE, construção portuguesa do século XVIII, mais conhecida como Forte Orange. A tradição popular conservou a antiga denominação do forte holandês que precedeu a atual estrutura em pedra e cal. Observe -se na ilustração anterior, as feições da estrutura holandesa, Forte Orange.

recente, são atribuídos aos holandeses. Até em seus nomes, conserva-se a denominação holandesa, ignorando-se a que lhes foi atribuída após as reformas ou reconstruções pelos portugueses.

Do mesmo modo a memória coletiva recriou as velhas práticas enterrar valores para preservá-los. Uma prática que bem poderia ser usada a qualquer momento. Prática comum desde séculos anteriores, da qual se tem referências sobretudo em momentos de invasão, na iminência de saques. Prática usada em Pernambuco, por ocasião da invasão holandesa, mesmo a despeito das ameaças explícitas de Matias de Albuquerque, que comandava a defesa da capitania. Naquela ocasião alguns trataram de recolher, de esconder seus bens, suas moedas, suas jóias. Muitos provavelmente fugiram ou morreram sem ter ocasião de recuperá-las. Muitos foram torturados e até mortos para revelar seus esconderijos. Esconder-se valores era prática comum. Até mesmo quando eram transportados em navios, ouro, jóias, valores, buscava-se escondê-los. Não apenas nas arcas e baús com fechaduras, às vezes múltiplas fechaduras; os valores eram muitas vezes escondidos entre as tábuas que formavam os conveses dos navios¹⁵.

Na terra, usava-se enterrar os valores em caixas ou potes de cerâmica, ou ainda emparedá-los. Mesmo muito tempo depois, alguns desses esconderijos foram encontrados fortuitamente, dando origem à tradição das 'botijas', verdadeiros tesouros. No sul do País tais botijas são em geral atribuídas aos jesuítas, talvez em decorrência de sua expulsão das terras portuguesas e do espólio de seus bens. No Nordeste, entretanto, tais tesouros são atribuídos aos holandeses¹⁶. Uma atribuição pouco sensata, haja vista as condições em que se retiraram, com direito a vender seus imóveis e outros bens, a levar todos os seus pertences, inclusive as armas. Mas não são apenas as grandes construções, os 'tesouros' enterrados que são atribuídos aos holandeses. Outros elementos, cujo significado se perdeu no

tempo, dos quais não se tem uma explicação mediata, são ainda atribuídos aos holandeses. As obras de arte rupestre, sejam gravuras, sejam pinturas, freqüentemente são atribuídas aos holandeses. São interpretadas como mapas que revelam o esconderijo dos tesouros ocultados, sinalizações de rotas, enfim, marcos da passagem dos holandeses pelo Nordeste.

Observa-se assim conflitos explicativos em relação a fatos, a monumentos; entre a 'história objetiva' e a 'história ideológica'. É a confrontação, entre a história e a memória coletiva, que entram em 'rota de colisão' em diferentes aspectos; é a 'memória escrita' conflitando-se com a 'memória oral'.

Mas os conflitos, os esquecimentos, as distorções, ou visões parciais, não atingem apenas a memória coletiva, a história oral. Penetram na história, seja através dos discursos ideológicos, seja através das dificuldades documentais. E aspectos de importância mais ampla para a formação da cidadania nacional tem sido muitas vezes 'relegados' a episódios de importância regional, perdendo-se assim uma dimensão mais sistêmica do contexto, ou ainda, negligenciando-se as interações entre os contínuos e descontínuos da história.

As relações mantidas entre a colônia e a metrópole após o fim da dominação holandesa de praticamente todo o 'norte' do Brasil necessariamente mudaram. Tornavam-se evidentes as diferenças de objetivos, de necessidades. Podia-se identificar melhor o sentido dos interesses. Estava, a partir de então, plantada a semente do interesse pelo 'nacional', e sobretudo se pode vislumbrar, dimensionar a própria capacidade da colônia. Sua necessidade e a capacidade de prover seus meios para defender-se.

Com a 'corrida do ouro' deslocando o eixo das atenções da metrópole para as minas gerais, com a chegada das tropas regulares portuguesas ao Brasil, talvez mais o controle que a própria defesa estão nas mãos da metrópole.

Entretanto são as ordenanças, são as milícias de brasileiros que ao longo do tempo, ao longo das transformações, vão responder efetivamente pela defesa do País. Das Companhias de Emboscadas cristalizadas no Arraial Novo do Bom Jesus, nasce e cresce o espírito de cidadania, de responsabilidade de garantir o bem comum. A necessidade de defenderem-se contra o invasor, fez reunir-se os diferentes segmentos sociais, sejam étnicos, sejam culturais, ou ainda econômicos, todos em torno de uma causa, de um ideal. Ali nascia a própria confiança ou o arrojo de buscar 'cozer-se com as próprias linhas', de buscar defender-se, de garantir o que na época seria a 'independência' de sua terra. Talvez ali nascesse efetivamente o Brasil.



Foto Doris Walmisley

Cel. Wankes, Comandante do 4º. B. Com. Ex, proponente da 'denominação histórica do BATALHÃO ARRAIAL NOVO DO BOM JESUS' ao lado do Estandarte Histórico, portado pelo Ten. Zacconi, em frente ao pavilhão de comando do Batalhão.

Notas

- ¹ O termo Amnésia é aqui utilizado no sentido que lhe dão Meudlers, Brion e Lieury em 1971, MEUDLERS, M.; BRION, S. & LIEURY, A. "Mémoire". Encyclopaedia Universalis, vol. X, Encyclopaedia Universalis France, Paris, 1971, pp. 785-91.
- ² Memória Coletiva é aqui empregado no sentido que lhe atribui LEROI-GOURHAN. Para maiores referências ver LEROI-GOURHAN, André.. O gesto e a palavra. 2- Memória e Ritmos. Col. Perspectivas do Homem, n. 18. Porto, Edições 70, 1987, 247 p
- ³ NADEL, S. F., A black Byzantium. The kingdom of Nupe. Nigeria., Oxford University Press. London, 1942
- ⁴ Albuquerque Marcos Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. CLIO Séria Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, Recife, 1 (8) 131-151. 1992.
- ⁵ "O empreendimento colonial português no Brasil exigiu certa retaguarda demográfica para sua efetivação: variado substrato humano branco, a fundamentar o universo social da economia escravista, necessitando ao mesmo tempo, uma espécie de estrutura urbana, responsável por atividades administrativas, militares e religiosas. Prover tal base populacional foi também preocupação da Coroa portuguesa, pois, além do carreamento de capitais para o erguimento de engenhos, era mister atrair colonos para compor o suporte mínimo de ocupação e defesa." FERLINI, V. L. Amaral- Terra, Trabalho e Poder. São Paulo, Co-edição Brasiliense/CNPq. (Coleção 100 Anos de Abolição - 1888-1988). 1988.p.: 15.
- ⁶ "depois de serem os Olandezes expulsos dessa terra, julgou o Monarca não ser conveniente conservar nesta Capitania donatário, com o fundamento de não poder hum senhor particular defender a terra de invasão de inimigos e por esse motivo foi S.M. servido ordenar, no ano de 1654, se agregassem a sua Real Coroa estas Capitánias, transmutando-se em domínio seu." Texto da Ordem Beneditina, apud. Rev. Inst. Arq. Vol XXXVII:59.
- ⁷ COSTA PORTO, José. Estudo sobre o Sistema Sesmarial , Recife, Imprensa Universitária. 1965p.:126.
- ⁸ "(...) foram obrigados todos os moradores a varrer a rua defronte de suas casas e a não despejar as imundices senão nas praias. E mais: organizou-se um serviço de limpeza pública autorizando-se o 'commandeur' no Recife a empregar neste serviço os presos: o lixo deveria ser lançado no lado oeste do

bairro Recife, fora das paliçadas, com o fim também de aterrar os mangues ali existentes e com isso ganhar terreno, podendo mais tarde serem construídas casas aí.” GONSALVES DE MELLO, J. Antônio. No tempo dos Flamengos. P. 107

⁹ CARDIN, Fernão - Tratado da Terra e Gente do Brasil. Rio de Janeiro. (1587) 1925. .p. 308

¹⁰ “(...) não houvessem os holandeses vulgarizado o uso dos tijolos cozidos, para o fabrico dos quais levantaram aqui inúmeras olarias - além dos tijolos importados aos milhares da Holanda. Mas mesmo eles não prescindiram do uso da pedra, sobretudo nas construções mais alterosas, ou mais vastas, ou mais nobres, nos alicerces em especial, como foi o caso do Palácio de Friburgo (...).” GONSALVES DE MELLO, J.A. O Recife e ... op. Cit. 126

¹¹ “... em cartas de junho de 1643 e maio de 1644 informava à Holanda que não era necessário continuar a remessa de tijolos - a não ser uns tijolos refridos como ‘vriesche’ ou ‘vriese klincker’ isto é. Tijolos da frísia; possivelmente tijolos refratários à água - ‘uma vez eu aqui estão sendo fabricado e podem ser obtidos por menor preço.” Gen. Missive ao Conselho dos XIX datadas do Recife, 29 de setembro de 1646. Apud .” GONSALVES DE MELLO, J.A. Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 2. edição. Recife: CEPE, 1978, 292 p. (Coleção Pernambucana, 15). p.:79.

¹² Como os holandeses usaram largamente nas construções urbanas do Recife os tijolos trazidos dos Países Baixos - os seus Friese kiinkers e os Leidse klinkers - foi fácil identificar após a sua retirada da cidade, considerando apenas o material do edifício, quais as construções de origem holandesa ou portuguesa.” GONSALVES DE MELLO, J.A. O Tempo dos Flamengos. Recife e ...p. 13.

¹³ “Dag. Notule de 23 de dezembro de 1653. A Carta de D. Reissel aos Estados Gerais, datada de Haia, 23 de julho de 1654, indica que a paliçada foi terminada em 21 de dezembro de 1653 e ‘comeava das baterias até a Câmara e daí até a ponte, correndo pela praia’ isto é, possivelmente do sítio do futuro arco do Bom Jesus pela prais até o palácio do Supremo Conselho, daí infletindo para a ponte, acompanhando a praia: in Von.” GONSALVES DE MELLO, J.A. O Tempo dos Flamengos. Recife e ...p. 109.

¹⁴ “...quem quer que jornadeando pelo interior do Estado [Pernambuco], ao deparar com vetusta ruína de considerável edifício, abraçada de floridas lianas e alcochoado do veludo esmeraldino das parietáreas, inquirir dos moradores próximos a sua origem, quais os seus primitivos construtores,

terá sempre como resposta: - É obra do tempo dos flamengos. Alfredo de Carvalho, Apud Freyre, Gilberto, Prefácio do livro de GONSALVES de MELLO, J.A. Tempo dos Flamengos op. Cit. P. 17.

¹⁵ “Nos dias 24 e 25 [setembro de 1629] o Sr. General mandou retirar da barca hespanhola [presa dos holandeses] e conduzir para o seu navio as mercadorias e o mais n’ella existente. Ao esvaziar-se a barca achou-se, entre os madeiramentos e taboas, ouro e jóias no valor de cinco mil ducados, que os hespanhóis haviam ocultado, na esperança de que mais tarde lhes restituíramos o navio.” RICHSHOFFER, Ambrósio. Diário de um Soldado op. Cit P. 26

¹⁶ “... homens sisudos em ‘vastas e profundas escavações’ na ‘vã pesquisa de maravilhosos tesouros’ do tempo dos flamengos. Freyre, Gilberto, Prefácio do livro de GONSALVES de MELLO, J.A. Tempo dos Flamengos op. Cit. P. 17.



Bibliografia

- ACUÑA, Cristóbal de. Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas (1641). Trad. Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir S.A. Editora, 1994.
- ABRIL LIVROS. **Emergência da Europa**. Série História em Revista 1500-1600. Ed. Abril Livros Ltda, Ed. Em português autorizada pela Time Life. Rio de Janeiro, 1994.
- ALBUQUERQUE, Marcos. **O Sítio Arqueológico PE 13-Ln; Um sítio de contacto inter-énico**: nota prévia. In: Simpósio de Arqueologia da Área do Prata, 3o, 1969. São Leopoldo. Anais do Terceiro Simpósio de Arqueologia da Área do Prata., São Leopoldo: 1969, p. 77-90. (Pesquisas, Antropologia, n. 20; Estudos Leopoldenses, n. 13).
- ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. **CLIO**, Série arqueológica - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife: UFPE, v.1, n.8, p.131-151, 1992.
- ALBUQUERQUE, Marcos. Assentamentos Militares: uma Perspectiva de Abordagem. **Anais da II Conferência Internacional de Arqueologia História**. Santa Fé (La Vieja), Argentina, 1995.
- ALBUQUERQUE, Marcos. **Contacto euro-indígena no Nordeste do Brasil** - Um estudo arqueológico. Dissertação

apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 1984. 154p.

ALBUQUERQUE, Marcos. **Jesuítas em Olinda: Igreja de Nossa Senhora da Graça, Herança e Testemunho**. Tese de Doutorado, UFPE, Recife 1995. P. 134

ALBUQUERQUE, Marcos. **O Sítio Arqueológico PE 16-Cb (um sítio de contacto interétnico)**. Recife: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 1971. (Mimeografado).

ALBUQUERQUE, Marcos. Subsídios ao estudo arqueológico dos primeiros contactos entre os portugueses e os indígenas da Tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil. **CLIO**, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, Recife, n. 5, p.105-116, 1982.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Velela. Arqueologia Histórica e restauração de monumentos. **Boletim do Departamento de História da UFPE**, vol. 1, n. 1, Recife, p. 58-61, 1976.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Velela. **Forte Real do Bom Jesus: resgate arqueológico de um sítio histórico**. Recife: Cia. Ed. de Pernambuco, 72 p, 1988.

BARRETO, Aníbal. **Fortificações do Brasil** (resumo histórico). Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1958, 337p., il.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Recife, Imprensa Universitária. (1618) 1966.

CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno ou Triunfo da Liberdade**. 2 vol. Recife, 1942.

COMISSÃO NACIONAL Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Portugal na Abertura do Mundo**. Lisboa, 1995

- CAPISTRANO DE ABREU. **Capítulos de História Colonial.**(1500 - 1800) Revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Pub. Soc. Capistrano de Abreu. Inst. Nac. do Livro, 4ª Ed., 1954.
- CARDIN, Fernão - **Tratado da Terra e Gente do Brasil.** Rio de Janeiro. (1587) 1925. .p. 308
- COELHO, Duarte de Albuquerque, **Memórias diárias da Guerra do Brasil 1630-1638.** Col. Recife, Vol. XII. Recife, Prefeitura da Cidade do Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, 359 p. ,Il.
- CORDEYRO, António. **História Insular das Ilhas a Portugal Sugeitas no Oceano Occidental.** Lisboa Occidental 1717.
- COSTA PORTO, José. **Estudo sobre o Sistema Sesmarial ,** Recife, Imprensa Universitária. 1965
- COSTA, Francisco Pereira da, **Anais Pernambucanos.** Col. Pernambucana, , vol 1-18. 2ª Ed. Recife, Fundarpe. Diretoria de Assuntos Culturais, 1983. Il.
- DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras.** São Paulo: IBRASA, 1987. 542p. (Biblioteca Estudos Brasileiros; V. 15).
- FERLINI, V. L. Amaral- **Terra, Trabalho e Poder.** São Paulo, Co-edição Brasiliense/CNPq. (Coleção 100 Anos de Abolição - 1888-1988). 1988..
- FERREIRA REIS, Arthur C. **História de Óbidos.** Belém., Civilização Brasileira, 1979.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Diccionario chorographico, historico e estatistico de Pernambuco.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, 4 vol.
- Garcia, Rodolfo. **Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1800)** Rio de Janeiro. José

- Olympio, 1956. [2ª ed. Rio de Janeiro. José Olympio-Instituto Nacional do Livro,1975], p. 118.
- GONSALVES DE MELLO, J. A.- **Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil.** 2. edição. Recife: CEPE. (Coleção Pernambucana, 15). 1978.
- GONSALVES DE MELLO, J.A. **O Recife e os arrecifes.** Arrecifes, n. 3-4, p. 13-32, jan-dez. 1991 Recife.
- GONSALVES DE MELLO, J.A. **A Feitoria de Pernambuco e o Reduto dos Marcos (1646-54) Estudos Universitários,** n. 1, jan.-mar. 1969 UFPE, Recife.
- História do Exército Brasileiro.** Ed. E.M. do Exército, Brasília e Rio de Janeiro. 1972, p. 190.
- JESUS Fr Raphael de. **Castioto Lusitano.** (Lisboa 1697)
- LEITE, Serafim S.J. **Breve História da Companhia de Jesus no Brasil 1549 - 1760.** Liv. 1. Braga, Portugal. 1965
- LEROI-GOURHAN, André.. O gesto e a palavra. 2- **Memória e Ritmos.** Col. Perspectivas do Homem, n. 18. Porto, Edições 70, 1987.
- MAESTRI, Mário. **Os Senhores do Litoral. Conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasileiro.** 2ª Ed. Editora Universidade UFRS. Porto Alegre, 1995.
- MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar no Brasil** (anotações para a história). Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1958. p. 146.
- MARTINS FERREIRA, **História do Direito Brasileiro,** São Paulo, Livraria Freitas Bastos, 1952, tomo II, p. 35.
- MELLO, Edivaldo Cabral de. **Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste.** 1630-1654. Ed. Univ. de S. Paulo. S. Paulo. 1975

- Memória Histórico descritiva da inauguração da coluna levantada no lugar da fortaleza do Arraial Novo do Bom-Jesus, lida em sessão do Instituto em 16 de Maio. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**. N. 13, Ano IV, T 2. Outubro de 1866 . p.766.
- MENEZES, José Luiz Mota & RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. **Fortificações portuguesas no Nordeste** do Brasil, séculos XVII e XVIII. Recife, Pool Editorial, 1986, p. il.
- MENEZES, José Luiz Mota & RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. **Fortificações portuguesas no Nordeste** do Brasil, séculos XVII e XVIII. Recife, Pool Editorial, 1986, p. il. 112
- MEUDLERS, M.; BRION, S. & LIEURY, A. "**Mémoire**". Encyclopaedia Universalis, vol. X, **Encyclopaedia Universalis** France, Paris, 1971, pp. 785-91.
- MOREAU, Pierre et BARO, Roulox **História das últimas lutas no Brasil, entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias**. Col. Reconquista do Brasil, vol 54 . Ed. USP (1624-25) S. Paulo, 1979.
- NADEL, S. F., A black Byzantium. The kingdom of Nupe. **Nigeria.**, Oxford University Press. London, 1942
- OTT, Carlos. **O Forte do Mar**, na Bahia. Textos Escolhidos . Arquitetura Oficial II. Inst. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 5. S.Paulo, 1978.
- POSEY, Darrell Addisson. Contact before contact: Typology of PostColombian Interaction with Northern Kayapó of the Amazon Basin. **Boletim do Museu, Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia. Belém, v. 3, n. 2, p. 135-154,1981. (Série Antropologia).
- Relatório da Comissão constituída por F.M.Rapozo de Almeida (relator), Padre Lino do Monte Carmello Luna e Salvador Henrique de Albuquerque, em 12 de agosto de 1867. **Re-**

vista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano. N. 13, Ano IV, T 2. Outubro de 1866 ..

Relatório da Comissão constituída por F.M.Rapozo de Almeida (relator), Padre Lino do Monte Carmello Luna e Salvador Henrique de Albuquerque, em 12 de agosto de 1867. **Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano.** N. 13, Ano IV, T 2. Outubro de 1866

RICHSHEFFER, Ambrósio. **Diário de um soldado** Coleção Pernambucana, vol. XI. Gov. Estado de Pernambuco, Sec. De Educação e Cultura, Recife, 1977

RODRIGUES, José Honório e RIBEIRO, Joaquim. **A Civilização Holandesa no Brasil.** São Paulo, 1940.

SALDANHA, António Vasconcelos de, **As Capitanias** – O regime senhorial na expansão ultramarina portuguesa. 1ª Ed. Dez. 1991 Col. Memórias – 6. Ed. Centro de Estudos de História do Atlântico. Lisboa – Portugal.

SALGADO, Graça. [Org.] **Fiscais e Meirinhos.** A administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1985.

SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra.** Estudo introdutório e índice onomástico de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife: Fundarpe, Diretoria de assuntos Culturais, 612 p. il. 1984 (Coleção Pernambucana - 2ª fase, I).

SCHWARZ, Alexis von. **El pasado y el presente de la fortificación y su empleo en la defensa del Estado.** Buenos Aires. Biblioteca del Oficial. 1926.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil.** Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979

SOUZA Jr., Antônio, **Do Recôncavo aos Guararapes**, 2ª. Ed.,
Rio de Janeiro, 1949

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil**. São
Paulo, 1938

VAL, Nilo. Formação do Exército Brasileiro e sua evolução no
século, XIX **Anais do Congresso Internacional de His-
tória da América**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1982,
vol.7

WALDEMAR MARTINS FERREIRA, **História do Direito Bra-
sileiro**, São Paulo, Livraria Freitas Bastos, 1952, tomo II..

WATJEN, H. O domínio colonial holandês no Brasil. Rio de
Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1938.

ERRATA

Notas referentes ao Capítulo I , página 96

- 65 Atribuição n. 2 do cargo de capitão/governador, com base no regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, e, R.F.A., vol. 1, p.35-51; apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.146.
- 66 Atribuição n. 1 do cargo de capitão/governador, com base no regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, e, R.F.A., vol. 1, p.35-51; apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.146.
- 67 Atribuição n. 3 do cargo de capitão/governador, com base no regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, e, R.F.A., vol. 1, p.35-51; apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.146.
- 68 Atribuição n. 7 do cargo de capitão/governador, com base no regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, e, R.F.A., vol. 1, p.35-51; apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.146.
- 69 Atribuição n. 4 do cargo de capitão/governador, com base no regimento de Tomé de Sousa, de 17.12.1548, e, R.F.A., vol. 1, p.35-51; apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.146.
- 70 Em S.C.R.R., vol. 5, p183-194 e 195-202. apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.164
- 71 Atribuição n. 1 do cargo de capitão-de-companhia, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.166, com base no Regimento dos capitães-mores, de 10.12.1570, em S.C.R.R., vol. 5, p183-194.
- 72 Atribuição n. 2 do cargo de capitão-de-companhia, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.166, com base no Regimento dos capitães-mores, de 10.12.1570, em S.C.R.R., vol. 5, p183-194.
- 73 Atribuição n. 2 do cargo de capitão-de-companhia, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.166, com base na provisão das ordenanças, de 10.05.1574, em S.C.R.R., vol. 5, p. 195-202.
- 74 Atribuições n. 3 e 5 do cargo de cabo-de-esquadra, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.167, com base Regimento dos Capitães-Mores, de 10.12.1570 (atribuição n. 3), e provisão das ordenanças de 10.05.1574 (atribuição n.5), em S.C.R.R., vol. 5, p183-194 e 195-202.
- 75 Atribuição n. 1 do cargo de Alferes, apud SALGADO, Graça. [Org.] op.cit. p.167, com base Regimento dos Capitães-Mores, de 10.12.1570, em S.C.R.R., vol. 5, p183-194.

Nas Américas no século XVI inaugurava uma nova fase nas relações inter-culturais. Novos povos, novos sistemas passavam a atuar na também na complexa rede que constituía o que se poderia chamar de sistema americano. A interferência do sistema europeu, a introdução de elementos culturais do velho-mundo, da Europa, da África, do Oriente Médio, viria a constituir uma nova ordem nas Américas.

A implantação do sistema colonial português no Brasil, pacífica em seu momento inicial, tornou-se gradativamente belicosa, à medida em que as terras americanas passaram a se transformar em unidades produtivas de interesse para o sistema mundial, à medida em que se acreditou prescindir não dos homens e mulheres da terra, mas de sua cultura.

Desde cedo, as costas do Brasil eram freqüentadas por piratas e corsários que buscavam comerciar com os nativos os produtos da terra. Mas, as Capitânicas de Pernambuco, da Bahia, e do Rio de Janeiro, prósperas unidades produtivas deste novo sistema que se implantava nas terras americanas, atraíam a atenção daqueles povos que não compartilhavam com a Espanha e Portugal do "legado" americano.

Várias tentativas de invasão, de ocupação de áreas do Brasil, foram feitas por outros povos. Em 1630 a Capitânia de Pernambuco foi invadida por holandeses, que a partir do desembarque em Pau Amarelo conquistam gradativamente nos anos subsequentes quase todas as 'capitânicas do norte' do Brasil; do Maranhão ao São Francisco, chegando mesmo a Sergipe.

Durante toda a ocupação holandesa houve resistência por parte dos luso-brasileiros, em intensidade variável. Combates maiores e menores se sucediam. Vilas e pontos fortificados frequentemente mudavam de bandeira conforme o desenrolar dos conflitos. Embates que nem sempre eram decididos pela maior capacidade em homens ou em armas formais. A experiência adquirida nos combates com e contra os nativos, associada ao conhecimento do terreno, permitiu aos luso-brasileiros a sedimentação de um processo defensivo que viria a se constituir na 'Guerra Brasilica'.

Em sua fase final, quando Portugal, ao menos oficialmente, já reconhecera a perda do território para a Holanda, no Brasil se retoma com ímpeto a resistência, desencadeia-se a luta pela Restauração. Em 1645 é construído o Forte do Arraial do Bom Jesus, com o objetivo de ali instalar um posto de comando que centralizasse as decisões da guerra, e de onde partem em 1648 e 1649, as "companhias de emboscada" para as batalhas finais nos Montes Guararapes.

De onde provém as imagens que povoam o imaginário popular acerca dos "tesouros dos holandeses?" O que restou na memória popular destes tempos?

Texto disponibilizado pelo site Brasil Arqueológico – Equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco - <http://www.magmarqueologia.pro.br/>

Conteúdo protegido pela lei de direitos autorais. É permitida a reprodução parcial ou total deste texto, sem alteração de seu conteúdo original, desde que seja citada a fonte e o autor.

COMO CITAR ESTA OBRA:

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. **Arraial Novo do Bom Jesus**: consolidando um processo, iniciando um futuro. Recife: Graftorre, 1997. 225 p. il. ISBN85-86781-01-0